Adams, Henry, Jefferson – Liberdade.

Jefferson – Série continuada de opressões demonstra plano para escravização.

Actos isolados de tirania podem ser adscritos à opinião acidental do dia.

Mas opressão contínua demonstra um plano sistemático para escravização.

«*Single acts of tyranny may be ascribed to the accidental opinion of a day; but a series of oppressions, begun at a distinguished period, and pursued unalterably through every change of ministers [administrations], too plainly proves a deliberate, systematical plan of reducing us to slavery*» Thomas Jefferson. "Memoirs, Correspondence, and Private Papers of Thomas Jefferson: Late President of the United States, Volume 1". (H. Colburn and R. Bentley, eds., 1829).

Samuel Adams – "May posterity forget that ye were our countrymen".

Quem amar riqueza mais que liberdade, servidão que liberdade, pode sair em paz.

Não queremos os vossos conselhos ou armas.

Agachem-se e lambam as mãos que vos alimentam.

Possa a posteridade esquecer para sempre que foram nossos compatriotas.

«*If ye love wealth better than liberty, the tranquillity of servitude, than the animating contest of freedom—go from us in peace. We ask not your counsels or arms. Crouch down and lick the hands which feed you. May your chains set lightly upon you, and may posterity forget that ye were our countrymen*»

Samuel Adams, "American Independence", Speech delivered at the State House in Philadelphia, August 1, 1776.

Patrick Henry – "Give me liberty or give me death".

É natural para o homem ter ilusões de esperança, fechar os olhos à verdade dolorosa.

Estamos dispostos a ter olhos e a não ver, ouvidos e a não ouvir?

Pela minha parte, estou disposto a saber toda a verdade, o pior, e fazer providências.

A vida e a paz devem ser compradas ao preço de correntes e escravatura?

As for me, give me liberty or give me death.

«*...it is natural to man to indulge in the illusions of hope. We are apt to shut our eyes against a painful truth, and listen to the song of that siren till she transforms us into beasts. Is this the part of wise men, engaged in a great and arduous struggle for liberty? Are we disposed to be of the number of those who, having eyes, see not, and, having ears, hear not, the things which so nearly concern their temporal salvation? For my part, whatever anguish of spirit it may cost, I am willing to know the whole truth; to know the worst, and to provide for it… Is life so dear, or peace so sweet, as to be purchased at the price of chains and slavery? Forbid it, Almighty God! I know not what course others may take; but as for me, give me liberty or give me death!*» Patrick Henry, speech at St. John's Church, Richmond, Virginia, March 23, 1775.

Alexis de Tocqueville – América, liberdade e Cristandade.

«*For the Americans, the Ideas of Christianity and liberty are so completely mingled, that it is almost impossible to get them to conceive of the one without the other*»

Ascensão para era Moderna: Razão, constitucionalismo liberal, não-linearidade

A ascensão civilizacional no continuum Renascença/Reforma.

***Continuum* Renascença/Reforma: os melhores elementos da cultura ocidental**. É no nexo, no *continuum* entre Renascença e Reforma que encontramos o desenvolvimento dos melhores elementos que vieram a caracterizar a cultura ocidental; e a chave para a resolução dos problemas actuais.

Ciências físicas – Artes, letras, academia – Escrituras – Constitucionalismo.

Antes do Renascimento, o mundo físico parece ser incompreensível. Antes do Renascimento, o mundo físico era visto como algo de incompreensível, caprichoso, caótico, algo que a vontade humana podia influenciar apenas ocasionalmente. O planeta é o centro do universo, é um espaço pequeno, possivelmente plano, centrado na bacia mediterrânica, à qual chegam histórias estranhas e fantásticas sobre monstros e quimeras mitológicas e sobre povos distantes do outro lado da Rota da Seda.

A redescoberta das ciências físicas e a descoberta do mundo físico. Na sequência do processo de abertura cultural iniciado com a Renascença, as ciências físicas são (re)descobertas para, daí em diante, serem desenvolvidas e sofisticadas. Surge uma nova visão do mundo físico: é compreensível, ordenado de modo lógico, pode ser estudado e compreendido. A Terra é um planeta entre vários outros, é esférico, gira em elíptica à volta do Sol. Os processos de operação do mundo natural são compreensíveis e previsíveis. A realidade física pode, portanto, ser estudada de forma sistemática e desenvolvida em prol da sociedade humana. Engenharia, agronomia, economia, arquitectura; todos estes campos, e muitos mais, podem ser desenvolvidos para libertar o homem dos caprichos da natureza à volta. A (re)descoberta das ciências físicas é reforçada pelos novos empreendimentos mercantis a outras terras. Existem vários oceanos, através dos quais é possível navegar pelo recurso a princípios astronómicos e matemáticos. Estes princípios servem depois para suportar o desenvolvimento de mais e melhores técnicas de navegação. Existem continentes e regiões bastantes diferentes entre si, com padrões inéditos de flora e de fauna. Esses continentes são habitados por muitos povos diferentes, com histórias específicas e padrões culturais nunca antes vistos; e, a estudar, por ciências como a biologia, zoologia e a antropologia.

Ressurgimento de artes, letras, academia – descoberta das Escrituras, até aí suprimidas. Tudo isto é acompanhado do literal ressurgimento das artes e letras. A arte floresce e, com ela, a literatura, acompanhadas dos estudos das humanidades: filosofia, história, política, sociologia, entre outras. Estas voltam a ser acessíveis aos leigos, alimentando a ascensão geral do campo das ideias [*mais elaboração sobre a importância dos estudos académicos em notas sobre Educação Clássica, ou Liberal*]. Para isto, é vital a infusão de ideias Clássicas, acompanhada da literal descoberta das Escrituras pela civilização europeia. Até aí, tinham sido censuradas pela Igreja medieval, o acesso restringido a pessoas autorizadas. Ao mesmo tempo, a Palavra tinha sido substituída, obscurecida, por cânones eclesiásticos corporativos e por rituais sem significado. Tinha sido (ab)usada para promover uma visão limitada e obscurantista do mundo e do papel do Homem nesse mundo. Tinha também sido (ab)usada para promover arbitrariedade moral, racionalizar práticas brutais e elitistas, e perpetuar cultos pagãos sob a máscara de Cristianismo. Tudo isto era feito *em nome de Cristo*, em puro anátema. Mas o facto é que Jesus teria sido crucificado na Idade Média com mais prontidão do que o foi em Jerusalém.

Reforma: pode ser descoberto que Deus quer liberdade, igualdade, desenvolvimento. Agora, pode ser descoberto [*e isto é particularmente determinante com o Renascimento, mas ganha níveis estratosféricos a partir da Reforma*] que Deus fala sempre por princípios gerais e axiomas; a linguagem da racionalidade. Que Deus favorece o estudo racional do mundo e da natureza (e.g. Adão é o primeiro naturalista) e que a Bíblia menciona toda uma série de

truísmos científicos, como o facto de a Terra ser esférica. Mas também pode ser descoberto que o Criador renega a bestialização humana que, até aí, dominava a vida europeia. Que Deus rejeita e condena arbitrariedade moral, despotismo, corrupção, obscurantismo. O modelo humano que Deus favorece é encarnado em Jesus e, tipificado por pessoas como Joshua, David, Deborah, Gedeon, Ezequiel. Que Deus ***não*** favorece (condena) aristocratas, reis e bispos imersos em hipocrisia, corrupção e autoritarismo. Com efeito, Deus ordena liberdade e igualdade humana; e, fez o Homem à sua imagem: dotou-o de uma *consciência*, de *inteligência* e de *criatividade*. Desta forma deu-lhe a capacidade para se desenvolver a si mesmo e para desenvolver o mundo à sua volta. Encoraja-o à descoberta desse mundo; e ao desenvolvimento de uma sociedade justa e equitativa, em prol de *todos*, não apenas de *alguns*.

Governo humano: liberdades individuais, bem-estar geral e Constitucionalismo. Os conceitos de organização humana começam a ser repensados. Surgem as bases para uma nova visão do que deve ser o papel do governo humano: algo que deve almejar o *bem-estar geral*, o bem-estar de todos, por oposição ao domínio de alguns, por conta dos restantes. Vem também a surgir a noção do valor intrínseco da vida individual: todos os indivíduos são criados únicos, e iguais, perante Deus. E, é o próprio Criador que lhes garante liberdades e direitos que são inalienáveis. A concepção de governo que daqui vem a surgir é simultaneamente individualista e universalista. O centro da sociedade é o indivíduo e todos os indivíduos são *iguais* aos olhos da lei. O indivíduo está apenas abaixo de Deus e, o governo humano está *abaixo* de todos os indivíduos – o Povo. É estabelecido pelo Povo para *servir* todos os indivíduos da mesma forma, universal e equidistante. É-lhe imposta uma Constituição, uma forma de base contratual, pela qual o Povo estabelece uma estrutura *servente* de governo e prescreve os limites ao exercício de poder governamental. O governo humano é forçado a respeitar o quadro Constitucional para ser *legítimo*, i.e. um governo que caminha perante a *legis*, a lei. Quando deixa de o fazer, torna-se *ilegítimo*: um governo sem *legis*, sem lei, *fora da lei*. Aí, deve ser abolido e substituído por um novo governo que seja legítimo.

O "bom estado", emancipador, liberal, progressista, humanista. Todos estes termos começam por surgir para classificar o ideal libertário que ascende para a era Moderna: o modelo do estado-nação constitucional, baseado em democracia liberal, em liberdades e direitos individuais, capitalismo familiar e de classe média.

Homem, criado à imagem do Criador – A Razão

A condição humana sob daoísmo feudal.

Idade Média, entre o "deus" aristocrático e a besta de carga "vilã". Durante a Idade Média, o Homem é tratado como algo que oscila entre a besta de carga e o semi-divinizado príncipe. O

homem comum é tratado como um animal selvagem que se mantém na lama e, depois, se chicoteia, como punição pela sujidade. Esta é a habitual *hubris* aristocrática perante a "*inferioridade*" do "*vilão*" (apenas e somente o habitante da vila, retratado como criminoso por ser pobre) e das "*pessoas pequenas*" (inglês, "*the little people*") que o eram pelo simples facto de serem cronicamente desnutridas. Essas pessoas tinham "*mau sangue*", ao contrário do "*bom sangue*", do "*sangue azul*" (desoxigenado) da aristocracia.

Homem comum mantido ignorante, dependente, pobre, conformista. Fala-se de alma, mas o homem comum é tratado como mera carne e nervos, moldável, adaptável, abusável, manietável. É ensinado a pensar linearmente e mantido ignorante, sem qualquer perspectiva de qual é a realidade do mundo fora da sua própria aldeia, ou feudo. É desincentivado de procurar qualquer forma de auto-determinação. É mantido pobre, em posição servil e subordinada, em todos os domínios da vida. Tem uma imensidão de pequenas regras legalísticas que gerem cada pequeno aspecto da sua vida, em benefício dos oligarcas degenerados que regem a sociedade como déspotas absolutos. Na vida em comunidade, dele é esperado que se submeta a padrões de conformidade compulsiva: que aja, pense e sinta como todos os outros em redor e obedeça a toda e qualquer ordem que venha dos patrões, déspotas absolutos.

Homem comum tinha de ser tão irracionalista e medíocre como as oligarquias. Era esperado que o homem comum ***nunca*** pensasse de forma sequer vagamente racional. Ter opiniões próprias, pensamento independente, ser criativo e engenhoso, aceder a princípios conceptuais superiores; tudo isso era inaceitável na sociedade despótica medieval. As próprias oligarquias eram cronicamente medíocres e tinham o hábito, tradicional em oligarquias, de procurar reduzir todos os outros a uma mediocridade comparável.

As oligarquias odeiam e temem demonstrações de intelecto, e são obscurantistas. Por norma, as oligarquias odeiam e temem pessoas capazes e dão-se a esforços absurdos e inumanos para as derrubar ao seu próprio nível, naquilo que é um bom testemunho do *pathos* oligárquico. Uma oligarquia é, por norma, uma estrutura social profundamente medíocre que, porém, precisa de afirmar a sua "superioridade inerente", a sua "virtude". Isto deixa-a em *doublebind*, num mundo onde existem inúmeras pessoas que são infinitamente mais inteligentes e capazes que o oligarca médio. À falta de auto-melhoramento (oligarcas são preguiçosos e incapazes), o que acontece é a repressão geral de intelecto. Da mesma forma, prosseguem uma política geral de obscurantismo. Tudo aquilo que é límpido, claro, passível de elevar o homem comum a um nível de entendimento superior tem de ser suprimido, obscurecido, cooptado, manchado. Isto não acontece tanto por calculismo (a ideia de preservar poder à custa da ignorância alheia) como pela própria inaptidão endémica da oligarquia, que é (e sabe ser) incapaz de estar ao nível de clareza, limpidez e elevação. O oligarca médio vive num pântano mental e é uma questão de orgulho manchar e distorcer todas aquelas coisas às quais não consegue *corresponder*.

Consensualidade: conformidade social, pensamento por emoções, calculismo. O homem comum deveria pensar no mesmo formato que era/é comum, entre as próprias oligarquias, aquilo a que podemos chamar o *formato consensual*; pensamento emocional e sócio-

estatístico. Isto significa pensar como todos os restantes, sob conformidade e seguidismo e, claro, pensar com as emoções, sem desenvolver a capacidade de ascender acima desse nível. Obedece e talvez recebas uma recompensa. Se não obedeceres, serás certamente magoado. Toda a vida passa a ser um labirinto confuso, onde se procura obter alguma forma de gratificação social e, claro, evitar punições. A mente é trancada neste tipo de circuito, sem a capacidade de ir mais longe. O único exercício de vaga racionalidade aqui é uma forma de calculismo animal, pelo qual o sujeito procura encontrar formas, estratégias, para maximizar os seus ganhos e minimizar as suas perdas.

Autoritarismo, arbitrariedade e mediocridade, o patamar eterno de despotismo. Este patamar, apto para a besta irracional, era bastante seguro para a ordem autoritária, arbitrária e profundamente medíocre da Idade Média. É o patamar que ***todos*** os despotismos procuram impor sobre os seus súbditos. É o patamar que foi ressuscitado pela reacção totalitária do século 19 em diante, sob socialismo tecnocrático, comunismo, fascismo, mercantilismo integrativo global.

Do obscurantismo da oligarquia eclesiástica à descoberta das Escrituras.

Violência oligárquica legitimada numa Igreja que obscurece as Escrituras. Durante a Idade Média, este tipo de comportamento foi racionalizado e justificado pelas mais variadas figuras, ordens e secções da Igreja. Aqui, está-se no domínio do anátema e do comportamento criminoso. Estas pessoas utilizavam a imagem de Jesus, o próprio Cordeiro, torturado e crucificado por déspotas esclavagistas, para justificar despotismo e esclavagismo. É a mentalidade oligárquica, disponível para retorcer até a imagem do Filho de Deus e os Mandamentos para justificar os seus próprios luxos e privilégios de classe e, claro, para obter o respeito dos homens, os restantes oligarcas. A isto, as Escrituras chamam *prostituição*, o acto pelo qual os sacerdotes prostituem o Templo (aqui, a Igreja), ao poder terreno. Isto era convergente com o estado de obscurantismo e de censura em que estas oligarquias mantinham as Escrituras em si. Como comentado atrás, obscurantismo é o patamar comum do funcionamento oligárquico.

Mas é afirmação de princípios Bíblicos que permite ascensão do colectivismo medieval. Deus está acima da história, e reservou o papel principal para a Cristandade: nos bons e nos maus momentos. O *nome* da Cristandade tinha sido usado para justificar, colaborar em, e até exortar a alguns dos piores momentos da Idade Média. Mas foi a afirmação dos princípios Bíblicos que permitiu à civilização humana encontrar uma via de saída do inferno colectivista que caracterizava o sistema medieval.

Homem, criado à imagem de Deus – Razão e Humanismo.

Igualdade, direitos inalienáveis e governo justo. É no *continuum* entre Renascimento e Reforma que são redefinidos os termos da equação. O Homem é efectivamente, *imago Dei*, criado à imagem e semelhança do Criador. Isto significa que todos são inerentemente iguais e

nascem com liberdades e direitos que são inalienáveis, não-negáveis, a liberdade, vida, auto-determinação. Esses direitos têm de ser protegidos por uma forma justa de governo. A autoridade humana não serve para privilegiar alguns; serve para beneficiar todos. Essas liberdades e esses direitos são concedidos pelo próprio Criador; e são taxativamente afirmados ao longo de todas as Escrituras.

Inteligência superior, criatividade, sentido inato de justiça e moralidade. Se o Homem é criado à imagem de Deus, isso também significa que é dotado de *anima*, uma alma, que reúne os predicados do Criador: inteligência superior, criatividade, sentido inato de justiça e moralidade. Isto significa que o Homem, cada ser humano, é um ser único, com o potencial inato para pensamento independente e criativo, para racionalidade abstracta e para imaginação, temperados por uma consciência moral forte e empática.

A Razão, um domínio integrado neo-cortical. À combinação integrada dos atributos atrás mencionados (inteligência superior, criatividade, consciência moral, empatia, imaginação) veio a chamar-se Razão [*mais tarde, o termo seria deturpado por filistinos como Voltaire, para ser equacionado com mero calculismo situacional; isto é uma manifestação do impulso oligárquico para manchar e tornar baixo e obscuro tudo aquilo que é límpido e elevado*]. Estas são valências neo-corticais (neo-córtex cerebral), integradas e interdependentes naquele que é o nível mais sofisticado de funcionamento cerebral e mental. É a plena integração destas capacidades que origina um *self* maduro e integrado, uma *individualidade* enquanto tal. A Razão é o domínio que diferencia em definitivo o Homem da besta, que o liberta da mera situacionalidade, que o coloca acima dos grilhões emocionais e sócio-estatísticos do aqui e do agora. É o domínio que faz do Homem, Homem.

Homem criado com potencial extremo para acção em todos os campos. O Homem nasce com um potencial extremo para se desenvolver a si mesmo e para desenvolver o mundo à sua volta, em benefício de todos. Tem todos os motivos para ser optimista. É criado para ser um explorador, um construtor, um filantropo. Um empreendedor, um aventureiro, um pioneiro. E, um intelectual, um cientista, um inventor. Tem a capacidade de aceder aos princípios gerais de organização do real, o que lhe dá a apetência inata para a descoberta científica e para a elaboração de conhecimento sistemático e validável. Se quiser e for responsável, pode desenvolver os dotes e potencialidades com que é criado, para ser o melhor que pode ser, em tudo aquilo a que se dedique.

Visão humanística, liberal, progressista do Homem. A esta nova visão libertária do Homem como um ser de potencial incomensurável, criado à imagem de Deus, e às suas sequelas políticas e económicas, vem a chamar-se de Humanismo, de Progressismo e de Liberalismo. *Progresso* é o percurso no sentido da cada vez maior concretização do potencial inato do Homem neste mundo. Liberdade individual é a condição para obter essa concretização.

Deus ensina o Homem a pensar racionalmente, por princípios gerais e axiomas. Isto é encorajado pelo próprio Criador, que faz algo de incrivelmente belo: ensina a pessoa a pensar racionalmente. Deus fala sempre pelos elementos que alicerçam o pensamento racional, ou seja, por meio de princípios gerais e de axiomas. É isso que é a linguagem da Bíblia. É impossível encontrar uma única de entre todas aquelas pequenas "histórias" e "fábulas" que

não seja uma expressão de um princípio universal, transversal a toda a realidade, ou de um axioma geral.

Responsabilidade pelo mundo e pelo futuro – verdade factual e verdade moral. Depois, é Deus quem explica que o homem tem de procurar, por si mesmo, a verdade consequente sobre as coisas no mundo em redor. Tem de ser uma pessoa activa, informada, preocupada com o mundo que deixa aos seus filhos e aos seus netos. Isso, claro, só é possível se a pessoa for verdadeira, justa e equidistante; algo que cria bons hábitos de honestidade intelectual. Com efeito, a *verdade factual*, empírica, só pode ser determinada por pessoas que tenham em si *verdade moral*, i.e. que sejam verdadeiras e honestas [dessa forma, não vão ocultar ou distorcer dados e informação porque lhes dá jeito].

O *verdadeiro* está sempre acima do *social* [autoridade humana, consenso, etc]. Por fim, é Deus quem afirma que estes predicados estão acima de qualquer autoridade ou opinião humana. A autoridade humana, o consenso situacional, a opinião do grupo, nada disso interessa; é aquilo que é verdadeiro, factual e demonstrável que interessa. Se os humanos terceiros estiverem em linha com essa verdade demonstrável, óptimo. Caso contrário, paciência. A verdade demonstrável dos factos tem de ser afirmada independentemente das oposições a isso; disso dependem as gerações futuras e, com efeito, o futuro do mundo.

Verdade moral: existem pessoas *verdadeiras* e pessoas *falsas*. O mesmo funciona para a verdade moral: existe uma forma *verdadeira* de as pessoas agirem; é, claro, quando são verdadeiras, honestas, boas, corajosas, justas. Uma pessoa assim é uma *pessoa verdadeira* e é, em tudo, o exacto oposto de uma pessoa *falsa*.

O espírito que origina as melhores instâncias da modernidade. O Homem tem a capacidade de se desenvolver para ser o melhor que pode ser; de ascender acima da mera espuma dos dias e de deixar um mundo melhor para as gerações futuras. É desta forma incrivelmente bonita, límpida e sábia (a verdade estética que acompanha verdade moral e verdade factual) que o Criador ordenou as coisas; é assim que funcionam e é assim que sempre funcionarão. Esse é o espírito que é redescoberto no *continuum* Renascimento/Reforma, para dar origem às melhores instâncias da modernidade.

O estado-nação moderno, que ascende de Renascimento e de Reforma

O "bom estado", liberdades individuais e governo Constitucional

O estado-nação moderno, que ascende de Renascimento e de Reforma (1).

Homem criado à imagem do Criador: igualdade, individualidade, desenvolvimento. É na sequência do Renascimento que é finalmente aceite que o Homem – a universalidade humana – é criado à imagem do Criador. Este é um elemento politicamente determinante. Significa que todas as vidas humanas têm valor e, mais que isso, que todos são *criados iguais* – igualdade. Também significa que cada vida humana é uma vida individual única aos olhos de Deus e que o indivíduo é, portanto, detentor de direitos inalienáveis, inatos, que não lhe podem ser negados por qualquer autoridade humana; tem os direitos essenciais a vida, liberdade, auto-determinação, dos quais todos os outros emanam. Se o indivíduo é criado à imagem do Criador, isto significa que é dotado dos predicados divinos de consciência, inteligência e criatividade. A *anima* que é criada *imago Dei*. Estas capacidades existem para ser postas em prática no mundo, na vida individual mas também na construção de uma sociedade mais justa e equitativa para todos.

Bem-estar geral – O "bom estado" – Estado-nação universalista. Há que pensar em conceitos como o *bem-estar geral*, o bem-estar de todos, por oposição ao bem-estar de *apenas alguns*, à custa dos restantes. A *gestalt* geral de ideias que ascende do Renascimento é, portanto, universalista, por contraste com os vários particularismos medievais. Ao mesmo tempo, aponta para conceitos de progresso e desenvolvimento como formas de favorecer a vivência no universal. Até aí, a vida tinha sido marcada pela arbitrariedade do despotismo oligárquico, estendendo-se no nível imperial ao nível local – o feudo. Em contraposição a essa dialéctica, local/imperial, surge a ideia do estado Soberano, um espaço territorial auto-determinado, independente de qualquer potência externa, forte o suficiente para resistir a agressão imperial, devotado à obtenção de desenvolvimento económico geral. Um tal espaço protegido, uma ínsula estável no contexto fragmentário de uma Europa de impérios e de feudos, era uma ideia relativamente pioneira. A essa forma de organização, veio a chamar-se de estado-nação moderno, um espaço territorial onde a *nação* (o povo) é definida por leis comuns, e não por critérios étnicos, raciais, históricos, linguísticos. Obter desenvolvimento económico e político, alcançar a melhoria e o avanço da condição de todo um povo, era um *sine qua non* para a promoção do *bem-estar geral*. Esse ideal de concretização é o "bom estado".

Governo: serviços essenciais e desenvolvimento do território. Para que haja um "bom estado", isso significa que o governo tem de assegurar o desenvolvimento do território e dos recursos nele contidos, de forma a aumentar de modo contínuo e sustentado a prosperidade geral da população. Da mesma forma, tem de assegurar funções e serviços essenciais: a defesa militar e económica do território, utilidades públicas, vias de transporte e meios de comunicação, assistência social aos carenciados, entre outros.

Defesa do território contra agressões militares e económicas [guerra económica]. A defesa militar é geralmente garantida pelo exército universal de cidadãos. Mas a economia é um campo de batalha geralmente mais letal e consequente que o militar. Com efeito, em *power politics* imperial, o uso de meios económicos é uma parte essencial de estratégia militar, e vice-versa; Mercúrio e Marte caminham sempre de mãos dadas. Guerra económica é, com

frequência, a forma mais eficiente de subjugar um território de forma a mantê-lo pobre, subdesenvolvido, controlado – dependente. Os impérios medievais eram proficientes nesse tipo de prática. O mercantilismo de guilda (nos princípios essenciais, similar ao actual mercantilismo multinacional) era uma das formas mais eficientes de assegurar que os vários territórios europeus eram mantidos pobres e subdesenvolvidos, sob o jugo autoritário de monopólios multinacionais.

Protecções regulatórias e tarifárias, investimento em desenvolvimento. Nesse campo, o estado-nação moderno desenvolveu o sistema de protecções económicas (regulatórias e tarifárias), pelo qual as companhias mercantis estrangeiras não só não perdiam acesso ao laissez-faire irrestrito tradicional (passavam a ser reguladas e a ter de corresponder a standards mínimos para operar no espaço nacional), como eram forçadas a pagar um preço (tarifa) pelo privilégio de praticar comércio no espaço Soberano. E, depois, esse dinheiro podia ser empregue no desenvolvimento do território em si. A esse sistema, particularmente justo, veio a chamar-se proteccionismo. E esta só é uma palavra feia para predadores internacionais.

O estado-nação moderno (2) – Liberdades individuais e governo Constitucional.

Liberdades inalienáveis e governo legítimo. A partir da Reforma, a auto-determinação individual é reconhecida como um valor civilizacional essencial. É entendido que o indivíduo tem o direito a exercer todas as liberdades inalienáveis que lhe são dadas pelo Criador. O governo só é legítimo (com *legis*, com lei, por oposição a ilegítimo, sem *legis*, *fora da lei*), quando assegura que todos os indivíduos usufruem desse exercício de liberdades. O governo existe, portanto, para assegurar que, aquilo que foi criado igual por Deus, não seja tornado desigual pelos homens. A concepção de governo que daqui vem a surgir é simultaneamente individualista e universalista. I.e. o centro da sociedade é o indivíduo e todos os indivíduos são *iguais* aos olhos da lei, que é equidistante e imparcial. Isto tem algumas implicações.

Governo Constitucional limitado: um *servo* do povo, sob a Constituição. A primeira é que o próprio governo tem de ser limitado, de forma a não ter o poder de, ele próprio se tornar despótico e usurpar o exercício de liberdades inalienáveis. Esses direitos e liberdades têm de ser protegidos por uma Constituição que é imposta *pelo povo ao governo* (uma Constituição legítima ***nunca*** é imposta pelo governo ao povo), o documento fundacional que regula o espírito da lei e, funciona como contrato pelo qual são prescritos os limites para o espectro de acção governamental. O governo é uma instituição que está lá para prestar *serviços* e *funções* públicas; é um *servo* e um *funcionário*, que existe apenas e somente para servir o domínio público.

Acção equidistante e imparcial, para assegurar idoneidade do domínio público. Como tal tem, em tudo, de regular e agir de forma equidistante e imparcial (nunca pode favorecer ou aliar-se a um conjunto específico de interesses); o governo existe para assegurar que existe um domínio público e que esse domínio público é mantido universal, para *todos* os indivíduos. O único domínio em que o governo pode (e deve) ser parcial é na afirmação dos valores da Constituição.

Prevenir concentração excessiva de poderes sócio/económicos, o efeito Leviathan. É neste espírito que o governo deve também exercer funções de regulação *na menor medida possível* que assegure que nenhum conjunto de indivíduos e interesses possa alguma vez assumir poderes tirânicos sobre os restantes. Ou seja, a ideia é construir um sistema sócio-político e económico que impeça *todas* as concentrações excessivas de poder e dê o *center stage* ao indivíduo e à família média – uma vez mais, irrespectivamente de raça, etnia, credo, etc. Evitar acumulação excessiva de poder sobre o indivíduo é essencial em *todos* os domínios. Uma sociedade livre não pode existir perante entidades que cresçam a níveis imponderáveis, ao ponto no qual lhes seja possível transformarem-se em Leviathan, em fusão com o poder do estado. Todas estas medidas são aplicáveis ao domínio político como, obviamente, ao domínio económico. O governo deve regular de forma a impedir concentrações excessivas de riqueza e de poder económico, por meio de legislação anti-concentração.

Descentralização e classe média. A distribuição de poder político e económico deve ser feito da forma que é mais justa e equitativa: descentralização. Uma sociedade descentralizada é uma sociedade de classe média; esse é o grupo que mais cresceu, ao ponto de se generalizar, sob o estado-nação moderno.

Democracia liberal [a real, não o fac simile totalitário pós-moderno]. À forma mais avançada e sofisticada de estado-nação, que reúne todos os predicados atrás apontados, pode (e deve) chamar-se o estado-nação soberano, constitucional e liberal democrático. [*Aqui é claro que se fala de real democracia liberal, no sentido Jeffersoniano, e não do fac simile caricatural de infiltração totalitária, sob pós-modernismo*]

Democracia liberal constitucional, desenvolvimento soberano, cooperação internacional

Estado-nação liberal democrático: O modelo para progresso e desenvolvimento.

O modelo que produz mais desenvolvimento, prosperidade, segurança, para *todos*. O modelo do estado-nação liberal democrático, predicado em bases renascentistas e, mais tarde, reformistas, é o modelo que, ao longo da história, conseguiu produzir mais desenvolvimento, prosperidade e segurança real para o homem e para a mulher médios.

O pós-II Guerra podia (devia) ter sido a fase de vitória da democracia liberal, no mundo. O optimismo de um da Vinci no século 16 vai ser repercutido no optimismo civilizacional que encontramos na mais descentralizada e democrática de todas as sociedades modernistas: a América que vai de Lincoln a Kennedy, que é copiada por todos os países europeus no pós-II Guerra; e que é, nesse período, o ponto de referência para desenvolvimento nacional no 3º

mundo, na altura a libertar-se do colonialismo (e é horrível como todo esse esforço foi inteiramente sabotado durante os jogos da Guerra Fria, com *putsches*, vagas terroristas, desestabilizações económicas e, pela mais baixa exploração neo-colonialista por agentes de ambos os blocos).

<u>Progresso económico, social, científico, tecnológico – inédito e ***nunca*** replicado</u>. O modelo do estado-nação liberal democrático é também o modelo que atingiu níveis de produção económica, científica e tecnológica nunca antes concebidos, e nunca depois replicados. É a sociedade que acaba com a fome e com a miséria social dentro das suas fronteiras. É a sociedade cuja prosperidade e desenvolvimento científico permite que a pessoa média não morra com doenças como cólera e pneumonia e possa, com efeito, viver até aos 80/90 anos. É a sociedade que generaliza o estatuto de classe média. É a sociedade que cria literacia e educação universal e que permite que *todos* tenham, desde que assim o queiram, igual acesso ao conhecimento concentrado da humanidade. É a sociedade que, tendo obtido libertação da precariedade humana, da mais baixa luta pela existência, mais se voluntaria para ajudar aqueles que precisam; é a sociedade onde a pessoa média está realmente interessada em contribuir para um mundo igualmente desenvolvido e próspero (e, sem dúvida que esses sentimentos foram abusados vezes sem conta por fundações e por ONGs desprovidas de quaisquer escrúpulos ou, decência humana).

Estado-nação liberal democrático: Após a queda, vem a Animal Farm.

<u>O modelo mais odiado por déspotas feudalistas e imperialistas</u>. E, este é também o modelo mais odiado por interesses feudalistas e imperialistas. Por isso mesmo, foi sabotado, atacado, caluniado, erodido, desde o início.

<u>Com a queda deste modelo, pode ascender a Utopia – a Animal Farm medieval</u>. Ao fim de 500 anos, é declarado como um modelo obsoleto quando, na prática, *quase nunca foi aplicado*. Este é o modelo realmente revolucionário, a verdadeira alternativa à reacção neo-feudalista, neo-imperialista dos movimentos internacionalistas, venham eles da esquerda ou da direita (como bons desviantes). Domínio por consórcios multinacionais, cartéis e monopólios (PPPs), comissariados locais, forças de mercenários, exploração, subjugação, expansionismo imperial; todos esses são padrões babilónicos, romanos, medievais, coloniais. Mas não são predicados civilizados. O resultado está à vista: todas as vitórias que foram alcançadas pela ascensão do estado-nação moderno desapareceram ou estão em vias disso. E, o percurso continua. As cenas dos próximos capítulos incluem, hoje como ontem, a guerra de todos contra todos e a libertação irrestrita de despotismo humano. Para antever a Utopia, basta ler história universal. Não há nada de novo debaixo do Sol.

Paz internacional – Democracia liberal, desenvolvimento e cooperação soberana.

<u>Desenvolvimento económico e cooperação soberana, garantias para paz e estabilidade</u>. O estado-nação moderno é também o modelo que mais garantias dá para a estabilização de

relações internacionais e para a obtenção de alguma forma de paz internacional – por desenvolvimento económico e cooperação mútua, ***reais*** [não os fac símiles totalitários em vigor na actual fase de imperialização global].

A concepção de Lincoln, FDR, De Gaulle, para paz internacional real. Estados-nação liberal democráticos que se desenvolvam economicamente e cooperem entre si para desenvolvimento conjunto (o projecto de Lincoln, FDR ou De Gaulle) podem construir paz mundial *real*, por oposição à dinâmica de expansionismo, subjugação e exploração que é imposta por todas as unidades imperiais; veja-se a história do 3º mundo ao longo dos últimos 50 anos, se não se quiser ir mais atrás.

Uma guerra ***nunca*** é lucrativa para o estado-nação. Ao contrário do mito demagógico que foi mais ou menos generalizado ao longo das últimas décadas (antes disso era conhecido nessa qualidade, de mito demagógico), uma guerra nunca é um empreendimento lucrativo, para um país. Muito pelo contrário, é sempre um empreendimento incrivelmente custoso e dispendioso e, claro, destrutivo: mata muitas pessoas, destrói muita infraestrutura e é um desperdício de recursos essenciais.

Estados-nação que se tornam bélicos fazem-no porque transitam para imperialismo. Todos os estados-nação que se tornaram bélicos (e.g. Inglaterra, Alemanha ou, mais tarde, EUA) fizeram-no na dependência de grandes consórcios financeiros (*o único factor social que realmente lucra com uma guerra* – todos os restantes perdem) e, fizeram-no apenas na medida em que se tornaram concorrentes ao estatuto de potências imperiais autoritárias.

Processo a bloquear por estados-nação soberanos [como foi mote na fundação da ONU]. Esses são os processos que têm, por força, de ser impedidos e bloqueados, por estados-nação liberal democráticos que se concertem para tal efeito, mas mantenham, porém, as suas respectivas soberanias (e não é esse o discurso social pelo qual a ONU foi vendida ao mundo?)

Paz internacional e a alternativa a belicismo e a imperialismo

Paz internacional – Estado-nação liberal-democrático vs regime imperial bélico.

A distinção entre o estado-nação liberal democrático e o regime criminoso, bélico. Mas é importante olhar para o que define o estado-nação liberal democrático por contraste com o regime criminoso, o imperialismo belicista.

Democracia liberal consagra princípios de não-agressão, guerra apenas em auto-defesa. Um estado-nação liberal-democrático é um estado que, por natureza, estará interessado em evitar

guerras. Este é, aliás, um predicado do Constitucionalismo que ascende da Renascença/Reforma: os princípios reinantes são os de não-intervenção, não-militarismo, e de prática de guerra apenas quando é *guerra justa*, i.e. em auto-defesa.

Ethos de paz, desenvolvimento, justiça, transparência governamental, descentralização. Uma verdadeira (ou mesmo, semi-diluída) democracia liberal está construída sobre bons valores, e não pela ineptitude dialéctica que caracteriza os regimes bélicos. Os seus interesses são desenvolvimento, paz (um valor essencial sob democracia) e a obtenção de um bom nível de vida para a população. A democracia liberal é construída sobre um *ethos* de igualdade, justiça, universalismo, transparência governamental. Descentraliza o poder político e económico. O seu propósito é a obtenção de desenvolvimento económico e da melhoria contínua do nível de vida da população; conforme expresso pela generalização das classes médias. Como tal, está interessada em manter a paz, pela resolução diplomática de questões internacionais.

Estado bélico, ***oposto exacto*** de democracia liberal.

Despotismo, consolidação, mentalidade criminosa e massas de "dumb, stupid animals". É impossível construir uma potência militar imperial, sob essas condições. Na Roma Imperial como hoje, militarismo imperial exige despotismo e opacidade governamental, a criação de um grande *pool* de pessoas descartadas e ignorantes, que possam ser usadas para equipar grandes exércitos profissionais/mercenários (os "*dumb, stupid animals to be used as pawns in foreign policy*", de Henry Kissinger); e, claro, a generalização da mentalidade criminosa no seio da população.

Democracia liberal é o melhor garante para prevenção de guerra.

Só pode existir ao nível do estado-nação – é impossível na união regional e no império. A existência de democracia liberal é o melhor dos garantes políticos para a prevenção de guerra e, *só pode existir ao nível do estado-nação*; é inteiramente inaplicável à união regional, ao império, uma unidade demasiado alargada, na qual os centros de poder estão demasiado longe da cidadania e as actividades políticas e económicas são, por tendência, concentradas e consolidadas (originando devolução sócio/económica).

O grande bloco unido é, sempre foi, despótico, tecnocrático e militarista. O grande bloco unido é, sempre foi, inevitavelmente definido por despotismo e por tecnocracia (e, pelo seu produto incontornável, belicismo). Obter este complexo de realidade é o *único motivo* pelo qual alguém, no topo da sociedade, pode desejar derivar o mundo para blocos continentais. É *extremamente bem conhecido*, a esse nível, que se pode contar com esses blocos para serem impérios contendores, que farão guerra contra as suas próprias populações e, contra as populações alheias; passos essenciais para consolidar controlo político e económico e, no fim, obter uma forma (absolutamente viciosa) de despotismo global.

Democracia liberal e regime bélico – a pessoa sã **vs** a personalidade criminosa. O estado liberal democrático é a versão geopolítica da pessoa comum decente, que tem bons valores e está demasiado preocupada com as coisas que realmente interessam na vida; prefere dar-se bem com as restantes pessoas e, construir coisas em comum, do que começar conflitos. Por

contrapartida, o regime bélico é tipificado pela personalidade criminosa, mentalmente empobrecida, obcecada com aquilo que pode tirar ou extrair do próximo em proveito próprio. Esta pessoa mente, rouba e mata e, como tal, tem de ser colocada na prisão. O mesmo é válido para o regime bélico.

Estado-nação moderno, a alternativa a imperialismo feudalista.

Estado-nação moderno, a saída para a degeneração feudal/imperial [local ao global]. A ideia de estado-nação moderno é uma ideia extraordinariamente importante. Quase toda a história humana foi definida pela fórmula imperial, com organização do feudo local ao império regional, aquilo a que hoje chamaríamos "local to global". Este é o *standard* habitual ao longo da história da civilização humana. Em todas as eras e em todos os continentes, a forma mais típica de civilização complexa é precisamente isto: despotismo local (ao nível da aldeia, da villae, do feudo), subordinado a despotismo imperial. Os grupos que se escapavam a esta máquina de comer (e.g. tribos remotas) eram, regra geral, fracos demais para evitarem assimilação quando o império chegasse às suas costas. A Idade Média foi um produto de "governância universal". Tal como o Império Romano o tinha sido, tal como Babilónia o tinha sido, ou a Assíria, ou Egipto; tal como acontecia na China ou, em várias fases da história, em sítios como a Índia e a Rússia.

Ideia pioneira, apenas com o precedente de Israel, no AT. A ideia de um espaço protegido, independente, para usufruto de todo um povo, forte o suficiente para resistir a agressões externas, era uma ideia relativamente pioneira. Tinha apenas *um* precedente: o Israel do Antigo Testamento. É o formato prescrito pelo próprio Criador.

Universalismo, igualdade, direitos individuais inalienáveis

O estado-nação moderno – Universalismo e individualismo.

Percurso Renascimento/Reforma consagra universalismo e o valor do indivíduo. É no contínuo Renascimento/Reforma que o estatuto político do indivíduo, criado único e igual aos olhos de Deus, é finalmente consagrado na tradição legal ocidental. A concepção de governo que daqui vem a surgir é simultaneamente individualista e universalista. I.e. o centro da sociedade é o indivíduo e todos os indivíduos são *iguais* aos olhos da lei, que é equidistante e imparcial.

O indivíduo é primeiro entre iguais, e cada vida é única e preciosa aos olhos do Criador. O estado-nação Renascentista já tinha dado os passos mais significativos para sair do sistema

medieval, mas continuava a ser mais ou menos marcado por um dos piores elementos da sociedade medieval: a falta de reconhecimento político do valor do indivíduo médio, por distinção com o colectivo ou com o indivíduo poderoso. A *gestalt* de ideias que ascende da Reforma vem mudar isso. A Reforma vem consagrar que todos os indivíduos são únicos e igualmente importantes aos olhos de Deus. Essa realização tem consequências importantes: cada indivíduo tem de ser considerado primeiro entre iguais, com efeito, o pivot da vida política, económica e social. Cada indivíduo é criado à imagem do próprio Criador. Isto significa que é dotado de consciência, inteligência e criatividade. Essas capacidades existem para ser colocadas em prática na vida individual e no mundo, para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa para todos.

O indivíduo tem liberdades e direitos que lhe são inatos, naturais, inalienáveis.

Vida, liberdade, auto-determinação – e liberdades derivadas. É o próprio Criador quem dota cada indivíduo de direitos e de liberdades que são inalienáveis. Os direitos essenciais, dos quais todos os outros resultam, são os direitos a vida, a liberdade e a auto-determinação (ou auto-realização). Estes direitos são dados por Deus, sendo portanto inatos e naturais; o indivíduo nasce com eles e nenhum homem tem o direito de os negar, ou alienar; são direitos *inalienáveis*. Segue-se que nenhuma instituição ou colectividade humana tem o direito de atentar contra a vida (integridade física e psicológica) do indivíduo e, de lhe negar a liberdade e a auto-determinação para concretizar o seu potencial dado por Deus. Este princípio expressa-se na asserção de que o indivíduo tem toda uma série de liberdades inalienáveis, das quais são exemplos:

- De opinião e de livre expressão de ideias;

- De auto-defesa e de defesa do próximo (segurança);

- De participar na sua própria governação;

- De, em tudo, ser tratado como igual aos olhos da lei;

- Com efeito, de ter governo por leis justas, equidistantes e universais (que assegurem o respeito pelos direitos individuais de *todos* os indivíduos);

- De ter igualdade de oportunidades (o que implica o mínimo de acção governamental que possa assegurar que a economia se desenvolve como um espaço descentralizado, de classe média);

- Da mais plena e completa auto-determinação do destino individual e, de acção irrestrita onde quer que não exista uma ameaça a direitos individuais alheios.

O indivíduo só está abaixo de Deus, e o governo está abaixo de todos os indivíduos. É o indivíduo que é o centro da sociedade, e não o aparato colectivo ou institucional. É o indivíduo em si que é responsável pela sociedade, no que a Deus diz respeito; não a instituição, não o colectivo, não a comunidade (Deus lida com *indivíduos* e com *actos individuais – não existe abraço de grupo comunitário perante Deus*). Abaixo de Deus só

existe o indivíduo e a estrutura de governação vem depois, e responde ao indivíduo tanto como o indivíduo responde a Deus. Isto significa que o indivíduo é Soberano. O povo Soberano é a colecção dos indivíduos Soberanos. É essa colecção de indivíduos que estabelece e organiza um governo para assegurar boa governação, cujo critério essencial é o respeito pelas liberdades individuais de cada um.

Governo legítimo (sob a *legis*, lei) vs governo ilegítimo (fora da lei). Só enquanto assim agir, é que o governo humano é legítimo, i.e. caminha perante a *legis*, a lei. Quando deixa de o fazer, torna-se ilegítimo: um governo sem *legis*, sem lei, *fora da lei*. Aí, deve ser abolido e substituído por um novo governo que seja legítimo.

O estado-nação moderno – Universalismo, igualdade, direitos inalienáveis.

A "nação" é heterogénea, diversa e universalista. A ideia de universalismo humano é gradualmente consagrada na tradição ocidental do Renascimento em diante. A "nação" do estado-nação moderno, é a população que, sendo heterogénea e diversa, partilha um espaço comum soberano e auto-governado. O povo é entendido como a "nação" e a "nação" não é definida por uma afiliação etno/linguística específica, ou seja, não é definida por raça, língua, cultura, história comum. Com a introdução de soberania popular, a "nação" passa, por adição, a ser definida por um empreendimento livre e conjunto em auto-governação constitucional. Ou seja, qualquer um pode juntar-se à "nação", contando que seja fiel à Constituição do território soberano. Estamos portanto num domínio adulto, o domínio das ideias e das práticas, e não de temas pueris, como raça, etnia, sangue, "destino manifesto" e outras superstições deste género.

Igualdade individual e universalismo – ***todos*** são criados iguais. O respeito por universalismo humano só pode surgir e manter-se na presença da noção de igualdade humana intrínseca. Por outras palavras, a asserção de que cada vida humana é única e tem valor e dignidade *per se*, independentemente de raça, etnia, ou de qualquer outro factor deste género. Todos os indivíduos são únicos, *criados iguais* aos olhos do Criador e, portanto, todos merecem os mesmos exactos direitos e liberdades. A concepção de governo que daqui vem a surgir é simultaneamente individualista e universalista. I.e. o centro da sociedade é o indivíduo e todos os indivíduos (a universalidade) são *iguais* aos olhos da lei, que é equidistante e imparcial.

Libertação, democratização e emancipação (a real, não o fac simile totalitário). É esta postura universalista que leva à ascensão das classes médias, à emancipação das classes pobres, ao fim da escravatura, ao movimento sufragista e a múltiplos outros movimentos de libertação *real* [por oposição a *falsa libertação*, para devolver a humanidade à prisão sócio/económica da comuna feudal].

O conceito de liberdades inalienáveis. É consagrado o conceito de direitos e liberdades individuais, através de expressão Constitucional. Esses são direitos inatos, naturais e universais a todos os indivíduos [e este conceito de lei natural era inteiramente novo até aí nos sistemas políticos *mainstream*, onde desigualdade e arbitrariedade legal eram a norma].

Direitos individuais são ***inalienáveis***, significando que *não podem* ser negados, alterados, distorcidos, *alienados*, por nenhuma entidade humana. Um direito inalienável não é cedido por uma autoridade humana. É ***imposto*** à autoridade humana. É atribuído pelo próprio Criador a cada indivíduo, nas Escrituras. Direitos e liberdades inalienáveis são sempre definidos à volta da tripla formulação de direito individual a *vida, liberdade e auto-determinação* (ou auto-realização). São expressos em lei constitucional, têm de ser respeitados pelos homens, preservados e protegidos pelas instâncias de governo, que é escolhido pelo Povo para ser o principal guardião institucional desses direitos e liberdades. Se atentar contra o objecto que justifica a sua *existência*, isso significa que é ilegítimo (i.e. sem *legis*, sem lei, *fora da lei*) e tem, por conseguinte de ser substituído.

<u>A diferença entre direitos inalienáveis e direitos humanos</u>. Direitos humanos não são *necessariamente* direitos inalienáveis. De modo genérico, direitos humanos são direitos decididos e garantidos por uma autoridade humana: governo central, assembleia colectiva, etc. Tudo aquilo que é oferecido pelos homens, pelos homens pode ser negado, revisto, retirado. Sem a noção de que os direitos do indivíduo são garantidos pelo Criador (ou que são, no mínimo, naturais, inatos e inegáveis à condição humana) é a arbitrariedade humana que decide o que é bem e mal, o que está certo e errado e, ultimamente, quais são os direitos de cada um. [*Seria porém necessário rever toda a história do conceito para saber se isto sempre foi assim. A ideia de "lei natural", por exemplo, foi a certo ponto cooptada para legitimar eugenismo, pelo abutrismo obscurantista da Royal Society. A história dos últimos 300 anos está repleta disto. É concebível que uma ideia original de "direitos humanos" como sendo "naturais e inalienáveis" pudesse ter sido sequestrada ao longo do caminho*]. Este é um pormenor determinante, porque define toda a mentalidade de base para o resto do processo constitucional e legislativo.

<u>Os frutos de "direitos humanos": arbitrariedade legal, hipocrisia e autoritarismo</u>. A Revolução Americana foi construída sobre a ideia de direitos inalienáveis. As restantes democracias liberais ocidentais procuraram, de modo geral, encontrar um meio-termo, contrabalançando o uso da terminologia legal dos direitos humanos, com o discurso público dos direitos inalienáveis. A Revolução Francesa (a fase jacobina) e a Revolução Russa foram construídas sobre a ideia de direitos humanos puramente situacionais. A Revolução Americana é alicerçada em bons valores, resultantes de uma boa intepretação das Escrituras. Apesar do facto de a adaptação prática ao modelo ideal ter deixado bastante a desejar (como em tudo na sociedade humana), dá origem ao *melhor* modelo de liberdade individual e prosperidade geral que foi possível atingir em milénios de história. As restantes democracias liberais ocidentais seguiram esse desenvolvimento, embora sob níveis muito mais baixos de concretização. Por outro lado, revoluções como a Jacobina ou a revolução bolchevique Russa alicerçaram o seu processo ideológico em arbitrariedade dialéctica e na supremacia do capricho humano e, construíram infernos terrestres. Para este género de sistema, o grande desafio que existe em questões de direitos humanos é o de encontrar o melhor legalês para os distorcer, retorcer, inverter, negar, alienar, em prol do exercício irrestrito de despotismo pela classe governante. No entretanto, as democracias liberais que se desconstroem para se transformarem em tecnocracias soft ao longo das últimas décadas, têm vindo a cometer o mesmo erro e é isso

que está na base da sua transformação gradual na fase seguinte de tecnocracia, o autoritarismo privatizado tecnetrónico (de que Brzezinski fala, nos seus livros e ensaios sobre a “Technetronic Society”). O inferno terrestre segue nos próximos capítulos.

Cristandade e Modernismo

Cristandade genuína no coração do Modernismo.

Razão, optimismo humano e civilizacional, desenvolvimento, progresso. A Cristandade, nas suas formas *verdadeiras*, tem uma forma única de abraçar a Razão e a lógica e uma orientação optimista de futuro, como um percurso a trilhar na direcção de liberdade e de progresso. O indivíduo é visto como sendo criado à imagem do Criador e, enquanto tal, como tendo um potencial intelectual e moral incalculável para se desenvolver em pleno enquanto Homem e, para mudar e desenvolver o mundo à sua volta, em prol de *todos*, não apenas de alguns. A função de uma economia não é a de medir as taxas de lucro de cartéis, mas sim a de adoptar políticas que assegurem o aumento dos poderes produtivos e a geração de prosperidade para todos.

Liberdade, igualdade, prosperidade, universalidade. Liberdade, igualdade, desenvolvimento, progresso, prosperidade são valores intrinsecamente bons e justos; como é, aliás, afirmado ao longo de todas as Escrituras. O ideal almejado é a boa sociedade. Governo do povo, pelo povo, para o povo. O indivíduo no centro, com direitos e liberdades que lhe são inalienáveis. O valor intrínseco da Razão. Uma população que seja composta de pessoas capazes e morais, que, como tal, coloquem sempre os padrões de justiça e de acção verdadeira que foram estabelecidos por Deus acima de qualquer arbitrariedade ou capricho humano. O compromisso genético da Cristandade para com a universalidade do indivíduo humano.

Direitos inalienáveis não são dados ou garantidos por nenhuma entidade humana. Uma asserção essencial em tudo isto é a de que, enquanto a população fosse composta de pessoas capazes e morais, colocaria os padrões estabelecidos por Deus no topo das suas prioridades. Uma nação que acredita em Deus reconhece que os direitos são atribuídos por Ele, e não por governos humanos. Ou seja, direitos inalienáveis (que nenhum homem ou nenhum governo pode alienar, mas que todos os homens e o governo têm o dever de proteger) por oposição a direitos humanos (atribuídos por entidades humanas). Esta distinção é vital porque, quando se é o governo que dá direitos, então o governo pode tirá-los. É precisamente por isso que os vários sistemas utópicos tentam negar a existência de Deus, ou tentam torná-lo aprazível ao sistema político, como durante a Idade Média. Sem Deus, ou com a religião sob controlo governamental, são as autoridades que decidem o que é certo e o que é errado, o que é moral e quais são os direitos de cada um.

Europa contaminada por hábitos oligárquicos. O século XV marca o início da prática de padrões Cristãos de lei e governo na Europa. É um início complicado, numa Europa controlada por corrupção e por degeneração oligárquica. A institucionalização de brutalidade e de dominação era o standard comum, prevalente na vida Europeia desde os tempos de César, Tibério, Nero. Tudo isto dificulta a implementação de uma forma legítima de estado soberano na Europa. Como muitos pensadores e intelectuais observaram na altura, tal só poderia vir a acontecer no Novo Mundo; um estado soberano competente aí formado poderia servir de base para a mudança do Velho Mundo.

A nova forma de governo no Novo Mundo. A primeira aproximação a uma forma moderna de estado soberano vem, de facto, a acontecer com a fundação da República Americana, após a Revolução contra o imperialismo feudal britânico; uma revolução comandada por pastores protestantes. Esta é uma altura em que as antigas tradições feudais europeias preveniam essa forma de república de ser consolidada em qualquer parte da velha Europa. Nas melhores das alturas, a República Americana torna-se, sem dúvida, na melhor de todas as repúblicas. Implementa e exporta as ideias de igualdade humana, liberdade política e democracia, cria os maiores índices de desenvolvimento económico, político e científico de sempre, os maiores níveis de prosperidade *per capita*.

A reacção oligárquica contra a era Moderna, totalitarismo e comunitarismo

A reacção oligárquica contra a era Moderna – Totalitarismo, comunitarismo.

Oligarquia europeia enceta reacção contra ideais libertários. Para a oligarquia europeia, a noção constitucional e liberal democrática da recém-estabelecida República era uma ideia a ser esmagada à partida; sabotada nos EUA, distorcida e negada fora deles. A Declaração de Independência e a Constituição foram, no seu tempo, o modelo a seguir, o farol brilhante para o qual os Europeus médios olhavam, na ânsia por liberdade. Durante o século 19 e daí para o século 20, as oligarquias europeias começam uma das maiores (senão a maior) campanha de ***reacção*** política e ideológica alguma vez concebida.

Revitalizar a comuna regimentada medieval e o império despótico. Há a tentativa de dar uma (múltiplas) cara lavada aos valores feudais: autoritarismo, colectivismo, comunitarismo, imperialismo. Numa altura em que o sistema feudal estava a ser desmantelado por toda a Europa, essa era a forma de ressuscitar em pleno o império despótico, a comuna medieval, as brigadas de trabalho servil, a regimentação social por castas funcionais.

Substituir o Homem pelo "homem novo", a criatura bestializada. O ideal humanístico do Homem podia ser substituído por um fac simile, o "homem novo", uma mera criatura humana produzida em massa, dependente, arrogante, incapaz, intelectualmente medíocre, moralmente nihilista. Este é o tipo degradado e mirrado de ser humano que se adapta bem ao tipo de autismo psicossocial que está na essência de qualquer sistema autoritário.

É desta reacção oligárquica que surge totalitarismo moderno. A reacção foi encetada por alguns dos grandes blocos de poder oligárquico na Europa, com destaque óbvio para o Império Prussiano e para a oligarquia britânica, lado a lado com grupos como os restauracionistas jesuítas; usando ideólogos a soldo, provocadores, agentes de influência, professores medíocres. É desta reacção que surgem os movimentos totalitários da era moderna; para citar apenas alguns nomes, comunismo, fascismo, socialismo tecnocrático, capitalismo integrativo, mercantilismo britânico [***para mais, ver notas sobre Socialismo***].

Cooptação de termos libertários: **emancipação**, **humanístico**, **progressista**, **liberal**. Sob a reacção, as ideias modernistas de emancipação social, económica e política podiam ser substituídas pela velha conformidade compulsiva no grupo comunitário; renomeada de "emancipação" por pessoas como Karl Marx. Com efeito, a cooptação de terminologia é uma das melhores formas de sabotar uma corrente ideológica. O termo *emancipação* é cooptado, o mesmo acontecendo a termos como *liberal*, *humanístico*, *progressista* – para autoritarismo de esquerda e de direita. Mas sabotagem não é a única ordem de ideias aqui presente. Com efeito, às pessoas que compõem os movimentos para totalitarismo, está-lhes vedada a capacidade de *criar*. A pessoa que é formatada e tornada suficientemente inumana para ser autoritária é, em essência, condenada a cooptar e a distorcer criações alheias, a usar meros *fac similes* invertidos de instâncias genuínas e verdadeiras. Todos estes termos começam por surgir para classificar aquilo que é realmente *emancipador*, *liberal*, *progressista* e *humanista*: o modelo do estado-nação constitucional, baseado em democracia liberal, em liberdades e direitos individuais, capitalismo familiar e de classe média.

Estado-nação moderno, a aproximação ao modelo ideal de Israel, Antigo Testamento

Estado-nação moderno, a aproximação ao modelo ideal de Israel, Antigo Testamento.

O modelo que é prescrito por Deus para o agrupamento humano ideal. Esta concepção do estado-nação soberano só tem um precedente histórico: o Israel do Antigo Testamento. Estamos aqui, na prática, a falar de uma *gestalt* muito próxima e modernizada daquilo que é prescrito por Deus para o agrupamento humano ideal, conforme exposto na ideia de Israel.

Estado-nação soberano, sob justiça, equidade, direitos individuais inalienáveis. É um estado-nação soberano, radicado nos princípios que o Criador expressa para este nível: verdade, justiça, equidade, descentralização, caridade, amor ao próximo. O indivíduo é único aos olhos de Deus e tem direitos inalienáveis, inatos, que ninguém lhe pode negar sem cometer um crime contra o próprio Deus.

Poder económico e político descentralizados. Da mesma forma, as entidades governantes têm deveres inalienáveis às quais não se podem negar. A distribuição de poder político e económico são descentralizados. A economia é alicerçada na quinta familiar – a *family farm*. O "governo" resume-se, na prática, ao Templo, aos juízes e às assembleias locais.

Desenvolvimento económico e do território. Existe [pelo "governo"] um grau relativo de planeamento e desenvolvimento da economia e do território, desde a emissão de uma moeda comum até ao desenvolvimento de extensões de terra e de explorações de recursos. Essas funções visam assegurar o aumento da prosperidade geral e, de forma convergente, resolver carências sociais. Visto que "cuidarás do órfão, da viúva, do pobre e do estrangeiro", são prescritas regras específicas para assegurar essas situações.

Propriedade privada. *Propriedade* é um valor essencial ("*não roubarás*"), mas existem situações muito específicas na qual o uso irresponsável de terreno pode dar origem a alienação "estatal". Sob as Escrituras, um terreno pode ser forçosamente adquirido, embora sob condições *extremamente estritas e sempre a um preço justo* e, apenas e somente quando isso for exigido para o bom uso do território. Na instância específica, um terreno fica na posse de uma família durante 50 anos, mas pode ser-lhe retirado após esse período, *apenas e somente se o mesmo for mantido devoluto e se for negada a partilha dos seus frutos com os mais carenciados, como exigido por Lei* – i.e. a propriedade privada é um direito, mas não um direito final. Porém, interferir com esse direito é algo que só pode ser feito sob condições extremamente específicas e coerentes, decretadas por Deus, Ele próprio.

Big daddy state só surge quando povo se torna imaturo – só um povo moral pode ser livre. A condição prescrita para Israel é uma condição bastante livre e descentralizada. O elemento de coerção está largamente ausente e não existe nenhum *big daddy state*. Com efeito, Deus fica desapontado quando Israel lhe pede um rei, que surge na forma de Saul. E avisa, terão um governo central (com uma casa real e uma estrutura coerciva de estado central) mas a consequência de optarem por ser crianças é a de virem a ser tratados como crianças, pelo governo central – i.e. perda de liberdades. O estado de liberdade descentralizada só pode ser mantido enquanto as pessoas forem morais. Quando deixarem de o ser, voltarão à casa de escravidão.

É por isso que as doze tribos falham no que era a reaproximação ao Éden. É por isso que as doze tribos de Israel falham nos propósitos para os quais foram escolhidas, o de recriar uma aproximação terrena ao antigo Éden e o de guiar as nações para a justiça a partir desse território (a Terra Prometida não é um qualquer refúgio mas sim uma chance de um novo início, em linha com Deus). As tribos são irresponsáveis e, com o tempo, tornam-se tão viciosas e corruptas como os povos em redor.

Universalismo humano: na Lei, qualquer um pode ser adoptado como igual em Israel. É também aqui que é expresso o conceito universalista do estado-nação. Os Hebreus são o povo escolhido de Israel, mas é-lhes ordenado que aceitem sem reservas quaisquer estrangeiros que estejam dispostos a aceitar a Torah (num estado de direito moderno e, com respeito pelas devidas diferenças, isto seria a Constituição). Esta aceitação não implica mera caridade, mas também a atribuição de estatutos de plena equidade social, aquilo a que hoje em dia se chamaria de cidadania. A condição de *povo escolhido* está radicada no povo Hebraico, mas não lhe é exclusiva, uma vez que qualquer estrangeiro pode ser aceite como igual e aceite como igual em Israel, contando que aceite as condições para tal. É claro que, para perceber isto, é preciso compreender aquilo que o *povo escolhido* realmente é. É o conjunto de pessoas que aceita "de toda a alma e de todo o coração" a vontade de Deus e, por conseguinte, se torna num "povo de sacerdotes e de ministros" para se dirigir às nações, como declarado na Torah. A condição começa por ser dada aos Hebreus pela promessa feita a Abraão, Isaac e Jacob; por esse motivo, qualquer Hebreu nasce com os dotes e as capacidades preferenciais para justificar o título. Mas é uma questão de escolha exercitar ou não esses dotes e capacidades. O gentio que aceite Deus de toda a alma e de todo o coração vai ser mais parte do povo escolhido que o hebreu que rejeite Deus. Portanto, Deus não aprova qualquer forma de etno-identitarismo, ao contrário do mito que costuma ser transmitido, junto de públicos judaicos e gentios por igual (por personagens que precisam de distorcer e obscurecer as Escrituras para cumprir as suas próprias agendas de militantismo político e religioso). As tradições, as qualidades populares consensuais, a beleza das iniciativas colectivas, nada disso interessa ou conta para nada aos olhos de Deus, se não advir da obediência aos preceitos d'Ele, i.e., de uma consciência pura e limpa. Tudo o que conta é a obediência aos preceitos d'Ele. E a condição de sangue é condicional, secundária e até irrelevante, por comparação com a fidelidade plena a Deus. É claro que isto é *destacado* ao longo de *todo* o Antigo Testamento e é, mais tarde, consagrado com a Aliança feita através do próprio Filho de Deus. Israel é a primeira formulação do estado-nação soberano e é uma formulação *universalista*, por oposição a uma formulação particularista. A formulação do conceito de estado de direito universalista é uma adaptação deste universalismo essencial.

Modernismo: Descentralização, competição, diversidade – Democracia liberal constitucional

Agitar as águas chocas com descentralização, competição, diversidade.

O papel fulcral de descentralização, competitividade, diversidade. A Renascença traz à Europa algo que não tinha existido durante séculos: uma combinação eficaz entre

descentralização de poder, competitividade aplicada à obtenção e à produção de conhecimento e, claro, diversidade cultural e intelectual. É um período de mudanças tectónicas, reconfiguração civilizacional, divergência intelectual, durante o qual o edifício das ideias e das práticas medievais pode ser desafiado e erodido. Este processo é avançado e acelerado com as convulsões da Reforma, que aceleram o desmantelamento das estruturas medievais e permitem a uma Europa que está a aprender a ler, ter acesso aos valores liberais e universalistas expressos nas Escrituras, até aí censuradas e substituídas por canône corporativo eclesiástico. Os grandes herdeiros e beneficiários da Renascença e da Reforma são, claro, as classes médias europeias, que ascendem ao longo de todo este contínuo para virem, mais tarde, a tornar-se na maioria numérica da população. Durante os séculos intermediários, as classes médias tornam-se o epicentro de actividade económica da era moderna, de inovação intelectual, criativa, científica, de reformismo económico e político. São determinantes para a ascensão de liberalismo político, para a aceleração do desenvolvimento intelectual e científico da civilização e, claro, para a criação de economias centradas em produção industrial e em actividades descentralizadas de classe média. É ao longo de todo este contínuo que surge o espaço para a efusão de ideias e de conceitos, de novas e melhores formas de fazer as coisas e, ultimamente, para recriação civilizacional à maior escala.

Sair de estagnação implica, claro, agitar as águas chocas. O factor determinante na dissolução da estagnação granítica da ordem medieval e na ascensão geral do homem e da civilização para a era moderna é, muito literalmente, o agitar das águas chocas, para gerar o tipo de ambiente no qual é possível haver a ascensão e a competição entre novas ideias e novas formas de fazer as coisas. Isto não é um processo pacífico. Implica a existência de convulsões, de divergência endémica em todos os campos, de competitividade descentralizada e, claro, de espaços de independência.

Descentralização… (2) – Democracia liberal constitucional e o mundo livre.

Criatividade civilizacional, por conflito ou por paz? Descentralização de poder, abertura, competitividade, intercâmbio; todas são condições *sine qua non* para o exercício de criatividade civilizacional. Para que a era moderna pudesse nascer, estes factores tiveram de erodir a estagnação medieval por meio de um grau – até aí quase inaudito – de conflito, guerra e convulsões, sociais, económicas e políticas. Mas depois [e este é o génio pelo qual a ordem natural, ordenada pelo Criador, funciona], a era moderna encontra uma forma de perpetuar estes mesmos factores *em si mesma*, para que nela possam operar de modo civil, pacífico e construtivo.

Democracia constitucional liberal, ***o** modelo do modernismo*. Isto é feito através da ideia de democracia constitucional liberal exercida pelo estado soberano (a única entidade que consegue exercer este modelo). A democracia constitucional liberal é *o modelo* do modernismo, a suma das melhores aspirações que animam todo este processo de ascensão.

Desenvolvimento económico, político, científico, tecnológico, sem par na história. É o modelo que consagra a igualdade universal entre indivíduos e os direitos que são naturais e inalienáveis a cada ser humano. Concretiza a centralidade dos princípios de democracia, governação constitucional e desenvolvimento económico descentralizado. É sob democracia constitucional liberal que são alcançados os maiores índices de sempre em desenvolvimento sócio/económico e em progresso científico/tecnológico – índices ***nunca*** replicados sob qualquer outro modelo. Esta é a sociedade que acaba com a fome e com a miséria dentro das suas fronteiras, que universaliza as classes médias e, que cria os maiores índices de prosperidade *per capita* alguma vez alcançados. É a sociedade sob a qual a pessoa média já não tem de temer morte por doenças curáveis e tratáveis e pode almejar viver até aos 80/90 anos; é a sociedade que desenvolve a melhor medicina alguma vez em existência e a oferece a toda a população. É também a sociedade que universaliza a literacia, o acesso à educação e ao conhecimento agregado do Homem.

A ***sociedade ocidental*** [o "mundo livre"], modelo para o planeta. Esta é a sociedade que vem a ser conhecida como a sociedade ocidental, o modelo de desenvolvimento para o mundo. Existe um ponto de agravo aqui, que é o facto de este modelo nunca ter sido implementado em nenhuma região do planeta, apesar de países como EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e alguns outros países, particularmente na Europa, terem chegado perto disso. Esse estatuto perdurou até à fase em que se podia falar deste conjunto de países como o "mundo livre".

Descentralização… (3) – Crossroads: liberdade global ou escravatura global?

Democracia liberal constitucional hoje sob desmantelamento. Um outro ponto de agravo, é o facto de a sociedade liberal democrática estar, neste momento, a ser desmantelada, gradualmente substituída pelos conceitos colectivistas, neo-feudalistas, da "sociedade global". Depois de um período de recuperação e de novas oportunidades, a sociedade parece estar a encaminhar-se de volta para a grande noite da estagnação colectivista.

"Sociedade global", despótica, precisa de se mascarar de "democracia liberal". É de nota, porém, que mesmo enquanto o modelo é, em si, desmantelado, o seu nome (democracia constitucional liberal) é invocado, como forma de oferecer legitimidade aparente à formação da "sociedade global". O termo "democracia liberal" tem de ser usado, mesmo quando está a servir de capa a colectivismo tecnocrático de estilo feudal.

Mas esta também é a 1ª vez em que democracia liberal *real* pode funcionar em pleno. Porém, a memória do modelo perdura e, deve ser dito que, pela primeira vez na história da humanidade, se chegou ao ponto onde o modelo *pode ser feito funcionar em pleno*, sob os avanços tecnológicos das últimas décadas.

A crossroad da história: libertação global ou escravatura global? Ao mesmo tempo, esses avanços tecnológicos têm, em si, sido factores determinantes no desmantelamento das democracias liberais; são instrumentos vitais para a consolidação de poder *a todos os níveis*

num cada vez menor número de mãos. Essas mãos são inchadas e autoritárias e, não hesitam em usar o poder da tecnologia para moldar a humanidade ao registo da plantação global – a aldeia global é um sítio *muito* servil. A tecnologia será utilizada para libertar ou para escravizar a humanidade? Essa é uma questão que será resolvida pelas acções de quem conta; cada indivíduo que está vivo e que, tendo os dotes de consciência, inteligência e criatividade, pretende fazer uso desses dotes para deixar um mundo melhor para a universalidade das gerações futuras.

A habitual interferência gnóstica

Renascença/Reforma inclui habitual presença gnóstica – Imperialismo socialista tecnocrático global.

Percurso Renascença/Reforma também manchado por habitual infiltração gnóstica. É claro que, ao longo do continuum Renascença/Reforma encontramos vários autores, os gnósticos, que surgem para avançar as suas várias concepções de escravatura humana, organização social por castas, práticas eugénicas, destrutivididade universal, degeneração intelectual e moral e assim sucessivamente. É o registo do costume (a única coisa que estas pessoas conseguem fazer) e, como sempre, apresentado como um encantador anjo de luz. No campo geopolítico, argumentaram em favor de um processo gradual de regionalização e globalização.

A ideia de conquista global, império global. Sob esta ideia, o estado-nação europeu é desenvolvido, usado para conquistar, subjugar e europeizar os restantes povos, após o que o mundo é fundido num único império global.

O caso do obscurantista Campanella e da sua Cidade do Sol. Este foi, por exemplo, o caso de Tommaso Campanella, um gnóstico obscuro e obscurantista, um tratante que opera em meios católicos no início do século 17. Campanella escreve a Cidade do Sol, onde expõe o projecto para um processo de imperialização global que acabaria com a instauração de um despotismo global, organizado segundo o modelo a que hoje chamaríamos de Socialismo tecnocrático (totalitarismo).

Modelo replicado por totalitários germânicos, jesuítas, Saint-Simonianos. O modelo é essencialmente copiado pelos posteriores Românticos alemães (de onde são originados Fichte e Hegel e, daí, Marx), pelos Restauracionistas Católicos e, claro, pelo Conde de Saint-Simon e pelo seu discípulo Comte. O “Estado Social Estático” do satanista Comte é, em praticamente tudo, uma repetição mais elaborada do modelo de Campanella.

Campanella queria totalitarismo global sob Rei e Papa. Existe depois este pormenor interessante onde, segundo Campanella, a governação do planeta seria partilhada entre a Coroa espanhola e o Papa. Mais tarde, os Restauracionistas disseram que haveria um imperador do mundo secular em concerto com o Papa. E é claro que Dostoievski, ele próprio um ex-membro do círculo interno de comunistas russos no seu tempo, escreve "Os Possuídos" [sobre esse *millieu* encantador], onde o personagem que é o grande líder revolucionário nos diz que, primeiro assumimos controlo dos países, depois colectivizamos tudo, a seguir regimentamos toda a população numa grande massa comunista e, por fim, entregamos tudo isto, todo este enorme aparato – nas mãos do Papa. E ele mandará. É preciso tomar muita atenção a estes projectos, porque são *extremamente* consequentes.

Percurso Moderno ilustra a não-linearidade da História

História não é linear (1) – Protagonistas Renascença/Reforma, muitas vezes maus.

Oligarcas, banqueiros, tiranos, académicos a soldo, hienas, falsos revolucionários. É preciso notar que todo este percurso não foi necessariamente protagonizado por pessoas boas, bem-intencionadas, justas ou equitativas. Em larga medida, tudo isto foi a obra de príncipes absolutos, oligarcas dispersos, cardeais corruptos, cavaleiros germânicos, banqueiros mercantis, ideólogos oportunistas, mercenários, prestamistas de salão, teólogos insanos, mercadores piráticos, extremistas religiosos, primeiros-ministros iletrados, académicos a soldo, tratantes, barões alemães, banqueiros de monopólio, corsários, artistas pedofilíacos, cavaleiros de Malta, ministros refractários, industrialistas degenerados, consultores de bordel, generais genocidas, bandidos de floresta, irracionalistas científicos e cientistas irracionais, panfletistas a contrato, maçons, fanáticos étnicos, secretários de estado corruptos, capatazes de plantação, vampiros institucionais, vendedores de escravos, padres apóstatas, juízes vigaristas, embaixadores vendidos, membros de *round table societies*, professores medíocres, terroristas, banqueiros centrais, hienas, agentes de serviços secretos, mestres de guilda, psiquiatras, fariseus, revolucionários que fingiam ser classe baixa, mas eram na verdade classe média e alta e, pretendiam chegar ao topo para reduzir toda a gente a classe baixa; com a mera excepção de si próprios, que seriam a classe alta (i.e. falsos revolucionários, na prática reaccionários autoritários e neo-feudais).

Saltimbancos, gnósticos feirantes, lojas ambulantes – a ciência da vigarologia. Depois, também existiu uma forte prevalência de saltimbancos gnósticos, alquimistas védicos, leitores de sina, mestres de loja no 33º grau e muitos outros charlatães de feira. Em média, estes sujeitos usaram fraude, violência, traição e a ciência obscura conhecida como vigarologia (ou, "conology"). Não negue uma ciência que desconhece, em vez disso entregue-se cegamente a

ela, *e a mim*, dizem o charlatão publicitário, o guru degenerado, o banqueiro central e o esoterista governamental. Mas esta é uma ciência muito complexa, com inúmeras ramificações para inúmeros campos, porém sempre assente no mesmo factor, a dialéctica (conheça-se isso e sabe-se o 101 de vigarologia).

Vigarologia leva tratantes gnósticos ao topo – os exemplos de Portugal, UK. Em troca dos "mistérios arcanos" (e.g. a receita da pólvora, fórmulas de psicologia humana, técnicas de governo, conhecimento histórico, artes fraudulentas para comunicar com espíritos), muitas destas pessoas tornavam-se consultores para reis e rainhas, ao ponto de se tornarem mais poderosos do que os próprios poderes que, alegadamente, serviam. É dessa forma que chegam ao topo em, na prática, todas as sociedades modernas. Dois exemplos históricos importantes são dados pelos países de Portugal e do Reino Unido. O estado-nação do Reino Unido é essencialmente uma criação rosicruciana e, claro, das várias seitas de cavaleiros teutónicos que se centram na Escócia a partir do evento De Molay. É claro que aqui, estamos no puro domínio do charlatanismo e do brigandismo internacional. O mote é dado pela corte rosicruciana de Isabel I, liderada por John Dee, o inventor do conceito de "Brytish Empire", que assinava sempre os seus documentos com "007". Também relevante nesta altura, Francis Bacon, com os seus ensaios sobre manipulação da psique pública, controlo da economia, espionagem, artes políticas, etc. No caso de Portugal, temos a dominância de charlatães teutónicos, pseudo-eclesiásticos, rosicrucianos à mistura e, depois, as suas várias lojas de vigarologia, ocultismo de gabinete, jogos do macaco feirante. É um regime oligárquico que, não obstante esta e aquela transição, sucedeu em manter o país sob o mais completo obscurantismo civilizacional ao longo dos séculos. Com efeito, um *benchmark* para a sociedade global ou, como é chamada a partir da Boca do Inferno, o Quinto Império, fascismo global.

História não é linear (2) – Avanço apesar da *maldade* humana.

Avanços Modernos acontecem por bondade humana e *apesar* da maldade humana. Como é verificável, muitos dos protagonistas do desenvolvimento Moderno não foram pessoas boas, humanitárias, idealistas iluminados por concepções de governo justo e ascensão humana. Pelo contrário, foram figuras pequenas e mesquinhas, interessadas em questões de poder, riqueza e venialidade, notoriedade humana. Os avanços civilizacionais deste período acontecem certamente pela bondade humana mas, em muito maior medida, *apesar* da maldade humana.

História não é linear (3) – Projectos A -> B afinal resultam em A -> Z3f1/2.

História é sempre não-linear, elíptica, ordenada pelo Criador e não por *control freaks*. O decurso dos eventos humanos funciona de modo *não-linear* e *elíptico*. Este é, de resto, um conceito óbvio, uma consequência evidente da dinâmica matricial e axiomática da realidade. Mas as coisas tornam-se mais interessantes no caso do homem mau e corrupto, o *control freak*. Quando o *control freak* inicia uma acção, uma moção, um movimento, para fazer A ->

B, talvez A -> B aconteça no curto e médio prazo, mas os resultados de longo termo são algo como A -> Z3f1/2, sendo que A -> Z3f1/2 é um resultado bom, construtivo e, inteiramente inesperado para o *control freak* original. O mesmo é válido para os resultados de longo termo das acções de ninhadas inteiras destas pessoas, ajam elas em concertação ou em divergência. Essa é a essência do processo de evolução histórica da era Moderna. As acções combinadas de doses industriais de gente corrupta, mesquinha e venial funcionam para dar origem a valores civilizacionais incrivelmente construtivos. É *precisamente desta forma* que o Criador organiza as coisas. Ele está acima da história, guia as coisas para os fins que deseja, e faz questão de usar as más acções dos homens para chegar a esses fins.

A não linearidade dos eventos humanos (notas adicionais). Como foi dito, a história dos eventos humanos *nunca* é linear. Funciona de uma forma *não-linear* e *elíptica*. Pensa-se que se vai obter A -> B, mas, na prática, os resultados de longo termo são A -> Z3f1/2, de uma forma que não foi, nem podia ser prevista pelo quadro que fez o planeamento inicial. A vida e o mundo são sistemas incrivelmente complexos onde, a cada momento, surgem novos, infinitos, factores de imprevisibilidade.

O grande drama do control freak histórico. Este é o grande problema do *control freak* ao longo da história. Autores como Saint-Simon, Comte, Bertrand Russell, Marx, Lenin, passaram horas de angústia à volta desta temática. Como tornar o mundo em algo de inteiramente previsível, estático? Pois, tal não é possível.

O tabu intocável da omnipotência oligárquica, pure nonsense. De entre os autores mencionados, só Lord Russell foi intelectualmente honesto o suficiente para assumir esse facto, embora de forma indirecta; nestes círculos, negar a omnipotência da oligarquia é talvez a pior forma de tabu.

Imprevisibilidade crónica é uma constante óbvia. É possível organizar grandes direcções de evolução para décadas, séculos até, tal como é possível ordenar sistemas de microgestão para o curto e para o médio prazo. Mas o decurso dos eventos nunca é inteiramente previsível, por muito esforço que possa ser colocado nisso. Qualquer um dos autores supracitados sabia bem disso, porque todos eles foram eventualmente confrontados com imprevisibilidade crónica nas suas próprias vidas.

O exemplo de Lenin. Aqui, talvez o exemplo de Lenin seja o mais expressivo de todos. O *dandy* de Genebra, a *little pet thing* dos banqueiros, que vai depois espalhar devastação, degradação e terror (e, claro, genocídio) sobre uma terra que, pessoalmente, odiava é, no auge do seu *imperium* pessoal, confrontado com terror, degradação e devastação na sua própria vida. A morte de Lenin é um processo horrível e excruciante, que expressa bem o conceito de retribuição ainda em vida.

História não é linear (4) – E.g. da aldeia feudal à caixa de Pandora global.

Activista constitucional sincero **vs** banqueiro mercantil e "homem de honra" da loja. O profissional liberal que se torna um activista constitucional por motivos altruístas não é

equiparável ao banqueiro que financia uma revolução liberal apenas e somente para obter os contratos de exploração sob o novo regime. Este banqueiro pretende ser o novo lorde feudal do território e, para isso, pode contar com o apoio de grupos de classe média, organizados por guildas e lojas, os "homens de honra", como com a Camorra. O "anão", que pretende assumir um papel de destaque no novo regime, trabalha com o "gigante", numa grande simbiose oligárquica. E, eventualmente, viram-se ambos contra o activista constitucional, que se lhes oporá.

Novas gerações com horizontes expandidos. Porém, o facto é que as convulsões causadas pela revolução liberal em si, com o influxo de novas ideias, mudanças sociais culturalmente relevantes (urbanização, industrialização, educação, expansão das classes médias) deixam a sua herança. Sob o feudalismo absoluto do pré-revolução, a família média de camponeses não sabia que existia um mundo para além da aldeia. Mas, agora, os seus netos sabem ler, escrever, conhecem novas terras. Foram expostos ao *ethos* constitucional, às práticas democráticas e à noção de estado liberal de direito. Estudam o mundo, mantêm debates de ideias, disseminam pontos de vista. Conhecem o passado e o presente e, querem um futuro melhor e mais interessante para os seus próprios netos.

Águas são agitadas para alimentar dinâmica que impede estagnação. É possível que sejam bons democratas pluralistas, interessados em direitos individuais e em desenvolvimento económico universal. Nesse caso, estão no bom caminho e assim devem continuar. Mas também é possível que tenham pontos de vista inteiramente equivocados; talvez sejam anarquistas, comunistas, fascistas, adeptos de tecnocracia ou, de qualquer outra forma chanfrada e degenerativa. Mas, o simples facto de constituírem mais uma fonte de conhecimento e de memória humana, de disseminação de ideias, de diversidade, de descentralização, age para alimentar a dinâmica que agita as águas e, eventualmente, nos leva à democracia liberal pluralista e constitucional.

Oligarquias querem derrotar dinâmica – desejam gado que não *saiba* nem *pense*. A única coisa que pode derrotar essa dinâmica, à excepção do extermínio total da humanidade *per se**, é a pura e simples erradicação de toda a herança cultural e educacional dos últimos cinco séculos. Isto é aquilo que todas as oligarquias tendem a ambicionar: não lhes basta verem o público como gado, querem que o público *seja* gado; que não tenha capacidade de *saber* e de *pensar*.

* e essa não seria uma reacção demasiado estranha, por parte de algumas das principais oligarquias no planeta, que preferem a perspectiva de aniquilação total, incluindo de si mesmas, aniquilação suicida, do que a frustração de falharem nas suas perspectivas. É o funcionamento da besta escorpiónica que, sendo nihilista e sociopática, *tem* de subjugar e destruir o adversário, mesmo se isso significar que se mata a si mesma.

Recorrem a vigarologia psiquiátrica e psicossociológica. Para isso, muitas das actuais oligarquias recorrem a novas versões das antigas artes vigarológicas, como sejam psiquiatria cultural, a destruição da educação, envenenamento do sistema nervoso central com elementos psicotrópicos, marxismo frankfurtiano, a redução da cultura ao mínimo denominador comum.

Porém, a caixa de Pandora está aberta, para o planeta inteiro. Mas é muito duvidoso que todas estas técnicas venham a tempo, para as oligarquias que as estão a utilizar como armas, num mundo em que cada vez mais pessoas sabem ler, escrever e, sabem que existe todo um enorme mundo em redor. Essa caixa de Pandora foi, mais que aberta, escancarada, e isso é muito bom. Seja como for, todas as técnicas que são usadas pelas oligarquias consistem em charlatanismo [*é o único domínio que lhes é acessível – o domínio legítimo da criação e da construção está-lhes vedado*] e, charlatanismo pode ser combatido com os dotes que são inatos a cada ser humano: consciência, inteligência e criatividade. Portanto, tal como no ponto anterior, basta reiterar que o futuro é moldado por todo e qualquer indivíduo que esteja interessado em trabalhar para um futuro melhor para a universalidade humana.

História não é linear (5) – E.g. mundo de Leste.

Após queda do Muro, mistura de capitalismo financeiro com comunismo [banditismo]. É um fenómeno similar ao que acontece nos países de Leste após a queda do Muro. O capitalismo neo-colonial de Wall Street chega com a promessa de transformar Moscovo em NY e Vladivostok em LA, e falha deliberadamente em todas as promessas, à medida que liquida, saqueia e devasta todo e qualquer artefacto da era soviética que encontre à mão. Tudo isto fez com que muitos europeus de Leste viessem a preferir o retorno a uma era mais "segura", e estes são similares aos absolutistas e aos monarquistas do século 19. Aí, encontram os seus correlatos nas esferas políticas, que continuam a ser perfeitamente comunistas. O gangsterismo actual, com retórica social-democrática, é apenas a continuação do banditismo soviético actualizado pela perestroika – até é perpetrado sobre estes povos pelas mesmas exactas colecções de criminosos.

Porém, as *ideias* e o *discurso* da democracia liberal constitucional espalham-se. Porém, o resultado benéfico, e promissor para o futuro, é o de agora existirem enormes quantidades de russos, ucranianos, estónios e polacos que, não estando interessados em voltar ao pântano do despotismo comunista, puderam adoptar ideias de capitalismo de classe média (que sabem distinguir de capitalismo financeiro predatório). Veja-se qualquer transmissão da Russia Today, ou leiam-se os artigos do actual Pravda e, a linguagem usada é a linguagem da democracia liberal constitucional (não obstante a deferência obrigatória ao Czar, Putin). E é claro que o mesmo tipo de fenómeno acontece até num país como a China, abertamente sob a bota comunista.

E, existe divergência, diversidade, conflito de retóricas [mesmo que sob criminosos]. Neste momento, o antigo bloco soviético está exposto a tantas tendências ideológicas diferentes quanto a oligarquias e a máfias de governo. Existem comunistas, ultra-nacionalistas, meros absolutistas, liberais, democratas de várias cores e tendências e, claro, este elemento muito bom da linguagem liberal democrática e constitucional. É bastante provável que o russo médio não seja demasiado afectado por isto, no seu dia-a-dia. Tanto quanto sabe, a ordem social é uma variante daquilo que tinha sob a URSS, apesar de o imperador absoluto ser diferente e, apesar de os comissários locais serem agora ainda mais gangsteristas que antes. Ao mesmo tempo, é claro que a generalidade destes movimentos são e foram comandados por

elementos criminosos, desde a presidência até à mais baixa e reles célula comunista ou fascista, a trabalhar conta doméstica ou por conta de potências estrangeiras (neste padrão existem raras e honrosas excepções, como Vladimir Bukosvski, o ex-prisioneiro da Psikhushka KGB, constitucionalista democrático, que depois de ser candidato independente à presidência na era Yeltsin, veio a avisar os europeus do seu futuro soviético sob a UE[SSR]).

A caixa de Pandora das ideias foi aberta e isso é essencial para o futuro. Porém, a caixa de Pandora das ideias e da linguagem já foi *aberta*, para *todo* esse gigantesco espaço de terra – e são *muitas* pessoas. Já não estamos na era em que ninguém sabia ler ou escrever, tinha ideias próprias fora do mero quotidiano e, a opção era entre Trotsky e Stalin. E, mesmo esse choque, a peça de teatro entre a III e a IV Internacionais, teve a vantagem de ser *mais uma fonte* de divergência, diversidade e debate, dentro e fora do espaço soviético. Até o irracionalismo destas duas correntes foi importante para agitar as águas do ambiente mental público; algo à semelhança do que aconteceu com o jacobinismo, na Europa. Os jacobinos teriam ficado horrorizados ao ver que o seu reino de provocação e genocídio, em nome da aristocracia britânica, vai mais tarde, de modo não-linear, contribuir para animar movimentos de libertação *real* ao longo do século 19. É assim que a história avança e sempre avançou. É não-linear e, é nesse espectro de não-linearidade que as acções dos homens maus acabam por dar origem a padrões de evolução que são complexos, inesperados, construtivos, bons. É assim que as coisas estão ordenadas.

BM

Benjamin Franklin enumera os agravos das Colónias.

“Restrições sobre o comércio, cortando o influxo de ouro e prata”.

“Proibição de emitir papel moeda”.

“Um novo e pesado imposto sobre selos... para nos extorquir e arruinar”.

“Acabar com julgamentos por júri, recusar direito a petição”.

«*To a concurrence of causes: the restraints lately laid on their trade, by which the bringing of foreign gold and silver into the Colonies was prevented; the prohibition of making paper money among themselves, and then demanding a new and heavy tax by stamps; taking away, at the same time, trials by juries, and refusing to receive and hear their humble petitions… The Stamp Act says we shall have no commerce, make no exchange of property with each other, neither purchase nor grant, nor recover debts; we shall neither marry nor make our wills, unless we pay such and such sums; and thus it is intended to extort our money from us or ruin us by the consequence of refusing to pay it*» Benjamin Franklin, Examination before the House of Commons, February 15, 1766.

Classes médias no modernismo: Auto-suficiência, liberalismo e actividade intelectual

Emancipação de feudalismo: Classes médias europeias desestabilizam cristalização.

Ascensão de classes intermédias desestabiliza fixismo oligárquico. Uma das formas essenciais pelas quais um sistema "estabilizado" de duas classes é, de modo muito saudável, desafiado, é pela emergência de uma ou mais classes intermédias; as classes médias. A grande vantagem social da emergência de classes médias é o facto de essa ascensão aumentar a confusão no sistema, de o desestabilizar.

Convulsão internas agita águas, introduzindo novas formas pensar e de agir. É assim que um sistema cristalizado e fixista é mudado. É lentamente decomposto, submetido a convulsões internas. Essas convulsões podem ser políticas, económicas, intelectuais, ou de outros tipos de carácter. O estado de convulsão em si quebra velhos padrões, velhas normas, introduz novas formas de pensar e de fazer as coisas. O estado de convulsão permite a ascensão de diversidade intelectual e política.

Classes médias europeias que ascendem da era medieval, um conjunto heterogéneo. As classes médias que se formam durante a Idade Média são um conjunto bastante diversificado e heterogéneo. Os indivíduos e grupos que dão origem a essas classes têm muitas origens diferentes: alguns surgem como funcionários da classe alta, outros são os líderes e/ou os dominadores da classe baixa, e outros são, pura e simplesmente, indivíduos e grupos (provenientes de ambas as classes) à procura de um espaço fora do sistema estratificado. A burguesia europeia não era uma classe *per se*. Era um conjunto de muitas classes e grupos diferentes. Havia burgueses que estavam inteiramente integrados no sistema feudal, como era o caso com muitos participantes nas velhas guildas. Havia outros que eram aristocratas "despromovidos". Outros ainda eram servos rurais, que tinham acorrido ao ambiente algo mais fluido das cidades, em procura de um espaço próprio, a sua própria emancipação sócio-económica do sistema feudal. Muitos outros advinham das vastas massas semi-nomádicas que, na altura, preenchiam as estradas e os caminhos da Europa. Outros ainda, correspondiam aos funcionários das classes nobiliárquicas: capatazes, contabilistas, juristas e assim sucessivamente. Alguns podem ser agrupados no que pode ser denominado de pequena burguesia, i.e. classes médias baixas e "médias". Esta classe heterogénea inclui desde lojistas a profissionais liberais ou até os capatazes dos empreendimentos feudais. Depois temos a alta burguesia, essencialmente ligada a grandes negócios mercantis, na banca e no domínio do comércio internacional.

Ascensão das classes médias, essencial para emancipação da estagnação medieval. A ascensão das classes médias foi um elemento vital para que a Europa se emancipasse da estagnação medieval, como será visto no próximo ponto.

Geração de pool de riqueza aparte do sistema de duas classes.

Classes médias europeias dispostas em vários grupos heterogéneos. Como anteriormente mencionado, não existiu uma única "burguesia". Existiram vários grupos e subclasses diferentes. Há que fazer distinções reais e pertinentes entre estas subclasses. Os capatazes de feudo e de plantação eram "classe média" mas dificilmente se notabilizaram por qualquer forma de luta por liberdades pós-feudais. Certamente não estão no mesmo barco que os activistas constitucionais dos séculos 17, 18 ou 19. Porém, podiam ganhar salários de classe média e usá-los para oferecer uma boa educação aos filhos, que talvez optassem por usar os seus conhecimentos para se tornarem activistas constitucionais. Nesse ponto, o capataz de campo encontra-se ao mesmo nível que o lojista, o pequeno industrialista urbano ou o advogado que pretendiam obter direitos individuais.

Riqueza gerada, aplicável em investimentos e em mudança sócio-política. Todos estes grupos obtinham um *pool* de riqueza aparte do sistema de duas classes, e essa riqueza podia depois ser empregue em auto-financiamento nos mais variados campos, o que inclui a expansão de negócios (gerando mais riqueza), a obtenção de educação, e a condução de lutas políticas. O mesmo tipo de raciocínio é válido para o administrador financeiro que trabalha para a alta aristocracia mercantil. Não está no mesmo barco que o pequeno industrialista, o lojista, o capataz, o médico, o advogado, ou o jornalista. Porém, gerava um pool de riqueza que podia ser usado para investimentos e, mais tarde, para a promoção de mudanças sociais e políticas, de um carácter ou outro.

Activismo político.

Classes médias, outsiders, têm educação, capital, interesse em mudanças sócio-políticas. As classes médias surgem como outsiders (totais ou parciais) do sistema de duas classes. São tendencialmente educadas e têm acesso aos seus próprios pools de capital, individuais ou colectivos. Geralmente estão interessadas em obter o seu próprio espaço político, o que pode incluir a exigência de mudanças sócio-políticas em larga escala, participação nos processos de decisão (directa ou por representação), direitos e liberdades.

Protagonizam todas as revoluções do Renascimento em diante. Do Renascimento em diante, todas as revoluções que acontecem no mundo ocidental passam, de uma forma ou outra, pelas classes médias. Regra geral, estas classes surgem como protagonistas.

Uma vez mais, heterogeneidade. Aqui, é necessário tomar em consideração que existe, também neste contexto, uma grande diversidade. O banqueiro não é o mesmo que o profissional liberal

que se torna activista constitucional e, este não é mesmo que o capataz feudal que se junta à revolução por oportunismo, ou talvez até para a sabotar (o paradigma Babeuf).

Activismo burguês essencial para desagregar feudalismo, a par de Reforma e revoluções liberais. Seja como for, o activismo político e intelectual burguês vem a tornar-se da maior importância para a desagregação lenta do sistema feudal europeu. Isto não acontece como um factor isolado, mas em conjunção com outros factores históricos, com o maior destaque a pertencer à Reforma e às revoluções liberais.

A alta finança e as revoluções liberais europeias.

Alta finança liberta Europa de feudalismo rural para consolidar o seu próprio neo-feudalismo. Os interesses semi-burgueses da alta finança agiram para libertar a Europa da tradição feudal rural, mas fizeram-no como forma de estabelecer e solidificar o seu próprio domínio neo-feudal sobre os territórios revolucionados.

City revoluciona Europa para a converter num domínio comercial. Alguns grandes bancos, como o Barclays ou o Barings ganharam a desmerecida reputação de terem sido forças de liberdade constitucional na Europa. Sempre que estas entidades usavam o poder do ouro e dos Royal Marines para conduzir revoluções liberais na Europa, isso servia não como uma forma de efectivamente libertar os países em consideração, mas instalar o seu próprio domínio semi-colonial sobre esses países, através de um elaborado sistema de controlo financeiro e concessões comerciais.

Gigante e anão usam activista constitucional e voltam a remetê-lo a ("livre") servitude. Esse é um dos motivos essenciais pelos quais as revoluções liberais ficaram sempre a meio caminho em território europeu. Eram guiadas pelas pessoas erradas, com os propósitos errados. Durante todo o século 19, o activista constitucional genuíno dava consigo a ser guiado e usado como peão por estes interesses de alta finança, e pelas fratrias/guildas de "homens de honra" que eram patrocinadas por esses interesses, para conduzir as revoluções e para gerir os tecidos sociais no pós-revolução. O "gigante" e o "anão", como podem ser bem entendidos, assumiam controlo sobre a sociedade; e o homem médio era/é gradualmente conduzido de volta a servitude, enquanto é persuadido de que nunca foi tão livre.

Revolução Americana, conduzida **contra City**, é liberal, democrática, universalista. É preciso manter em mente que a única revolução verdadeiramente liberal que houve na história foi conduzida *por oposição* aos interesses corporativos da City, e não sob o patrocínio dos mesmos. Essa é, claro, a Revolução Americana, que foi construída sob pressupostos liberais, democráticos e universalistas.

Revoluções bancárias são étnicas, divisivas, particularistas (Lord Palmerston). O padrão das revoluções liberais bancárias é diferente o suficiente para ser de nota. Seguiu a estratégia de balcanização e desmantelamento universal que foi definida pelo Foreign Office de Lord Palmerston, ainda durante a primeira metade do século 19. A ideia de Palmerston, habilmente executada pelo SIS e pela City, foi a de incentivar ímpetos identitários extremos, ódios étnicos e raciais, e guerras "de libertação" (arbitrariamente designadas como "liberais" ou "constitucionais") entre os diferentes grupos. O objectivo foi, claro, o de lançar a Europa numa sucessão interminável de conflitos e massacres étnicos, e particionar o território europeu em estados étnicos.

Patrocínio de falanges étnico-terroristas (Carbonarii et al). Esta estratégia é expressa no patrocínio a multitudes de grupos étnico-terroristas, cujo *benchmark* são os Carbonarii de Giuseppe Mazzini. As múltiplas falanges patrocinadas na altura por Londres eram quase todas "juventudes", dos Young Italians aos Young Serbs aos Young Poles e por aí fora. Esta era a correspondente europeia da Irmandade Muçulmana para o século 19.

City pode assumir controlo, após vagas de terror, motins, guerras civis, partições. Estas iniciativas terroristas alcançaram, em parte, os efeitos pretendidos, contribuindo para lançar a Europa num mar de terrorismo, assassinatos políticos, motins, guerras civis, partições etno-territoriais. Os interesses corporativos da City podiam depois surgir e assumir controlo sobre a terra queimada.

Táctica de Palmerston aliena Europa de "melting pot", instaura identitarismo étnico. Mas a estratégia de Lord Palmerston também foi determinante para distorcer e desvirtuar o ideal Renascentista de estado-nação, enquanto um "melting pot" liberal e universalista. Com efeito, é nesta identificação entre divisividade étnica e soberania territorial que encontramos as raízes para a mentalidade Fascista de ver a "nação" como algo que é definido por linhas etno-identitárias. A mentalidade do "ein Volk, ein Reich", do "Lebensraum", e do "Blut und Boden" advém de uma táctica provocatorial elaborada por idosos pervertidos em *clubs* londrinos. Tudo na vida tem consequências.

Divisionismo perpétuo tornado normativo. Seja como for, esta táctica de divisionismo perpétuo foi levada ao extremo durante o século e meio seguinte.

Ideologia, etnia, raça, sexo, etc – extremismo identitário, divisividade, atomização. Hoje em dia, em vez de "melting pots" compostos de homens e mulheres morais e responsáveis, o que encontramos é um mundo cada vez mais dividido ao longo de todas as linhas ao longo das quais é possível dividi-lo. Ideologia, etnia, raça, sexo, religião, preferências culturais, classes sócio-económicas; todos estes vectores são usados para promover extremismo identitário, divisividade permanente e atomização individual.

Dissociatividade é também intra-individual – Brzezinski e o indivíduo sintético. O próprio indivíduo é internamente dividido e seccionado, num ambiente sócio-económico que é cada vez

mais dissociativo, exigindo alternâncias contínuas de registo personalístico e comportamental. Como Zbigniew Brzezinski escreve ainda nos anos 70, o indivíduo pós-moderno já não é um indivíduo, na medida em que essa qualidade é medida por coerência interna, por uma personalidade integrada e consistente que age enquanto *si mesma*. Pelo contrário, o indivíduo na sociedade pós-industrial é cada vez mais uma manta de retalhos, flexibilizado, ajustado, moldado, distorcido, a viver não de acordo com a sua própria vida interna mas de acordo com as exigências e condicionantes do mundo exterior. Um maelström de diferentes registos personalísticos e comportamentais em transições contínuas entre, e dentro de, diferentes papéis sociais. Esse era o resultado da sociedade sintética, e estava a gerar problemas sociais crónicos e níveis sem precedente de doença mental, escreve Brzezinski.

Revoluções "liberais" da City acabam, porém, por promover liberalismo real. O resultado óbvio das revoluções "liberais" patrocinadas pela alta finança e pelos seus aliados corporativos foi o de aumentar a quantidade geral de destruição e divisionismo no mundo, e de submeter os territórios revolucionados ao domínio comercial e corporativo dos patrocinadores. Porém, seria ilegítimo dizer que todos os resultados deste movimento foram pervertidos. Bem pelo contrário. O facto é que foi apenas através destes actos que o europeu comum teve algum grau de acesso (mesmo que limitado e distorcido) às ideias do constitucionalismo liberal. O homem e a mulher que viviam as vidas de ignorância passaram a ter acesso a novos conceitos e a novas ideias e a ambicionar liberdades políticas, oportunidades de ascensão sócio-económica, oportunidades educativas. O mundo deixou de estar limitado à aldeia. Isso é algo que, indubitavelmente, traz vantagens para a história subsequente e para o mundo futuro.

 # Actividade intelectual e científica.

Despotismo requer mediocridade, monotonia intelectual. É no campo das ideias, da produção e transmissão de conhecimento, que a influência das classes médias se faz sentir mais. À semelhança do que acontece com qualquer outro regime despótico, a camisa-de-forças do regime feudal não era tanto política e económica como *mental* e *cultural*. Um despotismo precisa de manter a pessoa média num estado de ignorância, apatia e consensualidade. Essa é a única forma pela qual um regime social medíocre e destrutivo pode manter e, com efeito, *exercer* o seu próprio poder. Não é capaz de fazer nada por si mesmo; em tudo, precisa da aquiescência de cada um dos membros do público.

Classes médias trazem descentralização, diversidade, competitividade. O surgimento de classes médias educadas desafia, por natureza, o estado de monotonia mental que é necessário para manter um regime despótico a funcionar. Para isto, não é necessário que as classes médias educadas tenham todas as respostas do mundo; basta apenas que tragam divergência, diversidade, descentralização intelectual, que agitem as águas pantanosas e obscuras do sistema psicocultural oligárquico. É esse clima de diversidade e descentralização intelectual que, por sua

vez, cria as condições para que haja competitividade na produção de ideias, reflectida em níveis progressivamente maiores de criatividade, inovação, liberdade intelectual. Esta dinâmica alimenta-se e expande-se por si mesma, assumindo uma muito saudável vida própria. As classes médias europeias protagonizam a libertação intelectual da Europa precisamente porque introduzem esta dinâmica na sociedade comum. Os frutos nem sempre são lineares ou imediatos, mas desenvolvem-se e florescem, na criação de mais e melhor produção de conceitos e ideias.

Procura de mais e melhor conhecimento leva a dinâmica auto-perpetuada. Muitos dos seus membros são educados e procuram aumentar os seus níveis de conhecimento, por forma a encontrar novas soluções para a vida prática, mas também para a resolução de questões políticas, existenciais, metafísicas. Muitas vezes, têm o capital para o fazer. O nível de conhecimento agregado aumenta, é transmitido e retransmitido, é debatido, elicita questões e pontos divergentes. A imprensa surge e, com ela, a comunicação torna-se mais democratizada, rápida, imediata. Escrever livros e panfletos deixa de ser um trabalho esotérico, laborioso, demorado, reservado a autores autorizados e a copistas. Passa a ser algo acessível a quem tenha conteúdos para transmitir e capital para o fazer. Apenas dois séculos depois de Guttenberg, o homem europeu médio sabe ler e escrever. Tem ideias próprias e debate-as, na praça pública, através de cartas ao editor, em tertúlias de taberna e reuniões de salão, ou, nalguns casos, através dos seus próprios livros, apontamentos, panfletos e magazines.

Educação clássica acompanha a emancipação intelectual das classes médias. Todo este percurso é, claro, acompanhado da introdução gradual de um bom sistema de educação, hoje em dia conhecido como *educação clássica*, ou *liberal*. A educação liberal (a ***real***) é abrangente e universalista, visando desenvolver ao máximo as capacidades cognitivas do indivíduo. O objectivo é o de transmitir conhecimentos académicos sólidos, não-especializados, abrangentes a múltiplas áreas (ciências físicas, humanidades, literatura); e é o de educar o indivíduo para pensamento independente, alicerçado no acesso a princípios gerais e a axiomas. Um indivíduo nestas condições será universalista, multiversado, competente. Com efeito, é nos ombros de gigantes educados sob estes termos que assenta a larga maioria do desenvolvimento intelectual e científico que nos traz até ao século 20.

Produção científica aumenta exponencialmente – descentralização, diversidade, competitividade. A democratização e o aumento dos níveis de conhecimento reflectem-se, claro, na produção de conhecimento científico, que é expandida a níveis nunca antes concebidos. Durante os séculos 18 e 19, o mundo ocidental possui apenas alguns grandes centros científicos, mas existem dezenas de milhares de cientistas por conta própria, que descobrem novos princípios científicos, criam novas soluções, inventam novas aplicações e novas tecnologias. Uma vez mais, é provada a veracidade do princípio de que o desenvolvimento humano é promovido por meio de descentralização, diversidade e competitividade: os EUA são o país mais livre e próspero de todos, assente em classe média, e é este o país que apresenta a maior taxa (galopante, por comparação com qualquer outra nação) de desenvolvimento científico e tecnológico. Quase todo este desenvolvimento é protagonizado por cientistas que trabalham por conta própria ou, em

pequenas associações (hoje em dia, seriam considerados cientistas amadores). Apenas uma parte ínfima provém de grandes instituições.

[Neo-feudalismo] Cartéis epistemológicos e form(at)ação aristotélica.

Reinstitucionalização do conhecimento: Cartéis epistemológicos, Particularismo, Obscurantismo. É interessante observar que, à medida do século 20, a produção de conhecimento voltou a ser vista como uma realidade essencialmente institucional. Isto é válido para todos os campos dessa produção: o campo científico, o campo jornalístico, o campo filosófico, etc. À medida que isso acontece, a qualidade da produção de conhecimento tem vindo a decair drasticamente. É possível que nunca se tenham publicado tantos *papers* como antes. Porém, estamos quase sempre a falar de conhecimento articulado em moldes aristotélicos, particularistas, sem qualquer atenção ou preocupação com a obtenção de um todo axiomático. Com efeito, o académico médio actual publica dezenas de *papers* por ano; e esses papers do professor médio são quase todos jogos estatísticos particularistas à volta de detalhes irrelevantes, descontextualizados de qualquer contextualização em princípios gerais validáveis. Só assim é possível publicar fábulas estatísticas sobre como comer laranjas incentiva o gene da pobreza; coisas deste género. Estamos a voltar à era em que o escolástico se senta no alto da torre, a elaborar esquemas sobre quantos anjos conseguem estar de pé no topo de um alfinete. Enquanto isso acontece, a civilização industrial é lentamente desmantelada. Na segunda década do século 21, a humanidade ainda depende de paradigmas tecnológicos energéticos originários do pré II Guerra Mundial. E, enquanto existem debates etéreos sobre genes imaginários que provocam estupidez e pobreza, a cura para o cancro ainda não foi inventada; ou, no mínimo, publicada. Tudo isto se enquadra num retorno geral a consolidação, centralização e institucionalização. Neste retorno, existe uma nova classe clerical, cada vez mais concessionada com um cartel epistemológico, devotada a produzir (des)conhecimento autorizado. É uma classe composta por cientistas institucionais, profissionais de relações públicas, académicos inofensivos, técnicos ultra-especializados, entre outros. É genericamente entendido que os pontos de vista desta classe são questionáveis apenas por membros da própria classe. É também entendido que, quem não faça parte desta classe, não está "autorizado" a manifestar-se sobre questões "técnicas". Em verdade, questões científicas, por natureza abertas ao mais completo e transparente debate público, acessíveis a qualquer pessoa com a capacidade cognitiva para tal. Em consequência, o ambiente intelectual está a tornar-se progressivamente mais estagnado e monótono, como o é em qualquer outro período de consolidação. Todos os pontos mencionados neste parágrafo prefiguram, aliás, as marcas típicas de *obscurantismo*.

Forma(ta)ção aristotélica para o 21st century ignorant boy (and gal).

Especialização vocacional, desinvestimento académico, avaliação social. Isto é possível pela decadência geral da educação. Com a excepção de algumas escolas de elite, a educação clássica

foi inteiramente abandonada. A educação institucional apresenta cada vez mais as marcas características da velha educação que era dada aos aprendizes de guilda. Especialização por oposição a universalismo, orientação vocacional, desinvestimento em assuntos académicos, substituição gradual da avaliação do desempenho *individual* por critérios de *avaliação social* (capacidades de socialização, consensualidade, entre outros).

Desincentivo à iniciativa individual: aluno não questiona e faz tudo em grupo. O último ponto enquadra-se, aliás, numa dinâmica geral de desincentivo à iniciativa individual. A generalidade do trabalho é desenvolvido em grupos, pelos quais os alunos industriosos são compelidos a trabalhar pelos alunos displicentes; o resultado comum é que os alunos industriosos acabam por abdicar do seu esforço individual e encontrar-se num patamar comum de "displicência gerível", mediocridade, com os alunos displicentes. Ao mesmo tempo, já não se espera do estudante que desafie ou conteste os paradigmas que lhe são transmitidos; como era o caso sob educação clássica.

(Não)pensar de modo particularista, miópico, aristotélico. Esta descida geral a um patamar de mediocridade individual é pontuada pelo ensino de pensamento particularista e aristotélico. O aluno é desincentivado de pensar de um modo axiomático; com efeito, será geralmente punido se o fizer. Pelo contrário, tem de ver o mundo como um espaço confuso e desordenado, povoado por múltiplos pequenos elementos desconectados entre si. Um pé de cadeira não faz parte de uma unidade maior (cadeira) que, por sua vez, faz parte de outras unidades maiores (sala de aula, escola, cidade, etc). É só um pé de cadeira, um bocado de pau. E, não é possível tirar quaisquer conclusões sobre a cadeira a que pertence (qual cadeira?) a partir da análise do pé. É assim que os currículos estão organizados. Se o tema é matemática, as formas particulares de operação são ensinadas de modo desconectado entre si, sem atenção aos princípios gerais e axiomas que lhes são comuns. A lógica diz que, para maximizar a eficiência da aprendizagem, é preciso começar precisamente por essas esferas superordenadas e, daí, partir para os particulares. Porém, o que acontece é que os alunos são meramente metralhados com particulares aparentemente despegados entre si. Têm de os memorizar, reproduzir num teste e, no dia seguinte, esquecê-los. Isso é uma boa gestão de espaço de memória, na hard drive do pequeno bioandróide social do século 21. O mesmo acontece com qualquer outro assunto. Nos casos em que a História ainda é ensinada, já não existe História universal *per se*. Apenas focos arbitrários nesta ou naquela época. Nunca são definidos ou explorados os princípios gerais de organização da história e dos fenómenos humanos. Pelo contrário, existe um centramento em três ou quatro episódios benchmark e, depois, é feita uma análise anedótica desses episódios: nomes, datas, batalhas, eventos humorísticos e assim sucessivamente. O aluno que foi submetido a isto vai, regra geral, ter o maior dos desinteresses por História; e não vai adquirir, por aqui, qualquer capacidade de fazer qualquer articulação dos princípios que a organizam.

Regimes obscurantistas precisam de denizens que acreditem que "ignorance is strenght". Tudo isto é bastante conveniente para regimes consolidados que, por virtude dessa condição, avançam na direcção de totalitarismo e obscurantismo. Um regime obscurantista precisa de

pessoas que estejam, elas próprias, mentalmente obscurecidas. Por outras palavras, precisa de pessoas que sejam incapazes de pensar de modo coerente, reduzidas a um mínimo denominador comum de miopia mental, particularismo, displicência, ignorância. Precisa de simplórios feudais. Porém, convém que esses simplórios feudais sejam petulantes e acreditem de modo *sincero* que é na sua condição de simplórios feudais que radica a sua força e a sua inteligência. Ou seja, têm de acreditar, de modo bastante literal, que *"ignorância é força"*.

Declaration of Independence (1776).

Declaração de direitos inalienáveis, instituídos pelo Criador.

Governo deve assegurar esses direitos, ou ser alterado, abolido, substituído.

Humanidade costuma estar mais disposta a sofrer males toleráveis que a corrigi-los.

Quando abusos e usurpações se tornam constantes, visando absoluto despotismo…

…"it is their right, it is their DUTY, to throw off such government".

«*We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain unalienable Rights, that among these are Life, Liberty and the pursuit of Happiness.--That to secure these rights, Governments are instituted among Men, deriving their just powers from the consent of the governed, --That whenever any Form of Government becomes destructive of these ends, it is the Right of the People to alter or to abolish it, and to institute new Government, laying its foundation on such principles and organizing its powers in such form, as to them shall seem most likely to effect their Safety and Happiness. Prudence, indeed, will dictate that Governments long established should not be changed for light and transient causes; and accordingly all experience hath shewn, that mankind are more disposed to suffer, while evils are sufferable, than to right themselves by abolishing the forms to which they are accustomed. But when a long train of abuses and usurpations, pursuing invariably the same Object evinces a design to reduce them under absolute Despotism, it is their right, it is their duty, to throw off such Government, and to provide new Guards for their future security.--Such has been the patient sufferance of these Colonies; and such is now the necessity which constrains them to alter their former Systems of Government*»

Declaration of Independence of the thirteen united States of America, July 4, 1776.

Estado-nação moderno: Capitalismo de mercado livre vs consolidação de mercado

Capitalismo de mercado livre.

Descentralização, democratização, produção industrial e de classe média. Uma economia descentralizada, alicerçada em produção industrial e de classe média, é um ambiente concorrencial e democratizado.

Ambiente económico de alta intensidade – geração de riqueza e de prosperidade. Pela sua própria natureza, resulta na obtenção de elevados níveis de produção e consumo; num ambiente descentralizado, ninguém compete com base em subprodução e austeridade. Como tal, é um ambiente económico de alta intensidade, e também o tipo de meio que favorece a criatividade e a inovação. É também um ambiente no qual é fácil obter rendimentos a partir de trabalho honesto e montar um negócio próprio. A História demonstra que é apenas sob capitalismo de mercado livre que existe alguma medida de empoderamento (político e económico) do indivíduo médio e, também, que é apenas neste ambiente que existe um aumento contínuo de prosperidade *per capita*. Com efeito, é apenas sob capitalismo de mercado livre que as classes médias crescem para se tornar na maior parte da população. As sociedades ocidentais só desenvolveram classes médias numerosas e prósperas na medida em que se aproximaram do *typos* ideal de capitalismo de mercado livre. Antes disso, existia a estagnação do ambiente consolidado colectivista, herdado do feudalismo medieval.

Liberdade de escolha: conta própria, sociedade, co-op, etc. Sob capitalismo de mercado livre, o indivíduo pode escolher trabalhar por conta própria (negócio próprio, familiar, etc.), em sociedade, em cooperativa ou, claro, por conta de outrem.

Competitividade leva a boas condições para empregados (“rising tides lift all boats”). Neste respeito, estamos perante um mercado de empregados. Os empregos são diversos e abundantes e torna-se bastante fácil transitar entre empregos. Isto leva a que os empregadores sejam compelidos a competir entre si por bons empregados, o que leva à oferta de boas condições de trabalho: elevados níveis salariais, planos de saúde, de reforma, etc. Oferecer essas boas condições é uma aposta no futuro do negócio e não é difícil de fazer numa economia dinâmica, concentrada na geração de riqueza, onde o lucro é facilmente acessível. Como JFK disse, “*rising tides lift all boats*” – literalmente.

Requer antitrust e protecções tarifárias. Este tipo de sistema pode ser desestabilizado por movimentos para consolidação interna (e daí a necessidade de legislação anti-trust) ou por assaltos económicos provenientes do exterior (e daí a necessidade de proteccionismo).

Mercado consolidado.

Ambientes não-competitivos e autoritários. Em contrapartida, ambientes económicos consolidados, sob o controlo de grandes grupos, estatais ou privados, são ambientes não-competitivos e autoritários, onde os detentores de poder de mercado são livres para impor as suas respectivas vontades ao resto da sociedade.

Escassez artificial e subprodução. Uma vez que a actividade económica é centralizada num número bastante limitado de agentes, esses agentes são também livres para impor condições de escassez artificial e subprodução como formas, por exemplo, de aumentar preços e de reduzir o nível de vida da população em geral.

Lenin observa que monopólios estagnam economia, congelam inovação, criatividade. O próprio Vladimir Lenin, defensor do sistema de consolidação de mercado, foi cândido em observar, no seu livro sobre mercantilismo imperial ("Imperialism", 1916) que qualquer sistema de cartel ou monopólio tem como praxis preferencial gerar condições de estagnação económica e imposição de escassez artificial. O mesmo se aplica, como Lenin confessa, à taxa de inovação: economias consolidadas colocam a sua prioridade na manutenção do *status quo*, o que as torna inímicas a toda e qualquer forma de inovação e criatividade. Sob consolidação económica, nenhuma inovação é efectivamente autorizada e colocada em prática se não tiver alguma forma de utilidade para a manutenção, ou para a expansão, do *status quo*.

Lenin, o high society boy de Genebra, vai depois impor isto ao povo Russo. É claro que Lenin escreve isto em Genebra, Suiça, onde convive com a alta sociedade local e vai, no ano seguinte, impor esta monstruosidade ao povo Russo.

Autoritarismo económico origina despotismo político e social. É claro que o autoritarismo económico de uma sociedade consolidada é inevitavelmente reproduzido no campo político e social. Sociedades consolidadas assentam sempre em regimes despóticos, que asseguram a exploração ordeira e regimentada da generalidade da população. Existem sempre duas classes essenciais: aqueles que organizam e ordenam a economia e aqueles que são remetidos a servilismo laboral e/ou a indigência. É certo que, sob consolidação, o indivíduo perde todos os direitos e todas as liberdades que antes talvez tivesse por garantidos.

Utopia vendida com imagética de classe média, geração descentralizada de riqueza. É isto que um sistema totalitário faz: desapodera, explora, escraviza. Mas, antes, mente e engana. Promete amanhãs cantantes, um futuro melhor, a utopia. Curiosamente, a imagem propagandística que é tipicamente oferecida, para este futuro utópico, anda sempre à volta de temas de capitalismo de mercado livre: a sociedade utópica é sempre uma sociedade onde as pessoas são politica e economicamente livres, a maior parte das pessoas trabalham nas suas próprias quintas familiares ou PMEs, existe enorme geração

de riqueza, existe a solidariedade social que uma economia próspera de classe média garante.

Corporativismo autoritário tem de obscurecer conceito de mercado livre. É evidente que os movimentos utópicos (sendo organizados por autoritários esclavagistas e fraudulentos) têm de tentar manter o público ignorante em relação ao que é capitalismo de mercado livre, ao ponto de equacionarem o conceito com aquele que, na verdade, é o seu próprio paradigma (o dos movimentos utópicos): corporativismo mercantil consolidado.

O typos do líder corporativo: *pig fairy* macilenta, quadrada, pedófila (♂ ou ♀). Até existe um *typos* para o oficial do estado consolidado corporativo (seja esse estado de esquerda ou de direita): os homens são *apparatchiks* gordos que nunca viram um dia de trabalho na vida e as mulheres são matronas igualmente gordas e preguiçosas, geralmente de face quadrada. Uns e outros usam óculos de massa, andam sempre em bons carros, conduzidos por *chauffeurs*, e frequentam bordéis de menores. Pode-se imaginar, ou supor, que é a tendência de todos os sistemas totalitários, o espírito do sistema ser expresso pelo carácter psicossomático literal dos seus líderes: *pig fairies* preguiçosas, oportunistas e pedófilas, de ambos os sexos (Orwell foi um génio quando escreveu “Animal Farm”). Watch out quando os líderes políticos, burocráticos e ONGistas das “democracias” pós-modernas se começam a assemelhar ao típico *apparatchik* soviético ou fascista.

Estado-nação moderno: de "general welfare" a capitalismo de mercado livre

"General welfare" – Direitos políticos, defesa do território.

[Significando algo como "desenvolvimento e bem-estar nacional"].

Governo nacional tem de almejar o *welfare* de toda a população. Com o Renascimento, surge a noção de que um sistema *legítimo* de governo tem de almejar o bem-estar, ou *welfare*, de *todo um povo*, por oposição ao mero avanço dos interesses de um grupo restrito, as classes governantes. Esta noção abarca três domínios essenciais: o político, o económico e o militar.

Exercício de soberania transita gradualmente do monarca para o povo. Muitas das primeiras formulações de estado-nação colocam o exercício da Soberania do estado nas mãos de um monarca ou de um príncipe absoluto. É o caso da generalidade dos estados-nação que vêem a surgir na Europa, a começar com a França de Luís XI. Porém, as formulações mais avançadas colocam o povo em si na qualidade de Soberano. Por outras palavras, é o povo quem escolhe, de uma forma ou de outra, o seu próprio sistema de governação e as decisões que vão determinar o seu futuro. O caso mais notável no qual isto é feito é, claro, o caso da República Americana.

Direitos individuais, constitucionais [incluindo o direito a participar na governação]. No domínio político, começa a ser aceite que o velho sistema, onde a generalidade da população não tem qualquer voz na sua governação, é injusto, insuficiente e obsoleto. As formulações mais sofisticadas de bem-estar geral visam assegurar o avanço político e constitucional do indivíduo. Esta consideração torna-se, aliás, definidora da ideia de bem-estar geral que passa pela protecção constitucional do indivíduo, quer estejamos a falar de direitos inalienáveis (dados por Deus), de direitos inatos e naturais, de direitos humanos ou, pura e simplesmente, de direitos legais garantidos. Essas formulações de direitos e de liberdades definem aquilo que nenhuma autoridade humana pode fazer ao indivíduo (por ex., todos os indivíduos têm liberdade de expressão, de auto-defesa, de ter uma participação equitativa na governação do estado, etc.).

Constitucionalismo implica que governo perde poder absoluto perante o povo. Ao mesmo tempo, o governo passa a ter a responsabilidade constitucional de ser transparente e responsabilizável face à cidadania; ou seja, transparência governamental, por oposição a transparência pessoal face a um governo opaco. Isto implica que o governo constitucional tem de aceitar ser policiado e fiscalizado pela própria cidadania. Um governo que não cumpra as suas obrigações constitucionais é inconstitucional e,

portanto, ilegítimo e criminoso (um "rogue state"). À luz da larga maioria das formulações constitucionais dos últimos 200/250 anos, a constituência tem o direito e o dever de demitir e substituir um tal governo.

Defesa do espaço económico e militar. É claro que o "estado" tem de ser sempre um espaço protegido, onde o povo nacional pode viver e exercer as suas actividades em paz, livre de agressões externas. Isto aplica-se tanto ao domínio económico (através do estabelecimento de protecções tarifárias) como, claro, ao domínio da defesa nacional.

"General welfare" – Desenvolvimento económico universal.

Maximização de desenvolvimento económico per capita. O conceito de bem-estar geral aplica-se de forma bastante relevante ao domínio económico. Do Renascimento em diante, é bem entendido que o governo nacional deve desenvolver os recursos do território nacional no sentido da maximização do bem-estar económico da população, conforme medido pela taxa de desenvolvimento económico *per capita*.

O "estado" é desenvolvido em prol de toda a população. O espaço, ou território nacional, que abarca os recursos a desenvolver, é o "estado" do povo nacional. Até aí, o conceito de "estado" era usado para caracterizar um espaço feudal, uma propriedade detida em concessão, equivalente a "imperium", "domínio", "estadão"/"estate", ou até "plantação". Agora, o "estado" deixa de ser um domínio feudal, para passar a ser um território a ser desenvolvido em prol de toda a população.

Governo nacional assegura crédito, conduz planeamento, obras públicas, serviços. O governo nacional é o principal protagonista nesse esforço de desenvolvimento: assegura a emissão de crédito à economia, exerce funções de planeamento económico, estabelece serviços à escala nacional, conduz obras públicas e assegura a manutenção das infra-estruturas necessárias à operação da economia.

Do estado-absolutista ao estado liberal-democrático.

Estado absolutista concentra poder económico [e, claro, político]. Estes padrões ainda não diferenciam, no domínio económico, um estado absolutista de um estado liberal-democrático. O estado absolutista é um estado autoritário que, nessa condição, concentra o poder da economia em si mesmo ou nas mãos de grandes grupos económicos com os quais trabalha.

Democracia liberal descentraliza: antitrust, classes médias, funções mais discretas. O estado liberal-democrático avança no sentido de descentralização do poder económico, pelo estabelecimento de regras anti-concentração (*antitrust*) e pela promoção activa de uma economia alicerçada em pequenos e médios empreendimentos. Ao mesmo tempo, o governo central deixa de usufruir de poder legal absoluto sobre a operação da economia, devendo remeter-se a funções de planeamento indicativo, regulação equidistante e arbitragem imparcial de actividades públicas e privadas, desenvolvimento

de infra-estruturas. Esta transição de concepções (e de práticas, mais nalguns países que em outros) reflecte o empoderamento constitucional do indivíduo, por oposição ao grande grupo económico e ao colectivo organizado.

Neo-absolutismo – o mito de "general welfare" como mero distributismo autoritário. Hoje em dia, existem vários autores que tentam equacionar a ideia de bem-estar geral com o puro e simples usufruto de direitos económicos, i.e., os direitos corporativos a ser concessionados ou subsidiados pelo governo. Isto não é apenas desonesto, é imbecil. Usar esse género de critério leva-nos de volta ao standard dos primeiros estados-nação, que eram estados despóticos. Ou seja, uma pessoa podia ter o direito a receber uma pensão do governo, e isso está tudo muito bem, desde que as regras sejam sempre iguais para todos e não favoreçam este ou aquele grupo corporativo. Mas, se a pensão não chegasse, e a pessoa se queixasse, a milícia do rei chegava e colocava a pessoa na prisão, sem apelo nem agravo. Por outras palavras, isso não é um tipo de modelo que se apresente.

Distinção entre domínio público e domínio privado.

Sob feudalismo, domínios eram indistintos [governo por impulsos criminosos]. Surge ainda a noção, vital, de que tem de existir uma distinção clara entre aquilo que é de domínio público e aquilo que é de domínio privado. Sob o velho padrão medieval, esta distinção não era feita. Isto significava que privados poderosos podiam assumir-se como autoridades públicas e usar isso em seu próprio proveito. Mas também significava que estas "autoridades públicas" podiam imiscuir-se em todos (ou quase todos) os domínios privados. Ou seja, um servo não tinha propriedade privada assegurada, tal como não tinha qualquer direito a privacidade. Portanto, há que haver uma separação clara de domínios; ou algo é carne ou é peixe e, a sociedade humana não foi feita para ser governada por impulsos criminosos (latentes em ambas as situações atrás expostas).

Separação implica que domínio privado tem direitos inalienáveis. O domínio público é o domínio público e o domínio privado é o domínio privado. Isto significa que o domínio privado tem direitos que não lhe podem ser negados (inalienáveis) pelas autoridades públicas.

Domínio público tem de ser equidistante – não pode ser usurpado por particulares. Significa também que o domínio público, "estado", entendido enquanto domínio comum a todo o povo, não pode ser usurpado por interesses particulares específicos (económicos, políticos, etc).

Estado usurpado por particulares torna-se facilmente num estado criminoso. Quaisquer grupos de poder que procurem dominar a esfera pública, vão, muito naturalmente, tentar fazer uso disso para impor o seu próprio monopólio de poder sobre o resto da sociedade. Nesse caso, já não existe um "estado" partilhado e comum, mas sim aquilo que é, tecnicamente, um aparato de governação gerido para o benefício de um gang

organizado. Depois, é apenas natural que procurem estender o seu recém-adquirido controlo sobre o "estado" pela intrusão indevida em todos os domínios privados. Esta é, claro, a génese de totalitarismo, que tipifica um estado policial, uma organização colectiva criminosa (*no pun intended*).

Público tem de ser fiscalizado – e regular de modo isento e equidistante. Tudo isto significa que não podem existir combinações ou fusões entre os dois domínios. O público existe para ser universal e salvaguardar igualmente todos os privados (i.e., todos os indivíduos); não para se aliar ou combinar com alguns deles em prejuízo dos outros. Tudo isto implica que o domínio público tem de ser mantido sob estrito controlo e que a sua *praxis* de regulação tem de ser mantida legítima. O público deve arbitrar de modo equidistante e legal as disputas entre privados, regular sectores económicos, mas não os pode *controlar*. Tem de fazer as mesmas regras exactas para todos e agir como árbitro equidistante. Ao mesmo tempo, tem de ser fiscalizado pela cidadania, que tem de se assegurar que nenhum grupo de poder particular se apropria da maquinaria de estado para o avanço das suas próprias agendas sociais, políticas ou económicas.

Protecção económica do espaço nacional.

Surgem por oposição a imperialismo mercantil. O conceito moderno de proteccionismo económico surge no contexto da ascensão do estado-nação moderno, por oposição ao imperialismo comercial transnacional que era prática corrente durante a era medieval, e se veio a sofisticar na forma de imperialismo mercantil, ou mercantilismo; aquilo a que os britânicos vieram a chamar de "free trade". O "estado" é sempre um espaço *protegido* onde o povo pode viver e exercer as suas actividades, livre de agressão externa, seja ela militar ou económica – executada por meio do sistema imperialista de "free trade".

Mercantilismo é um sistema transnacional de saque, consolidação, servilização. Sob mercantilismo, ou free trade, uma mão cheia de companhias mercantis têm licença para operar monopólios comerciais, administrativos e militares sobre os domínios imperiais, ou coloniais, que lhes são atribuídos. Os nativos de um qualquer território não têm direito a qualquer forma de privilégio por o serem; a companhia mercantil recebe todos os privilégios. Os nativos têm de viver e trabalhar sob as condições que são impostas pelos *shareholders* da companhia transnacional. Por outras palavras, os nativos são servos da companhia. Todos os imperialismos mercantis usaram/usam os mesmos métodos: conduzem o saque organizado da sociedade, reduzem as condições de vida dos nativos ao mínimo que é *sustentável* para a continuação de uma economia, usam de autoritarismo político e força militar para impor os seus mandatos.

Estado-nação tem direito e dever de se proteger de agressões económicas externas. A ideia de proteccionismo surge como uma consequência natural da ideia *renascentista* de estado-nação. Um estado-nação não é um feudo, nem um conjunto de feudos, nem um império. É um território soberano, que tem o direito a ter o seu próprio modo de

governo e de desenvolvimento. Da mesma forma, tem o direito de se proteger de agressões externas, sejam elas de natureza militar, económica, ou ambas – *protecção nacional* não é praticada apenas no domínio militar, mas também no domínio económico. É a população do estado-nação que conta e não a companhia mercantil de um qualquer soberano estrangeiro.

Cultura Renascentista sabia que sem protecção nacional existe servitude internacional. O ambiente geopolítico e sócio-económico que ascende da era medieval é marcado por insegurança crónica, pelo domínio da lei do mais forte. Nesta era, *protecção* não é uma palavra feia. Protecção é algo que pode ser comprado por todos aqueles que têm poder, e negado àqueles que são mais fracos. A ideia de estado-nação procura, pelo menos, lançar as bases para que todo um povo possa usufruir de protecção. Em cultura Renascentista, era bem entendido que a alternativa a *protecção nacional* era *servitude internacional*.

Companhias mercantis externas passam a ter de lidar com governo nacional. A primeira inovação resultante do modelo renascentista do estado-nação, foi a de que a companhia mercantil deixava de ter qualquer concessão imperial assegurada sobre o território do estado, fosse ela de natureza comercial, administrativa, ou militar. Agora, se queria obter qualquer forma de concessão que fosse, tinha de obter o assentimento para isso junto do governo nacional.

Introdução de tarifas protectivas. A segunda inovação foi a introdução de tarifas protectivas: companhias que venham de fora para operar no mercado interno têm de pagar tarifas alfandegárias, pelo *privilégio* de operar no território dos nativos. Isto expressa uma inversão de termos muito clara; antes, a companhia tinha privilégios que podia impor ao resto da sociedade; agora, é o resto da sociedade que tem privilégios sobre a companhia. As receitas tarifárias eram depois usadas como colecta fiscal para investimento na economia interna.

Tarifas, fonte de colecta fiscal, para aplicação em desenvolvimento económico. A existência de barreiras tarifárias não funciona apenas como uma *firewall* de protecção geral – *para todos* – contra assaltos externos. Este sistema não era/é apenas justo na medida em que desincentiva práticas desleais de guerra económica. É também uma fonte de colecta fiscal preciosa para os estados nacionais: durante muito tempo, foi a *principal* fonte de colecta do estado-nação moderno. E é particularmente justa. Se alguém quer praticar comércio no espaço soberano de um povo, paga pelo direito de o fazer, e os rendimentos que resultam disso são aplicados para investimento no desenvolvimento sócio-económico do país. Ou seja, o ónus de financiar as despesas estatais com o território nacional é colocado em quem quer entrar para usufruir das vantagens desse território.

Tarifas, principal fonte de colecta de estados nacionais durante muito tempo. Durante muito tempo, a principal fonte de colecta fiscal dos estados nacionais adveio precisamente das receitas alfandegárias.

Protecções tarifárias protegem de guerra económica mercantil.

Multinacionais mercantis usam "free trade" para degradar, dominar mercados. A existência de protecções tarifárias também é o elemento essencial pelo qual uma economia se pode proteger da outra face de mercantilismo/*free trade*: o assalto frontal a um espaço económico soberano, por parte de grandes interesses financeiros e mercantis estrangeiros. Este é um mecanismo muito antigo de guerra económica, pelo qual consórcios multinacionais fazem uso da abertura de um mercado desprotegido para se envolverem em práticas anti-concorrenciais (e.g. *dumping* de produtos feitos por trabalho escravo). Isso é uma maneira de desestabilizar e degradar esse mercado interno, de forma a assumir controlo sobre vastas porções do mesmo, ou até mesmo sobre a sua totalidade.

Eliminar competição, degradar standards sócio-económicos. Quando as fronteiras alfandegárias estão inteiramente abertas perante grandes interesses mercantis (financeiros, *corporate*), o que acontece é um padrão historicamente habitual, ditado pela ganância humana e pelo uso irresponsável de poder. Todo o aparato de *free trade* é baseado no uso de manipulação financeira e económica para eliminar a competitividade do mercado (pela eliminação ou absorção de competidores) e para degradar os standards sócio-económicos gerais (redução de níveis salariais, eliminação de regulações laborais, redução do nível de vida, etc.).

Corrida para o fundo, consolidação sob consórcios multinacionais. Todo o processo pode ser descrito como uma forma de corrida para o fundo, com a eliminação gradual de todas as forças sociais, políticas e económicas de relevo, à excepção do *last man standing*, um conjunto de consórcios multinacionais. A pouco e pouco, essa combinação assume controlo sobre a economia e sobre os principais aparatos sócio-políticos. Aquilo que ao início era um mercado a conquistar (literalmente) assume as características de uma selva social-darwinista, onde só os mais fortes prevalecem e a generalidade da população é reduzida a uma condição que oscila entre a indigência e o puro e simples servilismo corporativo.

Imposição de autoritarismo económico, político e militar (retorno a feudalismo). Uma sociedade assim dominada volta rapidamente aos padrões pré estado-nação. É dominada por consórcios multinacionais, que operam em cartel e impõem os seus próprios termos por meio de autoritarismo económico, político e, pelo uso de força militar. Usam o território e a população como um *pool* barato de recursos, físicos e humanos.

Abandono de tarifas transfere peso da taxação para quem menos tem.

Tarifas, principal fonte de colecta de estados nacionais durante muito tempo. Durante muito tempo, a principal fonte de colecta fiscal dos estados nacionais adveio precisamente das receitas alfandegárias.

Abandono de tarifas transfere ónus fiscal para cidadania, PMEs. Quando essa fonte de colecta cessa de existir, a colecta fiscal tem de vir de outro lado; e esse outro lado é a economia interna e, claro, a própria cidadania. É isso que aconteceu à medida que o sistema de free trade foi lentamente globalizado, ao longo do último século: o ónus principal de taxação deixou de estar sobre as companhias mercantis, ou multinacionais, e foi transferido para o mercado interno. Isso é concretizado na forma de taxação sobre propriedade, sobre rendimentos e, por vezes, de vendas e sobre valor acrescentado. Muitos países só adoptaram/estão a adoptar estas formas fiscais *na sequência* do fim das tarifas. As principais vítimas de todo este processo são, claro, aqueles grupos que eram protegidos pelo sistema tarifário: as PMEs e a cidadania que, ao contrário das grandes companhias multinacionais, não têm nem acesso a estatutos de isenção fiscal, nem facilidade em manter os seus rendimentos em circuitos *offshore*.

Estado assume comportamento confiscatório, endividado, especulativo. Mas, regra geral, nem este tipo de ataque fiscal sobre a economia interna é suficiente para manter o país nalguma forma razoável de flutuação. Com a abertura de fronteiras comerciais, a larga maioria da produção flui para destinos mais baratos. Como resultado, a própria colecta de impostos sobre produção e sobre propriedade vai ser progressivamente menor. Em resposta, o estado tem de assumir um carácter progressivamente mais **confiscatório**, na frente fiscal, **especulativo**, investindo os seus fundos na multiplicação virtual de retornos mas, muito acima de tudo o resto, **endividado**, passando a devotar-se a práticas como *rolling over the debt* (gestão permanente de dívida).

Economia deriva para padrões anti-sociais e especulativos e endivida-se. E é claro que esse padrão trifurcado também se vai aplicar a todos os restantes agentes na economia. Existe uma deriva geral para endividamento, comportamento anti-social e especulação.

Economia decai e todo esse padrão magoa mais as classes pobres e médias. Uma tal economia não tem grande futuro e a sua decadência progressiva é garantida. É claro que, enquanto a queda decorre, é um processo lento e gradual, que afecta mais directamente aqueles que menos protecções têm; as classes médias e pobres.

Ex. da actual economia global: corrida para o fundo, Contracção & Convergência. É claro que a **especulação** e o **endividamento** desempenham, aqui, papéis cruciais. É a **alta finança** que tem vindo a conduzir todo o processo de *free trade* global, pelo qual a capacidade produtiva do 1º mundo é redistribuída por sátrapas de 3º mundo e o 1º mundo é deixado temporariamente a flutuar sobre bolhas de dívida especulativa. É claro que essas bolhas têm vindo a rebentar rotineiramente desde o final dos anos 90, mais intensamente a partir de 2007. O 1º mundo está prestes a juntar-se à condição geral do 3º mundo e é a isso que a ONU e o Banco Mundial chama Contracção e Convergência, o paradigma que guia a deriva para “sustentabilidade global”: o 1º mundo contrai drasticamente e converge com o 3º mundo num patamar de igual destituição e servilismo – é isso que é a aldeia global.

Antitrust: Mercado livre exige medidas anti-concentração.

Descentralização em prol de pequenos e médios empreendimentos. Sob as formulações mais avançadas do estado-nação, constitucionais e liberal-democráticas, o indivíduo e a família média são tanto o centro do sistema político, como do sistema económico. E é claro que isto também faz bom sentido económico: a competição e a liberdade de iniciativa são condições de partida para a obtenção de desenvolvimento e crescimento económico.

Mercado livre, para o ser, tem de ser equitativo e descentralizado. Para que uma economia possa ser realmente considerada de mercado livre, deve ser um espaço equitativo e descentralizado, que dê toda a liberdade económica ao indivíduo e à família média; e não ao monopólio institucional, gerido por oligarcas, comissários, oficiais executivos (esse, pelo contrário, tem de ser desmantelado e partido em tranches independentes). São o indivíduo e a família média quem tem o direito a exercer o seu próprio negócio, a produzir, a criar, a inovar. Têm o direito de não ser impedidos de o fazer por agentes de mercado excessivamente poderosos.

Protecção contra predadores externos mas também contra internos, por antitrust. O objectivo não é apenas o de impedir o domínio do mercado por predadores externos, mas também o de impedir o controlo excessivo por parte de predadores internos. As medidas de protecção tarifária protegem o mercado de agressões externas, mas, para que isso faça uma diferença significativa, devem ser combinadas com a prevenção de acumulações internas excessivas – i.e. medidas anti-concentração, *antitrust*.

Na ausência de antitrust, o que surge é a "firma nacional", país como feudo privado. A existência de protecções contra agressões económicas externas tem sempre de ser complementada pela existência de estatutos *antitrust* internos. Caso contrário, o que acontece é que a população é protegida de predadores externos, mas não de predadores internos. Na inexistência de estatutos contra acumulação indefinida de controlo de mercado, torna-se fácil para um ou mais predadores internos assumir o controlo total do país, fazendo da economia a sua própria "firma nacional".

Primeiros estados-nação eram "firmas nacionais". Com efeito, é isso que a generalidade dos primeiros estados-nação (na Europa), na prática, eram; pouco mais que "firmas nacionais", versões nacionais do sistema feudal.

Pós-modernismo passa, em parte, por "firmas nacionais" pós-democráticas. É sintomático que a actual desconstrução dos estados-nação, na direcção da nova era feudal passe, *em parte*, pela reedição do formato da "firma nacional". Desde os anos 70 que os estados-nação constitucionais e liberal-democráticos deixaram abertamente de o ser (o processo começa bastante antes), para passarem a ser "firmas nacionais". As várias "firmas nacionais", pós-democráticas, asseguram controlo doméstico enquanto se desdobram e mutilam umas às outras, numa grande e global dança de Shiva.

Antitrust: promover descentralização, equidade, evitar concentrações.

Prevenir ou desmantelar acumulações excessivas, combinações indevidas. O governo tem o dever de trabalhar para prevenir concentrações excessivas de poder económico, i.e. que nenhuma entidade se torna demasiado poderosa e assume um controlo excessivo sobre o mercado. Da mesma forma, tem de impedir combinações indevidas entre interesses; cartéis e outras formas de monopólio colectivo. Na eventualidade de já existir um monopólio ou um cartel em controlo sobre um sector de mercado, o dever do estado é o de proceder ao desmantelamento e à reorganização ordeira dessa entidade específica.

Promover descentralização, equidade, desenvolvimento de classe média. O governo tem o dever de assegurar que o mercado se mantém competitivo e diverso, de forma a permitir descentralização e igualdade de oportunidades. Para isso a mentalidade *antitrust* tem de ser iluminada pelo esforço deliberado de instituir uma economia descentralizada, centrada no indivíduo, na família e no pequeno e médio empreendimento. O *Idealtypen* aqui tem de ser a quinta familiar, a cooperativa, a PME (industrial ou outra). Para isso, há que implementar pacotes eficazes de legislação anti-concentração, em conjunto com o avanço de crédito a condições preferenciais a estas formas económicas. Estes incentivos têm de ser acompanhados de um eficaz planeamento indicativo das condições infra-estruturais que são essenciais para o desenvolvimento económico do território.

Autorizar apenas monopólios legítimos [embora devam ser estatais e provisórios]. Porém, podem existir situações e contextos nos quais é inevitável que haja a formação de um monopólio. Pode ser o caso, em certas épocas, de utilidades públicas ou de vias de transporte ou comunicação. O monopólio deve ser preferencialmente estatal, entendido como serviço público. Mas é claro que os estados modernos também continuaram a conceder (por concessão comercial) monopólios privados. Isto resultou invariavelmente na acumulação excessiva de poder em mãos plutocráticas. Em caso algum deve existir um monopólio privado, sobre qualquer domínio que seja. Qualquer monopólio tem de obedecer aos princípios que guiam o espírito da lei. Um monopólio é sempre uma acumulação excessiva de poder, devendo portanto ser encarado como provisório. Devem ser encontradas soluções para efectuar o seu desmantelamento assim que tal se torne possível. Qualquer monopólio deve ser estritamente regulado, controlado, inspeccionado, vistoriado. Isto inclui plena transparência de actividades perante os cidadãos, que são soberanos sobre o estado. A regulação incide sobre preços, taxas, condições, e deve concentrar-se na prevenção/correcção de práticas abusivas.

Antitrust: o caso específico do capital financeiro.

Capital financeiro tem de ser estritamente regulado. Os sectores envolvendo capital financeiro têm de ser alvo de regulação estrita, igualmente centrada em princípios *antitrust*. Pela influência sistémica que têm sobre a economia, entidades financeiras e

bancárias, mercados de valores, têm de ser regulados para prevenir más práticas e abusos de confiança.

Maximização de lucros financeiros depende de jogos sobre valor do dinheiro. É um facto histórico e um truísmo económico que o capital financeiro se desenvolve em proporcionalidade inversa ao crescimento de capital produtivo (produção física *real*). Na ausência de regulações estritas sobre a capacidade de maleabilização de crédito (infelizmente tem sido o caso em 99% das vezes), a obtenção de mais-valias com capital financeiro depende do recurso a jogos especulativos sobre o valor do dinheiro (sejam eles directos ou, o que é mais frequente, indirectos). Aqui, é claro que não estamos a falar de especulação legítima sobre bens físicos, mas sobre aquilo que permite a circulação de bens físicos. Existe uma diferença óbvia entre um e outro.

Maleabilização irrestrita do dinheiro distorce economia produtiva real. O dinheiro é a matéria-prima do banqueiro, a ser tornada maleabilizada, elasticizada, contraída, plasticizada. Isto é tão inteligente como brincar com as supercordas e com os circuitos subatómicos que sustêm toda a matéria. Pode parecer um exercício criativo e genial mas vai resultar na desagregação de qualquer coisa, no mundo real. O dinheiro é o sangue que permite a manutenção da economia física. Quando se brinca indefinidamente com míriades de ciclos de expansão e contracção (desde o mercado monetário até aos mais obscuros e expansivos mercados de derivativos) o que acontece é que se está a prejudicar e a distorcer de um modo muito concreto o tecido da economia real (por oposição à economia virtual dos jogos financeiros).

Forma de praticar guerra económica sobre economias, países, populações. É assim que se provocam recessões e depressões. É assim que se concentra a larga generalidade da riqueza de um país num agregado muito reduzido de mãos – é a forma mais rápida de o fazer. É também assim que se pode decidir que uma economia, ou um sector, não se vai desenvolver; pelo corte selectivo de crédito, ou por meio de outras formas de ataque. É assim que se pratica guerra económica sobre um país. Umas quantas operações concertadas com, e.g. *short-selling* sobre IOUs nacionais, e lá se vai o valor dessas obrigações. E, com efeito, lá se vai uma parte da economia desse país. E é tudo muito rápido e muito eficaz.

Keynes: maleabilização irrestrita do dinheiro, forma mais rápida de destruir economias. Como Lord Keynes fez observar, nos anos 20, a capacidade de plasticizar indefinidamente o dinheiro é o melhor instrumento em existência para sabotar, eventualmente destruir, uma economia real. E é precisamente por isso que ele próprio se vem a tornar um dos maiores adeptos e proponentes desse tipo de comportamento. Lord Keynes era um homenzinho bastante pervertido.

Jefferson, Madison, Adams: a necessidade de manter banca sobre controlo estrito. Os fundadores dos EUA, especialmente Thomas Jefferson, James Madison e John Adams, realçaram bastante a necessidade de colocar os bancos sob correntes; caso contrário, seriam os bancos que fariam isso ao resto da população. Os fundadores realçaram o modo como este era o sector económico mais propício a fraudes sistémicas, e também o

modo como esse género de prática resultava na emiseração, escravização e feudalização da sociedade.

Jefferson: "Bancos são mais perigosos que exércitos" – "bellum omnium in omnia". Jefferson disse que «*banking establishments are more dangerous than standing armies*» e que, quando os bancos venciam sobre a sociedade, «*the bulk of the society is reduced to be mere automatons of misery, and to have no sensibilities left but for sinning and suffering… have no time to think, no means of calling the mismanagers to account; but be glad to obtain subsistence by hiring ourselves to rivet their chains on the necks of our fellow-sufferers… Then begins, indeed, the bellum omnium in omnia*».

Capitalismo de mercado livre.

Indivíduo e família como centro de uma economia descentralizada e equitativa. Se o indivíduo tem direito ao máximo de liberdade e auto-determinação, isso implica que essa liberdade e essa auto-determinação são estendidas ao nível económico. Ou seja, o indivíduo médio tem de ter a máxima liberdade para se lançar na sua própria actividade, negócio, empreendimento. Sob as formulações mais avançadas do estado-nação, constitucionais e liberal-democráticas, o indivíduo e a família média são tanto o centro do sistema político, como do sistema económico. E é claro que isto também faz bom sentido económico: a competição e a liberdade de iniciativa são condições de partida para a obtenção de desenvolvimento e crescimento económico. Para que uma economia possa ser realmente considerada de mercado livre, deve ser um espaço equitativo e descentralizado, que dê toda a liberdade económica ao indivíduo e à família média; e não ao monopólio institucional, gerido por oligarcas, comissários, oficiais executivos (esse, pelo contrário, tem de ser desmantelado e partido em tranches independentes). São o indivíduo e a família média quem tem o direito a exercer o seu próprio negócio, a produzir, a criar, a inovar. Têm o direito de não ser impedidos de o fazer por agentes de mercado excessivamente poderosos.

Economia democratizada, radicada em pequenos e médios empreendimentos. A democratização do poder económico não é possível sob condições de concentração de mercado sob grandes conglomerados estatais e/ou privados. Segue-se que uma economia ideal é, consequentemente, uma que seja não-concentrada, i.e. *descentralizada*, radicada em pequenos e médios empreendimentos – por outras palavras, uma economia de classe média.

É isto que é ***real*** capitalismo de mercado livre. É isto que se entende por capitalismo de mercado livre, um modelo económico que ascende com o estado-nação moderno. Sob *real* capitalismo de mercado livre (e sem dúvida que o conceito foi bastante distorcido e obscurecido ao longo dos últimos 50 anos), os protagonistas da economia são os indivíduos comuns. Capitalismo de mercado livre implica as seguintes condições.

Exige protecções tarifárias, legislação anti-concentração. O mercado não pode estar indevidamente controlado por forças que (pelo exercício de cartel ou de monopólio) possam impedir o indivíduo médio de agir. Tal como existem salvaguardas contra tirania, oligarquia e oclocracia ao nível político, também têm de existir salvaguardas contra fontes de autoritarismo na economia. Ou seja, o governo tem de proteger a economia de dois fenómenos: agressão económica externa, por meio de protecções tarifárias, e acumulação interna, por meio de legislação *antitrust*.

Exige regulação equidistante e imparcial. Ao mesmo tempo, o governo tem de seguir um modelo regulatório equidistante e imparcial, de forma a garantir a igualdade de oportunidades e de circunstâncias sem a qual o mercado deixaria de ser *livre*.

Exige acção governamental: planeamento limitado, obras públicas, crédito. O governo tem também de desenvolver as estruturas necessárias para que uma sociedade baseada em produção de classe média possa prosperar. Isto implica que executa funções de desenvolvimento do território e da economia no seu todo, de forma a assegurar igualdade de oportunidades. Isto concretiza-se em actividades como a condução de obras públicas, planeamento económico indicativo, garantir a existência de um sistema de crédito transparente e equitativo. Também pode implicar o investimento directo no desenvolvimento de PMEs, e.g., através da emissão selectiva de crédito governamental para esse efeito.

Também exige estruturas de protecção social aos mais desfavorecidos. É claro que capitalismo de mercado livre inclui provisões para estruturas de protecção social aos mais desfavorecidos; esse é um pressuposto Cristão e humanitário básico e é claro que também se inclui na noção de assegurar igualdade de oportunidades. É claro que essas estruturas não são desenvolvidas para gerar e sustentar dependência, mas sim para ajudar pessoas necessitadas a ultrapassar dificuldades enquanto o retorno a uma actividade produtiva não acontece.

Diverge do *welfare state*, um sistema de perpetuação de injustiças sociais. O anterior é, claro, um paradigma realmente humanitário, que diverge por inteiro do *welfare state*, instituído para aparar os golpes da falta de oportunidades económicas em economias bastante consolidadas (a Prússia e a Grã-Bretanha são, aqui, exemplos paradigmáticos). Sob o modelo do *welfare state*, o estado endivida-se junto da banca para assegurar que pessoas condenadas a desemprego e a indigência não se revoltam. Ao mesmo tempo, é criada uma rede social sistémica, que visa gerar dependência e controlo efectivo sobre agregados familiares inteiros. É uma forma de assegurar e expandir o parasitismo da oligarquia consolidada, com destaque para a banca.

Estado-nação moderno: Defesa nacional e auto-defesa individual

O "estado", um espaço a proteger com auto-defesa comum.

O estado é um espaço a proteger de agressão externa, militar ou económica. Sob cultura renascentista, o "estado", o país, é sempre um espaço *protegido* onde o povo pode viver e exercer as suas actividades, livre de agressão externa, seja ela militar ou económica.

Implica defesa nacional pelo próprio povo. Antes de mais, isto implica a existência de uma *defesa nacional* que é exercida pelo próprio povo, considerado responsável pela protecção do *território comum*.

Guerra justa (auto-defesa), não-agressão, não-intervencionismo. Isto é sempre entendido com ênfase na valência de defesa, e em princípios de *não-agressão* e *não-intervencionismo*. Ao contrário da praxis imperial, bélica e expansionista, o povo Soberano do estado-nação deveria dedicar-se à sua vida, não se envolver na vida dos outros e apenas praticar *guerra justa*, i.e. guerra por auto-defesa.

A defesa nacional é exercida *pela* cidadania, não *sobre* a cidadania.

Defesa nacional comum é radicada na própria cidadania. As formulações de estado-nação acabam com a ideia de segurança privatizada do território comum (i.e. mercenários) e consagram a ideia da estrutura miliciana nacional, o corpo armado comum que protege o espaço comum. É entendido que as forças armadas nacionais têm de estar estritamente no domínio público, e ser radicadas na milícia de cidadãos* e não em exércitos profissionais aparte. Isto quer dizer que as forças armadas são sempre mantidas por recrutamento universal (nunca podem ser castas profissionais selectas e alienadas do público) e a sua existência não invalida o armamento da cidadania.

Exércitos profissionais tornam-se sempre em forças mercenárias para a oligarquia. Como é tornado óbvio pela história humana, exércitos profissionais derivam sempre, pela sua própria natureza (uma casta mantida aparte da cidadania), para a condição de forças mercenárias, i.e. forças bem treinadas e equipadas, pelo público, para uso privado de uma oligarquia governante.

Força militar *por* cidadania [exército universal],não *sobre* cidadania [soldado universal]. Tudo isto implica que o exercício de força militar deve ser sempre exercido *pela* cidadania e não *sobre a* cidadania [***ou seja, o ideal democrático do exército universal, agora substituído pelo conceito pós-democrático do soldado universal, o Uruk-Hai***].

* Equiparação do termo "milícia" a horda jacobina, para descredibilizar universalismo. O termo "milícia", provindo do latim, é o termo original para tais instâncias e, é daí que

surge o termo “militar”. Durante os últimos 150/200 anos, à medida que o ideal da defesa comum por cidadãos foi sendo substituído pelo empoderamento de forças profissionais, o próprio termo “milícia” começou, estrategicamente, a ser equacionado com ilegalidade e com banditismo. Com efeito, o termo “milícia” foi equiparado a hordas, bandos, *gangs* de estilo criminoso e jacobino (uma projecção freudiana perpetrada pelos usuais anti-intelectuais jacobinos), para que pudesse haver a consagração de imagem das instâncias “militares”, estruturas profissionalizadas, mantidas aparte da cidadania. O absurdo chega ao ponto de o termo “milícia” ser aplicado aos mais variados exércitos profissionais e mercenários de 3º mundo, quando perpetram actos criminosos (o que é *business as usual*).

A milícia de Amsterdão (Rembrandt), entre outras. Para a História, e para referência futura, ficam os excelentes exemplos das milícias de protecção de Amsterdão, imortalizadas por Rembrandt, ou das similares milícias suíças e americanas.

O povo Soberano defende território e tem direito a auto-defesa.

Um povo Soberano tem de ser capaz de auto-defesa e de defesa do território. Um povo Soberano envolvido na sua própria defesa tem de ser hábil no uso de armas, tanto para a defesa do território como para fins de auto-defesa e de defesa da sua família e da sua comunidade.

Auto-defesa, um direito individual inalienável. Este é um princípio Judaico-Cristão, consagrado em lei natural, reavivado pelo despertar Renascentista: todos os indivíduos têm o direito inalienável a defender-se a si mesmos e aos seus. O indivíduo não é um escravo ou uma besta de carga, a ser mantido sob a ponta do chicote. Portanto, tem pleno direito a defender-se de agressores às suas liberdades e direitos pelo uso de força armada, se necessário. O estado moderno onde os princípios da defesa miliciana e da auto-defesa mais foram levados a sério foi, claro, a República Americana. Sob a segunda emenda à Carta de Direitos, é entendido que o cidadão soberano tem pleno direito a defender as suas liberdades individuais de todos os agressores a essas liberdades, sejam eles estrangeiros ou domésticos. É claro que isto pode incluir um bando criminoso, uma invasão estrangeira, ou o próprio governo nacional, no evento de se tornar tirânico.

“Exército universal”, condição de liberdade – “Soldado universal”, de despotismo.

Liberdade e democracia prosperam quando cidadania pode colocar déspotas em xeque. Como apontado por vários historiadores (Carroll Quigley, em “Tragedy and Hope”, é um excelente exemplo), liberdade e democracia prosperam na mesma proporção em que a cidadania está capacitada para colocar tiranos em xeque.

Despotismo prospera com privatização e monopolização da força. Da mesma forma, eras despóticas são sempre caracterizadas pela predominância de exércitos profissionais, forças de elite para uso privado da classe governante (na prática, forças mercenárias, ainda que estejam sob contrato estatal).

Força militar *por* cidadania [exército universal],não *sobre* cidadania [soldado universal]. Tudo isto implica que o exercício de força militar deve ser sempre exercido *pela* cidadania e não *sobre a* cidadania [***ou seja, o ideal democrático do exército universal, agora substituído pelo conceito pós-democrático do soldado universal, o mercenário público/privado, Uruk-Hai***].

Defesa nacional melhor assegurada por cidadania armada.

Defesa nacional melhor assegurada quando cidadania é militarmente competente. A defesa do território é sempre melhor assegurada quando a cidadania está armada e é competente no uso de armas. Quando a defesa nacional é assegurada apenas por um corpo limitado de forças especializadas, ou mercenários, o que acontece é que basta neutralizar ou destruir essas forças, para de seguida conquistar o território sem oposição.

Limitar defesa a forças profissionais, uma ideia absolutista e irresponsável. A ideia de limitar a defesa a um exército profissional não é apenas uma ideia absolutista, é também um conceito objectivamente irresponsável.

Regimes Constitucionais incentivam competência militar pública até deixarem de o ser. Os regimes Constitucionalistas só se tornaram tímidos em relação à difusão do uso de armas no espaço dos últimos 100 anos, algo que acompanhou o retorno muito gradual a uma postura absolutista, desta feita sob roupagem tecnocrática. Antes disso, o treino e o uso frequente de armas de fogo não só não era desincentivado como era considerado necessário para a defesa do território em si.

População armada, a melhor defesa contra incursões estrangeiras. Mesmo nos estados onde o exército profissional era mais importante que a milícia, uma populaça armada era a melhor defesa contra as incursões de forças invasoras estrangeiras. Essa vantagem estratégica foi perdida com o desarmamento das populações civis.

O exemplo da II Guerra: Alemanha e Japão agradecem desarmamento civil.

II Guerra: Alemanha Nazi agradece desarmamento civil Aliado (Europa, Rússia). Quando a II Guerra Mundial rebenta na Europa, a maior parte dos estados europeus já tinha desarmado as suas respectivas cidadanias e profissionalizado as forças armadas. A Reichswehr, que não tinha desarmado a cidadania alemã, agradeceu: os estados europeus foram alvos fáceis para tropas alemãs extremamente competentes no uso de armas e muito móvel na Blitzkrieg, que só precisou de desfazer as linhas das

(incompetentes) forças armadas aliadas. O mesmo aconteceu com a Rússia, cujo regime comunista tinha passado as duas décadas anteriores a desarmar o tradicionalmente bem armado povo russo.

II Guerra: Japão não faz ataques terrestres a Austrália, EUA (cidadanias armadas). Ainda durante a II Guerra, o Japão nunca lançou ataques terrestres aos EUA e à Austrália, precisamente porque os seus comandantes militares sabiam que as tropas japonesas iriam confrontar-se com cidadanias armadas e competentes no uso de armas.

II Guerra: Japão conquista Oriente, perante "profissionalismo" incompetente, desertor. O Império Japonês só atacou territórios desarmados, apenas protegidos por uma mão cheia de forças especializadas. Face a face com uma força expedicionária japonesa competente, fanatizada e bem equipada, essas forças rendiam-se após um breve período de combates convencionais. Em muitos casos pura e simplesmente desertavam. A população desarmada era, desta forma, colocada sob escravatura colonial japonesa sem nunca ter tido hipótese de participar na determinação do seu próprio destino. Foi desta forma que uma ilha comparativamente pequena veio a conquistar militarmente todo o Extremo-Oriente num espaço de tempo muito reduzido.

O cenário imaginado de conquista "Red Dawn" sobre ocidente, pela China.

China poderia submeter todo o mundo ocidental em meros dias. Para colocar tudo isto em perspectiva, se isso alguma vez fosse pretendido, a actual China poderia colocar todo o mundo ocidental sob submissão numa questão de semanas, senão de meros dias.

Ataque económico, EMPW, ogivas nucleares (generais NATO ligam às amantes). Um ataque económico generalizado dá início a uma guerra-surpresa, que é protagonizada por surtidas concertadas com EMPW e ogivas nucleares. Todas as linhas principais de defesa e de comunicações são destruídas numa questão de meros minutos, ainda durante o início da guerra, e isto acontece enquanto os altos comandos ocidentais estudam os seus manuais de *crisis management* e telefonam às amantes a adiar o *spa* (mas fazem tudo isto com inexorável profissionalismo).

Sleeper cells lançam ataques NBC sobre bases, centros de governo, etc. Entretanto, múltiplas *sleeper cells* entram em actividade na sequência das primeiras detonações. Edifícios de governo, bases militares e todo e qualquer outro centro de importância estratégica são alvos de ataques usando bioquímicos e explosivos – nos casos, como centros particularmente fortificados e relevantes, *mini-nukes*.

Exército Vermelho atravessa cidades restantes como faca quente em manteiga. O Exército Vermelho é lançado sobre as metrópoles ocidentais (as que restam) de páraquedas e domina cada cidade onde chega numa questão de meras horas. As populações, atordoadas por anos de *fast-food* e por incompetência genérica em auto-defesa, entregam-se, aturdidas, esperando que os novos mestres lhes deixem manter pelos menos alguns dos confortos da vida ocidental.

Resistência, aqui caótica, é rapidamente esmagada. As poucas forças que se organizam para ensaiar alguma forma de resistência (esquadrões conjuntos e desorganizados incluindo militares, polícias e civis) são rapidamente esmagadas sob o avanço das brigadas Vermelhas.

Shock and awe evitado se invasores soubessem que havia uma arma a cada janela. É provável que o *shock and awe* em si não pudesse ser evitado com facilidade; mas sem dúvida que seria pensado e repensado se os altos comandos invasores esperassem encontrar uma arma a cada esquina e a partir de cada janela.

Estado-nação moderno: Democracia liberal

Do estado-nação Renascentista a democracia liberal.

Exercício de soberania transita gradualmente do monarca para o Povo. Muitas das primeiras formulações de estado-nação colocam o exercício da Soberania do estado nas mãos de um monarca ou de um príncipe absoluto. Porém, as formulações mais avançadas colocam o povo em si na qualidade de Soberano. Por outras palavras, é o Povo quem escolhe, de uma forma ou de outra, o seu próprio sistema de governação e as decisões que vão determinar o seu futuro.

Reforma consagra valor fulcral do indivíduo e completa Renascimento. O estado-nação Renascentista já tinha dado os passos mais significativos para sair do sistema medieval, mas continuava a ser mais ou menos marcado por um dos piores elementos da sociedade medieval: a falta de reconhecimento político do valor do indivíduo médio, por distinção com o colectivo ou com o indivíduo poderoso. A *gestalt* de ideias que ascende da Reforma vem mudar isso. A Reforma vem consagrar que todos os indivíduos são únicos e igualmente importantes aos olhos de Deus. Essa realização tem consequências importantes: cada indivíduo tem de ser considerado primeiro entre iguais, com efeito, o pivot da vida política, económica e social.

Democracia liberal, governo do, pelo e para o Povo (indivíduos). A consagração do papel principal do Povo e, no Povo, do indivíduo, resulta eventualmente na formulação de democracia liberal constitucional. Sob este modelo, o mais avançado e sofisticado de todos os modelos de estado-nação, a ideia é a de criar uma sociedade livre, descentralizada, justa e equitativa, com base na aplicação de princípios constitucionais bem definidos. É entendida como o instrumento de auto-governação de um Povo soberano, do, pelo e para esse Povo (é claro que esta formulação só é inteiramente válida para Repúblicas. Monarquias liberal-democráticas continuam a ter a influência de uma Casa Real e de uma aristocracia de pares, hereditária ou nomeada – sob monarquia liberal-democrática, é entendido que a auto-governação do estado-nação é exercida em partilha de poder entre Reais, aristocratas e Povo). Aqui, o Povo é sempre entendido como uma população diversa e soberana de *indivíduos*, e não como um qualquer colectivo uniforme, ou como uma colecção de colectivos [*esse é o padrão de (não-)pensamento sob sistemas consolidados, feudais e/ou imperialistas, i.e., colectivistas*].

Indivíduo vem primeiro, depois o Povo e, por fim, o governo (limitado). A formulação ideal de democracia liberal constitucional é definida pelas seguintes linhas gerais. O indivíduo é livre para fazer o que quiser, dentro dos limites que são impostos por princípios de lei natural. Todos os indivíduos têm direito a igual voz e igual participação na definição de questões de governo. O governo é em si limitado de forma a não interferir com a liberdade do indivíduo ou usurpar os poderes do Povo. Isto é feito por

meio de uma constituição, definida de forma a evitar acumulações excessivas de poder e a ascensão de despotismo (tirania, oligarquia, oclocracia). *Liberdade individual está acima de tudo o resto*. A seguir, vem a soberania democrática, assegurada ao Povo. O governo existe para cumprir a vontade democrática do Povo mas é limitado pela Constituição nesse exercício. Portanto, não pode usurpar nem a soberania de decisão popular nem a liberdade do indivíduo. Isto, claro, também implica que nenhuma maioria eleitoral pode mandatar o governo para retirar ou negar liberdades ao indivíduo.

Distinção entre domínio público e domínio privado.

Sob feudalismo, domínios eram indistintos [governo por impulsos criminosos]. Surge ainda a noção, vital, de que tem de existir uma distinção clara entre aquilo que é de domínio público e aquilo que é de domínio privado. Sob o velho padrão medieval, esta distinção não era feita. Isto significava que privados poderosos podiam assumir-se como autoridades públicas e usar isso em seu próprio proveito. Mas também significava que estas "autoridades públicas" podiam imiscuir-se em todos (ou quase todos) os domínios privados. Ou seja, um servo não tinha propriedade privada assegurada, tal como não tinha qualquer direito a privacidade. Portanto, há que haver uma separação clara de domínios; ou algo é carne ou é peixe e, a sociedade humana não foi feita para ser governada por impulsos criminosos (latentes em ambas as situações atrás expostas).

Separação implica que domínio privado tem direitos inalienáveis. O domínio público é o domínio público e o domínio privado é o domínio privado. Isto significa que o domínio privado tem direitos que não lhe podem ser negados (inalienáveis) pelas autoridades públicas.

Domínio público tem de ser equidistante – não pode ser usurpado por particulares. Significa também que o domínio público, "estado", entendido enquanto domínio comum a todo o povo, não pode ser usurpado por interesses particulares específicos (económicos, políticos, etc).

Estado usurpado por particulares torna-se facilmente num estado criminoso. Quaisquer grupos de poder que procurem dominar a esfera pública, vão, muito naturalmente, tentar fazer uso disso para impor o seu próprio monopólio de poder sobre o resto da sociedade. Nesse caso, já não existe um "estado" partilhado e comum, mas sim aquilo que é, tecnicamente, um aparato de governação gerido para o benefício de um gang organizado. Depois, é apenas natural que procurem estender o seu recém-adquirido controlo sobre o "estado" pela intrusão indevida em todos os domínios privados. Esta é, claro, a génese de totalitarismo, que tipifica um estado policial, uma organização colectiva criminosa (*no pun intended*).

Público tem de ser fiscalizado – e regular de modo isento e equidistante. Tudo isto significa que não podem existir combinações ou fusões entre os dois domínios. O público existe para ser universal e salvaguardar igualmente todos os privados (i.e., todos

os indivíduos); não para se aliar ou combinar com alguns deles em prejuízo dos outros. Tudo isto implica que o domínio público tem de ser mantido sob estrito controlo e que a sua *praxis* de regulação tem de ser mantida legítima. O público deve arbitrar de modo equidistante e legal as disputas entre privados, regular sectores económicos, mas não os pode *controlar*. Tem de fazer as mesmas regras exactas para todos e agir como árbitro equidistante. Ao mesmo tempo, tem de ser fiscalizado pela cidadania, que tem de se assegurar que nenhum grupo de poder particular se apropria da maquinaria de estado para o avanço das suas próprias agendas sociais, políticas ou económicas.

Governo limitado – Princípios essenciais.

Governo limitado pela Constituição – existe para *servir* indivíduo e Povo. O aparato governativo existe *apenas e somente* para assegurar o governo do território, em obediência à vontade do Povo, mas sempre sob as limitações que são impostas pela Constituição. Ou seja, nenhuma maioria democrática pode anular direitos e liberdades individuais ou instaurar um governo tirânico. Da mesma forma, o governo não pode agir fora dos limites constitucionais, negar liberdades individuais, usurpar poderes de decisão que pertencem ao Povo. Se o fizer, é um governo *ilegítimo*, que age fora da lei, da *legis*, i.e. é um governo *fora da lei*, *sem lei*. Tem, portanto, de ser abolido e substituído. A ideia é sempre a de criar instituições que sejam dotadas da medida limitada de poder que lhes permita levar a cabo as suas funções, sem colocar em risco a liberdade pública. Isto significa que o estado tem todo um número de deveres que lhe são inescapáveis.

Indivíduo é o centro – depois, o Povo – por fim, o governo limitado. O centro da vida sócio-política é o indivíduo e, todos os indivíduos são primeiros entre iguais. Ou seja, o indivíduo está sempre acima do estado, do grupo de interesses, do colectivo, da comunidade. *Todos* os poderes (do governo ao Povo) que são passíveis de limitar a sua liberdade de acção são, eles próprios, colocados sob xeque institucional. Portanto, a *liberdade indivíduo surge acima de tudo o resto*. A seguir, vem a soberania democrática, que é assegurada ao Povo, o conjunto diverso de indivíduos. Por fim, o governo.

Governo não pode negar liberdades individuais, usurpar soberania popular. O governo existe para cumprir a vontade democrática do Povo mas é, nesse exercício, limitado pela Constituição. Portanto, não pode usurpar nem a soberania de decisão popular nem a liberdade do indivíduo. Isto, claro, também implica que nenhuma maioria eleitoral pode mandatar o governo para retirar ou negar liberdades ao indivíduo.

Governo limitado – Partição e descentralização política.

Governo tem de proteger indivíduos contra acumulações iliberais de poder. O aparelho de estado tem o dever de proteger os indivíduos contra acumulações excessivas de

poder que possam ameaçar as suas liberdades. E, aqui, a primeira linha de salvaguarda respeita a acumulações de poder no seio do próprio estado.

Aparelho de estado nunca pode ser unificado, demasiado potente e vigoroso. O aparato de estado em nenhuma ocasião deve ser unificado e dotado de poderes demasiado abrangentes. A moral da história é, nada de governos demasiado poderosos que, por virtude desse poder, possam atentar (atentem) contra a liberdade do indivíduo e contra a soberania do Povo. Por outras palavras, nada de governos coesos, vigorosos, potentes. Esse é o padrão absolutista europeu. E nada de *fusion* utópica (*fusion centers* et al), o *trance* induzido pelo olhar da Serpente, o perfume inconfundível que ascende da rosa da lixeira – e esta é a lixeira que marca aquele bairro social devoluto, a cada canto seringas usadas, frio e seco, sito aos pés do monte escarpado do ninho da águia. Esse é o padrão totalitário pós-moderno.

Poderes de actuação limitados. Os poderes de actuação do estado nunca podem ser demasiado extensivos e abrangentes, e todos eles têm de ser legitimados pelos indivíduos soberanos.

Governo tem de ser particionado e dividido em partes independentes. O aparato de estado é particionado em vários ramos (e.g. executivo, legislativo, judicial), secções, níveis, departamentos, e todas estas unidades têm de ser o mais independentes que possível entre si. Ao mesmo tempo, o sistema de governação é hierarquizado, caracterizado por vários níveis de tomada de decisão, do nacional/central ao local. Se o governo não estiver particionado e dividido, é certo que particionará e dividirá o público, para melhor o dominar, sob uma versão distorcida e absolutista.

Descentralização política. O poder político deve ser o mais descentralizado que possível, i.e. estar próximo dos indivíduos.

Governo limitado – Serviço público, transparência, abertura.

Serviço público, por oposição a ***autoridade*** pública. O estado é a propriedade comum de todos os cidadãos, o domínio público. Logo, as instituições que o governam têm de existir em espírito de *serviço* público. Isto é são estruturas *empregadas* pelo público (pelos proprietários) para o servir, e não *autoridades* sobre quem as emprega. A partir do momento em que um estado constitucional e liberal-democrático coloca de parte a linguagem e as práticas do *serviço público*, e começa a usar as da *autoridade pública*, então está-se perante uma marca típica de ilegitimidade governativa e, com efeito, de despotismo.

Governo tem de ser ***transparente***, policiado e fiscalizado pela cidadania. O estado tem o dever de se policiar a si mesmo no respeito a essas proibições. A forma óbvia de o fazer é através de um sistema judicial independente e activo. Da mesma forma, tem de aceitar ser policiado e inspeccionado nas suas acções pelos próprios cidadãos, pelo eleitorado. O público tem de ter acesso assegurado a todas as instituições que vão exercer alguma

forma de poder sobre si, bem como aos conteúdos das suas actividades. Tem também de ter o direito a ser ouvido sem reservas por essas instituições, e a inquiri-las sobre qualquer assunto que seja. Isto inclui, mas não se limita a, inquérito por representação democrática. Quando o governo não é transparente, os seus actos policiados e fiscalizados pela cidadania, é certo e garantido que exigirá policiar e fiscalizar cada acto da cidadania e a isso chamará *transparência*, em típico registo de língua bifurcada.

Governo limitado – Democracia representativa e referendos.

Extensa participação democrática na auto-governação do país. Os indivíduos que compõem o Povo soberano têm de ter igual participação na escolha de todos aqueles que vão exercer poder institucional sobre si. Sob democracia liberal, isto aplica-se especialmente ao ramo legislativo (eleição de representantes democráticos) e ao executivo (ministros, secretários e assim sucessivamente). Em ideal, dever-se-ia aplicar a *toda e qualquer figura de relevância* na estrutura de estado, o que inclui juízes, administradores públicos, chefes de polícia, etc.

O papel dos referendos – democracia liberal difere de democracia directa [jacobinismo]. O exercício democrático também pode estender-se a decisões específicas de governação, por ex. através de referendos. Com efeito, o referendo é um dos instrumentos essenciais da democracia liberal (e deveria ser usado com muito mais frequência do que geralmente é), embora aqui não seja encarado como sob democracia directa (tipicamente anti-liberal e oclocrática), que tende a divinizar esta instância na mesma medida em que diviniza a horda colectiva jacobina. Ou seja, sob democracia liberal, o referendo nunca é um substituto de democracia representativa, mas sim algo que a completa e complementa.

Governo limitado – A ovelha e os lobos.

Governo limitado previne tirania, oligarquia, oclocracia – ***a ovelha e os lobos***. Limitar e particionar os poderes de actuação do estado contribui para impedir que o seu aparelho seja dominado por uma tirania ou por uma oligarquia. Porém, os indivíduos também têm de ser protegidos contra despotismo popular, ou oclocracia. Portanto, para além do mero exercício de salvaguardas legais (o estado tem de proteger o indivíduo de multidões em fúria, por exemplo), têm de existir alguns mecanismos institucionais específicos. O mais óbvio é o de que um direito inalienável nunca pode ser cancelado por nenhuma maioria democrática – é *inalienável*. O estado tem o dever de proteger e salvaguardar esse direito, mesmo que o mesmo seja negado por uma maioria democrática. De resto, o espírito da lei tem sempre de contemplar o direito do indivíduo à sua própria auto-determinação e liberdade de escolha, independentemente da opinião de qualquer maioria democrática. Em parte, é isso que faz a diferença entre uma forma puramente democrática e uma forma liberal-democrática de governo. Na primeira, dois

lobos (maioria) e uma ovelha (minoria) decidem o que vai ser o jantar. Na segunda, a ovelha está armada; isso significa que o jantar vai ser hortaliça.

Um governo ***ilegítimo***, i.e. ***sem legis***, ***fora da lei***, deve ser abolido e substituído. O governo existe *apenas e somente* para ser o veículo pelo qual o Povo exerce a sua auto-governação. Como tal, tem de cumprir todos os requisitos atrás listados. Um governo que procure agir fora das sua fronteiras constitucionais, que usurpe a liberdade do indivíduo e/ou a soberania de decisão democrática do Povo é, por conseguinte, um governo *ilegítimo* (i.e. não aceitável segundo a *legis*, a lei); é um governo *sem lei*, *fora da lei* e, por conseguinte, *criminoso*. Em nomenclatura moderna, um dos termos que é aplicado a regimes que agem desta forma é, com efeito, o de *rogue state*. Os indivíduos que compõem o Povo têm o direito e o dever, constitucionais, de abolir tal governo e de o substituir por instâncias *legítimas*. Ou seja, nada força as ovelhas a terem de ser governadas por lobos. As ovelhas podem e devem dar um valente pontapé nos *derrieres* de tais criaturas e nomear ovelhas competentes para os cargos.

Governo limitado – Economia descentralizada.

Descentralização económica, desenvolvimento de território. Sob democracia liberal, o ideal económico é a economia descentralizada de classe média (pequenos e médios empreendimentos, indústria descentralizada, etc). Essa é, claro, a forma mais justa e equitativa de distribuição de poder político e económico. O governo deve promover activamente este ideal, o que inclui assegurar o desenvolvimento da economia: infraestruturas públicas, serviços, crédito, etc. Isto tem *sempre* de ser feito de forma a promover o crescimento contínuo e sustentado (***real*** sustentabilidade) da economia de classe média.

De resto, notas sobre "De general welfare a capitalismo de mercado livre".

O espírito da lei: equidistância, imparcialidade, liberalismo, simplicidade.

Governo tem de ser árbitro equidistante, imparcial e liberal. As entidades governativas são árbitras da sociedade (não proprietárias, ou servas de grupos específicos). Têm de regular de modo transparente, por meio de lei equidistante, imparcial e específica; um governo de leis, e não uma concertação arbitrária de homens. O aparato de estado tem o dever de fazer a execução pronta do código legal. É essencial o princípio do menor grau de regulação que vai preservar liberdade e igualdade de oportunidades; ou seja, não se prejudicam 1000 pessoas honestas para impedir os actos de uma pessoa má.

Lei simples e acessível a todos. A lei tem de ter um máximo de simplicidade e elegância, de modo a ser facilmente acessível a *todos* (o que inclui que seja elaborada na mais simples linguagem possível).

Igual acesso ao sistema judicial. Como é evidente, todos têm igual acesso ao sistema de tribunais, e é-lhes garantida igual oportunidade de mover processos contra toda e qualquer entidade, pública ou privada.

Espírito de regulação sob democracia liberal é abertamente Judaico-Cristão. O espírito de regulação sob democracia liberal é abertamente Judaico-Cristão, alicerçado nos princípios gerais que são expostos nos Dez Mandamentos e no Sermão no Monte.

O espírito da lei: Lei natural.

Espírito da lei definido por princípios naturais e simples de "não farás". Uma sociedade liberal democrática assenta sempre num conjunto de regras simples, elegantes, equidistantes. Um conjunto de "não farás", no registo dos Dez Mandamentos, que são implícitos, conhecidos por todos e que compõem o *espírito da lei*, o corpo axiomático no qual toda a legislação posterior se baseia.

Lei natural, universalmente válida. Aqui estamos no domínio daquilo a que em tempos foi chamado de *lei natural*: toda a gente sabe que prejudicar, prestar falsos testemunhos, magoar, roubar, matar, são coisas universalmente más e pervertidas. Todos nascemos com uma consciência moral e a compreensão intrínseca dessas regras é-nos tão inata como a apreciação de águas azuis, campos verdes numa tarde solarenga, uma harmonia agradável. Todos sabemos o que distingue uma pessoa real, vertical, de uma pessoa degradada, desonesta. Todos temos a tendência natural de preferir a primeira, tanto quanto temos a tendência de gostar naturalmente de pessoas bonitas e simpáticas; e, sem dúvida, temos o enviesamento inato pelo qual confundimos uma coisa com a outra, assumindo que uma pessoa bonita e simpática é também uma pessoa real e honesta. É claro que essa relação linear não existe, mas esse enviesamento em si é apenas mais uma boa expressão dos inatismos que estão aqui implícitos. Com efeito, é preciso que um indivíduo seja submetido a um grande processo de despersonalização, degradação interior, inversão de valores, para fazer com que despreze ou renegue qualquer uma destas coisas – em qualquer cultura.

Liberdades individuais naturais, inatas, inalienáveis. Uma sociedade alicerçada neste *ethos* terá a tendência de se desenvolver num sentido liberal-democrático, i.e. centrado no indivíduo. O indivíduo é o protagonista da sociedade e tem direitos naturais, liberdades que lhe são inatas e inalienáveis. Tem direito a *pensar, sentir e dizer* tudo aquilo que quiser. E, tem o direito a *fazer* tudo o que entender, dentro dos limites do *ethos*. Ou seja, o indivíduo tem direito ao máximo exercício de liberdade e de auto-determinação, conquanto não cometa crimes contra o (mesmo direito) do próximo. Sob *real* democracia liberal, o indivíduo tem direito a fazer uso pleno de todas essas liberdades. É claro que todos os indivíduos são responsáveis pelas suas próprias acções. O indivíduo "não fará" os actos criminosos que são definidos pelo *ethos* (prestar falso testemunho, roubar, magoar, matar, etc.). Se os fizer, deve ser prontamente julgado e

punido pelas suas acções; crimes exercidos contra outros indivíduos. O foco está *sempre* na acção concreta.

Inexistência de crimes de opinião, pensamento ou discurso. Sob liberal-democracia, o foco *nunca* está noutras variáveis, como sejam pensamentos, sentimentos, ou a expressão de opiniões; o que significa que, sob democracia liberal, não existem crimes de opinião ou crimes de discurso.

Constitucionalismo – Direitos individuais, liberdades inalienáveis.

Indivíduo detém direitos e liberdades que são inalienáveis e naturais. O indivíduo tem direito ao máximo exercício de liberdade e de auto-determinação, conquanto não cometa crimes contra o (mesmo direito) do próximo. É detentor de direitos naturais, de liberdades inatas e inalienáveis. Esses direitos e liberdades são garantidos a cada indivíduo pelo próprio Criador, nas Escrituras [autores não-teístas diriam que são pura e simplesmente inatas e inerentes à condição humana].

I.e. não podem ser alterados ou negados por entidades humanas. Têm de ser respeitados pelos homens, preservados e protegidos pelas instâncias de governo. São direitos que *não podem* ser alterados, distorcidos, negados, *alienados*, por nenhuma entidade humana.

Expressos em lei Constitucional. Estes direitos e liberdades são expressos em lei constitucional. Ou seja, tem de existir um documento constitucional (a Constituição ou uma Carta de Direitos) que os liste. O governo é constitucionalmente forçado a respeitar esses direitos e liberdades. A carta constitucional tem de os expressar na forma de um conjunto de "não farás", impostos aos corpos governantes. Por exemplo, nenhuma instituição de governo pode atentar contra o direito inalienável à livre expressão de ideias e opiniões. Da mesma forma, não pode atentar contra os direitos inalienáveis à igualdade perante a lei, à auto-defesa (os franceses chamariam a isto segurança), ou à liberdade de ser livre de acumulações de poder que possam atentar contra as restantes liberdades (entre muitos outros). Por vezes, estes princípios não são enunciados de modo linear, antes definindo, fazendo o espírito da lei (por ex. o último princípio atrás exposto é um dos princípios definidores da Bill of Rights americana, sem que surja enunciado de forma directa).

Poder do estado **nunca** pode ser usado, **por ninguém**, para negar estes direitos. Como foi dito, as estruturas de governo não podem desafiar ou negar direitos e liberdades inalienáveis. Se o fizerem, isso significa que são *ilegítimas* (i.e. *sem legis*, *fora da lei*, criminosas) e têm, por conseguinte, de ser substituídas. Aqui, *governo* serve de *proxy* para todas as forças que podem assumir controlo efectivo do poder do estado (a qualquer nível, do local ao nacional). É indiferente se estamos a falar de cliques oligárquicas, de maiorias democráticas, ou de grupos colectivos ou comunitários. É estritamente proibido que qualquer organização dotada do poder do estado desafie ou

negue liberdades e direitos individuais que são ***inalienáveis***. Isto implica que todas as estruturas governantes têm de ser policiadas e fiscalizadas pela cidadania. A primeira linha de protecção é um sistema judicial independente e activo. Porém, o papel essencial é aqui desempenhado por uma cidadania (que se pretende seja inteligente, adulta e activa); o direito de fiscalizar as actividades dos governantes é, aliás, um direito constitucional ***inalienável***.

A diferença entre direitos inalienáveis e direitos humanos. Direitos humanos não são *necessariamente* direitos inalienáveis. De modo genérico, direitos humanos são direitos decididos e garantidos por uma autoridade humana: governo central, assembleia colectiva, etc. Tudo aquilo que é oferecido pelos homens, pelos homens pode ser negado, revisto, retirado. Sem a noção de que os direitos do indivíduo são garantidos pelo Criador (ou que são, no mínimo, naturais, inatos e inegáveis à condição humana) é a arbitrariedade humana que decide o que é bem e mal, o que está certo e errado e, ultimamente, quais são os direitos de cada um. [*Seria porém necessário rever toda a história do conceito para saber se isto sempre foi assim. A ideia de "lei natural", por exemplo, foi a certo ponto cooptada para legitimar eugenia e higiene racial, pelos obscurantistas respeitáveis da Royal Society. A história dos últimos 300 anos está repleta disto. É concebível que uma ideia original de "direitos humanos" como sendo "naturais e inalienáveis" pudesse ter sido sequestrada ao longo do caminho*]. Este é um pormenor determinante, porque define toda a mentalidade de base para o resto do processo constitucional e legislativo.

Os frutos de "direitos humanos": arbitrariedade, hipocrisia e autoritarismo. A Revolução Americana foi construída sobre a ideia de direitos inalienáveis. A Revolução Francesa e a Revolução Russa foram construídas sobre a ideia de direitos humanos. A Revolução Americana é alicerçada em bons valores, resultantes de uma boa intepretação das Escrituras. Apesar do facto de a adaptação prática ao modelo ideal ter deixado bastante a desejar (como em tudo na sociedade humana), dá origem ao *melhor* modelo de liberdade individual e prosperidade geral que foi possível atingir em milénios de história. Por outro lado, revoluções como a Francesa ou a Russa alicerçaram o seu processo ideológico em arbitrariedade dialéctica e na supremacia do capricho humano e construíram infernos terrestres. Para este género de sistema, o grande desafio de direitos humanos, que existe, é o de encontrar o melhor legalês para os distorcer, retorcer, inverter, negar. As democracias constitucionais do século 20 cometeram o mesmo erro e é isso que está na base da sua transformação gradual em autoritarismos privatizados tecnocráticos. O inferno terrestre segue nos próximos capítulos.

Estado-nação – Universalismo populacional.

A "nação" não é definida por raça, etnia, sangue, história, etc. O povo é entendido como a "nação", mas a "nação" não é definida por um grupo etno-linguístico específico, ou seja, não é definida por raça, língua, cultura, história comum. Ou seja, o foco de orientação não é o passado ou o presente, mas sim o futuro.

População diversa e heterogénea, unida em auto-governação constitucional. A “nação” do estado-nação que ascende do Renascimento é a população que, sendo heterogénea e diversa, partilha um espaço comum soberano e auto-governado. Com a introdução de soberania popular, a “nação” passa, por adição, a ser definida por um empreendimento livre e conjunto na sua própria auto-governação constitucional. Ou seja, qualquer um pode juntar-se à “nação”, contando que seja fiel à sua Constituição. Estamos portanto num domínio adulto, o domínio das ideias e das práticas, e não de temas pueris, como raça, etnia, sangue, “destino manifesto” e outras superstições deste género.

Estado-nação moderno: Prosperidade, liberdade e paz internacional

Democracia liberal soberana – progresso e desenvolvimento sem par na História

O "bom estado": Democracia constitucional liberal, ***o** modelo do modernismo*. A democracia constitucional liberal exercida pelo estado soberano é *o modelo* do modernismo, a suma das melhores aspirações que animam todo este processo de ascensão. Este é o ideal libertário que ascende para a era Moderna, o modelo do estado-nação constitucional e democrático, baseado em liberdades e direitos individuais, capitalismo familiar e de classe média. Este é o ideal para o qual começam por ser utilizados termos como emancipador, liberal, progressista, humanista; é, aliás, apenas neste contexto que esses termos são *legítimos* [cooptações por movimentos totalitários não são legítimas; são actos de fraude].

Democracia liberal só é possível no estado-nação. Democracia liberal *só pode existir ao nível do estado-nação*; é inteiramente inaplicável à união regional, ao império, uma unidade demasiado alargada, na qual os centros de poder estão demasiado longe da cidadania e as actividades políticas e económicas são, por tendência, concentradas e consolidadas (originando devolução sócio/económica).

A ***sociedade ocidental*** [o "mundo livre"], modelo para o planeta. Esta é a sociedade que vem a ser conhecida como a sociedade ocidental, o modelo de desenvolvimento para o mundo. Existe um ponto de agravo aqui, que é o facto de este modelo nunca ter sido implementado em nenhuma região do planeta, apesar de países como EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e alguns outros países, particularmente na Europa, terem chegado perto disso. Esse estatuto perdurou até à fase em que se podia falar deste conjunto de países como o "mundo livre".

A ideia pioneira do estado soberano universal, apenas com o precedente de Israel, no AT. A ideia de um espaço protegido, independente, para usufruto de todo um povo, forte o suficiente

para resistir a agressões externas, era uma ideia relativamente pioneira. Tinha apenas *um* precedente: o Israel do Antigo Testamento. É o formato prescrito pelo próprio Criador.

Estado-nação moderno, a saída para a degeneração feudal/imperial [local ao global]. A ideia de estado-nação moderno é uma ideia extraordinariamente importante. Quase toda a história humana foi definida pela fórmula imperial, com organização do feudo local ao império regional, aquilo a que hoje chamaríamos "local to global". Este é o *standard* habitual ao longo da história da civilização humana. Em todas as eras e em todos os continentes, a forma mais típica de civilização complexa é precisamente isto: despotismo local (ao nível da aldeia, da villae, do feudo), subordinado a despotismo imperial. Os grupos que se escapavam a esta máquina de comer (e.g. tribos remotas) eram, regra geral, fracos demais para evitarem assimilação quando o império chegasse às suas costas. A Idade Média foi um produto de "governância universal". Tal como o Império Romano o tinha sido, tal como Babilónia o tinha sido, ou a Assíria, ou Egipto; tal como acontecia na China ou, em várias fases da história, em sítios como a Índia e a Rússia.

Estado-nação liberal democrático: O modelo para progresso e desenvolvimento.

O modelo que produz mais desenvolvimento, prosperidade, segurança, para *todos*. Este é o modelo que, ao longo da história, conseguiu produzir mais desenvolvimento, prosperidade e segurança real para toda a população, conforme é mensurável em índices de distribuição *per capita*.

Progresso económico, político, social, científico, tecnológico – **sem par na história**. Até aos anos 70, na Europa e nas Américas, o modelo do estado nação soberano, com uma economia protegida, despoletou os maiores índices de produtividade e as maiores taxas de progresso político, demográfico, tecnológico e económico em toda a existência humana conhecida. Este é o modelo que consagra a igualdade universal entre indivíduos e os direitos que são naturais e inalienáveis a cada ser humano. Concretiza a centralidade dos princípios de democracia, governação constitucional e desenvolvimento económico descentralizado. É sob democracia constitucional liberal que são alcançados os maiores índices de sempre em desenvolvimento sócio/económico e em progresso científico e tecnológico – índices ***nunca*** replicados sob qualquer outro modelo. Esta é a sociedade que acaba com a fome e com a miséria dentro das suas fronteiras. É a sociedade que generaliza o estatuto de classe média e, que cria os maiores índices de prosperidade *per capita* alguma vez alcançados. É a sociedade cuja prosperidade e desenvolvimento científico permite que a pessoa média não tenha de morrer por doenças como cólera e pneumonia; e possa, com efeito, almejar viver até aos 80/90/100 anos. É a sociedade que desenvolve a melhor medicina alguma vez em existência e a oferece a toda a população. É também a sociedade que universaliza a literacia, o acesso à educação e ao conhecimento agregado do Homem. É a sociedade que cria literacia e educação universal e que permite que *todos* tenham, desde que assim o queiram, igual acesso ao conhecimento concentrado da humanidade. É a sociedade que, tendo obtido libertação da precariedade humana, da mais baixa luta pela existência, mais se voluntaria para ajudar aqueles que precisam; é a sociedade onde a pessoa média está realmente interessada em contribuir para

um mundo igualmente desenvolvido e próspero (e, sem dúvida que esses sentimentos foram abusados vezes sem conta por fundações e por ONGs desprovidas de quaisquer escrúpulos ou, decência humana).

A concepção de Lincoln, FDR, JFK, De Gaulle, para prosperidade global, paz internacional. Estados-nação liberal democráticos que se desenvolvam economicamente e cooperem entre si para desenvolvimento conjunto (o projecto de Lincoln, FDR, JFK ou De Gaulle) podem construir prosperidade universal e paz mundial *real*, por oposição à dinâmica de exploração, dominação e expansionismo que é imposta por todas as unidades imperiais; veja-se a história do 3º mundo ao longo dos últimos 50 anos, se não se quiser ir mais atrás.

O pós-II Guerra podia (devia) ter sido a fase de vitória da democracia liberal, no mundo. O optimismo de um da Vinci no século 16 vai ser repercutido no optimismo civilizacional que encontramos na mais descentralizada e democrática de todas as sociedades modernistas: a América que vai de Lincoln a Kennedy. O mesmo tipo de modelo tem vindo a prevalecer em vários outros países ocidentais (particularmente em sítios como Canadá, Austrália, Nova Zelândia), depois de inúmeras experiências e tentativas no próprio continente europeu. Após a II Guerra, é o modelo que é copiado por todos os países que entram no Plano Marshall e, mais que isso, o modelo de desenvolvimento para o mundo. É, por exemplo, o modelo que Chiang Kai-Chek (erroneamente retratado como um ditador militar, que nunca foi) tentou instalar na China, antes de ser derrubado pela Grã-Bretanha e por interesses conjuntos a operar em Washington, para abrir as portas à destruição da China como país independente, sob Mao (a China comunista é um conglomerado multinacional).

"O 3º mundo quer desenvolvimento; e não ser terceiro mundo". Como foi afirmado por tantos – tantos – intelectuais, políticos, autores, académicos, activistas de países de 3º mundo ao longo das últimas 4/5 décadas. O modelo do estado-nação moderno é, no pós-guerra, o ponto de referência para desenvolvimento nacional por todo o 3º mundo, na altura a libertar-se do colonialismo. Até muito recentemente, a grande ambição dos povos da América do Sul, África e Ásia, era a de assegurar o direito de conduzir os seus assuntos como povos soberanos, de forma a assegurar as mesmas vantagens económicas, políticas, demográficas, vistas nos melhores períodos da história da Europa moderna e dos EUA. Afinal de contas, quem tem direito a mandar no petróleo de um país africano, o povo desse país ou uma qualquer multinacional operada por bandidos? Temos alguns exemplos muito notáveis de reformismo no bom sentido no mundo árabe, dos anos 40 aos 60, com figuras como Nasser e outros. Países como o Egipto, o Líbano ou o Iraque estavam bem no caminho quando foram sabotados, o seu desenvolvimento liberal democrático destruído. Um dos exemplos mais notáveis nesse sentido, nesta região, é-nos dado por Mohammed Mossadegh, o reformador democrático do Irão, mais tarde derrubado pelo golpe promovido pela BP. Mais tarde, Reza Palevi começaria a ensaiar uma tentativa similar, em casa, e ao tentar exportar o modelo de desenvolvimento soberano por todo o 3º mundo e acontecer-lhe-ia o mesmo (com a Revolução Islâmica, também apoiada pela BP). É horrível como todo o esforço de desenvolvimento constitucional democrático do 3º mundo foi inteiramente sabotado durante a era da Guerra Fria, por meio de *putsches*, vagas terroristas, desestabilizações económicas e, pela mais baixa exploração neo-colonialista por agentes de ambos os blocos).

Paz internacional e a alternativa a belicismo e a imperialismo

Paz internacional – Democracia liberal, desenvolvimento e cooperação soberana.

A concepção de Lincoln, FDR, JFK, De Gaulle, para prosperidade global, paz internacional. Estados-nação liberal democráticos que se desenvolvam economicamente e cooperem entre si para desenvolvimento conjunto (o projecto de Lincoln, FDR, JFK ou De Gaulle) podem construir prosperidade universal e paz mundial *real*, por oposição à dinâmica de exploração, dominação e expansionismo que é imposta por todas as unidades imperiais; veja-se a história do 3º mundo ao longo dos últimos 50 anos, se não se quiser ir mais atrás.

Desenvolvimento económico e cooperação soberana, garantias para paz e estabilidade. O estado-nação moderno é o modelo que mais garantias dá para a estabilização de relações internacionais e para a obtenção de alguma forma de paz internacional – por desenvolvimento económico e cooperação mútua, ***reais*** [não os *fac similes* totalitários em vigor na actual fase de imperialização global].

Uma guerra ***nunca*** é lucrativa para o estado-nação. Ao contrário do mito demagógico que foi mais ou menos generalizado ao longo das últimas décadas (antes disso era conhecido nessa qualidade, de mito demagógico), uma guerra nunca é um empreendimento lucrativo, para um país. Muito pelo contrário, é sempre um empreendimento incrivelmente custoso e dispendioso e, claro, destrutivo: mata muitas pessoas, destrói muita infraestrutura e é um desperdício de recursos essenciais.

Estados-nação que se tornam bélicos fazem-no porque transitam para imperialismo. Todos os estados-nação que se tornaram bélicos (e.g. Inglaterra, Alemanha ou, mais tarde, EUA) fizeram-no na dependência de grandes consórcios financeiros (*o único factor social que realmente lucra com uma guerra* – todos os restantes perdem) e, fizeram-no apenas na medida em que se tornaram concorrentes ao estatuto de potências imperiais autoritárias.

Processo a bloquear por estados-nação soberanos [como foi mote na fundação da ONU]. Esses são os processos que têm, por força, de ser impedidos e bloqueados, por estados-nação liberal democráticos que se concertem para tal efeito, mas mantenham, porém, as suas respectivas soberanias (e não é esse o discurso social pelo qual a ONU foi vendida ao mundo?)

Paz internacional – Estado-nação liberal-democrático vs regime imperial bélico.

A distinção entre o estado-nação liberal democrático e o regime criminoso, bélico. Mas é importante olhar para o que define o estado-nação liberal democrático por contraste com o regime criminoso, o imperialismo belicista.

Democracia liberal consagra princípios de não-agressão, guerra apenas em auto-defesa. Um estado-nação liberal-democrático é um estado que, por natureza, estará interessado em evitar guerras. Este é, aliás, um predicado do Constitucionalismo que ascende da Renascença/Reforma: os princípios reinantes são os de não-intervenção, não-militarismo, e de prática de guerra apenas quando é *guerra justa*, i.e. em auto-defesa.

Ethos de paz, desenvolvimento, justiça, transparência governamental, descentralização. Uma verdadeira (ou mesmo, semi-diluída) democracia liberal está construída sobre bons valores, e não pela ineptitude dialéctica que caracteriza os regimes bélicos. Os seus interesses são desenvolvimento, paz (um valor essencial sob democracia) e a obtenção de um bom nível de vida para a população. A democracia liberal é construída sobre um *ethos* de igualdade, justiça, universalismo, transparência governamental. Descentraliza o poder político e económico. O seu propósito é a obtenção de desenvolvimento económico e da melhoria contínua do nível de vida da população; conforme expresso pela generalização das classes médias. Como tal, está interessada em manter a paz, pela resolução diplomática de questões internacionais.

Estado bélico, ***oposto exacto*** de democracia liberal.

Despotismo, consolidação, mentalidade criminosa e massas de “dumb, stupid animals”. É impossível construir uma potência militar imperial, sob essas condições. Na Roma Imperial como hoje, militarismo imperial exige despotismo e opacidade governamental, a criação de um grande *pool* de pessoas descartadas e ignorantes, que possam ser usadas para equipar grandes exércitos profissionais/mercenários (os “*dumb, stupid animals to be used as pawns in foreign policy*”, de Henry Kissinger); e, claro, a generalização da mentalidade criminosa no seio da população.

Democracia liberal é o melhor garante para prevenção de guerra.

Só pode existir ao nível do estado-nação – é impossível na união regional e no império. A existência de democracia liberal é o melhor dos garantes políticos para a prevenção de guerra e, *só pode existir ao nível do estado-nação*; é inteiramente inaplicável à união regional, ao império, uma unidade demasiado alargada, na qual os centros de poder estão demasiado longe da cidadania e as actividades políticas e económicas são, por tendência, concentradas e consolidadas (originando devolução sócio/económica).

O grande bloco unido é, sempre foi, despótico, tecnocrático e militarista. O grande bloco unido é, sempre foi, inevitavelmente definido por despotismo e por tecnocracia (e, pelo seu produto incontornável, belicismo). Obter este complexo de realidade é o *único motivo* pelo qual alguém, no topo da sociedade, pode desejar derivar o mundo para blocos continentais. É *extremamente bem conhecido*, a esse nível, que se pode contar com esses blocos para serem impérios contendores, que farão guerra contra as suas próprias populações e, contra as

populações alheias; passos essenciais para consolidar controlo político e económico e, no fim, obter uma forma (absolutamente viciosa) de despotismo global.

Democracia liberal e regime bélico – a pessoa sã **vs** a personalidade criminosa. O estado liberal democrático é a versão geopolítica da pessoa comum decente, que tem bons valores e está demasiado preocupada com as coisas que realmente interessam na vida; prefere dar-se bem com as restantes pessoas e, construir coisas em comum, do que começar conflitos. Por contrapartida, o regime bélico é tipificado pela personalidade criminosa, mentalmente empobrecida, obcecada com aquilo que pode tirar ou extrair do próximo em proveito próprio. Esta pessoa mente, rouba e mata e, como tal, tem de ser colocada na prisão. O mesmo é válido para o regime bélico.

Século 21, liberdade ou despotismo?

A encruzilhada do século 21: Liberdade global ou despotismo global?

O modelo mais odiado por déspotas feudalistas e imperialistas. Este é o modelo mais odiado por interesses feudalistas e imperialistas. Por isso mesmo, foi sabotado, atacado, caluniado, erodido, desde o início. Hoje, a sociedade liberal democrática está em pleno processo de desmantelamento, a ser gradualmente substituída pelos conceitos colectivistas, neo-feudalistas, da "sociedade global". Depois de um período de recuperação e de novas oportunidades, a sociedade parece estar a encaminhar-se de volta para a grande noite da estagnação colectivista.

"Sociedade global", despótica, precisa de se mascarar de "democracia liberal". É de nota, porém, que mesmo enquanto o modelo é, em si, desmantelado, o seu nome (democracia constitucional liberal) é invocado, como forma de oferecer legitimidade aparente à formação da "sociedade global". O termo "democracia liberal" tem de ser usado, mesmo quando está a servir de capa a colectivismo tecnocrático de estilo feudal.

Com a queda deste modelo, pode ascender a Utopia – a Animal Farm medieval. Ao fim de 500 anos, é declarado como um modelo obsoleto quando, na prática, *quase nunca foi aplicado*. Este é o modelo realmente revolucionário, a verdadeira alternativa à reacção neo-feudalista, neo-imperialista dos movimentos internacionalistas, venham eles da esquerda ou da direita (sendo bons desviantes, é isto que fazem, vêm dos lados). Domínio por consórcios multinacionais, cartéis e monopólios (PPPs), comissariados locais, forças de mercenários, exploração, subjugação, expansionismo imperial; todos esses são padrões babilónicos, romanos, medievais, coloniais. Mas não são predicados civilizados. O resultado está à vista: todas as vitórias que foram alcançadas pela ascensão do estado-nação moderno desapareceram

ou estão em vias disso. E, o percurso continua. As cenas dos próximos capítulos incluem, hoje como ontem, a guerra de todos contra todos e a libertação irrestrita de despotismo humano. Para antever a Utopia, basta ler história universal. Não há nada de novo debaixo do Sol.

Mas esta também é a 1ª vez em que democracia liberal *real* pode funcionar em pleno. Porém, é um facto que a memória do modelo perdura. E é claro que é o modelo inerentemente justo e igual; todos sabem isso e até os totalitários têm de roubar as terminologias e fingir que as suas Utopias finais são versões deste modelo. Por ex., a ONU, o Banco Mundial e os bancos e fundações que avançam a Agenda 21, o *makeover* administrativo do mundo para a Aldeia Global totalitária (a *animal farm* global) têm de fingir que as "comunidades Agenda 21" (as novas comunas) são modelos brilhantes de liberdade, direitos, mercado livre, entreajuda. A maldade pura tem sempre de se apresentar de cara lavada e com a aparência de virtude. Mas também pode e deve ser dito que, pela primeira vez na história da humanidade, se chegou ao ponto onde o modelo *pode ser feito funcionar em pleno*, sob os avanços tecnológicos das últimas décadas.

A encruzilhada do século: libertação global ou despotismo global? Ao mesmo tempo, esses avanços tecnológicos têm sido, em si, factores determinantes no desmantelamento das democracias liberais; são instrumentos vitais para a consolidação de poder *a todos os níveis* num cada vez menor número de mãos. Essas mãos são inchadas e autoritárias e, não hesitam em usar o poder da tecnologia para moldar a humanidade ao registo da plantação global – a aldeia global é um sítio *muito* servil. A tecnologia será utilizada para libertar ou para escravizar a humanidade? Essa é uma questão que será resolvida pelas acções de quem conta; cada indivíduo que está vivo e que, tendo os dotes de consciência, inteligência e criatividade, pretende fazer uso desses dotes para deixar um mundo melhor para a universalidade das gerações futuras.

Estado-nação moderno: Universalismo vs divisividade étnica

A "nação" é definida por Universalismo, sob o estado-nação moderno.

A "nação" é heterogénea, diversa e universalista. A ideia de universalismo humano é gradualmente consagrada na tradição ocidental do Renascimento em diante. A "nação" do estado-nação que ascende do Renascimento, o estado-nação moderno, é a população que, sendo heterogénea e diversa, partilha um espaço comum soberano e auto-governado. O povo é entendido como a "nação", mas a "nação" não é definida por um grupo etno/linguístico específico, ou seja, não é definida por raça, língua, cultura, história comum. Com a introdução de soberania popular, a "nação" passa, por adição, a ser definida por um empreendimento livre e conjunto em auto-governação constitucional. Ou seja, qualquer um pode juntar-se à "nação", contando que seja fiel à Constituição do território soberano.

O estado-nação **nunca** é definido por infantilidades como raça ou sangue. Estamos portanto num domínio adulto, o domínio das ideias e das práticas, e não de temas pueris, como raça, etnia, sangue, "destino manifesto" e outras superstições deste género.

Universalismo só é preservado com reconhecimento de igualdade individual. A noção universalista só pode surgir e manter-se na presença da noção de igualdade humana intrínseca. A de que cada vida humana é única e tem valor e dignidade *per se*, independentemente de raça, etnia, ou qualquer outro factor deste género. Todos os indivíduos são únicos, *criados iguais* aos olhos do Criador e, portanto, todos merecem os mesmos exactos direitos e liberdades. A concepção de governo que daqui vem a surgir é simultaneamente individualista e universalista. I.e. o centro da sociedade é o indivíduo e a universalidade dos indivíduos são *iguais* aos olhos da lei, que é equidistante e imparcial. É esta postura universalista que leva à ascensão das classes médias, à emancipação das classes pobres, ao fim da escravatura, ao movimento sufragista e a múltiplos outros movimentos de libertação *real* [por oposição a *falsa libertação*, para devolver a humanidade à prisão sócio/económica da comuna feudal].

"Melting pot", liberdade individual para um país adulto.

"E Pluribus Unum" – Igualdade, diversidade e respeito mútuo. Eventualmente, a ideia de universalidade humana dá origem à ideia de "melting pot". Este conceito, quando tomado no seu sentido genuíno, expressa um espaço de tolerância e respeito mútuo, onde todos são iguais entre si. Esta ideia está bem expressa em "E Pluribus Unum", o mote escolhido, na altura da Revolução Americana (por um comité composto por pessoas como Benjamin Franklin, Thomas Jefferson, John Adams, entre outros), para reflectir a ideia Constitucional de diversidade (heterogeneidade) na unidade (estado-nação).

“Melting pot”: cada qual faz como quer e bem entende, sem compulsões eugénicas. Sob a noção genuína (salutar) de “melting pot” não existe qualquer forma de engenharia social de natureza eugénica (por relação com raça ou com qualquer outro factor). Por outras palavras, não existe qualquer tentativa de determinar opções reprodutivas que pertencem única e exclusivamente ao foro da privacidade individual. Isto significa que é indiferente se alguém se pretende casar com alguém da mesma ou de outra etnia. Ninguém tem nada a ver com isso. É uma opção individual. É ilegítimo (sem *legis*, sem lei, ***fora da lei***) que haja qualquer exercício de engenharia eugénica pelos detentores de poder; i.e. qualquer forma de acção com o recurso ao poder coercivo do estado, seja essa acção rotulável como “negativa” ou “positiva” (para usar o odioso referencial legal de Isaiah Berlin, tão comum nestes tópicos). Tal como a “nação” em estado-nação *não é definida por questões étnicas*, o poder do estado nunca pode ser usado para moldar este tipo de decisões. Ou seja, cada qual tem a liberdade de tomar as suas próprias decisões individuais; e ninguém pode negar a mesma liberdade de acção aos outros indivíduos. *Esse é o único ponto onde o poder do estado pode e deve ser usado*; para punir tentativas de exercer coerção sobre o exercício de liberdades individuais.

“Melting pot”, a versão hegeliana/marxista – uma “pig farm” comunitária.

Precedente: a ideia eugénica do “homem novo”.

Fusão universal vs racialismo extremo, a dialéctica eugénica. É claro que o conceito de “melting pot” também pode ser cooptado para ser confundido com engenharia eugénica hegeliana/marxista, um empreendimento inerentemente pervertido, que pretende a criação de fusão humana universal por compulsão. Isto tem a sua origem na ambição eugénica pela criação do “homem novo”, algo que ascende da alta aristocracia europeia, mas está eminentemente radicado em dissociatividade dialéctica prusso-germânica [o que fez com que a Alemanha se viesse a tornar num dos grandes centros mundiais para a difusão de eugenismo, de direita e de esquerda]. A ideia do “homem novo” surge sob um de dois formatos: a fusão universal de todos com todos; ou a criação de estirpes raciais “puras”. Sempre presente, a obsessão com limpeza genética e psicossocial de traços “indesejáveis”; bem como a criação de uma monocultura integrativa compulsiva (estandardização psicossocial humana, seja por integratividade intra-racial ou, por integratividade global).

Impulso para práticas eugénicas totalitárias, sob comunismo, fascismo, tecnocracia. É daqui que surge o grande impulso para a obsessão fascista com limpeza eugénica, por um lado, e com a criação marxista do homem novo fusional [a síntese é encontrada sob socialismo tecnocrático]. Subjacentes a ambos, a imposição de controlos estatais sobre casamento e parentalidade, a prática grupalmente selectiva de esterilização, aborto, infanticídio e eutanásia; e, claro, o uso de campos de trabalho forçado e de extermínio científico. Também entramos nos habituais domínios subsidiários, como o do sequestro de crianças por oficiais de estado (para “assegurar boa educação”, em instituições dominadas por pedófilos).

A mentalidade d'"Os Possuídos" de Dostoievski: retorcer, roubar, matar, destruir. Esta mentalidade geral é o resultado óbvio de irracionalismo dialéctico prusso-germânico, a codificação filosófica de brutalidade, elitismo e esclavagismo. Este *mindset* encara a vida humana como um pedaço de barro a torcer, retorcer, esmagar, manipular, moldar, num qualquer design utópico infantil, definido por uma "elite" auto-intitulada e auto-proclamada. A ideia do mundo como uma grande casa de bonecas global, algo com que cliques de literais doentes mentais podem brincar, no seu retorno dionisíaco à irresponsabilidade e arbitrariedade da infância. O espírito que subjaz a tudo isto é aquele do mentiroso, do ladrão e do assassino, tão bem caracterizado por Dostoievski em "Os Possuídos", um livro que captura, no próprio título, o tipo de organização mental que marca este tipo de constituência (com efeito, o mal que a aflige).

A interpretação de asilo de "melting pot", marxista. A interpretação de asilo de "*melting pot*" é usada especificamente pelos word-twisters marxistas, representando algo como "unidade na diversidade", a monocultura eugénica. É claro que, sob esta visão da questão, invertida e pervertida, o poder do estado deve ser (brutalmente) usado para coagir opções individuais, tanto no sentido "negativo" como no sentido "positivo" (uma vez mais, Isaiah Berlin).

"Miss Piggy loves ya" – Degradação humana, sujidade e a Animal Farm. Enquanto recorre sempre a promessas de utopia, harmonia, amor universal, o grande propósito (frequentemente confessado) da mentalidade prusso-germânica é a igual degradação de toda a humanidade a um mesmo nível denominador comum de sujidade, ignorância, escravatura e maus instintos. Todos são igualmente escravos degenerados, sob tais utopias. A real natureza do sistema é a libertação irrestrita do poder para magoar, destruir, explorar, tanatizar. Essa é a *real* essência do espírito dionisíaco que anima esta mentalidade. George Orwell expressou bastante bem toda a questão por meio de obras como "1984" e "Animal Farm". Neste último, a imagem da comuna de animais (podia ser tão fascista como comunista – a real essência é despotismo irrestrito), fala mais do que 1000 palavras alguma vez o poderiam fazer. É um espaço de degradação, humilhação, escravatura, onde todas as ovelhas degradadas aprendem a cantar "*bah bah, four legs good, two legs better!*"; e a cloaca social é, claro, governada por literais porcos pretensiosos.

O estado-nação étnico, uma reacção autoritária que ascende nos 1800s.

A visão tribal do estado-nação, sob identitarismo etno/racial. A noção universalista de nação encontra, claro, a oposição de todos aqueles que preferem equacionar o estado moderno com uma noção etno/tribal e divisiva. Em termos políticos, essa noção só ganha alguma relevância por via da ressurreição (aqui e ali, ao longo da história) de identidades sintéticas pelas quais o estado/país é equacionado com um grupo etno/racial específico.

Ascensão desta visão com promoção de sectarismo étnico, na Europa dos 1800s. A ascensão desta noção acontece a partir da segunda metade do século 19, com a repartição crescente da Europa em estados étnicos, na altura incentivada por uma série de interesses poderosos, interessados em dividir para conquistar; aqui, há que dar destaque ao Império Britânico, que queria ver o Continente partido, fragmentado, desintegrado [e, para isso, promovem sectarismo identitário, e.g. Carbonarii de Mazzini, Young Italians, Young Serbians, Young Poles]. Na altura, a Europa foi mergulhada numa dinâmica interminável de guerras de "libertação nacional", com as linhas da frente a serem definidas por identidade étnica, histórica, linguística.

Identitarismo etno/racial – A 'nação' como uma Animal Farm proto-fascista. A esses estados étnicos era dado identitarismo etno/racial: "*a 'nação' é uma etnia; é alicerçada sobre bases comuns genéticas, históricas, linguísticas, culturais; tem a sua própria hierarquia interna; está em guerra perpétua com esta e aquela 'nação'; é superior a esta e à outra 'nação', e igual aqueloutra [como poderia ser de esperar, nenhuma destas identidades se assumia como inferior a nenhuma outra]*".

Este exercício é aburdo na Europa, onde todos os povos são tecnicamente **mulatos**. A identidade colectiva era, invariavelmente, uma criação de cátedra, desenhada por professores e por outros especialistas culturais. A história era adulterada e reescrita, de forma a glorificar o passado desta "nação étnica". O absurdo em tudo isto é por demais evidente, como foi, aliás, apontado por muitos académicos racionais ao longo dos últimos 100 anos. É quase impossível encontrar um espaço territorial menos "étnico" que a Europa. Toda a Europa é, tecnicamente, mulata. A história do continente é um *maelström* contínuo de migrações, guerras, misturas entre povos provindos de Ásia, Médio Oriente, África. Por exemplo, a "pura raça germânica" é *puramente mulata*, com as suas origens discerníveis nas vastas misturas de povos que migram do espaço asiático para o espaço europeu e, depois, se fundem com os mulatos já existentes nesse espaço (e.g. latinos, celtas). Se alguma vez existiram "raças/etnias puras", na Europa (e, não sejamos absurdos), já desapareceram há muitos, muitos séculos.

Mas agora havia "povos puros", com identidades milenares e outras superstições. Porém, de repente, por via do trabalho de especialistas psico-culturais na academia, existiam "povos puros", com um passado glorioso, uma língua mítica, um *folk* próprio, modos étnicos de fazer as coisas, um espírito próprio, um herói nacional e, um destino a encontrar, que ascende da glória dos antepassados e passa pela purga deste ou daquele grupo. A cultura era sujeita a reengenharia. Os elementos úteis do folclore tradicional eram aproveitados e, todos os outros eram descartados e desincentivados. Eram introduzidas superstições como o "sangue da nação", o "espírito da raça", ou o "destino manifesto". A manufactura académica de mitos históricos e culturológicos era depois condensada numa criação plástica e sintética, a nova "identidade nacional".

A "Grande Raça". Os estudos etno-culturais académicos desta época são um bom passatempo, em especial aqueles que lidam com as raças ariana e anglo-saxónica. Nesta altura, estas raças eram equacionadas a virtude eugénica e a superioridade cultural

universal. A raça ariana era aqui particularmente mítica e importante: um povo conquistador, de pele branca e cabelos vermelhos, que alguns alegaram ser os sobreviventes da mítica Atlântida de Platão; que teria espalhado civilização mundo fora, do Rio Amarelo, ao Ganges, a partes do Médio Oriente e, depois, tinha misteriosamente desaparecido do mapa. Esta é uma daquelas fases de mudança da lua, em que coisas misteriosas podem acontecer e demasiadas pessoas se deixam absorver em *nonsense*, especialmente quando trabalham para bancos e para governos com desígnios autoritários. Portanto, cada povo europeu tinha as suas próprias cadres de professores, que justificavam a respectiva superioridade civilizacional da sua etnia particular com base na presença desta ambrósia do mundo genético, sangue ariano. De modo muito previsível, vários estudos chegaram à conclusão que a Grande Raça, como foi chamada, se estabeleceu em massa nos territórios à volta de Leipzig, naquilo que, na altura, era conhecido como… Prússia!

Identitarismo promove belicismo, guerra. Como acontece em qualquer instância de identitarismo (o que inclui o actual multiculturalismo identitário), cada "identidade colectiva" sintética é definida por oposição a toda uma série de outras, o que assegura conflitualidade militarizada assegurada. O dividir para conquistar é consagrado na profusão de belicismo militarizado e autoritário que marca esta época. Tudo isso transita depois para o século 20, com a ascensão de autoritarismo crescente e, claro, os ímpetos etno/identitários que ajudam a alimentar as duas guerras mundiais.

Eugenia e darwinismo social, a cereja venenosa no topo deste desvirtuado bolo. A jóia nesta coroa é encontrada com a disseminação de darwinismo social eugénico, uma forma de pensamento pseudo-científico, que permite a racionalização "académica" de identitarismo e supremacismo etno/racial, através de aplicações como racismo científico. Mas a sua real aplicação está ao nível da legitimação de elitismo (racismo de classe), pelo qual uma auto-proclamada "elite" pode racionalizar o exercício de supremacia arbitrária sobre o público, com base em suposta (inventada) superioridade genética intrínseca.

Mitos, histórias inventadas, resultam em Volkgeist, Lebensraum. É de todo este complexo de histórias inventadas, identidades tribais, psicose sintética instilada ao colectivo, que surgem coisas como o "Blut und Boden", "ein Reich ein Volk", o Volkgeist, o Lebensraum e por aí fora.

Mentalidade tribalística é sempre incentivada por totalitários (esquerda e direita). Este tipo de prática, pelo qual a população de um dado território/região recebe uma identidade tribal sintética é, desde então, incentivado por todos os cultos totalitários, de fascistas a comunistas a socialistas tecnocráticos. É visto como a forma essencial de gerar guerra universal: e é só aí que o estado total pode exercer poder total sobre a sociedade.

Portugal e identitarismo lusitano, puro nonsense.

O absurdo identitário num país mulato como Portugal. O país de Portugal não passou por fragmentações territoriais, mas participou do processo de mitologização de uma "nação étnica", processo que acontece de finais do século 19 em diante. A identidade escolhida é a Lusitana e, há quanto tempo é que os "genes" de tal coligação tribal (eles próprios resultantes das misturas transeuropeias da sua era) foram absorvidos pelo influxo de latinos, gregos, médio-orientais, germânicos, africanos, germano-francos, ingleses, franceses, etc.? E, depois, é claro que todos estes outros povos são eles próprios de origens mulatas, em maior ou menor grau; por ex., a "pura raça germânica" é *puramente mulata*, com as suas origens discerníveis nas vastas misturas de povos que migram do espaço asiático para o espaço europeu e, depois, se fundem com os mulatos já existentes nesse espaço (e.g. latinos, celtas).

Viriato, heróis franco-germânicos. Seja como for, a identidade portuguesa passa a ser definida como Lusitana e o grande herói nacional é um pobre guerreiro dos montes nessa era, Viriato. São adicionados outros, geralmente franceses e alemães (as dinastias reais e aristocráticas). Este é o panteão de heróis históricos de uma nova entidade, a etérea alma lusitana e, com a excepção do pobre Viriato, este é um panteão inteiramente multinacional.

O "espírito nacional" combate Roma e faz a Reconquista [normanda]. Sob tudo isto, o "espírito lusitano" combateu contra Roma [*os pobres lusitanos foram subjugados por Roma*] e contra os expansionistas sarracenos [*existe certamente mais sangue norte-africano em Portugal que o de qualquer outra origem; e foi uma pena que os germânicos brutos que conquistaram o território não tivessem preservado a riqueza cultural árabe da era*], através de algo conhecido como a Reconquista, um fenómeno humanitário e glorioso [*"Reconquista" é um termo absurdo para caracterizar uma iniciativa de conquista militar da Europa, por casas de origem nórdica/normanda. A reconquista envolveu o genocídio calculado de vastas populações civis, que eram depois substituídas por escravos trazidos em barcaças, a partir de sítios como a Flandres*].

Inimigos históricos e passados gloriosos, inteiramente reescritos. Os inimigos históricos são os pérfidos espanhóis [*o espanhol médio é tão misturado como o português médio, bastante parecido aliás e, tal como o português médio, é governado por descendentes de germânicos – e é preciso apontar que estas classes governantes de raízes comuns são compostas de primos*]. Este espírito fez as Descobertas [*uma iniciativa privada para conquista mercantil de territórios*] e é um espírito criativo e inventivo [*que só se manifesta no estrangeiro, já que a criatividade e a inventidade são expulsas da terra do sangue comum*]. O passado glorioso é invariavelmente composto de domínio oligárquico, parasitismo, saque, obscurantismo civilizacional, opressão, escravatura doméstica e externa.

País sob jugo histórico de oligarquia corrupta e corruptora. O desenvolvimento do país foi sempre bloqueado por uma oligarquia de aristocratas incompetentes, parasíticos e, com efeito, criminosos. O "país de brandos costumes" tem uma história incrivelmente

viciosa. E é um fenómeno interessante que pareça ser o país europeu que melhor aprendeu como regimentar culturalmente uma população. Com efeito, não é difícil para o adolescente médio actual aprender a comportar-se como um servente feudal, na reconversão cultural do início do século 21; basta lembrar-se do modo como os seus avós se comportavam (cinismo, consensualidade, obediência, controlo emocional).

O destino manifesto, a criação do Quinto Império, a Império Teosófico. Aqui, o destino manifesto é a criação do Quinto Império, o velho projecto das ordens teutónicas de cavalaria espiritual, extremamente prevalentes em Portugal. O Quinto Império é algo que Fernando Pessoa recomendou como sendo o império do ouro, um despotismo iluminado global e todo este tipo de *nonsense*. Com efeito, globalização sob Agenda 21 é algo como voltar aos velhos tempos do Portugal medieval. Onde isso vai dar no final é, na verdade, àquilo a que Pessoa também aludiu, a noção gnóstica do Império Teosófico, a Irmandade Global do Homem [em essência, o regime da Besta]. Isto assenta bem num parceiro do notório sociopata Aleister Crowley, que foi, no seu tempo, um dos grandes organizadores da oligarquia europeia para um "*common purpose*", o percurso para governância global, organizado a partir de Londres, o novo centro de comando para as velhas aristocracias europeias.

Estado-nação moderno – Liberdade de expressão e descentralização educacional

Engenharia social está *off limits* para governo sob democracia liberal.

Engenharia social, vedada ao governo constitucional em democracia liberal. O governo constitucional liberal democrático não pode exercer trabalho psicológico, culturológico, nem engenharia social. É ilegítimo, ilegal, se o fizer. Um governo sob estas condições constitucionais não existe para regular ou controlar os processos e os conteúdos de pensamento das mentes individuais. Quando isto é feito, é por um de dois motivos: a) para disseminar alguma forma de propaganda que é favorável aos propósitos de cliques oligárquicas no interior do governo; b) como forma de "prevenir" crimes por parte do público [*e.g. um programa de engenharia social para criar cidadãos mais sociáveis, da creche em diante – isto é lugar-comum, mas as palavras chaves são apatia e seguidismo, não sociabilidade*].

Governo é legalmente obrigado a servir a universalidade do público. A primeira razão é obviamente criminosa. Um governo constitucional tem de ser equidistante e isento, um servo da universalidade do público, e não um facilitador para uma fracção da população, por muito importante que ela possa ser. Quando o governo é controlado por cliques que o usam para levar a cabo o seu próprio programa, isso significa que houve uma tomada de poder da totalidade ou da parcialidade do governo, o que significa que têm de haver processos legais e prisões.

Governo regula acções, ***nunca*** pensamentos. A segunda razão é igualmente ilegítima. Um governo liberal democrático existe para regular acções, nunca processos ou conteúdos de pensamento. O público pode (deve) ser informado das leis em vigor (que, em primeiro lugar, devem emanar de si mesmo) e o governo deve assumir um papel central aí. Depois, a perpetração de um crime tem de ser punida com prontidão e eficácia, na sequência de processo legal devido, i.e. justo e equidistante. Mas o papel do governo neste domínio acaba aí. Existe a regulação de actos específicos, a publicitação lata dessa regulação e a punição de infracções criminais.

O *ethos* Constitucional é o único pelo qual o governo ***tem de ser*** parcial. O único *ethos* que este governo tem de respeitar e, fazer respeitar (perante infracções criminosas) é o *ethos* constitucional, i.e. os princípios de liberdade, igualdade e universalismo sobre os quais a Constituição assenta. Tem o dever de agir de forma justa e equidistante para sancionar todo e qualquer exercício de coerção sobre as liberdades do indivíduo.

Evitar psicodomesticação e a criação de filhos da oligarquia.

Governo é, *per se*, força bruta, o poder para destruir e dominar. Como foi notado por vários observadores ao longo dos séculos, governo é força bruta. Governo é ***poder***. É o poder para conquistar, destruir, desmantelar, usurpar. Todo o poder humano tende naturalmente para corrupção e para despotismo; para a destruição de todo e qualquer obstáculo a si mesmo – absolutismo. Por isso mesmo, o poder humano tem de ter a sua liberdade de acção ***limitada***; caso contrário, é certo que será, mais cedo ou mais tarde, usado para limitar a liberdade de todos os outros.

Evitar Leviathan é a prioridade sem a qual a sociedade não pode ser livre. O mesmo se aplica a qualquer outra força social tendencialmente unitária e monopolística. Evitar acumulação excessiva de poder sobre o indivíduo é essencial em *todos* os domínios. Uma sociedade livre não existir perante entidades que cresçam a níveis imponderáveis, ao ponto no qual lhes seja possível transformarem-se em Leviathan.

Psicodomesticação e a criação dos "filhos do estado" [da oligarquia]. Uma entidade monopolística usa *sempre* funções de engenharia social para favorecer os propósitos dos grupos que fazem a tomada de poder (que é sempre feita, sob estas condições), pela criação daquilo a que se pode chamar de sociedade psicodomesticada; a sociedade dos *filhos do estado*, que são e se comportam como o "estado" (a oligarquia dominante) deseja.

As melhores promessas redundam sempre em despotismo, sob monopólio de poder. O poder monopolista começa (como aconteceu, e acontece) por prometer a estimulação das melhores capacidades humanas nas crianças do país (e talvez isso até possa acontecer, em casos muito raros e notáveis) mas, à medida que se torna mais e mais despótico, acaba por usar naturalmente esse poder para se generalizar a si mesmo; para generalizar corrupção e despotismo. É um tropismo. Despotismo e corrupção só podem despotismo e corrupção.

Governo despótico *cultiva* Hitlerjügend como apicultor cria uma *cultura* de abelhas. Mais cedo ou mais tarde, isto significa a criação *inevitável* da Hitlerjügend, sob uma ou outra forma; as novas gerações são *cultivadas* a pensar como correligionários irracionais e bestializados (geralmente, sob irracionalismo dialéctico). O governo usurpado cria a *cultura* humana de interesse para a oligarquia, da mesma forma que um agricultor *cultiva* um terreno, ou que um apicultor criar uma *cultura* de abelhas. Porém, os termos "*cultivar*", "*cultivado*" são aqueles que, bem ou mal, passaram para o léxico comum, pelo que não me coíbo de o usar para classificar actividades que são construtivas e edificantes.

Rapto infantil, pedofilia, violação de menores. Uma outra observação útil aqui. Quando um indivíduo pretende alienar uma criança dos pais para com ela estabelecer *congresso*, a isso chama-se *rapto infantil*, *pedofilia*, *violação de menores*. O mesmo é válido para com qualquer outra instituição (e.g. governo, partido, igreja, associação cívica, seita) que pretenda usar a envolvência da lei, *congresso legal*, para alienar as crianças dos pais e, claro, violá-las mentalmente para os seus próprios propósitos.

O governo é mantido limitado, sem funções psico-culturológicas. Tudo isto significa que o governo tem de ser mantido limitado, impedido de usurpar o poder do estado para o

exercício de funções psico-culturológicas que não lhe pertencem e que não podem estar nas suas mãos.

Escola estatal, educação em casa, escola de bairro, escola privada – descentralização.

Escolas **estatais** (e não, governamentais) têm de ser locais e descentralizadas. O anterior não significa que não podem existir *escolas estatais*, que têm de ser entendidas como tal, *estatais* – não são governamentais e não ensinam *government brainwashing 101*. O estado pertence ao povo e é o povo que estabelece escolas, ao nível das várias localidades, naquilo que é um modelo escolar local e descentralizado. Sob tal modelo, são os pais e os outros elementos da sociedade civil (mas, essencialmente, os ***pais***) que decidem currículos e métodos.

Governo local estabelece, mantém escolas, mas decisões são essencialmente **parentais**. Isto não quer dizer que o governo local não possa ter um papel em tais escolas; com efeito, é apenas natural que o governo local seja mandatado pelo povo para as estabelecer e para as manter, mas o seu papel acaba aí (e, porque é que haveria de ir mais longe?) O governo local serve o povo que o mantém e elege. Tão simples quanto isso.

Estudos em casa, escolas de bairro, escolas privadas. Nada do anterior invalida que existam outros formatos educacionais, e.g. estudos em casa, pelos pais ou por tutores, ou os mais variados formatos de escolaridade privada (desde a escola privada até à escola de bairro em tudo organizada por pais).

Educação das novas gerações é, essencialmente, uma responsabilidade dos pais. A educação das novas gerações é uma responsabilidade dos indivíduos, da sociedade civil. É uma responsabilidade de pais, educadores, pastores, jornalistas, pensadores, filósofos, etc. É, antes de mais, a responsabilidade dos pais; e ninguém pode usurpar essa relação (seja ou não de modo legalístico) sem estar a cometer um *crime* sob lei natural (da qual o Constitucionalismo moderno advém e, pretende-se, é uma expressão). São os pais que decidem como educar os filhos e não a comunidade, a aldeia, o governo; ou o pedófilo da esquina, que geralmente procura posições de poder legal sobre crianças, na aldeia, na comunidade, na instituição respeitável, no governo (*e esse é o motivo* ***exacto*** *pelo qual as instituições que detêm esse poder na maior parte das sociedades estão,* ***por norma****, repletas de pedófilos*). Isto é a melhor forma de assegurar que as crianças de um país são mantidas o mais longe possível de violações, sejam elas mentais (para a conversão em filhos da oligarquia) ou de outra natureza.

A sociedade descentralizada, também na educação, é a melhor garantia de liberdade. É ao nível da descentralização pública que reside a melhor esperança para a prevalência de liberdade ao longo das gerações. Se as pessoas forem adultas, morais, racionais, cultivadas (algo que apenas tende a acontecer sob condições de descentralização e de liberdade de pensamento) e transmitirem esses princípios ao longo das gerações, então a liberdade política e económica da sociedade tem uma chance. Caso contrário, é derrubada e

substituída por despotismo e servidão, o estado animal da sociedade humana. É por aí que uma democracia liberal constitucional sucede ou falha.

Governo não pode usar poder do estado para silenciar qualquer forma de discurso.

Sempre que o faz, isso precede uma ou outra forma de despotismo. O governo constitucional sob democracia liberal não pode usar o poder do estado para silenciar qualquer forma de discurso, como é facilmente assumível a partir dos pontos anteriores. Quando o governo assume o poder de silenciar grupos específicos, por muito aberrantes que sejam – e.g. grupos nazis ou racistas –, acaba por estender esse poder ao ponto de silenciar *todos* os actores sociais, com a excepção de si mesmo e dos grupos oligárquicos aos quais responde. A única solução é discurso livre. No exemplo dado, é fácil de verificar que uma sociedade livre, que tenha assumido o *ethos* da liberdade individual, é uma sociedade na qual discurso supremacista, irracionalista e autoritário, não prospera.

Os quatro crimes essenciais em que incorre, se o fizer.

Viola a liberdade inalienável de expressão. Quando um governo constitucional usa o poder do estado para silenciar esta ou aquela posição, está a cometer quatro crimes essenciais. O primeiro é o de estar a limitar a liberdade inalienável de expressão de um ou mais indivíduos.

Usurpa poder do estado, que não lhe pertence, para uso contra uma parte dos proprietários. O segundo é o de estar a usurpar um poder que não lhe pertence – o poder do estado – contra uma secção dos proprietários. O poder do estado pertence ao povo soberano, que estabelece um governo para ser um fiduciário condicional desse poder (um servo ou funcionário), em prol da universalidade do povo soberano.

Quebra dever constitucional de equidistância e universalismo. O governo é constitucionalmente forçado a ser um actor desinteressado, equidistante e universalista. Quebrar esse compromisso de equidistância e universalismo é o terceiro crime que é cometido.

Quando o faz, isto é sempre a manifestação de uma tomada de poder. Quando quebra o compromisso, fá-lo genericamente para favorecer um ou outro grupo de cidadãos particulares, uma secção do público, que pretende assumir uma posição de supremacia e de elitismo sobre a vida pública. Esse é o quarto crime. O governo é um servo, não um facilitador para uma tomada de poder; mesmo que a tomada de poder seja “soft”, e nunca o é, no longo prazo.

BM

George Washington – "Checks and balances" são essenciais, em governo.

Consolidação governamental de poder gera despotismo.

Isto deriva do amor ao poder que predomina no coração humano.

Portanto, necessidade de bloqueios, divisões e partições no exercício de poder.

«*It is important, likewise, that the habits of thinking in a free Country should inspire caution, in those entrusted with its Administration, to confine themselves within their respective Constitutional Spheres, avoiding in the exercise of the Powers of one department to encroach upon another.* ***The spirit of encroachment tends to consolidate the powers of all the departments in one, and thus to create, whatever the form of government, a real despotism. A just estimate of that love of power, and proneness to abuse it, which predominates in the human heart,*** *is sufficient to satisfy us of the truth of this position.* ***The necessity of reciprocal checks in the exercise of political power, by dividing and distributing it into different depositories, and constituting each the Guardian of the Public Weal against invasions by the others, has been evinced by experiments ancient and modern; some of them in our country and under our own eyes. To preserve them must be as necessary as to institute them***» George Washington, "The Farewell Address", September 19, 1796.

Herbert Hoover – Espírito de regulação sob democracia liberal.

O espírito da lei sob (real) democracia liberal. Enquanto presidente, Herbert Hoover foi amarrado pelos predadores de Wall Street e pelos seus comparsas em Washington. Mas era um autor interessante, escreveu boas memórias, e deixou um bom resumo dos princípios básicos que guiam o "sistema americano de regulação", na verdade os pilares essenciais do espírito da lei em (real) democracia liberal.

Menor quantidade de regulação que preserva liberdade.

Descentralização regulatória.

Lei específica e equidistante.

Alicerçada nos Dez Mandamentos e no Sermão no Monte.

«*American System of Liberty… The first principle of regulation is the least regulation that will preserve equality of opportunity and liberty itself. We cannot afford to stifle a thousand honest men in order to smother one evil person… To preserve Liberty the major burden of regulation must fall upon the States and local government. But where the States hopelessly fail or when the problem grows beyond their powers we should call upon the Federal government. Or we should invoke the machinery of interstate compacts… Regulation should be by specific law, that all who run may read. That alone holds open the doors of the courts to the citizen. This must be "a government of laws and not of men…" The fundamental regulation of the nation is the Ten Commandments and the Sermon on the Mount*» [Herbert Hoover (1952). "The Memoirs of Herbert Hoover: The Great Depression 1929-1941". NY: The MacMillan Company.]

HOMEM: Razão vs fluxo animal

(I) O estado de fluxo, estado animal da humanidade, favorecido sob despotismo.

Despotismo institui ignorância, apatia, falsa moralidade [ultra-legalista].

Despotismo teme e odeia pessoas capazes e morais, depende de ignorância, apatia. O despotismo é, historicamente, o estado *normal* da humanidade. Ao longo da história, as sociedades livres foram sempre breves excepções, breves interregnos, num padrão constante de autoritarismo, arbitrariedade, violência. Todos os despotismos (da velha Babilónia à actual integratividade global) temem e odeiam a pessoa capaz e moral, que se lhes opõe, invariavelmente. Despotismo só pode existir e perseverar com base numa população que seja ignorante, abúlica, conformista, desprovida de integridade moral. Precisa de pessoas que não tenham a capacidade de afirmar aquilo que é bom e de fazer frente àquilo que é mau e pervertido.

Acção moral é substituída por moralidade sintética, ultra-legalista. O sistema despótico precisa de ser o autor das leis de bem e de mal, de certo e de errado, para justificar o seu próprio exercício de arbitrariedade e violência. A pessoa íntegra, dotada de noções morais limpas, opõe-se sempre a tal exercício. Um despotismo precisa, por consequência, de criar uma moralidade sintética, pela qual o que é "moral" é aquilo que justifica o exercício despótico de poder e, aquilo que mantém a população sob o jugo das miríades de regras castrantes que qualquer despotismo impõe. Sob despotismo, "moralidade" é sempre reinventada em formas obsessivas de legalismo. Regra geral,

isto passa por várias formas de higienismo social, puritanismo, microgestão de crenças e de hábitos. É o tipo de código onde o exercício criminoso de autoritarismo é declarado "moral", mas uma pessoa é "imoral" pelas coisas mais corriqueiras do dia-a-dia. Gera sempre um ambiente constrangido, dominado por mesquinhez e por paranóia social, algo que é bastante conveniente para o regime despótico.

A necessidade de aquiescência pública.

Autoritarismo depende de aquiescência dos governados – só assim tem poder. Para que um regime autoritário possa assumir e manter o poder, é necessário que haja a aquiescência dos governados. Os reais soberanos, os indivíduos, têm de ser persuadidos a abdicar do seu próprio poder pessoal; o único poder humano que existe. Têm de se ajoelhar perante o aparato despótico e entregar-lhe as chaves do reino. O vampiro tem de ser convidado a entrar, pela vítima. A mentalidade autoritária e criminosa só pode operar na medida em que existe um público que pode ser persuadido a disponibilizar-se para ser o alvo de autoridade arbitrária e criminosa. O vampiro procura hipnotizar a vítima; o mesmo é válido para as cascavéis e, também, para os governos despóticos.

Desindividuação: em todos os despotismos, de Babilónia à URSS à aldeia global. A principal prisão, a principal camisa-de-forças de qualquer despotismo é aquela que pode ser imposta à vida mental e cultural. Um despotismo precisa de manter a pessoa média num estado de ignorância, pobreza mental, conformidade, consensualidade. Essa é a única forma pela qual um regime social medíocre e destrutivo pode manter e, com efeito, *obter* poder. Este é o patamar que ***todos*** os despotismos procuram impor sobre os seus súbditos. Aqui podemos estar a falar da sociedade védica, do sistema babilónico, da Roma imperial, de feudalismo medieval, ou de socialismo tecnocrático, comunismo, fascismo, mercantilismo integrativo global. É indiferente. Todos os despotismos procuram desindividuar os seus súbditos. Todos procuram torná-los maleáveis, geríveis, o tipo de pasta gelatinosa que se molda a bel-prazer, que se usa, que se deita fora.

Supressão de integridade moral, intelecto, independência – Individualidade.

Pobreza mental, pensamento linear, ignorância, dependência. Um sistema despótico procura sempre assegurar que a pessoa média seja mantida num estado de pobreza mental e cultural. Dela é esperado que pense linearmente, que seja mantida ignorante, sem qualquer perspectiva de qual é a *realidade* do mundo; existem "classes especializadas" de eunucos (o formato típico, sob inúmeras variantes possíveis) que lidam com tais questões. Essa pessoa é mantida dependente, geralmente pobre, em posição subordinada, desincentivada de procurar qualquer forma de auto-determinação.

Supressão de integridade moral, de intelecto, de *individualidade*. É sempre levada a cabo uma política geral de supressão de intelecto. A pessoa média não pode ser autorizada a desenvolver opiniões próprias radicadas em pensamento independente, a

ser criativa e engenhosa, a aceder a princípios conceptuais superiores; expressar uma opinião dissonante. E muito menos pode ser autorizada a ter integridade moral. Como veremos, a virtude da integridade moral é essencial para a geração de individualidade e de intelecto.

O pavor da individualidade – Mao, e o medo de um homem com uma ideia original. Individualidade é uma palavra muito feia, sob despotismo. A pessoa que é *individual* é a pessoa que consegue pensar e agir pela própria cabeça, pelo desenvolvimento da sua própria racionalidade independente. É a fonte de imprevisibilidade, a pedra solta que pode desfazer o castelo de cartas. Todos os despotismos temem a figura do *indivíduo*. Como Mao disse, "*não tenho medo de um exército inimigo, mas tenho medo de um homem com uma ideia original*".

Ambiente psicossocial medíocre e sufocante.

Mentalidade colectiva, ambiente psicossocial empobrecido e sufocante. A mentalidade despótica exige, por conseguinte, que todos os súbditos sejam reduzidos ao estatuto de criaturas colectivas, de criaturas de manada; pela submissão a padrões de conformidade social compulsiva. A pessoa média tem de pensar, sentir e agir como todos os outros em redor, de formas que são prescritas e normativizadas pelo aparato de governação. Todos os despotismos colocam esforços inumanos na criação de um ambiente psicossocial empobrecido; a caixa de ar rarefeito onde a alma humana é colocada para sufocar, sob pressão colectiva. E é claro que existe sempre mais do que uma só caixa. São gerados vários ambientes sociais paralelos, vários millieus, vários tipos de grupo, onde diferentes indivíduos podem ser "encaixados".

Estado de fluxo: guiado por prompts sócio/emocionais, calculismo situacional.

Consensualidade: seguidismo social e pensamento emocional. A ideia de conformidade social está no coração do estado psicossocial que é favorecido pelo despotismo. A esse estado, podemos chamar de *formato consensual*, radicado em pensamento emocional e sócio-estatístico. Isto significa ser seguidista e conformista, mas também pensar com as emoções, sem desenvolver a capacidade de ascender acima desse nível.

Imaginação dialéctica: irracionalismo e abdicação de **individualidade**. A pessoa que pensa de forma emocional e sócio-estatística tende a pensar por *prompts*, por associações estímulo/resposta. Isto expressa-se na prevalência daquilo a que se pode chamar de imaginação dialéctica. Sob imaginação dialéctica, aquilo que é socialmente partilhado e sabe emocionalmente bem só pode ser verdadeiro, certo e justo. Em sentido inverso, aquilo que não é socialmente partilhado e tende a ser desagradável às emoções tem, por conseguinte, de ser falso, errado e injusto. Por outras palavras, o critério de verdade e de justiça é colocado na voz das emoções e na "opinião social", que é dada – *ou no mínimo autorizada a circular* – pelas autoridades. Estamos, portanto, perante o

mais puro irracionalismo. Pessoas que pensam desta forma estão a abdicar do seu próprio juízo e intelecto, da sua própria *individualidade*. Vivem no domínio empobrecido da mera existência sensorial, sob o jugo do consenso social e das variáveis situacionais à sua volta.

O eterno perseguir da própria cauda: o social, as emoções e calculismo situacional.

Estado de **fluxo**: *prompts* sócio-emocionais e calculismo situacional. É fácil de ver que pessoas nestes moldes são condenadas a um eterno labirinto de confusão, a perseguir a própria cauda nas suas emoções imediatas e nas opiniões alheias. A única forma de raciocínio "sofisticado" aqui presente é uma forma de calculismo lógico, pelo qual a pessoa procura determinar estratégias para maximizar ganhos e minimizar perdas. É um coadjuvante "lógico" para a perseguição da cauda. É activado por *prompts* estímulo/resposta, enviesado (nunca imparcial) e é, portanto, falacioso e irracionalista. Uma pessoa nestas condições limita-se a estar num *estado de fluxo* entre situações e contextos, a perseguir a própria cauda na procura de prazer e no evitamento da dor. A sua actividade mental consiste numa sucessão labiríntica e confusa de *prompts* emocionais e sociais, coadjuvada por calculismo para-racional.

Estado de **fluxo**: moralidade social/sintética e ausência de personalidade própria. Tudo isto é concomitante com a criação do tipo de moralidade que é favorecida pelas autoridades, sob despotismo. Para a pessoa em fluxo, aquilo que é justo, bom e correcto é aquilo que parece favorecer a sobrevivência no meio, aquilo que facilita o fluxo pela existência. Isto, claro, é aquilo que é autorizado ou promovido pelas autoridades, a par e passo das pequenas oportunidades de ganho pessoal que podem ser extraídas do meio. É reduzida ao estado de ser pastoso e gelatinoso, um ser que muda e transita com cada mudança no ambiente (a pessoa moralmente flexível); não tem coluna dorsal, a consequência óbvia da abnegação de individualidade.

A morte da alma humana dá em tolos bem comportados, sob despotismo.

A pessoa "bem comportada" sob despotismo. A pessoa atrás descrita é o tipo de criatura desumanizada que procurará ser "bem comportada" perante o regime despótico. Tenderá a ser apática e não-interventiva perante a injustiça, e poderá até contribuir para o aparato de crime social que é organizado pelo sistema despótico (será informante para a polícia, entregará pessoas próximas, etc.)

Gestão autoritária é sempre construída sobre tudo isto – a morte da alma humana. Com efeito, é bastante fácil gerir e manipular pessoas que pensam desta forma. O gestor habilidoso, em despotismo, só tem lhe transmitir a percepção de que está a ajudá-la a maximizar os seus ganhos e a minimizar as suas perdas; ou, no mínimo, não a está a magoar. Obedece e talvez recebas uma recompensa. Se não obedeceres, serás certamente magoado. É claro que este gestor habilidoso é, ele próprio, similar à criatura que manipula. Tal é a natureza do autoritarismo. As pessoas são colocadas em

diferentes clusters sociais, mas todas são preenchidas com a mesma essência mental: pensamento emocional, conformidade social, calculismo situacional. O autoritarismo é sempre construído sobre irracionalismo e nihilismo. Sobre a morte da alma humana. É isso que está aqui em causa.

Estado de fluxo, o estado animal da humanidade.

Pensamento dependente, de necessidades sociais e emocionais. Este é um patamar de funcionamento mental que está na dependência estrita de variáveis situacionais (emocionais e sociais) – *pensamento dependente*. É um no qual a pessoa abdica daquilo que a torna genuinamente humana: de intelecto independente, de integridade moral e, claro, do desenvolvimento de uma *individualidade* integrada, coerente e consistente. Fá-lo em troca da satisfação situacional de *necessidades*, sociais e emocionais.

Estado de fluxo, o **estado animal** da humanidade. Todos são escravos de quem as conquista e, pessoas nestas condições são escravas das suas necessidades, subordinando tudo o resto a esse domínio. "*Tornam-se, portanto, como animais irracionais*". O ser humano é equacionado a um animal que se limita a estar em *fluxo*, de ambientes em ambientes, em busca de sobrevivência e de oportunidades. Isto é aquilo a que se chama o estado animal da humanidade; o estado de bestialização do Homem, do qual ele pode e deve ascender.

Animais vivem no patamar das necessidades. Na Natureza, todas as criaturas – com a excepção única do Homem – têm inevitavelmente de se moldar ao ambiente (i.e. estar em fluxo) para a satisfação de *necessidades* (e.g. nutrição, protecção, sobrevivência).

Homem: necessidades subordinadas a **valores** e a intelecto, e não o contrário. O Homem é a única criatura que nasce com a capacidade inata de se situar acima do nível básico da satisfação de necessidades. Tem (ou pode desenvolver) um intelecto independente, *guiado por valores e princípios*, que pode usar para moldar o ambiente a si mesmo e às suas necessidades. O estado de Homem é aquele no qual a satisfação de necessidades é subordinada ao nível dos valores e do intelecto. É esse nível mais elevado que decide quais são as necessidades que é moral e exequível satisfazer; e que guia e orienta a *moldagem do mundo à volta* para garantir a satisfação dessas necessidades. Por outras palavras, *necessidades* estão subordinadas a *princípios morais* e a *intelecto independente* [ou seja, Razão, que é sempre individual] e não o contrário.

Despotismo inverte relação: subordina intelecto e valores a necessidades. Os regimes despóticos fazem a inversão desta relação; *subordinam intelecto e moralidade à satisfação de necessidades*. É muito simples. O regime despótico cria uma constituência de pessoas dependentes, necessitadas, rotinadas para colocar necessidade acima de princípios e de intelecto. Visto que o regime assegura o controlo dos objectos de necessidade (e.g. comida, energia, dinheiro), pode depois exercer chantagem sobre a população. Ter acesso à satisfação de necessidades implica que a pessoa subordine o seu

próprio intelecto e o seu próprio funcionamento moral a normas socialmente aceites, i.e. promovidas/impostas pelas autoridades. Essas normas são naturalmente irracionais e inumanas, como apontado atrás.

População reduzida ao estatuto de gado enclausurado. A população é, por conseguinte, remetida a um mero estado animal, em duas valências. A primeira é aquela que já foi apontada atrás; a pessoa média abdica de individualidade em nome da satisfação de necessidades. A segunda é uma consequência óbvia da primeira. A população é tornada em algo como uma manada de gado, trancada num cercado, domesticada, à espera de ração.

Animal Farm: porcos controlam a quinta e universalizam o seu esprit de corps. Aqui, é preciso não cair na ilusão de pensar que existe um agricultor a tomar conta de todos estes animais. Não existe. O que existe é antes algo como a Animal Farm, onde um grupo de animais, os porcos, exerce controlo despótico sobre toda a quinta. O patamar bestializado que é imprimido à população é apenas uma versão daquele que caracteriza o próprio funcionamento consensual das classes oligárquicas. Sob despotismo, tudo o que uma oligarquia faz é limitar-se a universalizar o seu próprio *esprit de corps* compulsivo, a conformidade mental que a estrutura oligárquica impessoal impõe aos seus próprios membros [ver notas sobre ***Oligarquismo***].

A solução: ascensão pelo desenvolvimento de Razão.

Desenvolvimento de individualidade e de Razão leva a ascensão acima desse patamar. Pessoas nesses moldes não desenvolvem a capacidade de pensar e agir acima de variáveis sociais e emocionais; de pensar e agir de uma forma que é independente e individual. Essa capacidade só é desenvolvida quando a pessoa se centra na procura pessoal daquilo que é verdadeiro e justo, independentemente de qualquer opinião social e de qualquer contexto situacional; e, claro, quando *age* em sentido convergente (uma coisa alimenta a outra). Só aí é que a pessoa se diferencia da massa e assume controlo sobre os seus próprios instintos animais; nem tudo o que é agradável é justo e há coisas desagradáveis que são justas, logo há que agir de acordo com isso. Só aí passa a pensar e a agir como um *indivíduo*. Este é o ponto essencial no percurso que leva ao pleno desenvolvimento de Razão.

(II). A Cristandade, do pântano medieval à ascensão Modernista.

O pântano cultural da Idade Média.

Igreja, prostituída em exercício de legitimação. O tipo de pântano psicossocial atrás descrito foi a norma durante a Idade Média. Isso era incentivado pelas várias oligarquias feudais, e legitimado pelas mais variadas ordens, secções e nomenclaturas no seio da Igreja, elas próprias partes integrantes do sistema oligárquico feudal. Tudo isto foi muito importante para definir como "moral" aquelas coisas que eram úteis às castas feudatárias e, como "imoral" aquelas coisas que lhes eram prejudiciais. É claro que, quando este exercício é levado a cabo por sacerdotes, isto é algo que é particularmente grave: estas são pessoas que redefinem gnosticamente as noções bíblicas de bem e de mal, em nome de privilégios corporativos e do respeito dos homens. Está-se, claro, no domínio do anátema e do comportamento criminoso. Estas pessoas utilizavam a imagem de Jesus, o próprio Cordeiro, torturado e crucificado por déspotas autoritários, para justificar despotismo e autoritarismo.

O fariseu que vende Templo a falso poder, a falsa paz. Isto é a mentalidade oligárquica em acção, disponível para retorcer até a imagem do Filho de Deus e os Mandamentos para justificar os seus próprios luxos e privilégios de classe. É um exemplo clássico do tipo de farisaísmo que enche o Templo de banqueiros [falso poder] e de vendedores de pombas [falsa paz universal]. A tudo isto, as Escrituras chamam *prostituição*, o acto pelo qual os sacerdotes prostituem o Templo (aqui, a Igreja), ao poder terreno.

Ao mesmo tempo, as Escrituras eram censuradas e distorcidas. Isto era convergente com o estado de obscurantismo em que estas oligarquias mantinham as Escrituras em si (que eram distorcidas e censuradas). Obscurantismo é o patamar comum do funcionamento oligárquico.

Um homem justo conta mais que um quadrilião de homens desonestos. Os casos em que isto foi feito não devem, porém, ofuscar os muitos casos em que sacerdotes responsáveis se afirmaram por princípios de verdade, bondade e justiça. Neste domínio, como em todos os outros, um homem justo conta mais que um milhão de homens desonestos.

Descoberta de *real* Cristandade permite ascensão humana e civilizacional.

Afirmação de princípios Bíblicos permite ascensão para era Moderna. Deus está acima da história, e reservou o papel principal para a Cristandade: nos bons e nos maus momentos. O *nome* da Cristandade tinha sido usado para justificar, colaborar em, e até exortar a alguns dos piores momentos da Idade Média. Mas foi a afirmação dos princípios Bíblicos que permitiu à civilização humana encontrar uma via de saída do inferno colectivista que caracterizava o sistema medieval.

Descoberta de princípios bíblicos, com Renascimento e Reforma, permite ascensão. É da literal descoberta destes princípios, na sequência do Renascimento e com a Reforma, que ascende a *verdadeira* visão, a visão bíblica, de qual é o valor do indivíduo e de

como uma sociedade deve ser organizada. Este é o real mote no coração da era Moderna, com início no Renascimento.

(III) Razão e Humanismo.

Modernismo: Homem, criado à imagem de Deus – Razão e Humanismo.

Potencial incomensurável para desenvolvimento do *Self* e da universalidade. É no *continuum* entre Renascimento e Reforma que são redefinidos os termos da equação. O Homem é efectivamente, *imago Dei*, criado à imagem e semelhança do Criador, dotado com um potencial incomensurável para se desenvolver naquilo que de melhor pode ser e para desenvolver o mundo à sua volta em prol de todos, da universalidade humana. Isto significa desenvolvimento, independência, geração de riqueza, liberdade, igualdade. Estas são as afirmações nucleares do Humanismo, na sua forma original e genuína.

Anima e Razão: Inteligência superior, criatividade, sentido inato de justiça e moralidade. Se o Homem é criado à imagem de Deus, isso também significa que é dotado de *anima*, uma alma, que reúne os predicados do Criador: inteligência superior, criatividade, sentido inato de justiça e moralidade. Isto significa que o Homem, cada ser humano, é um ser único, com o potencial inato para pensamento independente e criativo, racionalidade abstracta, imaginação, temperados por uma consciência moral forte e empática. À integração destas instâncias chama-se Razão, como será visto adiante. Todos os indivíduos têm esse potencial de desenvolvimento; negá-lo, procurar suprimi-lo, a quem quer que seja, é desviar o cego do seu caminho. Isso não é apenas condenado por Deus; é amaldiçoado.

Homem criado com potencial extremo para acção em todos os campos. O Homem nasce com um potencial extremo para se desenvolver a si mesmo e para desenvolver o mundo à sua volta, em benefício de todos. Tem todos os motivos para ser optimista. É criado para ser um pioneiro, um construtor, um filantropo. É um empreendedor por natureza. É criado para descobrir e abrir novas fronteiras. É também criado para ser um intelectual, um artista, um cientista, um inventor. Tem a capacidade de aceder aos princípios gerais de organização do real, o que lhe dá a apetência inata para a descoberta científica e para a elaboração de conhecimento sistemático e validável. Se for responsável, pode desenvolver os dotes e potencialidades com que é criado, para ser o melhor que pode ser, em tudo aquilo a que se dedique.

Modernismo: Direitos individuais, desenvolvimento e governo justo.

Homem criado à imagem de Deus: Igualdade, direitos inalienáveis e governo justo. O Homem é criado à imagem do Criador e, nessa medida, todas as vidas humanas são intrinsecamente iguais e únicas, dotadas de liberdades e de direitos inalienáveis que são garantidos por Deus e que não podem ser negados por nenhuma autoridade humana: vida, liberdade, auto-determinação. Essas liberdades e esses direitos são concedidos pelo próprio Criador; e são taxativamente afirmados ao longo de todas as Escrituras. Esses direitos têm de ser protegidos por uma forma justa de governo.

A boa sociedade, para todos, não apenas alguns – governo do, pelo, para o povo. O Homem nasce dotado de um potencial incalculável para mudar e desenvolver o mundo à sua volta, em prol de *todos*, não apenas de alguns. Desenvolvimento, geração de riqueza e de prosperidade, progresso científico e tecnológico, são valores intrinsecamente bons e justos; como é, aliás, afirmado ao longo das Escrituras. O ideal almejado é a boa sociedade. Governo do povo, pelo povo, para o povo; e o indivíduo no centro, com direitos e liberdades que lhe são inalienáveis. O contexto de implementação de tudo isto é o estado-nação constitucional, baseado em democracia liberal e em capitalismo familiar e de classe média.

Modernismo – Visão humanística, liberal, progressista do Homem.

O espírito que origina as melhores instâncias da modernidade. O Homem tem a capacidade de se desenvolver para ser o melhor que pode ser; de ascender acima da mera espuma dos dias e de deixar um mundo melhor para as gerações futuras. É desta forma incrivelmente bonita, límpida e sábia que o Criador ordenou as coisas; é assim que funcionam e é assim que sempre funcionarão. Esse é o espírito que é redescoberto no *continuum* Renascimento/Reforma, para dar origem às melhores instâncias da modernidade.

Visão humanística, liberal, progressista do Homem. A esta nova visão libertária do Homem como um ser de potencial incomensurável, criado à imagem de Deus, e às suas sequelas políticas e económicas, vem a chamar-se de Humanismo, de Progressismo e de Liberalismo. *Progresso* é o percurso no sentido da cada vez maior concretização do potencial inato do Homem neste mundo. Liberdade individual é a condição para obter essa concretização.

A cooptação/reciclagem destes termos por totalitários. Ao longo dos dois últimos séculos, os termos “liberal”, “humanista” e “progressista” foram sendo gradualmente sequestrados por autoritários de esquerda e de direita. Hoje em dia, são rotineiramente utilizados para rotular conceitos totalitários. É preciso compreender que, às pessoas que compõem estes movimentos, está-lhes vedada a capacidade de *criar*. A pessoa que é formatada e tornada suficientemente inumana para ser autoritária perde algumas virtudes essenciais da condição humana, o que inclui a criatividade genuína. Essa pessoa é, em essência, condenada a cooptar, a reciclar, a distorcer criações alheias, a usar meros *fac similes* invertidos de instâncias genuínas e verdadeiras.

Modernismo: Razão e individualidade.

Razão e individualidade: o *self* integrado que ascende acima de "sense perception". Para a ascensão Moderna, é essencial a asserção de que, se o Homem é criado à imagem de Deus, então isso significa que é criado com o potencial intelectual e moral para se desenvolver em pleno; para desenvolver *Razão*. Por Razão é entendida a instância que resulta da plena integração das mais avançadas capacidades humanas: consciência moral, criatividade, inteligência abstracta superior, imaginação. Na prática, falamos da súmula da abstracção conceptual criativa que acontece ao nível do neo-córtex (ver ponto abaixo). Essas capacidades não são modulares, isoladas entre si; crescem em conjunto, em plena interdependência orgânica. Imaginação requer criatividade e criatividade requer abstracção superior. Abstracção superior, a ascensão para o campo das ideias, exige a presença de virtudes morais como amor pela verdade, paciência, sentido de responsabilidade, determinação cognitiva. E assim sucessivamente. É impossível tomar qualquer uma destas instâncias como um módulo separado. Têm de ser vistas como um todo, um universo interior integrado. É apenas com o desenvolvimento de Razão que a pessoa pode pensar e agir de um modo que é independente, criativo, moralmente íntegro. É apenas aí que pode ascender acima da situacionalidade, do mero nível de *sense perception*, para desenvolver *individualidade*, um *self* bem integrado e independente.

A posterior deturpação do termo Razão, equacionado com calculismo situacional. Mais tarde, o termo Razão seria deturpado por filistinos como Voltaire, para ser equacionado com mero calculismo situacional, cálculo de probabilidades e de estratégias para maximizar ganhos e minimizar perdas. Isto é uma manifestação do habitual impulso oligárquico para manchar e tornar baixo e obscuro tudo aquilo que é límpido e elevado.

A Razão, um domínio integrado neo-cortical.

Instâncias da Razão, integradas e interdependentes no neo-córtex.

O nível mais avançado de funcionamento cerebral. Todas as instâncias descritas, conjugadas na Razão, estão no domínio da cognição abstracta complexa. São valências que estão integradas e são interdependentes naquele que é o nível mais sofisticado de funcionamento cerebral, o neo-córtex cerebral. Estas instâncias superiores, neo-corticais, incluem outras que são mencionadas ao longo deste texto, como sejam amor, generosidade, compaixão, sentido de justiça, coragem, sentido de responsabilidade. O neo-córtex é a zona mais *humana* do cérebro humano. É a este nível que ascendem e se integram as instâncias que fazem do indivíduo, *indivíduo*, e uma pessoa *humana*, com um self amadurecido e bem integrado.

RAZÃO: Integração do *self*, individualidade, virtudes morais e personalísticas.

Razão é distinta de mera dedução, que é uma forma cinzenta de contabilismo mental. O intelecto Racional é distinto do mero intelecto dedutivo. O intelecto dedutivo limita-se a traçar associações entre pontos soltos ao longo de espaços empíricos que são mais ou menos caóticos. É uma forma de contabilismo mental.

Razão: Indivíduo ascende e reorganiza-se.

O domínio criativo abstracto dos princípios e das ideias. A Razão também usa dedução, tal como indução, mas vai muito além desses processos, ascendendo o indivíduo ao domínio criativo das Ideias. Aí, estamos no campo onde é possível descobrir e formular os princípios gerais e os axiomas universais pelos quais a realidade está organizada. Essas esferas conceptuais superiores validáveis passam a ser uma fonte de vitalidade interior, um domínio integrado e integrativo, a partir da qual a mente é organizada para explorar, analisar, sistematizar, experienciar os elementos da realidade. É este posicionamento em *princípios*, em raciocínio abstracto superior, que passa a organizar a vida mental do indivíduo a partir daí. Descobrir um *princípio*, uma ideia, deixá-la organizar o substrato experiencial interior, viver de acordo com essa Ideia; é isto que faz do Homem, *genuinamente* Homem. O campo dos princípios e das ideias (ou, das Ideias puras, como Sócrates ou Platão lhe chamaram), está intimamente ligado à procura por verdade factual, moral e estética, como será explorado adiante.

Potencial cognitivo e criativo único ao ser humano. Este potencial cognitivo e criativo é único ao indivíduo humano e não está sujeito a observação por meio de percepção sensorial – pelo menos sob a tecnologia actual. É algo que não pode ser programado para um computador digital, ou descrito numa fórmula.

Razão, um mundo interior vitalizante, lato, complexo, criativo, integrado. Conceber a Razão exige pensar num enorme e lato mundo matricial e elíptico interior, profundamente criativo, sistemático, vital, pelo qual os elementos da mente são organizados e ascendidos a uma integração coerente.

Razão e individualidade – a ascensão acima de situacionalidade. É a plena integração na Razão que origina um *self* maduro e integrado, uma *individualidade* enquanto tal. A Razão é o domínio que diferencia em definitivo o Homem do animal, que o liberta da mera situacionalidade, que o coloca acima dos grilhões emocionais e sócio-estatísticos da *sense perception* no aqui e do agora. A pessoa não deixa de ser tocada por processos emocionais e sociais, mas já não vive experiencialmente na linearidade facial desses níveis. É um observador atento dos mesmos; porém, a sua vida mental é organizada, integrada, tornada coesa, num patamar acima desse, o campo dos princípios e das ideias. É um indivíduo Racional.

Razão, essencial para descoberta e desenvolvimento. É preciso haver Razão para haver descoberta e desenvolvimento; pelo menos a qualquer nível que seja minimamente apto para uma civilização que se quer próspera e avançada. É apenas pela libertação da

criatividade sistemática e abstracta da Razão que isto é feito. O ser humano tem a capacidade única de aumentar o seu poder sobre o universo físico, e isso é possível através da descoberta a aplicação de princípios universais validáveis, o processo da verdadeira ciência. Descobrir e validar um princípio, usá-lo para moldar o mundo material em prol do avanço da vida do indivíduo e da civilização como um todo, aumentar continuamente o poder da humanidade sobre o universo físico; fazê-lo sob a orientação dos melhores princípios morais. Mais nenhuma espécie é capaz de fazer isto.

Integridade moral e empatia. É a estimulação da Razão que origina um *self* maduro e integrado, capacitado para *individualidade*. O pleno desenvolvimento da Razão, das valências neo-corticais, implica que essa individualidade é caracterizada por empatia e pela prevalência de fortes princípios morais. E é isso que se quer de um ser humano. Que seja moral, empático, que compreenda e respeite os restantes como indivíduos – cada qual uma vida única e igualmente importante neste mundo –, que se devote ao estabelecimento de laços humanos e à construção de relações produtivas. Pessoas que sejam Racionais não estão interessadas em travar guerras; estão interessadas em fazer paz. Mas travarão guerra justa, em auto-defesa, perante agressores.

Virtudes morais e personalísticas (e.g. amor, temperança, caridade, optimismo). O pleno desenvolvimento do domínio neo-cortical leva à estimulação das melhores virtudes morais e personalísticas da Humanidade, todas elas integradas no conceito de Razão; a súmula da abstracção conceptual criativa que acontece ao nível neo-cortical. Aqui, podem ser mencionadas instâncias como as que se seguem. Responsabilidade para a liberdade, e respeito pela liberdade dos outros. Amor. Compaixão. Integridade moral. Temperança, justiça, caridade. Humildade e generosidade. Optimismo, determinação e coragem. Estamos no pleno domínio das Ideias superiores, radicadas em meta-construções, obtidas a partir da integratividade interna de valores morais sólidos, empatia, abstracção criativa. São virtudes cuja cultivação exige um *self* consistente e maduro.

RAZÃO: Essencial para uma sociedade livre e humana.

Apenas Razão levou Ocidente a desenvolver alguma liberdade e sentido humano. Uma cidadania responsável, cultivada e conhecedora, é essencial para a existência e, para a própria sobrevivência, de um estado-nação livre, democrático e constitucional. E, é claro que o país que funcione ao nível da Razão será um país *humano*. É apenas e somente com base nestes predicados que as sociedades ocidentais conseguiram gerar um módico de liberdade, democracia e sentido humanitário.

Abandono da Razão leva a barbarismo, despotismo, subdesenvolvimento. A partir do momento em que a Razão é abandonada e a cidadania é barbarizada, o que acontece é a ascensão do velho padrão de despotismo; a velha Babilónia. Uma sociedade que abdica da Razão, das funções neo-corticais, é uma sociedade vácua, não-criativa, desinspirada, calculista, seca, não-inteligente – bestializada. É uma sociedade que está aberta à

proliferação de instintos bestializados e destrutivos. É uma sociedade que abandona a expansão do Homem pelo universo físico (expressa em variáveis de progresso científico, desenvolvimento económico, geração de riqueza per capita) e, substitui-a pela dominação de humanos sobre humanos. O princípio de expansão e de dominação está sempre lá. É inevitável. É isso que é actividade humana. É sempre expansiva e é sempre exercida *sobre algo*. Pode ser exercida sobre o universo físico, em prol da humanidade (ou, da vida como um todo); ou pode ser exercida sobre a humanidade em si, em prol de alguns, num padrão de despotismo.

(IV) RAZÃO: Educação clássica, ou liberal.

Educação clássica, ou liberal, ou humanística, ou progressista.

Estimulação e desenvolvimento da Razão. O modelo educacional que ascende do Renascimento consiste naquilo que veio a ser conhecido como *educação clássica*, ou *liberal*, ou *humanística*, ou *progressista*. É preciso começar por chamar a atenção para o facto de que os três últimos termos terem sido, no entretanto, cooptados, por movimentos autoritários, para classificar um tipo de educação que é o exacto oposto da educação liberal, humanística, ou progressista. A educação liberal visa desenvolver o indivíduo ao máximo que lhe seja possível, visando gerar indivíduos adultos e capazes. Procura capacitar o indivíduo para universalismo de estilo renascentista, pensamento axiomático, integridade moral e, claro independência em pensamento e acção. Por outras palavras, visa desenvolver a Razão.

A cooptação autoritária destes termos. A educação "liberal" e "humanística" totalitária visa o exacto oposto. Visa a produção em massa de meras criaturas humanas, criaturas dependentes, incapazes, intelectualmente medíocres, moralmente nihilistas. Este é o tipo degradado e mirrado de ser humano que se adapta bem ao tipo de autismo psicossocial que está na essência de qualquer sistema autoritário.

Potencial inato para inteligência, criatividade, integridade moral. A educação liberal real tem uma visão extraordinariamente optimista do Homem e das suas potencialidades para acção construtiva no mundo. O Homem é visto como criado à imagem do próprio Criador. Como tal, cada ser humano nasce com *anima*, alma e, é dotado com uma faísca inata dos predicados do Criador: inteligência abstracta superior, criatividade, sentido inato de moralidade. Cada ser humano nasce com um enorme potencial para desenvolvimento individual e para acção sobre a realidade em redor.

Cultivar indivíduo em universalismo, independência, individualidade, acção construtiva. Isto significa que pode ser educado e cultivado para se tornar no melhor que pode ser. As suas capacidades inatas podem e devem ser estimuladas, desenvolvidas, feitas florescer e prosperar. O objectivo é o de educar o indivíduo para ser capaz, moral e completo, uma pessoa versátil e universalista, capacitada para acção construtiva auto-iniciada no mundo em redor. O desenvolvimento pessoal do indivíduo é algo que passa, por necessidade, pela integração do self numa individualidade íntegra e coerente, pela estimulação do engenho, da imaginação e da curiosidade intelectual.

"The drawing out of a person's innate talents and abilities". A seguinte instância oferece uma boa definição dos propósitos da educação liberal: «*The drawing out of a person's innate talents and abilities by imparting the knowledge of languages, scientific reasoning, history, literature, rhetoric, etc.—the channels through which those abilities would flourish and serve*» – *The New Century Dictionary of the English Language* (Appleton, Century, Croits: New York, 1927)

Estudos liberais: Universalismo, abstracção criativa, responsabilidade individual.

Multifacetação quintecentista: Conhecer, saber conhecer, saber fazer. A educação liberal é universalista, procurando capacitar a pessoa para multifacetação quintecentista. Isto não quer dizer que o indivíduo é algo como uma enciclopédia viva, mas antes que a sua mente é cultivada, o seu potencial para conhecer é desenvolvido, ao ponto de lhe permitir a expansão para qualquer domínio (teórico ou prático) que venha a desejar. A pessoa é educada para *conhecer*, mas também para *saber conhecer*, para *saber fazer* e, ultimamente, para ter a capacidade para fazer as suas próprias escolhas de vida. É isso que significa ser-se culto, capaz e independente. Isto implica o desenvolvimento de sólidas capacidades analíticas e racionais.

Estudos académicos para aceder a domínio da abstracção criativa. O desenvolvimento dessas capacidades é estimulado por meio de estudos académicos sobre uma lata diversidade de temas – de línguas a ciências ou a história –, num padrão de polivalência extensível à generalidade dos domínios da realidade. O que é essencial, em todos estes estudos, é a estimulação da capacidade de compreender e aceder às esferas superordenadas que organizam os vários domínios do real. Por outras palavras, os princípios gerais e os axiomas universais que, enquanto tal, são *transversalmente* válidos ao real e aos seus subdomínios (e.g. processos físicos, processos históricos e sociais).

Estudos académicos universalistas: humanidades, economia, ciências, artes, etc.

Cultivar e avançar o indivíduo para cultivar e avançar o mundo. O conhecimento académico que é explorado tem, claro, de ser factual, sólido e abrangente a uma lata diversidade de áreas e temas. As grandes obras literárias são essenciais. É claro que o mesmo acontece para as humanidades, o conhecimento agregado dos princípios de

organização dos fenómenos humanos (sociais, morais, culturais, económicos, políticos, etc.) As ciências, com destaque para a impecabilidade racional da física*, são um *sine qua non*. É claro que o mesmo é válido para a cristalinidade das artes clássicas e para o admirável mundo da linguística humana. O conhecimento de várias línguas, do Grego e do Latim a uma diversidade de línguas modernas é enriquecedor e útil, mas é também algo que cultiva naturalmente as capacidades analíticas do indivíduo, bem como o seu sentido de estética e a sua sensibilidade para questões humanas. É vital conhecer a realidade à volta: o mundo político, social, cultural, o mundo dos negócios. A pessoa é cultivada para ter competências pessoais em todos esses campos. Conhecer o que *é* (e *como funciona*) é um ponto de partida para poder agir sobre o que *é*, e mudá-lo para *o que de melhor pode ser*. O ser humano é tornado no que de melhor pode ser para estar capacitado para fazer o mesmo no mundo em redor.

[** Nota sobre física pós-moderna, baseada em superstição hindu. * isto não inclui necessariamente a física pós-moderna, quântica e afins, que é em essência uma codificação particularista de superstição hindu/new age para o domínio da ciência física. É mera especulação matemática auto-alimentada sobre a natureza do real, desprovida do ónus de prova concreta, algo como as velhas discussões sobre quantos anjos cabem na cabeça de um alfinete. É, mais que isso, a negação da física, uma distorção saint-simoniana, algo que serve para declarar que o real é composto por uma mera sucessão caótica e desorganizada de elementos a agir de forma imprevisível, uma espécie de selva balcanizada de partículas que é, porém, fundida num total harmonioso real. Esta é a visão que, quando passada para o mundo social (é esse o propósito da difusão destes paradigmas) legitima a ideia da selva social organizada por um regime totalitário. O regime hindu, onde toda a sociedade é organizada por castas funcionais totalitárias e reduzida a um mínimo comum de bestialidade, autoritarismo, selvajaria mútua (o sistema hindu é o pioneiro daquilo que viria a ser alcançado por comunismo, fascismo, socialismo tecnocrático).*]

Tudo isto exige esforço e responsabilidade individual. Isto não surge, claro, sem esforço e entrega individual. Todos somos dotados de responsabilidade pessoal e de iniciativa individual, e é isso que interessa. Os estudos liberais são uma forma pelo qual o indivíduo é incentivado a desenvolver as suas capacidades por si mesmo, sob tutoria, o que implica que é responsável pelo que faz, e pelo que deixa por fazer.

Estudos liberais: Implementação geral exige sociedade universalista e avançada.

Acompanhamento individualizado, turmas reduzidas, boas condições materiais. O formato educativo tem, claro, de privilegiar o acompanhamento individualizado de cada estudante. Em contexto de sala de aula, isto implica uma ou outra forma de tutoria, turmas reduzidas, boas condições materiais (e.g. uma boa biblioteca, laboratórios de qualidade). Por outras palavras, é algo que só pode existir, como formato geral, num país civilizado devotado a desenvolvimento e a crescimento descentralizado em prol de *todos*, por oposição a centralização e desmantelamento contra todos, em prol de *alguns*.

Educação liberal, um formato descentralizado que ascende com classes médias. A educação liberal não é um modelo que um dia alguém inventou, escreveu num manual, e deixou num formato standard para todas as eras. É certo que existem livros-guia de estudos liberais, mas esse não é ponto com este modelo de educação, que foi sendo desenvolvido ao longo das décadas e dos séculos, por múltiplos indivíduos – pais, professores, intelectuais. A educação liberal tem a sua grande expansão com a ascensão das classes médias, que tinham tempo e dinheiro para educar os seus próprios filhos, ou para contratar tutores de qualidade, ou para os colocar em escolas e academias.

Educação liberal essencial para o desenvolvimento Moderno. O indivíduo que seja desenvolvido sob estas condições será universalista, multiversado e competente. Com efeito, é nos ombros de gigantes educados sob estes termos que assenta a larga maioria do *real* desenvolvimento intelectual e científico que nos traz até ao século 20.

Estudos liberais: Estimular abstracção criativa, pensamento independente.

Tornar indivíduo competente para abstracção superior [esfera das ideias, princípios]. O que é essencial, em todos estes estudos, é a estimulação da capacidade de saber pensar. Saber pensar implica que se tem a capacidade de raciocínio abstracto superior; a capacidade para ascender ao mundo dos princípios e das ideias, e para exercer abstracção criativa sobre os elementos de percepção e de cognição. A educação liberal procura, portanto, tornar o indivíduo competente em abstracção, pelo acesso às esferas superordenadas (princípios, ideias, axiomas) que organizam os vários domínios do real.

Estudar para compreender **princípios**, não meros factos despegados. Estudar história não visa uma mera transmissão de datas, factos, nomes, mas sim a compreensão dos princípios de operação histórica que subjazem aos eventos humanos. O colapso de Roma não é estudado como "o colapso de Roma" *per se*. O que interessa é a compreensão dos processos económicos e políticos que, tendo determinado o colapso de uma civilização, são passíveis de determinar o colapso de qualquer outra civilização. Daí, é possível compreender quais são os princípios e os axiomas que determinam a sobrevivência de uma civilização humana; ou, claro, o seu colapso. É claro que nomes, datas, factos, são importantes, mas não como meros objectos de fetiche, como pontos desligados entre si e com o resto da história humana. Odoacro usurpa Augustulo em 476, o que decreta o fim oficial do Império do Ocidente, mas estes factos são irrelevantes se não forem integrados na compreensão dos princípios de operação histórica que determinam a sua ocorrência e, na compreensão de que os mesmos princípios são aplicáveis a qualquer outra era e a qualquer outro lugar. O que interessa nos estudos humanos é o desenvolvimento da capacidade de compreender os princípios e axiomas que se aplicam *transversalmente* à humanidade no seu todo. O mesmo é aplicável às ciências. Sob estudos liberais, o estudante tem de conhecer os nomes dos vários elementos atómicos, mas isso é algo que surge no contexto da compreensão dos princípios gerais de organização da realidade física. O estudo da língua alemã pode ser *per se* interessante (e é) mas, o que é de real relevo, é o uso do estudo da língua para

compreender os axiomas pelos quais todas as línguas de raiz germânica são organizadas e, também, princípios gerais de organização linguística humana.

Pensamento independente, integrado e coeso, por princípios e ideias.

Descobrir e conhecer princípios que organizam, tornam previsíveis, elementos do real. O estudante assim preparado adquire a capacidade de reconhecer um dos grandes princípios gerais de organização da realidade: que todos os domínios do real são organizados por esferas superordenadas de operação. É intelectualmente capacitado para conseguir reconhecer essas esferas superordenadas, princípios e axiomas, em qualquer domínio para o qual se lance. O conhecimento não é construído *bottom-up*, pela mera colecção e associação de elementos atomizados e desligados entre si, mas de modo *top-down*: o princípio superordenado organiza os elementos do real. Assim que se conhecem os princípios e os axiomas pelos quais os domínios do real são organizados, os elementos factuais tornam-se facilmente compreensíveis, e previsíveis. O indivíduo que pense desta forma está, claro, capacitado para pensamento independente. Uma das pré-condições essenciais para pensamento independente é precisamente esta capacidade de operar com base na compreensão das esferas superordenadas que organizam t*odos* os elementos, não dependendo da disponibilidade limitada de elementos atomizados.

Pensar de modo integrado e coeso **vs** associações ad hoc entre elementos despegados. O indivíduo que não desenvolveu esta capacidade está numa selva perceptiva de factos, factóides, elementos desconexos, associações temporárias e confusas, onde só pode recorrer a mecanismos de indução e/ou dedução para colocar alguma forma de ordem no mundo à volta. O indivíduo que desenvolveu a capacidade para pensamento por princípios, que é Racional, vê a selva, mas é capaz de compreender os princípios pelos quais se organiza, o que lhe dá a capacidade de a atravessar sem se perder nos inúmeros elementos aparentemente despegados em redor.

Estudos liberais: Verdade factual e verdade moral.

Verdade factual: demonstrável e validável. O indivíduo culto é capacitado para a compreensão dos princípios gerais e dos axiomas pelos quais o mundo real, factual, está organizado. O mais importante, neste domínio, é o de que existe *verdade factual*, a verdade dos factos, que é objectiva e não condicional à vontade humana. A verdade de qualquer facto pode ser cientificamente testada, e esse teste é feito por meio de métodos que têm, por força, de ser objectivos, sistemáticos, impessoais; caso contrário, são enviesados. Toda a realidade é organizada por princípios e por leis axiomáticas que determinam que os factos do mundo real estão organizados de forma sistemática, previsível e *validável* – e.g. a lei da gravidade.

Ex. gravidade: **verdade factual é factual**, independentemente de opiniões humanas.

Princípio de realidade **verdadeiro** vs fantasioso, inconsequente, caprichoso. Se eu largar uma laranja em pleno ar, posso antecipar que (na ausência de qualquer variável

intermediária) a laranja vai cair ao chão. O facto da queda da laranja é *factual* e *verdadeiro* e, como tal, posso fazer uma previsão que é, ela própria, *factual* e *verdadeira*, validável por meio de teste científico rigoroso. Tudo isto é inteiramente independente de qualquer vontade ou capricho humano. Podem existir 5000, 10.000, 1M de sujeitos, que me dizem, em consenso, que, sob condições normais, a laranja vai ascender até Júpiter em ziguezagues, depois de saltitar durante uns momentos em Marte. Porém, na ausência de uso de qualquer técnica científica para provocar esse efeito, a laranja *vai mesmo cair ao chão*. Tudo isso significa que este público vai ter uma desilusão; construiu um edifício lógico preditivo que é intelectualmente enviesado e, como tal, inconsequente. Pode dizer-se que o público consensual não teve um *princípio de realidade* objectivo. Isto não significa que não tem um princípio de realidade; existe sempre. Mas, aqui, talvez esse princípio de realidade esteja ao nível de caprichos irracionais, reforçados por seguidismo de grupo.

A descoberta de verdade factual exige honestidade intelectual. Aceitar a realidade pelo que ela é, pela sua realidade factual objectivamente verificável, é algo que exige *honestidade*. O observador científico da realidade tem, por força, de ser um observador honesto, i.e. tem de ter honestidade intelectual. Se não a tiver, não é um observador científico; é um espectador enviesado. É claro que o estudo honesto da realidade é o *sine qua non* sem o qual não pode existir a construção de conhecimento real; e a consequente acção construtiva no mundo que é possibilitada pela obtenção desse conhecimento. É também um *sine qua non* para criatividade real, que só pode surgir a partir de elaboração mental com base em instâncias que são verdadeiras, validáveis. Uma invenção feita por alguém sem apreciação por verdade factual só funcionará por mera coincidência. Na ausência de honestidade intelectual, os exercícios de construção, criação e acção, são inevitavelmente enviesados pelo viés intelectual de partida. A estátua pode ser construída para ser imponente e para ter uma cabeça de ouro, mas o facto é que os seus pés são feitos de barro; por conseguinte, colapsa. Isto funciona para a pequena invenção como para o sistema social humano; é um facto axiomático.

Isto significa que **verdade factual** depende de **verdade moral**. A verdade factual, empírica, só pode ser determinada por pessoas que tenham em si verdade moral, i.e. que sejam verdadeiras, equidistantes, honestas. Pessoas que encarem a realidade pelo que ela é, e não pelo que desejariam que fosse; pessoas que não distorçam dados e informação porque isso lhes é útil ou expediente. Da mesma forma, pessoas que nunca coloquem a autoridade ou a opinião de terceiros acima da verdade demonstrável dos factos. É a verdade que importa, e nada mais que a verdade. Se as opiniões humanas estiverem em linha com a verdade demonstrável, isso é óptimo. Caso contrário, paciência. A verdade demonstrável dos factos é afirmada independentemente de qualquer oposição humana a essa afirmação. A obtenção de verdade factual depende da existência de verdade moral e é claro que o contrário também se aplica; é preciso conhecer a realidade dos factos para fazer juízos morais justos. Em educação liberal uma e outra são, por conseguinte, indissociáveis.

Verdade moral: pessoa **verdadeira** vs pessoa **falsa**. Os estudos liberais visam criar uma mente que seja culta e científica mas também moral. A noção de *verdade moral* é aqui essencial. Existem pessoas *verdadeiras* e pessoas *falsas*. Aquelas que são verdadeiras agem de uma forma honesta, equidistante, justa, humana, corajosa. Existe empatia e existe uma consciência moral que é desenvolvida com base em princípios sólidos; existe *humanidade*. A pessoa moral é, também, pela sua própria natureza, uma pessoa interessada em determinar a verdade consequente sobre o real. Só assim pode guiar a sua acção para um trabalho construtivo no mundo que tem em redor e que vai deixar às gerações futuras. É uma pessoa informada, envolvida, activa. As pessoas que são falsas apresentam, claro, os registos diametralmente opostos. Na verdade, só existem estes dois pólos de organização moral, com um *continuum* intermédio no meio; toda a população humana pode ser distribuída ao longo desse *continuum* bipolar.

Estudos liberais: O bom, o belo e o verdadeiro.

Verdade factual, moral, estética – como princípio de realidade. Uma boa educação liberal organiza a vida mental em torno de um princípio de realidade sólido, que é intelectual e moral – os dois domínios são indissociáveis entre si – mas também, estético. O bom é o verdadeiro é o belo. Esta é uma afirmação axiomática. Aquilo que é verdadeiro é inerentemente bom, límpido e belo. Ou, existe beleza intrínseca naquilo que é bom, honesto e verdadeiro. São domínios interdependentes e inseparáveis. Aquilo que é genuíno, verdadeiro é, por natureza, bom, honesto, intrinsecamente límpido. É pleno e é belo. Esta é a linguagem da *anima*, da alma, com a qual todos nascemos, uma realidade que é aceite e afirmada pela educação liberal. Existe *verdade estética*, que é concomitante com verdade moral e com verdade factual.

O bom, o belo, o verdadeiro: na pessoa, na sociedade, no mundo. Aquilo que é genuíno, verdadeiro, é bom e é bonito e pleno. Todos nascemos com o gosto inato por prados verdes, águas azuis, campos floridos, um sol primaveril e uma brisa amena. Sabemos naturalmente que esses ambientes são *genuínos, verdadeiros, bons, belos*. O mesmo se aplica à imagética de uma sociedade livre e próspera, onde cada família faz a sua própria vida e, onde todos se respeitam e se ajudam mutuamente. Essa é uma sociedade naturalmente *boa, bela* e construída algo de *verdadeiro*. Uma pessoa boa, honesta e corajosa que se demarca pela sua justiça de carácter é uma pessoa *verdadeira*, *real*, e com *beleza de carácter*; está em harmonia com aquilo que é *verdadeiro* no mundo. Todos sabemos o que distingue uma pessoa real, vertical, *verdadeira*, de uma pessoa degradada e desonesta, *falsa*. Todos temos a tendência natural de preferir a primeira, tanto quanto temos a tendência de gostar naturalmente de pessoas *bonitas e simpáticas*, com um olhar *honesto* [e, sem dúvida, existe o viés inato de assumir que uma pessoa bonita e simpática é também uma pessoa *real e verdadeira*. É claro que essa relação linear não existe, mas esse enviesamento é, em si, apenas mais uma boa expressão dos inatismos aqui implícitos]. A descoberta de um princípio científico universal; a condução de uma experiência física que prova a validade de um axioma; a construção

de um corpo de conhecimento factual verdadeiro, que pode depois ser aplicado à melhoria do nível de vida das pessoas – tudo isso é intrinsecamente *bom e belo*. Uma obra de arte marcada por harmonia e por equilíbrio, pela expressão cristalina de princípios morais e factuais, pela reflexão sobre realidades humanas, é algo de profundamente belo, verdadeiro e moral, que enriquece e eleva o espírito humano.

Estimulação da apreciação estética é transversal em estudos liberais. A educação liberal visa desenvolver o potencial inato para a apreciação estética, a apreciação de verdade estética. É preciso repetir e realçar que o domínio estético nunca é entendida como sendo algo separado dos domínios moral e factual; os três são inteiramente interdependentes e inseparáveis. Como tal, o ensino de apreciação estética não é algo que está limitado ao ensino das artes (como pode ser imaginado), sendo antes algo que é transversal a todos os domínios de estudo liberal.

Apreciação de beleza e o amor pelo que é verdadeiro. O estudante é estimulado a desenvolver gosto intrínseco, apreciação de beleza intrínseca, pelo *estudo em si*, de qualquer tema. Isto, claro, inclui o gosto por verdade moral e factual. Isto expressa-se no cultivo de real motivação intrínseca, mas também de amor ao conhecimento e à verdade.

O espírito que origina as melhores instâncias da modernidade. O Homem tem a capacidade de se desenvolver para ser o melhor que pode ser; de ascender acima da mera espuma dos dias e de deixar um mundo melhor para as gerações futuras. É desta forma incrivelmente bonita, límpida e sábia (a verdade estética que acompanha verdade moral e verdade factual) que o Criador ordenou as coisas; é assim que funcionam e é assim que sempre funcionarão. Esse é o espírito que é redescoberto no *continuum* Renascimento/Reforma, para dar origem às melhores instâncias da modernidade.

(V) O verdadeiro, o justo e o belo.

A paixão pelo verdadeiro, pelo justo e pelo belo.

A ideia de verdade, a espada que corta entre o factual e o falso [honestidade intelectual]. Todos nascemos com uma alma e a parte nuclear dessa alma é a consciência moral. É a esse nível que reside o princípio central que guia um bom funcionamento neo-cortical, o conceito de *verdade*. É a aplicação desse conceito que corta entre aquilo que é genuíno e aquilo que é acessório. Entre aquilo que é relevante e aquilo que é irrelevante. Entre aquilo que é verdadeiro e aquilo que é falso; entre aquilo que é sincero e aquilo que é mentira. É o exercício de descoberta da verdade, no factual, no moral e no estético (o

que é factual, justo e belo) que cultiva uma mente intelectualmente honesta e criteriosa, preparada para o exercício honesto – portanto consequente – de descoberta e desenvolvimento de ideias.

A mente *verdadeira* e a paixão pelo que é verdadeiro, justo e belo. A mente *verdadeira*, que é honesta e interessada na determinação daquilo que é *verdadeiro*, tende a desenvolver a paixão pela verdade, pela justiça e pelo belo, que Platão reconheceu, e que São Paulo mencionou no capítulo 13 da Primeira Carta aos Coríntios [*e é claro que o espírito da verdade é o princípio que guia o Povo Escolhido, bastante mencionado em Daniel*]. Essa é a paixão que leva a pessoa a descobrir e, depois, a colocar em prática na acção, aquilo que é verdadeiro, justo e belo. Esta é também a paixão da faculdade moral que coloca pessoas morais em oposição a gente como empiristas, românticos, Kantianos, positivistas, existencialistas; aqueles que odeiam e temem o conceito de verdade, negando, portanto, a existência de qualquer forma de acção moral verdadeira e de racionalidade superior, para reduzir o Homem ao seu estado animal, nihilista e descaracterizado.

Purificação interior e individuação. É a paixão que se experiencia como uma torrente que nasce do interior, com a alma a procurar cortar entre aquilo que é verdadeiro e falso, justo e injusto, belo e descaracterizado. A alma que faz este corte é, no momento em que o faz, a alma que procura despontar, afirmar-se no mundo, ascender, transformar a acção num acto que é, em si, de cognição – a cognição da descoberta do verdadeiro. Quando a pessoa opta por ser *verdadeira* (é uma opção), colocando isso em prática na acção, a sua própria vida interna é purificada e orientada para o estado de *verdade*. É a paixão pela verdade e a sua colocação em prática, que permite ao *self* afirmar a sua própria individualidade de forma consequente. «*Esta é a **verdade factual demonstrável** sobre este assunto, independentemente da desaprovação das autoridades ou do que eu sinto em relação a essa verdade. A verdade factual demonstrável tem de ser afirmada, porque esse é o **dever moral do indivíduo que é verdadeiro**; e, tal atitude, a de explanar a verdade demonstrável, e fazê-lo contra tudo e contra todos, é intrinsecamente **bela***». É isto que permite ao indivíduo transcender as limitações do mero mundo situacional.

A ascensão às esferas dos princípios e das ideias – o Paraíso de Dante. (Na continuação do anterior) …É também o modo pelo qual o indivíduo se torna rigoroso, competente, consequente, para ascender no domínio abstracto superior dos princípios e das ideias; as esferas conceptuais que transcendem, subjazem e ordenam, os fluxos fenomenológicos da existência material. Este é o domínio do Paraíso de Dante. Uma das formas de olhar para a Divina Comédia é como um percurso, pelo qual o indivíduo ascende do Inferno pelo Purgatório para o Paraíso, e esse percurso acontece por meio de um processo de purificação interior daquilo que é falso e injusto, pela *afirmação individual* daquilo que é verdadeiro, justo, belo.

Conhecer o verdadeiro, o justo e o belo, a questão de vida ou de morte para civilização. Conhecer estas esferas tem de ser o propósito da educação pública. Conhecê-las, guiar a

acção por elas, é aquilo que gera civilização, individualidade, procura genuína de conhecimento científico. Este é o crux, a questão essencial, de vida e morte, que confronta a civilização humana.

O bom, o verdadeiro e o belo, no marketing.

Compreensão inata da limpidez da verdade – factual, moral, estética.

A aplicação deste princípio à venda de produtos, a técnica do marketeer. Qualquer cineasta, *marketeer*, consultor político, conhece o axioma do conhecimento inato do verdadeiro, do bom e do belo; e coloca-o em prática, até à exaustão. É por isso que mesmo o pior dos produtos pode ser tornado num sucesso de vendas por meio de anúncios que seguem a aplicação deste princípio. O anúncio terá o cenário que todos reconhecem como sendo *intrinsecamente belo*, e.g. com sol, um mar azul, prados verdejantes, um ambiente humano que respira liberdade, prosperidade, simpatia. Os protagonistas do anúncio (homens ou mulheres) são pessoas *edificadas*, de aspecto intrinsecamente íntegro e moral; pessoas em quem se pode confiar. Como é que esta associação entre aspecto físico e carácter moral é feita, no campo das ideias? Regra geral, são usadas pessoas fisicamente atraentes. Existe a tendência inata, uma forma de *blind spot*, pela qual se associa degradação moral (repulsiva) a fealdade física (igualmente repulsiva); e, beleza moral (atraente) a beleza física (igualmente atraente). Existe o viés inato de assumir que uma pessoa bonita, simpática é também uma pessoa *real e verdadeira*. Se tiver olhos bonitos, dir-se-á que tem olhos honestos. É claro que esta relação linear entre beleza física e beleza moral não existe, mas esse enviesamento é, em si, apenas mais uma boa expressão da interdependência inata entre os valores de verdade moral e de verdade estética. Voltemos ao anúncio. Os protagonistas são pessoas nas quais *se pode confiar*. Os actores são pessoas atraentes, que ensaiaram (ou talvez não) posturas tipicamente associadas à transmissão de confiança e de integridade. Parecem ser pessoas genuinamente dadas, altruístas, corajosas. Sendo pessoas nas quais se pode confiar, aquilo que dizem é, por tendência, *verdadeiro e factual*. É possível que o anúncio esteja a vender o produto mais escabroso à face da Terra, mas é convincente para o espectador inexperiente. Transmite de modo perfeito a grande gestalt inata e subconsciente pela qual verdade estética, moral e factual são valores interdependentes e mutuamente determinados.

Aplicação em propaganda política [aqui, totalitária]. Note-se os padrões que são seguidos pela propaganda totalitária (e.g. sob os antigos regimes comunistas e fascistas). O totalitarismo é alicerçado no axioma invertido; em maldade, mentira e fealdade. Esse é o complexo que caracteriza os sentimentos e as práticas totalitárias. Um regime totalitário é, por inevitabilidade, um regime pervertido, mentiroso e intrinsecamente feio. Cria uma civilização alicerçada em mentira, baseada em exploração e em predação, caracterizada por fealdade e desconstrução; e, claro, cria um similar padrão humano – pessoas más, mentirosas e intrinsecamente feias. Porém, observe-se a imagética propagandística do totalitarismo e veja-se como mesmo esta

abominação era/é vendida com recurso ao modelo axiomático do bom/verdadeiro/belo. Existe uma comuna/comunidade rural, que é uma amostra da Utopia. Temos um lago calmo, um prado verde, florescente de girassóis. Crianças brincam, em fundo. Mulheres bonitas sorriem e têm olhos abertos e *honestos*. Homens de aspecto confiante e sereno arregaçam as mangas e trabalham. Existem frutos, sumarentos. Existe uma mesa posta ao ar livre, com pratos repletos de bons e apetitosos ingredientes naturais. Idosos sorriem e parecem contar histórias a um atento grupo de crianças. O sol brilha e, esse brilho espalha-se, meloso, pela superfície polida do tractor que atravessa o campo cultivado. Há um *zoom out* progressivo que se dilui a pouco e pouco na bandeira do Partido, agitada a uma brisa calma; no centro, reluzem os *fascii* ou, a estrela amarela em fundo vermelho – o proverbial ouro sobre sangue, da fraternidade utópica. Quem diria que isto é (qualquer que seja) um regime criminoso, com execuções em massa, campos de concentração, polícia política, trabalho escravo, despotismo irrestrito de casta?

O conhecimento do verdadeiro, do bom e do belo é-nos inato, dado por Deus.

Cada indivíduo recebe uma centelha da genialidade do Criador. Deus cria o homem e a mulher e cria-os à Sua imagem. Isto significa que lhes dá uma alma, com um potencial incalculável para a inteligência e para o potencial criativo que Ele próprio tem; Deus dá a cada ser humano uma fagulha da Sua própria essência criativa e construtiva. Esse potencial existe para ser cultivado e desenvolvido à sua máxima extensão, usado para melhorar o mundo em redor. Isso significa desenvolver um mundo próspero e livre para *todos* os seres humanos e, claro, agir como guardião sobre o resto da criação.

Deus ensina o Homem a pensar racionalmente, por princípios gerais e axiomas. (na continuação do ponto anterior) Isto implica que o Homem saiba estudar e conhecer o mundo à sua volta; que saiba pensar. É aí que o Criador faz algo de incrivelmente belo: ensina a pessoa a pensar *racionalmente*. Deus fala sempre pelos elementos que alicerçam o pensamento racional, ou seja, por meio de princípios gerais, ideias, axiomas. A linguagem de Deus é a linguagem da abstracção criativa; a linguagem da Razão. É isso que são parábolas e é nisso que consistem as várias histórias bíblicas. Nem uma é uma mera história, ou uma "fábula" inconsequente. Todas são declarações dos princípios gerais que governam transversalmente toda a realidade, do nível metafísico ao psicossociológico e ao físico. Saber pensar implica que se tem a capacidade de raciocínio abstracto superior; a capacidade para ascender ao mundo dos princípios e das ideias, e para exercer abstracção criativa sobre os elementos de percepção e de cognição. Quem compreender a linguagem de Deus, aprende a linguagem, o *template* conceptual superordenado, que organiza os elementos do real, do macro ao micro. Quem O compreender, aprende a *pensar*. Depois, aprende a estudar o mundo. Adão é o primeiro taxionomista natural e é claro que David não vence os filisteus com base em presunção e água benta [elemento ritual só útil enquanto expressa um significado *real*]. O episódio no Jardim contém, numa mera dúzia de versículos, toda a essência nuclear das ciências psicossociais que, de modo bastante infeliz,

parecem tirar a sua inspiração dos métodos utilizados pela serpente. E é claro que conhecer esses métodos é essencial para quebrar o seu poder de influência. Leiam-se as histórias bíblicas com olhos para ver e cabeça para pensar e está-se perante uma colectânea fascinante de conhecimento físico, humano, psicossocial, sociológico, metafísico. É o guidebook, rulebook para esta vida, dado pelo próprio Criador de tudo o que existe.

Responsabilidade pelo mundo e pelo futuro – verdade factual e verdade moral. Depois, é Deus quem explica que o homem tem de procurar, por si mesmo, a verdade consequente sobre as coisas no mundo em redor. Tem de ser uma pessoa activa, informada, criativa, preocupada com o mundo que deixa aos seus filhos e aos seus netos. Isso só é possível se a pessoa tiver honestidade intelectual. Com efeito, a *verdade factual*, empírica, só pode ser determinada por pessoas que tenham em si *verdade moral*, i.e. que sejam verdadeiras, honestas, perseverantes. A pessoa que é verdadeira, honesta, justa, que sente amor e compaixão pela humanidade e pela vida, interessa-se naturalmente em melhorar o mundo em redor, em prol de todos. Lança-se à tarefa de estudar o mundo de um modo honesto, para o desenvolver de um modo equidistante. Nesse trabalho, precisa de perseverança, determinação e, com muita frequência, coragem. Podemos contrastar tudo isto num jogo de opostos. A pessoa que é desonesta tenderá a ocultar e a distorcer dados sempre que isso lhe for situacionalmente conveniente. A pessoa desinteressada e macilenta simplesmente não se interessará pelo mundo em redor. A pessoa que é nihilista e cobarde tenderá sempre a preferir a via mais fácil, a via do menor esforço.

O *verdadeiro* está sempre acima do *social* [autoridade humana, consenso, etc]. É Deus quem afirma que o valor da *verdade factual demonstrável* está sempre e inevitavelmente acima de qualquer autoridade ou opinião humana. A autoridade humana, o consenso situacional, a opinião do grupo, nada disso interessa. Aquilo que é verdadeiro, factual e demonstrável ***é*** aquilo que é verdadeiro, factual e demonstrável. Só isso interessa. A verdade demonstrável dos factos tem de ser afirmada independentemente das oposições a isso; disso dependem as gerações futuras e, com efeito, o futuro do mundo.

Verdade moral: existem pessoas *verdadeiras* e pessoas *falsas*. O anterior implica que existe verdade moral. Existe uma forma *verdadeira* de as pessoas agirem. Isto, claro, é quando são honestas, boas, corajosas, justas – verdadeiras. O exacto oposto da pessoa *verdadeira* é a pessoa *falsa*, caracterizada por desonestidade, sentimentos mesquinhos, cobardia.

A compreensão do bom, do belo e do verdadeiro é-nos inata. Quando Deus diz ao homem e à mulher que construam um mundo bom e próspero à sua volta, dá-lhes o código pelo qual o podem fazer: é um código de acção moral. *Todos nós* nascemos na posse desse código. Está indelevelmente inscrito naquilo a que se chama consciência moral. Todos os seres humanos conhecem, naturalmente, os princípios gerais que organizam este domínio. Todos sabem que magoar, enganar, roubar, destruir, assassinar, são actos errados. Este conhecimento é-nos tão natural como a apreciação de águas

azuis, céus primaveris, campos verdes floridos. É-nos tão natural como o desejo por ambientes humanos livre, salutares e próspero. Todos sabemos que agir de modo *verdadeiro* é algo de bom e desejável. A pessoa que é justa, corajosa, honesta, corresponde ao arquétipo universal do herói. Todos reconhecemos inatamente a distinção entre o arquétipo do herói e o arquétipo universal do criminoso.

A alma pode ser brutalizada, mas o conhecimento permanece. Um ser humano pode ser *habituado* e *aculturado* a renegar estes princípios morais. Mas remanesce sempre a consciência interna, por muito vestigial ou até subconsciente que seja, de que são *correctos*, e de que a pessoa está a cometer uma forma de crime, contra si mesma e contra os outros, quando os renega. Todos nascemos com uma alma e a parte nuclear dessa alma é a consciência moral. A alma pode ser brutalizada, suprimida, obscurecida por aculturação ou por outras influências (e.g. substâncias psicotrópicas); em certos casos, pode até ser *destruída*. Mas nascemos sempre com ela, independentemente da época e do lugar.

Todos nascemos com o conhecimento inato do código moral de Deus.

Deus favorece o simplório de bom coração que vai a 1000% para fazer o que é certo. Todos nascemos na posse do código de acção moral de Deus. Todos sabemos que aquilo que é bom e natural é ser íntegro, verdadeiro, caritativo, amoroso, corajoso. É precisamente por isso que Deus dá a vitória a David e a Gedeon, escolhe Joshua para atravessar o Jordão, favorece Deborah, Jeremias, Ezequiel. Deus favorece a pessoa simples e irreverente, despretensiosa, (na verdade, simplória) que pode ter muitas imperfeições mas tem o coração no sítio certo; e está disposta a ir a um trilião por cento para fazer aquilo que é certo. É disso que Deus gosta, por oposição ao tipo de degeneração que foi disseminada em muitos dos cultos institucionais, atolados em ritualística, cinismo comunitário, brandos costumes; o tipo de ambiente que é dominado por viscosidade mental. O código de Deus, com que todos nascemos, é aquilo a que se chama a Lei, sobre a qual se poderiam fazer inúmeras observações. Porém, to cut a long story short, façamos como Jesus fez, quando reiterou as palavras de Moisés a um povo empedernido e incrédulo, ao citar os princípios sobre os quais toda a Lei assenta. Amar Deus acima de tudo o resto, o que implica fidelidade inabalável à Palavra e aos Mandamentos. Amar o próximo como a si mesmo. Uma coisa é, claro, inseparável da outra.

Razão, ou a estátua de pés de barro. A pessoa que, sendo fiel à voz da consciência, siga este caminho, vai desenvolver um bom carácter e, claro, Razão. Sair desse caminho é muito má ideia. É aí que entra a “criatividade moral” para fazer coisas pervertidas e lançar o self e o mundo em redor no pântano da maldade humana. “Este é o caminho recto do qual não te afastarás nem para a direita nem para a esquerda”. Ou seja, *não há* desvios situacionais. *Não há* flexibilidade moral. Ser mau não é ser bom e os fins *nunca* justificam os meios. As pessoas e a civilização podem flexibilizar-se e entreter-se tudo o que queiram, mas quando o fazem abdicam de integridade moral e de Razão como um todo. Podem construir estátuas com cabeça de ouro e estatura imponente, mas eis que os

pés de tais estátuas são sempre de barro. Inevitavelmente colapsam e pufff, lá se vai a cabeça de ouro e a estatura imponente. Esse é o momento em que as nações se esforçaram para as chamas e nada resta que se aproveite.

(VI) Degeneração existencialista totalitária.

Paradigmas com motivações totalitárias precisam de destruir a alma humana.

Ascensão, pela aplicação de princípios de verdade epistemológica, moral, estética.

O verdadeiro, o bom e o belo. A aplicação dos princípios de verdade epistemológica, moral, e estética (o verdadeiro, o bom e o belo) resulta na ascensão geral do Homem e da civilização. A Razão, liberdade política, prosperidade económica, criatividade artística, científica e civilizacional, são os resultados deste exercício.

Totalitarismo: maldade, mentira e fealdade [a sociedade seca e a morte da alma]. Porém, o padrão mais comum durante a história da humanidade é um que é alicerçado no preciso oposto destes valores: despotismo, ou totalitarismo, o conceito de controlo autoritário de todos os aspectos de uma sociedade humana. O totalitarismo é sempre alicerçado no axioma invertido; é alicerçado em maldade, em mentira e em fealdade. Esse é o complexo conceptual que caracteriza os sentimentos e as práticas totalitárias. Um regime totalitário é, por inevitabilidade, pervertido, mentiroso, intrinsecamente feio. Cria uma civilização alicerçada em mentira, baseada em exploração e em predação, caracterizada por fealdade e desconstrução. Cria um similar padrão humano: pessoas más, mentirosas e intrinsecamente feias. Estes são os *musts* da operação totalitária de estado. A sociedade que daqui resulta é humanamente árida, seca, incapaz de criar, crescer, amar. O tipo de ambiente onde ninguém consegue confiar em ninguém; a monotonia do estado cinzento, onde todos os laços humanos normais foram destruídos, substituídos por gestão tecnocrática de estado. O público é o inimigo, e a guerra foi ganha quando todos são igualmente degradados, sistematizados, reduzidos a um mínimo denominador comum de morte lenta.

A alma humana está no caminho da máquina – tem de ser neutralizada. O público é o inimigo, mas isso é apenas parcialmente verdade. O real inimigo é aquilo que dá vitalidade humana a cada indivíduo; a alma humana. Este é um tipo de regime que é baseado em anátema. Teme e odeia a alma, e procura desfigurá-la e matá-la, em nome da obtenção de sistematização e de previsibilidade social.

O desenvolvimento de técnica totalitária moderna nos estados germânicos.

Alemanha seccionada e bélica desenvolve técnica totalitária moderna. A técnica do totalitarismo moderno começa a ser desenvolvida por aparatos de estado germânicos, durante os séculos 18 e 19, numa altura em que a Alemanha ainda era um pontilhado de principados e Freistaats, em competição entre si. Competição é um mau termo para categorizar aquilo que era, na verdade, a gestão de tensões e de guerras estratégicas, numa grande dinâmica de belicismo e de anexação mútua. Muitas destas sociedades não eram sociedades *per se*; eram guarnições militares que, nessa condição, podiam ter um aspecto mais ou menos civil.

Sociedade como arma de guerra, a ser integrada, sistematizada, militarizada. A sociedade germânica era uma arma a ser utilizada na prática de guerra; algo que se mecanizava, oleava, sistematizava.

Sociedade-regimento implica sujeito como peça na máquina [a morte da alma]. Em tal sociedade, a pessoa comum era encarada como uma parte do grande *regimento social*. Tinha, por conseguinte, de ser *regimentada*; tornada tão sistemática, igual, monótona, como qualquer outro membro do regimento militar do Staat. Previsibilidade humana de estilo militar é aqui o conceito cardinal. E é claro que isso implica a morte da Razão; a morte da alma. Estados como Hesse ou a Prússia notabilizam-se na implementação de métodos psicossociológicos pelos quais o ser humano médio pudesse, de facto, ser regimentado, tornado uma peça na grande máquina militar social. Esses métodos foram desenvolvidos, implementados na vida quotidiana das comunidades e, em especial, através de um sistema nascente de educação pública para o Staat. Estes estados procuraram desenvolver métodos educacionais que resultassem na produção em massa de criaturas humanas irracionalistas e, tiveram sucesso nisso [ver secção sobre ***Educação Germânica***].

A criatura gelatinosa, em fluxo, formatada para Fascismo. O ideal de ser humano aqui presente anda à volta daquele já descrito anteriormente; o perfil humano favorecido sob despotismo. É a criatura tornada linear, básica, standard. É egocêntrica, autoritária sobre inferiores, submissa perante superiores. É controlável e manipulável pela mera gestão de instâncias de reforço/punição. Razão é aqui substituída por mero calculismo de natureza situacional. O *ethos* moral é aquele que é dado pelo Staat; um *ethos* de dominação, baseado na superioridade intrínseca do Staat por oposição a todos os restantes (o estado assume aqui o papel de um "deus terreno"). A Prússia era um estado Fascista (tal como muitos outros estados alemães) muito antes de o termo ser introduzido por Mussolini. Criaturas humanas deste género tenderiam a não desenvolver génio, intelecto, ou virtude moral. Seriam cidadãos standard, previsíveis, facilmente geríveis. Meros funcionários na grande ordem social e económica. Seriam bons soldados na linha da frente, pessoas automatizadas e fanatizadas para morrer pelo Staat [*as tropas hessianas ainda hoje são o paradigma do fascistii militar por excelência*]. E, também seriam bons soldados na frente civil das coisas; boas peças individuais no grande aparato maquinal do Staat.

Métodos de homicídio da alma generalizam-se [o exemplo britânico]. Todos estes métodos de regimentação e de homicídio da alma estavam, na altura, a transitar para as restantes potências, mais notavelmente no domínio militar. O que são os casacas vermelhas britânicos do século 19 senão as tropas que aterrorizavam os adversários pelo seu automatismo inumano? O soldado que permanece hirto no posto de guarda, mesmo quando está a ser alvejado de todos os lados, é também aquele que assassina de modo frio as mulheres e as crianças de uma aldeia, se a isso for ordenado pelo comandante.

Existencialismo, marxismo, positivismo et al – a ideologia do estado total.

Novas ideologias para uma nova geração de técnicas de destruição psíquica. A sistematização científica da destruição da alma tinha, para a era moderna, de ter um *rationale* mais sofisticado do que aqueles que até aí estavam disponíveis, por meio dos sistemas de crenças que eram propagados por gnosticismo institucional: hinduísmo, gnosticismo aberto, catolicismo paganizado, entre muitos outros.

Voltaire e a distorção da Razão – Rousseau, os Românticos e o selvagem totalitário. É aqui que surgem filistinos como Voltaire, que procuram cooptar e distorcer o termo Razão, para o equacionar com mero calculismo dedutivo situacional. Rousseau e os Românticos surgem pela mesma altura, para romantizar a destruição da alma e da civilização; tudo o que pode ficar é o bom selvagem que habita o estado totalitário; e os déspotas, igualmente selvagens, que o governam. Tudo isto surge como a manifestação do habitual impulso oligárquico para manchar e tornar baixo e obscuro tudo aquilo que é límpido e elevado.

Positivismo, hegelianismo, marxismo, existencialismo, eugenismo. Esse ímpeto seria levado a novas alturas pelas correntes nascentes do positivismo e do hegelianismo, mais tarde expressas em formas como marxismo, existencialismo, ou eugenismo mental/social.

Ódio e temor da sociedade livre e da Razão individual. Aquilo que une todas estas escolas de (não-)pensamento é o temor e o ódio que sentem pela sociedade livre e pelo potencial da Razão individual; pela alma humana.

Ideologias **de estado** só podem promover parasitismo totalitário. O “mundo perfeito” é a sociedade totalitária, o cidadão perfeito é o filho do estado; ou não estivéssemos na presença de ideologias de estado. Estas ideologias são o que acontece quando o poder se lança na tarefa de se legitimar a si mesmo; e de legitimar o exercício de absorção de toda a vida em redor, para alimentar o grande buraco negro que está no seu núcleo.

A normalização ideológica de maldade, mentira e fealdade.

Nihilismo epistemológico e moral – O ethos sintético dos filhos do estado. Estas ideologias temem e odeiam o indivíduo e a Razão. Por consequência, temem e odeiam, na mesma exacta proporção, o conceito de *verdade independente*. Isso abre o caminho à negação racionalizada da existência de racionalidade superior e de acção moral verdadeira. O homem pode, aí, ser reduzido ao seu estado animal. Não existe verdade independente. Verdade é apenas e somente o que for declarado pelo estado como sendo verdade; por muito absurdo que possa ser. Não existe acção moral verdadeira. Só existe o *ethos* nihilista, legalista e violento que é promovido pelo estado. Essa é a moralidade sintética dos filhos do estado. O estado é "deus" na Terra e surge para oferecer o paraíso terreno, a Utopia.

Maldade, mentira e fealdade tornam-se normalizadas – o mind job feito a O'Brien. Todas estas ideologias legitimam o axioma atrás mencionado, "maldade, mentira e fealdade" e obtêm a inversão dialéctica de o apresentar como o "novo" verdadeiro, bom e belo. Isto só pode acontecer depois de as "velhas" formas destes valores serem descredibilizadas e negadas; na civilização e em cada alma. É uma parte essencial da desfiguração da alma. O indivíduo tem de ter a sua alma brutalizada ao ponto em que aprende a aceitar aquilo que sabe ser mentira como verdade; a abraçar a maldade como algo intrinsecamente bom; aquilo que é feio e desumano como intrinsecamente belo. Pense-se em O'Brien, 1984, o produto humano da aplicação de existencialismo, positivismo, marxismo. O modelo O'Brien tipifica o real, graduado, filho do estado.

O autómato fisiológico em fluxo calculista no ambiente.

Um recurso moldável de carne e nervos – Individualidade, alma, Razão, são tabu. Sob estas ideologias, as doutrinas do grande pai estado, o ser humano não é mais que um pedaço de carne e nervos – plástico, maleável, descartável. Um recurso que se molda e se adapta ao grande aparato social. Uma tal criatura não pode ter vida interior de relevo, ou muito menos algo como um potencial individual de auto-determinação. A alma é aqui um tabu; a Razão vem logo a seguir.

O autómato fisiológico em fluxo calculista no ambiente. A visão monótona e particularista que daqui surge é uma na qual o ser humano não é mais que uma criatura de mera fisiologia, um autómato de genes, de hormonas, de impulsos neuronais. Este autómato interage com o ambiente que o circunda para maximizar ganhos e minimizar perdas. Já não *andros* (Homem), agora um mero andróide biológico, esta criatura limita-se a estar em fluxo gelatinoso com o seu ambiente, na luta pela sobrevivência e pela maximização de oportunidades. A vida interna de tal criatura é muito pobre, uma mera sucessão desligada de associações entre inputs sensoriais. O autómato biológico é uma máquina de percepção sensorial (*sense perception*). Absorve informação do exterior. Filtra e categoriza essa informação por meio de nódulos emocionais internos (associações de reforço e punição/prazer e dor). Depois, define estratégias de acção com base em *racionalidade*. O termo é redefinido para significar mero calculismo dedutivo destinado a adaptação na luta pela sobrevivência. A racionalidade humana é, aqui, um

mero aparato caótico de células cinzentas pelas quais o autómato humano pode planear esquemas de maximização de utilidade egoísta, em prol do sujeito ou do grupo.

Particularismo empírico, ultra-atomização autística, iliteracia científica. Em tudo isto é vital o particularismo empírico introduzido por pessoas como Wundt ou Pavlov, a especialização autística no estudo de mecanismos ultra-atomizados, mais tarde complementada pela abordagem sociopática de Skinner. A ideia essencial em tudo isto é a de que é possível estudar um universo (Homem) deitando fora 99% desse universo e submetendo o restante 1% a estudos epistemologicamente iletrados, com o foco em micro átomos despegados e desconexos de comportamento.

Engenharia comportamental baseada em treino animal. As técnicas de engenharia comportamental que são derivadas de todo este campo de inquérito situam-se, por conseguinte, no domínio do *treino animal*; a essência nuclear em tudo isto, rotinas de punição e de reforço.

Sociobiologia, com as castas de animais alfa e as castas de gado baixo. Toda esta visão é reforçada pelas várias sociobiologias (a galtoniana, a nazi e as suas sucessoras, com os "genes egoístas" e outras coisas que tal), campos de especialização para racionalizar a depuração eugénica dos animais humanos. Existem as castas alfa e depois existem as várias categorias de gado. Ao longo de todo este percurso, o Homem foi sendo equacionado a um animal (a algo mais baixo que um animal, para dizer a verdade).

O andróide biomecânico cognitivo. O autómato torna-se definitivamente maquinal sob a influência da actual psicologia cognitiva, que procura equacionar o cérebro humano ao computador sintético. Já não *andros*, já nem sequer andróide biológico, agora andróide biomecânico [*e tudo isto serve para preparar o terreno epistemológico para a fusão entre homem e máquina, cérebro e terminal*]. Escusado é dizer que o cérebro humano é muito mais potente e complexo que qualquer computador; que a Razão é uma instância integrada, matricial e ultra-complexa cujo funcionamento não consegue ser replicado, ou interpretado, por qualquer computador.

O obscurantismo anti-Racional, anti-humano, da psicologia actual. Tais paradigmas odeiam e temem os conceitos salutares da humanidade. Razão é um termo proibido, sob o obscurantismo institucional da psicologia moderna. O mesmo acontece para várias das instâncias que lhe estão associadas: personalidade, atributos morais, imaginação, abstracção criativa. Aquilo que faz do Homem, Homem.

Substituir e anular Razão por intermédio de sensação, osmose social.

O gado treinado sob consolidação de poder. Seja como for, toda esta linha essencial de investigação foi incentivada pela enorme consolidação de poder estatal e humano que acontece durante os últimos dois séculos. Estudar o humano fisiológico é essencial para saber como manipular a sua fisiologia, fazendo *bypass* aos (e impedindo o desenvolvimento dos) mecanismos da Razão. Pelo uso de calculado de técnica científica

psicofisiológica (treino animal, pela gestão calculada de instâncias de reforço e de punição) era possível desenvolver técnicas psicossociais que permitissem manter a generalidade da população num estado de dependência e mediocridade intelectual.

Substituir e anular Razão por intermédio de sensação. A essência das medidas de engenharia psicossocial que vêm a ser seguidas desde então reside na tentativa de substituir e anular a Razão pela aposta na sensação. Impedir e bloquear o desenvolvimento de pensamento independente não basta; também é preciso colocar o indivíduo num ambiente psicossocial de estimulação sensorial contínua. Estimulação social constante, educação para emocionalidade exagerada e para pensamento de grupo. Dependência emocional. Líbido (em tudo líbido), ecrãs, emoções sintéticas, pressão social. Sistematização social de *stress* é muito importante; o gado não pode ter momentos de descanso). Substituição de pensamento e de imaginação individual por memes sintéticos, socialmente reciclados.

Pessoa média submergida em sensorialidade, dependência social, dissolução pessoal. Com tudo isto, a pessoa média foi progressivamente desincentivada de desenvolver Razão, ao ponto em que o conceito é, em si, estranho à larga generalidade das pessoas. A pessoa média é, hoje em dia, rotinada desde pequena a abdicar facilmente de posições morais e intelectuais; e, claro, a não acreditar *realmente* em nada. Tudo é relativo, contextual e utilitário. A opinião socialmente aceite é suprema; em especial quando é reforçada por pressão colectiva. A pessoa tem de ser sociável e prova que o é quando abdica das suas próprias crenças e valores em nome de aceitação e pertença no colectivo – no social. O que é emocionalmente agradável e socialmente aceite (declarado como tal nos media) é bom, verdadeiro, justo. O que é desagradável e socialmente renegado é mau, falso, injusto. Uma vida bem vivida é resumível a um fluxo de sucesso pela realidade, no decurso do qual se obtêm muitas mais-valias; emocionais, materiais, sociais. Emoções, recompensas, líbido, mais emoções – estimulação sensorial. É isso que mede a qualidade de uma vida.

Pensar torna-se acessório – o reino cognitivo do especialista. A pessoa não tem tempo para pensar. Com frequência – demasiada frequência – nem sequer o quer fazer (é inquietante), ou sabe como fazer (não aprendeu). E, não precisa. Para todas as dúvidas, existe uma resposta pronta, para todas as angústias existe um paliativo imediato; a opinião dos especialistas, acessível na ponta dos dedos. Os especialistas são muito importantes, em tal sociedade. Toda a verdade é relativa (mesmo a social), excepto quando é pronunciada por este novo brahman cognitivo, este novo sacerdote absoluto. É claro que tudo isto configura o padrão do charlatanismo.

Nihilismo moral e epistemológico, despersonalização, abre portas a estado total. A moralidade nihilista que ascende desta dinâmica de fluxo decompõe as relações humanas e sociais e abre as portas ao estado total. Ao longo de todo este processo, a pessoa foi abdicando continuamente da sua própria identidade pessoal, aquilo que faz de si, um *eu* genuíno. Abdicou de traços pessoais, crenças, princípios, valores. Com isso, foi anulando o núcleo das suas funções neo-corticais, aquelas que fazem de si uma

pessoa integral; o seu self, a sua consciência moral, o seu potencial para pensamento independente e criativo. Fê-lo em nome daquilo que é ensinada a interpretar, através da rotinação a instâncias de reforço e punição (treino animal) como ganhos pessoais, que são obtidos pelo ajustamento a um superego social sintético. Por outras palavras, fê-lo em nome de entrega ao ambiente social e material em redor. Mas não se limitou a entregar-se; entrou em osmose (e até certo ponto, fundiu-se) com o ambiente. Foi degradada e, mais do que isso, despersonalizada.

Entregar a própria cabeça às autoridades – tudo o resto se segue. Abdicou da própria cabeça, para a entregar, mesmo que não o saiba (geralmente não o sabe) nas mãos das autoridades. Tudo o resto se segue. É isso que o estado totalitário é.

(VII) O ataque psiquiátrico ao neo-córtex – lobotomia, drogas.

O ataque psiquiátrico ao neo-córtex – lobotomia, drogas.

Citações psiquiátricas: o encanto gélido da destruição de mente. É interessante que a lobotomia, enquanto procedimento standard, ataque *precisamente* estas zonas do cérebro. Walter Freeman, um dos grandes gurus da psicocirurgia/lobotomia, estudante de Egas Moniz, observava que, após uma lobotomia, «*What the investigator misses the most in the more highly intelligent individuals is the ability to introspect, to speculate, to philosophize, especially in regard to the self… Creativeness seems to be the highest form of human endeavor. It requires imagination, concentration, visualization, self-criticism, and persistence in the face of frustration… Theoretically, on the basis of psychologic and personality studies, creativeness should be abolished by lobotomy… On the whole, psychosurgery reduces creativity, sometimes to the vanishing point*» [The American Handbook of Psychiatry (1959)]. Outro psiquiatria/talhante observava que «*The frequent effect of such over, operation was irreversible change in mood, emotion, temperament, and all higher mental functions… Some patients showed frank clinical deterioration that persisted after operation*» [J. M. C. Holden (1970), The American Journal of Psychiatry].

Lobotomia química por drogas psicotrópicas. Os mesmos efeitos são obtidos por meio da ingestão de drogas psicotrópicas, que provocam uma forma de lobotomia química, mais ou menos provisória.

Cinismo e frieza são sistémicos, manifestam ódio e temor pela natureza humana. É claro que tudo isto vem de uma classe que advoga a redução do Homem a um mínimo

denominador comum de previsibilidade e gestão segura. Mas existe aqui, temo, uma dose extrema de ódio e de temor pela natureza humana em si. O cinismo sádico e gélido que é latente nas citações dadas, a apreciação fria e calculista do processo de destruição de uma mente, não é um exclusivo destes autores. É bastante sistemática.

Crime, tortura, menticídio – Eugenia, Holocausto – WFMH e a psikhushka global.

Tortura, violações, homicídio e menticídio. A classe psiquiátrica desenvolve-se ao longo dos últimos dois séculos e é objectivo que passa a larga maioria desse tempo (enquanto classe), a prender e a torturar seres humanos. Até ao início do século 20, os asilos psiquiátricos eram literais prisões para indigentes e para prisioneiros políticos. As instalações eram inacreditavelmente degradadas. Estavam equipadas com câmaras de tortura, para espancamento e restrição forçada. Os "tratamentos" consistiam na danificação deliberada do sistema nervoso central do indivíduo. Isto era feito através de agressão com objectos (maças e outros) e choques de insulina, entre outros. As violações eram uma constante. Não existia qualquer presunção de direitos humanos, para os internados. A classe que sai daqui é uma classe de (não há outra forma de colocar a questão) criminosos especializados em tortura, degradação humana, menticídio (homicídio da mente), homicídio físico. Escusado será dizer que estas práticas continuam até aos dias de hoje, algumas vezes sob formatos diferentes; outras vezes, não.

Eugenia – T4 e o Holocausto – WFMH, eugenia e psiquiatria social à escala global. A classe é determinante, ***central***, para a disseminação do paradigma eugénico durante a primeira metade do século 20. Na Alemanha, é a própria classe psiquiátrica que está no coração do T4, o programa que inicia os primeiros extermínios eugénicos (70.000+, em hospitais mentais) e prossegue para organizar e conduzir o Holocausto. No pós II Guerra, os psiquiatras nazis são saneados e protegidos pelos colegas de outras nações. O paradigma eugénico é refraseado, mas persiste no coração do *ethos* psiquiátrico, pela acção da World Federation for Mental Health (WFMH). A WFMH, criada em 1948, nunca se retrata dos crimes pró-nazis da sua predecessora (na prática, a mesma instituição), o International Council for Mental Hygiene. Mais que isso, reitera frequentemente, através dos seus membros de topo, a necessidade de esterilizar e eutanizar (involuntariamente – assassinato) as massas de inaptos e de desajustados sociais. Ainda no pós Guerra, é instrumental para avançar um programa global de psiquiatria social (por meio de ONU, Unesco, etc.) para a redução das massas da humanidade àquilo que antes se denominou de estado animal da humanidade. A justificação para isso, de acordo com a WFMH, é a necessidade de assegurar "paz mundial" através da instalação de um despotismo global alicerçado numa população mentalmente menorizada [ler notas sobre ***Engenharia Psicossocial, WHMH***].

A sociedade psicopolítica e a generalização da psikhushka. (continuação do anterior) Toda a ideia é a de transformar as sociedades (e, eventualmente, a sociedade global) naquilo que só pode ser descrito como prisões psiquiátricas. Sob este paradigma,

existem criminosos de opinião e de personalidade, pessoas "socialmente desajustadas". Estas pessoas têm de ser colocadas sob "quarentena" [i.e. prisão psicopolítica forçada]. Conteúdos intelectuais e culturais indesejados são "vírus culturais", a ser contidos e suprimidos. As actividades de "tratamento" são similares àquelas que foram tornadas notórias pelos psiquiatras soviéticos; o sistema psikhuska [o gulag psiquiátrico para criminosos de opinião, na URSS]. A psikhuska baseia-se em tortura física e psicológica, com o fim de despersonalizar a vítima; se possível enlouquecê-la. Algo essencial na psikhuska é o forçar o sujeito a trair valores, crenças e, se possível pessoas próximas, queridas. Na URSS, eram usados métodos que iam desde a aplicação de electrochoques até à criação de situações com uma carga psicossocial despersonalizante. Um exemplo importante aqui é a indução de surrealismo extremo na vida pessoal e social do sujeito, o que inclui o *psychic driving* de ideias distópicas. A série "The Prisoner" (1967) mostra a aplicação de bastantes dessas técnicas.

Danificar o neo-córtex com psicotrópicos, para a wonderland psiquiátrica.

<u>Lobotomia, ECT, drogas psicotrópicas: a obsessão com danificar o SNC</u>. Ainda no pós Guerra, existe, à superfície, uma melhoria relativa da condição dos meios psiquiátricos. Porém, o paradigma essencial continua a ser o mesmo: a obsessão fanática e anti-científica com a "necessidade" de danificar o sistema nervoso central para efectuar uma "cura". As maças e os choques de insulina são actualizados para lobotomia, electrochoques; e, mais tarde, drogas psicotrópicas.

<u>O alvo essencial é o neo-córtex, com destaque para a consciência moral</u>. O alvo essencial de alteração cerebral (particularmente no que respeita ao uso de psicotrópicos) é o domínio neo-cortical. As citações atrás colocadas referem-se a lobotomia, mas também poderiam referir-se ao uso de psicotrópicos. Danificar a criatividade, a capacidade de abstracção superior, a consciência, a imaginação, o sentido de self. Aquilo que faz da pessoa, Homem. Um alvo importante aqui é a consciência moral.

<u>Destruir integridade e generalizar nihilismo, para o "bom selvagem" totalitário</u>. Um tema habitual na literatura psiquiátrica reside no "valor científico" do acto da danificação da consciência; algo que serve para "pacificar" pessoas difíceis de gerir. Pessoas com integridade e princípios. Mas esse acto é também vital para criar o "bom selvagem" da wonderland utopia psiquiátrica. A pessoa sem uma consciência moral coerente, nihilista, que se limita a fluir no aqui e no agora, à disposição de caprichos situacionais e, é evidente, da autoridade do estado totalitário utópico.

"Tearing human minds appart…"

<u>Casta auto-perpetuada – nihilismo, crime, degradação humana</u>. Existem poucas classes que sejam genuinamente perigosas, enquanto tal. Na prática, talvez só exista *esta*. É a única classe que surge no seio da sociedade civil, sob a mais completa isenção de

responsabilidades criminais, para perpetrar tortura, degradação e destruição de vida humana. É uma classe que se auto-perpetua em pequenas castas, millieus extremamente exclusivos, fechados e restritos. O "iniciado" na casta tem de passar por um processo terrível de humilhação, despersonalização, preenchimento com a cultura de grupo da casta psiquiátrica. Essa cultura é nihilista e glorifica degradação humana. Despreza, odeia e teme tudo aquilo que é vital, belo e elevado na humanidade. E, leiam-se os textos e os livros que estas pessoas publicam, para a classe; o à-vontade com que escrevem sobre a necessidade de destruir vida [notas acima mencionadas, ***Engenharia Psicossocial***].

<u>Desfigurar a face da humanidade – O'Brien, o modelo do sociopata psiquiátrico</u>. Este é o tipo de cultura que é desenvolvido por sicários e por torturadores. É uma cultura sociopática, sádica, dominada por ódio, impulsionada pela necessidade satanística de destruir aquilo que está vivo e é belo e vibrante. *Desfigurar a face da humanidade*. Este é o espírito que anima as citações acima e, claro, a habitual praxis psiquiátrica. A média das pessoas não tem a noção disso, mas o personagem O'Brien, no 1984 de George Orwell, é a representação perfeita do sociopata psiquiátrico. O próprio sistema de operação do Miniluv ["ministério do amor"; polícia política e tortura] é, em tudo, a psikhushka. O'Brien é em tudo a incorporação daquilo que encontramos na casta psiquiátrica. A paixão por destruir e por ser destruído, o perspectivismo nihilista, a face de sanidade aparente que é colocada sob a mais completa e destrutiva insanidade. "*Power is tearing human minds appart and reshaping them at will*" é algo que poderia ter sido escrito por William Sargant, o guru de destruição psicológica para o MI6 (psiquiatra, claro). Sargant foi o psiquiatra que escreveu um dos Mein Kampfs da psiquiatria moderna, "Battle for the Mind" (onde battle significa battle, por agressores anexionistas). Afirmou, entre ***muitas*** outras coisas, que gostaria de ter tido a oportunidade de *reabilitar* Jesus.

Existem bons psiquiatras, que tendem a ser ostracizados. Com isto, não se quer dizer que *todos* os psiquiatras são talhantes. Existem excelentes excepções a este padrão. Tendem a aparecer em países que usufruíram tradicionalmente de liberdade profissional, como os EUA ou alguns países na Europa ocidental. São países onde a psiquiatria podia (até certo ponto, ainda pode), ser acedida por bons médicos que se especializavam na área. Como tal, nem todos os psiquiatras estavam sujeitos ao processo de indução despersonalizante na cultura sociopática de casta. Ainda assim, os bons psiquiatras tendem a ser ostracizados pelo resto da classe. Alguns exemplos surgem nas notas atrás mencionadas.

JEFFERSON – Bancos – Dívida perpétua – Devastação social e feudalismo.

Jefferson – Bancos e dívida, mais destrutivos que exércitos profissionais.

Instituições bancárias são mais perigosas que exércitos profissionais.

O princípio de dívida perpétua é nada mais que vigarizar a posteridade.

«*And I sincerely believe, with you, that banking establishments are more dangerous than standing armies; and that the principle of spending money to be paid by posterity, under the name of funding, is but swindling futurity on a large scale*»

Thomas Jefferson, letter to John Taylor, May 28, 1816

Jefferson – "Bank paper is a swindle, will ruin the nation".

"We are to be ruined now by the deluge of bank paper".

"Avaricious adventurers, who burden all the interchanges with their swindles".

"I am an enemy to all banks discounting bills or notes for anything but coin".

"But our whole country is so fascinated by this Jack-lantern wealth".

«*Everything predicted by the enemies of banks, in the beginning, is now coming to pass. We are to be ruined now by the deluge of bank paper, as we were formerly by the old Continental paper. It is cruel that such revolutions in private fortunes should be at the mercy of avaricious adventurers, who, instead of employing their capital, if any they have, in manufactures, commerce, and other useful pursuits, make it an instrument to burden all the interchanges of property with their swindling profits, profits which are the price of no useful industry of theirs. Prudent men must be on their guard in this game of Robin's alives, and take care that the spark does not extinguish in their hands. I am an enemy to all banks discounting bills or notes for anything but coin. But our whole country is so fascinated by this Jack-lantern wealth, that they will not stop short of its total and fatal explosion*» Thomas Jefferson, letter to Dr. Thomas Cooper, January 16, 1814.

Jefferson – Perpetuação de dívida lega a guerra perpétua, devastação social.

Nenhuma geração tem o direito de prender a seguinte aos seus próprios compromissos.

Governos honestos seguirão isto – limita o espírito de guerra e endividamento.

Moderna teoria da perpetuação de dívida esmaga cidadãos, empapa terra em sangue.

É esta lógica que leva Inglaterra a travar guerra perpétua, com milhões de dívida.

«*The earth belongs to the living, not to the dead. We may consider each generation as a distinct nation, with a right, by the will of its majority, to bind themselves, but none to bind the succeeding generation, more than the inhabitants of another country… Although this has not yet entered into any declaration of rights, it is no less a law, and ought to be acted on by honest governments. It is, at the same time, a salutary curb on the spirit of war and indebtment, which, since the modern theory of the perpetuation of debt, has drenched the earth with blood, and crushed its inhabitants under burthens ever accumulating… Had this principle been declared in the British bill of rights, England would have been placed under the happy disability of waging eternal war, and of contracting her thousand millions of public debt*» Thomas Jefferson, letter to John Wayles Eppes, June 24, 1813.

Thomas Jefferson – Dívida reduzirá EUA a condição feudal.

Papel moeda, "juggling tricks... bankrupt trash".

Domínio de bancos sobre cidadãos tem de ser quebrado, ou quebrar-nos-á a nós.

Caíremos em dívida inextinguível, impostos eternos.

EUA cairão na condição da Inglaterra, uma nação canibalística de mestres e escravos.

«*Although a century of British experience has proved to what a wonderful extent the funding on specific redeeming taxes enables a nation to anticipate in war the resources of peace, and although the other nations of Europe have tried and trodden every path of force or folly in fruitless quest of the same object, yet we still expect to find in juggling tricks and banking dreams, that money can be made out of nothing, and in sufficient quantity to meet the expenses of a heavy war by sea and land. It is said, indeed, that money cannot be borrowed from our merchants as from those of England. But it can be borrowed from our people. They will give you all the necessaries of war they produce, if, instead of the bankrupt trash they now are obliged to receive for want of any other, you will give them a paper promise funded on a specific pledge, and of a size for common circulation. But you say the merchants will not take this paper. What the people take, the merchants must take, or sell nothing. All these doubts and fears prove only the extent of the dominion which the banking institutions have obtained over the minds of our citizens, and especially of those inhabiting cities or other banking places; and this dominion must be broken, or it will break us. The misfortune is, that in the meantime we shall plunge ourselves in unextinguishable debt, and entail on our posterity an inheritance of eternal taxes, which will bring our government and people into the condition of those of England, a nation of pikes and gudgeons, the latter bred merely as food for the former*»

Thomas Jefferson, letter to Colonel James Monroe, January 1, 1815.

Jefferson, "…the tendency of all human governments".

Se incorrermos em dívida gigante, seremos taxados em tudo o que fizermos.

O nosso povo irá trabalhar 16 horas por dia, dar metade dos rendimentos ao governo.

Não terá tempo para pensar, ou para colocar os nossos "mis-managers" na linha.

Será feliz em obter sustento por ajudar à escravização do próximo.

Esta é a tendência de todos os governos humanos.

Até que a massa da sociedade seja reduzida a meros autómatos de miséria.

Aí começa a guerra de todos contra todos, o estado abusivo da humanidade.

Dívida pública → Taxação → Crueldade e opressão.

«*…we must not let our rulers load us with perpetual debt. We must make our election between economy and liberty, or profusion and servitude. If we run into such debts, as that we must be taxed in our meat and in our drink, in our necessaries and our comforts, in our labors and our amusements, for our callings and our creeds, as the people of England are, our people, like them, must come to labor sixteen hours in the twenty-four, give the earnings of fifteen of these to the government for their debts and daily expenses; and the sixteenth being insufficient to afford us bread, we must live, as they now do, on oatmeal and potatoes; have no time to think, no means of calling the mismanagers to account; but be glad to obtain subsistence by hiring ourselves to rivet their chains on the necks of our fellow-sufferers… And this is the tendency of all human governments. A departure from principle in one instance becomes a precedent for a second; that second for a third; and so on, till the bulk of the society is reduced to be mere automatons of misery, and to have no sensibilities left but for sinning and suffering… Then begins, indeed, the bellum omnium in omnia, which some philosophers observing to be so general in this world, have mistaken it for the natural, instead of the abusive state of man. And the fore horse of this frightful team is public debt. Taxation follows that, and in its train wretchedness and oppression*» Thomas Jefferson, letter to Samuel Kercheval (July 12, 1816). Basic Writings (New York: Willey Book Co., 1944), pp. 749-50.

John Adams – Conhecimento e liberdade de imprensa – Bancos, destruidores.

John Adams – Conhecimento é um direito divino e uma condição para liberdade.

Liberdade não pode ser preservada sem conhecimento entre o povo.

O povo tem um direito dado pelo Criador a conhecimento.

Direito indisputável, inalienável, indestrutível e divino.

Vital nisto – conhecimento sobre carácter e conduta dos governantes.

Portanto, imprensa tem de publicar com a maior liberdade, mesmo sob intimidação.

Auto-censura por delicadeza, ou gentileza, equivale a hipocrisia, chicanaria, cobardia.

«*Liberty cannot be preserved without a general knowledge among the people, who have a right to knowledge, as their great Creator, who does nothing in vain, has given them a right, an indisputable, unalienable, indefeasible, divine right to that most dreaded and envied kind of knowledge, I mean, of the characters and conduct of their rulers. Be not intimidated, therefore, by any terrors, from publishing with the utmost freedom… nor suffer yourselves to be wheedled out of your liberty by any pretences of politeness, delicacy, or decency. These, as they are often used, are but three different names for hypocrisy, chicanery, and cowardice*» John Adams (1765), A Dissertation on the Canon and Feudal Law.

John Adams – Bancos, destruidores sócio-económicos e morais.

Bancos são destruidores de religião, moral, tranquilidade, prosperidade, riqueza.

«*…the banks have done more injury to the religion, morality, tranquillity, prosperity, and even wealth of the nation, than they can have done or ever will do good*»

John Adams (12 March, 1819). Letter to John Taylor. The Works of John Adams, Vol. 10 [1854]

<u>Keiser e Coffman – Checks And Balances, Local Government, Economic Freedom</u>.

(MK – FOTR, 11:26) Na América, havia uma situação extraordinária, com os Founding Fathers a saberem que podiam criar um sistema de checks and balances. Portanto, permitiam trabalho cooperativo, mas também ascensão individual. Mas, nos últimos anos, o sistema de separação de poderes foi desmantelado, e voltámos ao ponto de antes da revolução – um único, comunístico, monolítico estado.

coffman, tripartite govt, local govt, vs tyranny (Forma tripartida de governo, divisão de poderes entre executivo, legislativo, judicial. Na forma inicial da constituição, o poder local era soberano, e a situação desfez-se. Jefferson disse que, quando isso acontecesse, entraria uma tirania pior que a britânica, que não teria qualquer responsabilidade face ao indivíduo local.)

MADISON – Consciência moral e conhecimento.

James Madison – "Knowledge will forever govern ignorance".

Um povo que se queira auto-governar, tem de armar-se com conhecimento.

«*Knowledge will forever govern ignorance: a people who mean to be their own Governors, must arm themselves with the power which knowledge gives*» Letter to W.T. Barry (http://press-pubs.uchicago.edu/founders/documents/v1ch18s35.html)

James Madison – "Conscience is the most sacred of all property".

A consciência é a mais sagrada de todas as propriedades.

Nada dá o direito a invadir a consciência de um homem.

[**Edit**] «*Conscience is the most sacred of all property… [Nothing] can give title to invade a man's conscience*»

[**Original**] «*Conscience is the most sacred of all property; other property depending in part on positive law, the exercise of that being a natural and unalienable right. To guard a man's house as his castle, to pay public and enforce private debts with the most exact faith, can give no title to invade a man's conscience, which is more sacred than his castle, or to withhold from it that debt of protection for which the public faith is pledged by the very nature and original conditions of the social pact*» James Madison, "Property" in *The National Gazette* (29 March 1792)

MADISON – Liberdade – Dívida, taxação, exércitos – Eastern Establishment.

James Madison – Poder em mãos humanas é sempre dado a abuso.

A essência de governo é poder e, estando em mãos humanas, é sempre dado a abuso.

[**Edit**] «*The essence of Government is power; and power will ever be liable to abuse*»

[**Original**] «*The essence of Government is power; and power, lodged as it must be in human hands, will ever be liable to abuse*»

Speech on the Virginia Constitutional Convention, 2 December 1829, *The Writings of James Madison: 1819-1836* (1910), ed. Galliard Hunt, p. 361

James Madison – "Gradual and silent encroachments upon freedom".

Liberdade frequentemente restringida por usurpações graduais e silenciosas.

Estas são mais frequentes que usurpações violentas e súbitas.

[**Edit**] «*There are more instances of the abridgment of the freedom of the people by gradual and silent encroachments of those in power, than by violent and sudden usurpations*» Speech at the Virginia Convention to ratify the Federal Constitution (1788-06-06) [2] (http://www.constitution.org/rc/rat_va_05.htm)

[**Original**] «*Since the general civilization of mankind, I believe there are more instances of the abridgment of the freedom of the people by gradual and silent encroachments of those in power, than by violent and sudden usurpations*» Speech at the Virginia Convention to ratify the Federal Constitution (1788-06-06) [2] (http://www.constitution.org/rc/rat_va_05.htm)

James Madison – "Standing armies are used to enslave the people".

Executivo demasiado forte, e exército profissional, serão inimigos da liberdade.

Meios de defesa contra ameaças externas são instrumentos de tirania doméstica.

Romanos provocavam guerras sempre que pressentiam revoltas internas.

Por toda a Europa, exércitos profissionais sempre serviram para escravizar o povo.

«*A standing military force, with an overgrown Executive will not long be safe companions to liberty. The means of defence against foreign danger, have been always*

the instruments of tyranny at home. Among the Romans it was a standing maxim to excite a war, whenever a revolt was apprehended. Throughout all Europe, the armies kept up under the pretext of defending, have enslaved the people»

Speech, Constitutional Convention (1787-06-29), from Max Farrand's *Records of the Federal Convention of 1787,* vol. I [1] (http://memory.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=llfr&fileName=001/llfr001.db&recNum=494&itemLink=D?hlaw:5./temp/~ammem_kmli::%230010495&linkText=1) (1911), p. 465

James Madison – "War, debts, taxes, and armies".

Guerra, o mais temível inimigo à liberdade pública, porque acarreta todos os outros.

Guerra é o pai de exércitos – daí, dívida e impostos.

Exércitos, dívida e impostos, instrumentos para escravizar os muitos sob os poucos.

Nenhuma nação pode preservar liberdade sob guerra contínua.

[**Edit**] «*Of all the enemies to public liberty war is, perhaps, the most to be dreaded, because it comprises and develops the germ of every other. War is the parent of armies; from these proceed debts and taxes; and armies, and debts, and taxes are the known instruments for bringing the many under the domination of the few. No nation could preserve its freedom in the midst of continual warfare*»

[**Original**] «*Of all the enemies to public liberty war is, perhaps, the most to be dreaded, because it comprises and develops the germ of every other. War is the parent of armies; from these proceed debts and taxes; and armies, and debts, and taxes are the known instruments for bringing the many under the domination of the few. In war, too, the discretionary power of the Executive is extended; its influence in dealing out offices, honors, and emoluments is multiplied; and all the means of seducing the minds, are added to those of subduing the force, of the people. The same malignant aspect in republicanism may be traced in the inequality of fortunes, and the opportunities of fraud, growing out of a state of war, and in the degeneracy of manners and of morals engendered by both. No nation could preserve its freedom in the midst of continual warfare*» "Political Observations" (1795-04-20); also in *Letters and Other Writings of James Madison* (1865), Vol. IV, p. 491

James Madison, sobre o anglófilo Eastern Establishment.

Uma seita de anglófilos, que exigem modelo britânico para EUA.

Vêm essencialmente do Leste, exigem um rei, lordes e comuns.

Têm associados importantes de NY (stock-jobbers), uma tribo de agitadores corruptos.

«*A sect has shown itself among us, who declare they espoused our new Constitution, not as a good and sufficient thing in itself, but only as a step to an English constitution, the only thing good and sufficient in itself, in their eye… You will wonder to be told that* ***it is from the eastward chiefly*** *that these champions for a king, lords and commons come. They get some important* ***associates from New York, and are puffed up by a tribe of agitators which have been hatched in a bed of corruption made up after the model of their beloved England****. Too many of these stock-jobbers and king-jobbers have come into our legislature, or rather too many of our legislature have become stock-jobbers and king-jobbers*» James Madison, Letter to Gilbert du Motier, marquis de Lafayette, 16 June 1792

MODERNIDADE – A luta pela libertação do espírito humano

Modernidade e a luta pela libertação do espírito humano.

Estado-nação constitucional democrático e o mercado livre de classe média.

Classes médias lideram luta por cartismo, abolicionismo e descolonização.

A real revolução da Modernidade é por liberdade individual.

Modernidade e a luta pela libertação do espírito humano.

Modernidade, determinada por homens e mulheres que lutam por liberdade individual. Os séculos XV, XVI, XVII, foram repletos de manifestações por homens e mulheres dedicados à ideia de liberdade e valor individual.

As ideias que definem os melhores momentos da Modernidade.

Liberdade, acção moral, individualidade, Racionalidade. Os melhores momentos da Modernidade são definidos por algumas verdades auto-evidentes. Acção justa, levada a cabo por pessoas educadas para ser morais, capazes e Racionais, é a única forma de criar uma sociedade próspera e justa para todos. Esse tipo de sociedade é o ideal a almejar. O estado existe para servir o público, e não o contrário. O dinheiro foi feito para servir o homem e não o homem para servir o dinheiro. Optimismo humano e civilizacional. O Homem tem todos os motivos para ser optimista. Foi criado à imagem do Criador, com racionalidade, imaginação, criatividade. Tem um potencial quase infindo. Pode fazer tudo aquilo a que se lançar, ultrapassar todas as barreiras possíveis e imaginárias. Foi feito para ser um pioneiro, um construtor, um intelectual, um artista. A libertação da iniciativa e da inventividade individual pode guiar o mundo para algo de bom e de justo.

Estagnação abismal da Idade Média alimenta luta por libertação do espírito humano. Pela primeira vez em muitos séculos, os homens começaram a lutar pelos princípios da liberdade individual e da dignidade pessoal. A ignorância, doença, brutalidade e pobreza abismal da Idade Média fez com que pessoas corajosas e inteligentes se revoltassem contra a sociedade fechada medieval.

Estado-nação constitucional democrático e o mercado livre de classe média.

Modelo que produz mais prosperidade per capita e avanço civilizacional de sempre. A fruição final desta liberdade estava ainda para vir. A luta para libertar o espírito humano das correntes do colectivismo medieval veio gerações antes de um sistema económico que se desenvolveu na base da igualdade perante a lei, da livre iniciativa e da competição, liberto das restrições feudais, i.e. o estado-nação constitucional-democrático e o mercado livre de classe média; o modelo que mais prosperidade per capita e avanço civilizacional produziu, em toda a história humana.

Liberdade e avanço económico contínuo em prol de todos.

A tarte continuamente aumentada, para dar fatias progressivamente maiores a cada um. Em clara contradistinção com o colectivismo redistributivo de uma Europa entre feudalismo e estatismo absoluto, os individualistas Modernos acreditam que uma economia é uma tarte que pode ser continuamente aumentada, de tal modo a que todos possam usufruir de uma fatia progressivamente maior e melhor; homens e mulheres livres vão continuar a encontrar ideias novas, construtivas e lucrativas.

Luta por liberdade individual vem primeiro, resultados económicos depois.

(em contradição com nonsense reaccionário, Marxista, que decreta o contrário). A luta pela liberdade do indivíduo veio primeiro, e os resultados económicos, na forma do sistema de empreendimento privado, desenvolveram-se mais tarde como resultado natural. Isto surge em contradição directa com o nonsense reaccionário (Marxista, entre outros) de que o sistema de iniciativa privada surgiu primeiro e que as ideias de direitos individuais vieram depois como um reflexo dos novos meios de produção.

Classes médias lideram luta por cartismo, abolicionismo e descolonização.

(Contra classes governantes e académicos a contrato, os proto-socialistas e o resto). Contra os interesses da aristocracia e da banca mercantil, e os seus académicos e provocadores a contrato à era, os mercantilistas, proto-socialistas e proto-fascistas (as três categorias são indistinguíveis, na realidade – muito mal foi, e é, feito por este género de pessoas, em prol dos seus patronos e empregadores). Isto chega ao ponto em que, no período de florescimento da livre competição na Grã-Bretanha, i.e., entre 1840 e 1860, a liderança política era forçada a colocar-se (de modo muito insincero) em oposição afirmativa a políticas coloniais. Em 1852, isto chega ao ponto de fazer com que Benjamin Disraeli, o PM britânico, afirme que «*The colonies are millstones round our necks*».

A real revolução da Modernidade é por liberdade individual.

E **tudo** o resto é reacção neofeudal, neo-medieval. (Ver também notas sobre ***Socialismo, neofeudalismo***)

Prof. E.H. Harbison – "A real revolução da Modernidade é por liberdade individual".

"Não o aparecimento de uns quantos grupos comunitários" (neo-medievalistas). Como dito pelo Professor E. Harris Harbison (Princeton University), a real revolução da Modernidade foi o individualismo: «*The truly 'radical' movement of the later medieval and early modern period was the growth of economic individualism, not the appearance of a few communistic books, sects, and communities. Against the background of nineteenth century individualism, 'radical' is today almost synonymous with 'socialist' or 'communist'*».

Oligarcas europeias empregam fortunas na subversão do termo "revolução".

Para os equacionar com neofeudalismo (estado absolutista, colectivismo redistributivo).

I.e. o retorno à comuna medieval.

Produtos: pântanos oligárquicos anti-humanos –Comunismo, Fascismo, Comunitarismo. Ao longo dos últimos 200 anos, as oligarquias europeias colocaram fortunas na subversão dos termos "revolucionário" e até "radical", para os equacionar com o estado absolutista e com colectivismo redistributivo, o paradigma do pântano sócio/económico medieval. Com efeito, esse é o paradigma anti-humano e reaccionário que entrou em acção nos regimes totalitários do século 20, da Rússia Soviética à Alemanha Nazi à China Comunista (uma propriedade de megaconsórcios globais); e agora sob comunitarismo global, Agenda 21.

Philip Freneau (1792) – Taxação e oligarquia destroem uma República.

Avisa sobre estratégia modelo para destruir República Americana.

"Uma grande dívida exige elevada taxação".

"Dinheiro é colocado sob direcção do governo, e governo sob direcção do dinheiro".

«*A great debt will require great taxes…. Money will be put under the direction of the government, and government under the direction of money*» – Philip Freneau (1792), "Rules for Changing a Limited Republican Government into an Unlimited Hereditary One"

Reforma Protestante

Reforma: Diversidade, descentralização, competição.

Reforma, o complemento à Renascença, igualmente guiada pela procura de poder. Algum tempo depois, surgirá a Reforma Protestante, que é o complemento necessário à Renascença. A Reforma é, regra geral, guiada por pessoas tão egoístas e mesquinhas como o Renascimento o tinha sido: príncipes alemães, teólogos insanos, filósofos gnósticos, mercadores ambiciosos. Aqueles que deram o poder do dinheiro e das armas à Reforma não o fizeram, pelo menos no geral, porque estivessem particularmente interessados em obter uma melhor relação com Deus, mas sim porque pretendiam consolidar o seu próprio domínio secular, aparte do domínio secular de unidades imperiais e reais aliadas à Igreja. Enquanto fenómeno *geopolítico*, a Reforma foi uma questão de disputa de territórios, poder, soberania, domínio secular; e não uma disputa doutrinal ou sequer uma disputa com a Igreja em si, enquanto entidade *eclesiástica*; mas sim enquanto unidade *política*. Os príncipes que estiveram do lado reformista pretendiam obter formas de Cristianismo que estivessem sob o seu próprio controlo, sob o controlo do estado; e que, portanto, legitimassem o seu próprio poder secular. As questões doutrinais surgem como questões de pormenor, e estão subordinadas a esse factor.

Em primeira instância, dá origem a loucura civilizacional e doutrinal. O conflito deu origem à disseminação de guerras por todo o continente europeu, com todo o tipo de horrores civilizacionais associados: massacres, perseguições religiosas, a destruição de cidades e de estados, e assim sucessivamente. E, do lado doutrinal, começou por dar origem às mais crudes e insanas formas de relação com Deus: desde o mais severo puritanismo até às mais debochadas e orgiásticas formas de comunismo rural.

Porém, a convulsão é essencial para o avanço civilizacional europeu.

Democratização do acesso às Escrituras e a ascensão de valores liberais. Ver ponto seguinte.

Diversidade, descentralização, competição. Estas são as precondições essenciais para a existência de avanços na vida de um povo, em todas as suas vertentes. A Reforma contribui para o aumento exponencial de todos estes factores, na vida europeia. O estado geral de divergência em que a Europa Central e do Norte se encontram, durante a Reforma começam a descristalizar definitivamente a velha ordem feudal e a introduzir novas formas de organização, novos centros de poder, novas formas de fazer as coisas e, o factor mais importante, novas formas de pensar. A vida europeia torna-se mais descentralizada e, por consequência, mais aberta e mais competitiva.

O contexto: Diversificação intelectual; Classes médias e impulsos liberais; Estado moderno. É claro que isto não está a acontecer num vácuo. Essencial neste contexto é a imprensa de Guttenberg, que permite uma democratização relativa das ideias. Esta é uma era na qual existem mais pessoas a pensar, a debruçar-se sobre os mais variados assuntos, a discordar entre si, a escrever, a publicar, a debater, a produzir obras artísticas. Isto surge em continuidade directa com o aumento de diversidade intelectual que o Renascimento tinha protagonizado. Ao mesmo tempo, a importância demográfica das classes médias está a aumentar e isso está a resultar em descentralização económica, literacia, demandas por direitos individuais e por representação política. As próprias guerras de religião são, em larga medida, uma expressão dessas demandas. Grupos que não conseguem obter direitos individuais na Europa começam a emigrar para um Novo Mundo, onde o estado europeu não consegue impor os seus constrangimentos. O estado em si tem estado, desde a Renascença, a assumir uma nova configuração, guiado por uma nova noção de qual é o papel do poder na sociedade humana. O estado moderno ocupa-se à maximização da eficiência económica do território. É uma entidade despótica, dedicada a concentrar e a maximizar poder, frequentemente liderada por príncipes absolutos e por oligarquias que encaram o território como o seu novo feudo, um feudo total e centralizado. O estado moderno é, por um lado, uma continuação da ordem feudal; por outro, é o instrumento pelo qual a ordem feudal é gradualmente substituída por uma nova forma de organização, o estado-nação. A transição não será pacífica. As guerras da Reforma são, em larga medida, um prelúdio para as revoluções constitucionais e para as guerras de auto-determinação que surgirão mais adiante.

Reforma: Acesso às Escrituras e a ascensão de valores liberais [Resumo]. A ascensão de reformas Constitucionais centradas na liberdade do indivíduo surge com a Reforma. Essa é uma altura de aumento contínuo da dimensão demográfica das classes médias europeias. É também uma altura em que vastos números de europeus se tornam letrados, expandindo vastamente as suas perspectivas e os seus horizontes. A pessoa média aprende a ler com a Bíblia. O cofre-forte em que as Escrituras tinham estado desde sempre, na Europa, é aberto. Antes disso, a pessoa média não gostava de injustiça, de prepotência, petulância, autoritarismo, da ordem social fixa e rígida do feudo ou do principado feudal. Agora, passa a saber que o próprio Criador, Deus, também condena todas essas coisas e que ordena uma ordem social justa e equitativa, *centrada no indivíduo*, e não nos privilégios do grupo oligárquico. A pessoa média passa a saber que é única e dotada de direitos inalienáveis perante Deus e que nenhuma autoridade terrena se pode interpor a essa relação; todas as autoridades terrenas têm de se lhe submeter. O indivíduo caminha perante Deus, o governo responde ao indivíduo. Pode-se dizer que a libertação de *Cristianismo real* alimenta o gosto por, e conhecimento do que é, liberdade e, de quais são as precondições para a construir. Este gosto e este conhecimento são, de resto, aquilo que está na origem da primeira revolução liberal de sempre (e, talvez, a única que tenha sido genuína), a

Revolução Americana, e é dessa revolução que surge o principal ímpeto histórico para a disseminação de alguma forma de liberalismo constitucional pelo mundo fora.

Reforma: Acesso às Escrituras e a ascensão de valores liberais.

Escrituras finalmente acessíveis a homem comum – Diversidade interpretativa. O ponto que define a Reforma é a democratização do acesso às Escrituras e a diversificação interpretativa que acompanha essa democratização. O continuum Renascença-Reforma abre o cofre-forte em que as Escrituras tinham estado desde sempre, na Europa. Com a Renascença, as Escrituras tinham visto a luz do dia, após séculos de censura, supressão, monopólio interpretativo eclesiástico. Agora, com a Reforma, eram tornadas acessíveis ao homem comum europeu.

Pessoa média aprende a ler com a Bíblia e descobre que foi enganada. Esta é uma altura de aumento contínuo da dimensão demográfica das classes médias europeias. É também uma altura em que vastos números de europeus se tornam letrados, expandindo vastamente as suas perspectivas e os seus horizontes. A pessoa média aprende a ler com a Bíblia. Antes disso, não gostava de injustiça, prepotência, petulância, autoritarismo. Desgostava da ordem social fixa e rígida do feudo. Porém, era ensinada a pensar que isso era a ordem divina na Terra, autorizada por Deus. Rejeitar a arbitrariedade feudal era uma garantia de condenação eterna.

Descobre que **bem é bem e mal é mal** [Sacerdotes e lordes feudais *vs* **Nathan e Daniel**]. Agora, esta pessoa média está a ter acesso directo à Palavra de Deus e fica a saber que, afinal, tinha ouvido mentiras. Deus é justo. Os sacerdotes que legitimam arbitrariedade e brutalidade não são representantes fidedignos de Deus. Pelo contrário, Deus declara-os mentirosos e amaldiçoa-os. Da mesma forma, os maus comportamentos das autoridades feudais não são legitimados por Deus. Pelo contrário, Ele condena-os. A lei terrena e a autoridade terrena tem de estar em linha com o código moral do Criador. Quando não o está, é declarada ilegítima e rejeitada. Nathan tem o dever de avisar David que está a cometer crimes, de o intimar ao arrependimento e à redenção. O homem justo e fiel tem o dever de rejeitar preceitos criminosos ordenados pelas autoridades terrenas, como Daniel faz.

Descobre que Deus ordena liberdade individual, justiça, equidade. A pessoa média passa a saber que o próprio Criador, o Deus de tudo o que existe, ordena uma ordem social justa e equitativa, *centrada no indivíduo*, e não na massa colectiva, ou nos privilégios de qualquer grupo oligárquico. Passa também a saber que é única aos olhos do Criador, dotada de direitos inalienáveis que nenhuma autoridade terrena lhe pode negar. A relação do indivíduo com Deus e com os direitos inalienáveis que lhe são dados é, ela própria, inalienável. Nenhuma autoridade terrena, secular ou eclesiástica, se pode interpor nessa relação. Todas as autoridades têm de se lhe submeter. O indivíduo caminha perante Deus; o governo responde ao indivíduo e submete-se ao código moral do Criador.

Descobre que Deus gosta de liberdade, descentralização, desenvolvimento. Deus não gosta de acumulações excessivas de poder; concede-as a contragosto aos Israelitas, quando lhe pedem um rei. Deus gosta de sociedades descentralizadas, livres, baseadas no desenvolvimento de recursos em prol da família média, caridosas e devotadas a melhorar o nível de vida daqueles que são necessitados. O Criador gosta da quinta familiar, não da grande exploração de monopólio.

Descobre que Deus quer pessoas adultas, morais e responsáveis. Mas é também Deus quem diz que a precondição para ter uma boa sociedade, uma sociedade justa e equitativa, exige que os indivíduos nessa sociedade sejam responsáveis, verdadeiros, honestos, humildes, trabalhadores. Também insiste que têm de amar o próximo como a si mesmos e, que têm de ser corajosos, invariavelmente devotados a combater em prol daquilo que é bom, contra aquilo que é mau. Ou seja, Deus exige pessoas adultas e morais. Deus não olha duas vezes para crianças irresponsáveis e petulantes. Se os indivíduos forem adultos e morais, a sociedade que compõem, será abençoada por Ele, prosperará, será imbatível. Caso contrário, acabou-se.

Os princípios de Deus estão *imprinted* em cada consciência individual. Todos os indivíduos têm a noção, mesmo que seja meramente vestigial e interna, que estes princípios são intrínsecamente *bons* e *verdadeiros*. São tão plenos e naturais como um mar azul ou um campo florido numa tarde solarenta. Isso é porque todos temos uma consciência, dada por Deus. Todos temos a noção interiorizada do que lhe é harmonioso e agradável.

É por isso que os média têm de recorrer a eles para difundir ideias. Por algum motivo, Hollywood e os média têm de recorrer a estes *Idealtypen* conceptuais e imagéticos, de cada vez que estão a tentar promover uma ideia ou um conceito (geralmente é uma guerra ou um conceito político distorcido). Têm de mostrar pessoas adultas, morais, corajosas, a lutar por aquilo que é bom e justo, por associação à visão de um mundo pleno e próspero.

Reforma permite acesso a Cristianismo real e ao gosto pela liberdade. A descoberta das Escrituras pela Reforma corresponde à libertação de *Cristianismo real*. Com isto, não se está a dizer que os movimentos reformistas eram, ou são, cristãos genuínos. Muitas vezes não o são. O que se está a dizer é que é a primeira vez em que a pessoa média passa a ter a chance de descobrir o que é Cristianismo real e, seguir a Via. Dá-lhe também a chance de descobrir quais são as implicações políticas e sócio-económicos do Cristianismo. Auto-determinação individual. Constitucionalismo centrado na declaração de liberdades e direitos individuais. Participação política universal. Descentralização de poder político e económico. Desenvolvimento sócio-económico. O gosto pela liberdade e o conhecimento daquilo que é necessário para a fazer prosperar.

Valores Judaico-Cristãos, liberais, definem culturas protestantes, liberalismo constitucional. Estes são os valores que vão definir as culturas protestantes. São, de resto, os valores que estão na origem da primeira revolução liberal de sempre (e, talvez, a única que tenha sido genuína), a

Revolução Americana. É dessa revolução que surge o principal ímpeto histórico para a disseminação de alguma forma de liberalismo constitucional pelo mundo fora.

Deus é essencial para a preservação de liberdade individual.

Sem Deus, arbitrariedade humana volta a ser divinizada. É este continuum conceptual entre valores Judaico-Cristãos e os seus correlatos sócio-políticos e económicos que permite sustentar a própria ideia de liberdade individual e direitos inalienáveis. Sem Deus, não existem direitos inalienáveis e a autoridade humana é, de novo entronizada. O homem e a mulher médios deixam de ser indivíduos únicos, colocados acima de qualquer autoridade terrena. Voltam a ser sujeitos dos decretos da autoridade humana. Todo o debate passa a ser centrado no tipo de autoridade humana que é favorecido. Pode ser mais ou menos colectivo, mais ou menos autoritário. O código de acção moral passa a ser definido pelas decisões arbitrárias, contextuais e auto-interessadas de assembleias, oligarcas, grupos de interesse.

Sem Deus, infantilização humana prossegue, feudalismo também – o Inferno na Terra. Em consequência da deriva moral implicada no ponto anterior, a pessoa adulta e moral é rapidamente substituída pela criança imatura e petulante. Esse estado é muito mais fácil, confortável. O primeiro exige esforço e dedicação. Ao mesmo tempo, o estado infantilizado da humanidade é muito mais conveniente ao poder terreno. Uma criança imatura é ignorante e faz tudo o que se lhe pedir, desde que receba um doce a seguir. Um adulto moral e responsável, pelo contrário, combate a arbitrariedade e a injustiça no mundo à sua volta. Sem Deus, o mundo volta rapidamente a padrões feudais; na prática, o Inferno na Terra.

Renascimento

O caminho para o Renascimento.

Impulso para alguma forma de liberdade e estabilidade em questões humanas.

Patronagem das artes e das letras. O caminho para a abertura intelectual Renascentista é preparado pela patronagem que os oligarcas urbanos faziam das artes e das letras. Essa patronagem assegurava que a sociedade medieval tivesse, à partida, um espaço consagrado à criatividade humana, mesmo que pequeno, restrito e muito limitado. Ao mesmo tempo, esse era um espaço respeitado e reputado, nas altas sociedades. Oligarcas começam a competir entre si pelos melhores artistas e a adoptar as suas obras como marcas de notoriedade e distinção social.

Intercâmbio cultural com o mundo Islâmico. Durante a Alta Idade Média, surge um intercâmbio progressivamente maior com o mundo Islâmico, particularmente a partir dos territórios muçulmanos do Sul da Europa. A cultura Islâmica era extraordinariamente mais avançada que a cultura europeia medieval e contribui com o influxo de novos académicos, de livros e ensaios, de novas formas de pensar e de fazer as coisas.

O contributo de oligarcas gnósticos, saltimbancos – O ex. da Corte de Isabel I. Esse tipo de contributo também é dado por novos grupos daquilo a que poderíamos chamar intelectuais gnósticos. Isto são lojas viajantes de alquimistas, pensadores paganizados, praticantes de mistérios cátaros, e por aí fora. Em média, estes indivíduos eram detentores de grandes quantidades de conhecimento “mágico”; na prática, conhecimento científico que era codificado em runas e em histórias mitológicas, por forma a ser mantido exclusivo. E, em média, estes indivíduos eram charlatães e oligarcas da sua própria estirpe, que pretendiam usar os “mistérios arcanos” para obter controlo sobre reinos e principados. Muitos deles tornam-se consultores para reis e rainhas e, em troca dos “mistérios” da pólvora, da psicologia humana, e por aí fora, tornam-se mais poderosos que os próprios poderes que, alegadamente, servem. O exemplo mais notório em tudo isto é aquilo que virá a ser a corte rosicruciana de Isabel I em Inglaterra, liderada por John Dee, o inventor do conceito de “Brytish Empire”, que assinava sempre os seus documentos com “007”. Mas o facto é que muito do conhecimento científico que era detido por estas lojas ambulantes veio a ser divulgado e tornado público e, com o tempo, veio a revelar-se essencial para o desenvolvimento do pensamento científico europeu.

A queda de Bizâncio. O que vem despoletar definitivamente o Renascimento é a queda do Império Bizantino perante os invasores muçulmanos. Bizâncio era uma cultura oligárquica e congelada no tempo, mas tinha um repositório de conhecimento filosófico e científico apenas comparável àquele que podia ser encontrado nos grandes centros culturais Islâmicos. Com a queda de Bizâncio, muito desse conhecimento migra para a Europa, com as massas de refugiados que afluem, em particular, aos portos italianos.

Itália, o palco central do Renascimento.

Um país imerso em guerra, choques, violência, intriga. E Itália é o palco essencial do Renascimento. A Itália destes tempos era um território fragmentado e caótico, partido entre principados, cidades-estado, reinos provisórios. Um dia normal na Itália do *cinquecento* incluía invasões alemãs do norte, guerra entre Génova e Veneza, César Bórgia e os seus mercenários pelo meio, revoltas urbanas, assassinatos políticos, orgias de prostitutas no Vaticano, intrigas com os Reis Católicos de Espanha, pobreza extrema contrastada com fausto inigualável, raides a vilas e cidades por hordas "espirituais", e assim sucessivamente. Por outras palavras, não era um ambiente saudável. É o ambiente no qual Machiavelli escreve o "Príncipe".

A vantagem de ser um ponto de encontro de civilizações. Mas a Itália teve três vantagens, por comparação com o resto da Europa. A primeira é que o território estava numa encruzilhada entre civilizações (diferentes padrões Europeus, a civilização Islâmica, Bizâncio), sendo nessa qualidade que se torna um ponto de encontro de culturas, tanto como de exércitos opositores.

A vantagem da abundância de patronos. A segunda é que é um país dominado por oligarcas urbanos, que enriquecem com comércio internacional e fazem questão de devotar uma parte dos lucros ao patrocínio da literatura, da academia e das artes; para obter notoriedade mas também como forma de aumentar o seu poder (artes de engenharia, por ex., são essenciais para combater uma guerra).

A vantagem da descentralização. A terceira é que é um território descentralizado, onde nenhum grupo de poder exerce poderio absoluto; um intelectual podia ser expulso de Veneza mas encontrar patrocinadores nos Estados Papais ou em Génova, ou nalguma cidade sob domínio imperial alemão.

Três requisitos para criatividade civilizacional: diversidade, descentralização, competitividade. A Itália era um mau ambiente, mas detinha os prerequisitos essenciais para a difusão da criatividade humana: diversidade cultural e intelectual, descentralização de poder, e competitividade aplicada à obtenção e à produção de conhecimento. De todos estes, talvez o elemento da descentralização de poder seja o mais determinante, uma vez que, por natureza, produz os outros dois. É impossível ter uma cultura criativa num ambiente dominado pelo exercício monolítico de poder.

Renascimento – Descentralização, competitividade, diversidade – Avanços civilizacionais.

Renascimento é importante porque traz abertura intelectual, divergência, criatividade. A Renascença é uma fase importante porque é um período de abertura intelectual. É um período no qual o edifício das ideias e concepções medievais pode ser desafiado e erodido. No qual pode

surgir a efusão de visões divergentes e de novas ideias. É um período que traz à Europa algo que não tinha existido durante séculos – divergência e criatividade.

Itália é o palco ideal para avanço humano: descentralização, competitividade, diversidade. A Itália renascentista oferecia as condições essenciais para a criatividade humana e para o desenvolvimento civilizacional: diversidade intelectual, descentralização de poder e competitividade aplicada à produção de ideias. Todas estas condições tornaram a Itália no palco ideal para a redescoberta de velhas ideias e conhecimentos e para a produção de novos conteúdos intelectuais e culturais. Milénios de conhecimento concentrado, da Antiguidade clássica até às inovações islâmicas, afluem ao território para serem (re)descobertos e para estimularem um ressurgimento (ou renascimento) a toda a linha. Isto não quer dizer que feudalismo e caos sejam coisas boas; bem pelo contrário. Quer apenas dizer que o estado de convulsão em si foi bom, na medida em que ofereceu descentralização, diversidade e competitividade. Essas são as condições que são boas e vantajosas para desenvolvimento humano e civilizacional.

Avanços filosóficos, científicos, políticos, económicos, tecnológicos. Ciências físicas, filosofia, sociologia, política; todos estes campos podem ser estudados e desenvolvidos no ambiente descentralizado e diverso que era a Itália desses tempos. Surge uma nova visão do mundo físico: é compreensível, ordenado de modo lógico, pode ser estudado e compreendido. A Terra é um planeta entre vários outros, é esférico, gira em elíptica à volta do Sol. Os processos de operação do mundo natural são compreensíveis e previsíveis. A realidade física pode, portanto, ser estudada de forma sistemática e desenvolvida em prol da sociedade humana. Engenharia, agronomia, economia, arquitectura; todos estes campos, e muitos mais, podem ser desenvolvidos para libertar o homem dos caprichos da natureza à volta. A (re)descoberta das ciências físicas é reforçada pelos novos empreendimentos mercantis a outras terras. Existem vários oceanos, através dos quais é possível navegar pelo recurso a princípios astronómicos e matemáticos. Existem vários continentes, muitos padrões diferentes de flora e de fauna, muitos povos diferentes, muitas culturas diferentes. O Homem passa a ser visto como um ser único, dotado de *inteligência* e *criatividade*, capaz de se desenvolver a si mesmo, e de desenvolver o mundo à sua volta, para usufruto da civilização humana. São pensados novos conceitos de organização humana. As ciências económicas e políticas e sociológicas começam a ser desenvolvidas. Surgem as bases para uma nova visão de que deve ser o papel da governação humana, do estado: algo que deve agir para aumentar continuamente o grau de prosperidade *per capita*.

Renascimento: Avanços acontecem *apesar* da maldade humana.

O Renascimento foi protagonizado por personagens muito questionáveis. Também podemos recorrer ao exemplo da própria Renascença. O Renascimento não foi obra de pessoas justas, boas, ou equitativas. Foi a obra de príncipes absolutos, oligarcas, cardeais corruptos, ideólogos oportunistas, artistas pedofilíacos, alquimistas, charlatães ambulantes gnósticos. É claro que isto

não categoriza *todos* os protagonistas do Renascimento em si. Mas o facto é que o protagonista médio do Renascimento não era um idealista iluminado por concepções de governo justo e ascensão humana. Pelo contrário, era uma figura mesquinha interessada em questões de poder, riqueza e notoriedade humana.

Avanços renascentistas acontecem *apesar* da maldade humana. Os avanços civilizacionais do Renascimento não aconteceram tanto pela bondade humana, como mais *apesar* da maldade humana. Os grandes protagonistas da época não eram, em média, pessoas boas, humanitárias, preocupadas com o desenvolvimento da civilização humana. Regra geral, eram pessoas veniais, egoístas e mesquinhas, preocupadas com o seu próprio poder. Os Medici patrocinavam artistas porque isso era uma expressão de fausto e riqueza; eram, à semelhança do velho imperador Augusto, os patronos das artes. O doge de Veneza não promovia o estudo elaborado de técnicas de navegação porque estivesse preocupado com o desenvolvimento da civilização; estava preocupado com o poderio naval e comercial de Veneza. Outras cidades-estado patrocinavam matemática e engenharia porque queriam sofisticar as suas capacidades militares. As Escrituras, até aí suprimidas e censuradas pela corrupção das autoridades eclesiásticas, são (re)descobertas e abertas a interpretação independente, porque isso era uma forma de desafiar e contrariar o poder político da Igreja. A arquitectura era patrocinada para dotar o ambiente oligárquico italiano do fausto imperial das antigas cidades romanas; não para melhorar o estilo de vida da pessoa média. Da mesma forma, a generalidade dos filósofos, historiadores e académicos, no campo das ideias, da sociedade, da pólis, não eram mantidos e patrocinados porque houvesse interesse em adquirir conhecimento que, depois, pudesse ser usado para melhorar a vida da pessoa comum. Pelo contrário, havia interesse em reforçar e em maximizar o poder do tirano e da assembleia municipal oligárquica.

Apesar de si mesmo, feudalismo Italiano abre as portas a modernismo. A generalidade dos avanços Renascentistas foram alicerçados em motivos mundanos, facilitados por condições gerais de caos, conflito ubíquo e darwinismo social – de certa forma, esta Itália era uma espécie de expressão máxima dos piores sintomas do feudalismo. E é desta Itália, feudal e particionada, que surgem as bases para as ideias de modernismo político, intelectual, científico. É desta Itália, desumana e desumanizante, que surgem os alicerces para que o Homem passe a ser visto como um ser único, dotado de *inteligência* e *criatividade*, capaz de se desenvolver a si mesmo, e de desenvolver o mundo à sua volta, para usufruto da civilização humana. E toda a história avança desta forma, daí em diante.

República Americana

1. Revolução Americana – Colonial Scrip – Continental – Dólar.

Mercantilismo britânico leva à Revolução Americana.

Companhias mercantis detinham controlo arbitrário sobre Colónias. A Revolução Americana surge na sequência dos múltiplos abusos de natureza feudal/imperial que o mercantilismo britânico impunha às Colónias. Os territórios estavam sob a gestão autoritária e militarizada de monopólios e cartéis mercantis concessionados por Londres. As companhias mercantis controlavam a generalidade do comércio que entrava e saía das Colónias, impondo o seu próprio sistema de arbitrariedade regulatória. Como em todos os sistemas mercantis, eram concessionados nessa arbitrariedade pelo soberano, a Coroa.

Boston Tea Party, um ataque ao sistema mercantil. O Boston Tea Party é conhecido por ser uma resposta ao aumento de impostos sobre o chá mas esse foi apenas um fenómeno precipitador localizado. O acto foi um ataque ao sistema mercantil *per se* e é por isso que as arcas de chá atiradas ao oceano, no porto de Boston, pertenciam aos interesses da British East India Co, o ícone do mercantilismo imperial britânico.

Lei comum negada – Administração colonial autoritária – Brutalidade militar. A lei comum nas Colónias foi sendo progressivamente negada e substituída por lei militar e por lei mercantil. Esse exercício era conduzido pelos burocratas mercantis/imperiais que

administravam as questões coloniais. Depois, era aplicado no terreno pelos casacas-vermelhas, os exércitos imperiais, que se começaram a envolver em actividades progressivamente mais violentas e criminosas.

Revolução Americana surge na sequência de arbitrariedade, violência. O exercício de violência organizada e arbitrariedade legal foi-se tornando progressivamente mais grave, até atingir o auge com as primeiras trocas de tiros entre os casacas-vermelhas e as milícias coloniais, em 1775.

Colonial Scrip.

Colonial Scrip, papel-moeda das Colónias. Como expresso por Benjamin Franklin ao Parlamento britânico, um dos motivos essenciais de agravo das Colónias foi a proibição do Colonial Scrip, o papel-moeda das Colónias. O conceito foi inventado pela colónia do Massachussets durante a primeira metade do século 18, e adoptado a várias outras colónias nos anos seguintes. Era um sistema fiat local, independente do *gold standard* bancário/privado britânico. Até aí, os colonos estavam submetidos ao casaco-de-forças do monetarismo britânico: forçados a usar uma moeda deflacionária e a pagar a melhor parte dos seus rendimentos em impostos à Coroa e ao sistema mercantil.

Dá origem a expansão económica, melhor distribuição de riqueza. O Colonial Scrip veio mudar o cenário geral de emiseração e degradação que era imposto pelos *banker boys* da City. Quando foi implementado, deu origem a expansão produtiva e comercial e a uma mais equitativa distribuição de riqueza *per capita*. Por exemplo, permitiu que muitas famílias começassem a desenvolver as suas próprias quintas e os seus próprios negócios. Era emitido pelos governos das Colónias sob um de dois formatos. No primeiro, as notas eram pagas de volta ao governo através de impostos futuros, geralmente tarifas de importação coloniais, o que evitava a taxação dos colonos, para além de proteger a produção interna. Sob o segundo formato, as notas eram emitidas por *land banks*, departamentos governamentais que emprestavam notas a troco de baixas taxas de juro [*um "land bank" não era, claro, uma instituição predatória especulativa que sequestra fundos e serve empréstimos para colateralizar dívida especulativa*]. Os juros eram depois usados como colecta pública, para investimento nas despesas do governo.

Scrip existe ao lado da libra, mas substitui-a largamente. O Colonial Scrip não substituiu a libra britânica; simplesmente existia em paralelo com ela. Era a moeda "oficial" do mercado colonial interno. A libra passou a ser essencialmente ignorada, usada quase exclusivamente em intercâmbios com mercadores estrangeiros. Ou seja, as pessoas optaram pela sua própria liberdade de escolha e isso deu bons frutos.

Banqueiros indignados com impertinência, exigem austeridade solidária. Tudo isto ofendeu os banqueiros britânicos, que se mostraram perturbados com o atrevimento dos colonos, que tinham usado um meio insolente para escapar ao seu ambiente económico

recessionário. O Banco de Inglaterra chamou-lhe "dinheiro imoral" [*um termo que banqueiros adoram usar, sempre que, eles próprios, transitam de fiat privado para dinheiro baseado em comodidades, algo que apenas fazem após assegurarem um ambiente recessionário, no qual podem usar ouro para comprar o mundo ao preço da chuva*]. Os colonos americanos estavam a demonstrar o seu "egoísmo", por se recusarem a partilhar das agruras que afectavam o resto do Império [*austeridade e saque fiscal são para todos, nesses tempos como nos actuais*].

Banqueiros atacam o Scrip pela contrafacção de papel-moeda, geram alta inflação. Em resultado, o Scrip foi submetido a sabotagem directa por Londres. Os bancos de Nova Iorque e Boston, geridos pelos primos anglo-holandeses dos gestores da City, mobilizaram-se para disromper essas formas de papel-moeda, e fizeram-no através de *shorting*, não de modos sofisticados, mas pelo puro e simples *dumping* de massas de dinheiro contrafeito no mercado. As estruturas da altura estavam ainda mais mal preparadas que as actuais para responder a esse género de ataques e, portanto, o Colonial Scrip falhou, devido a taxas de inflação na ordem das centenas.

Scrip banido pela Coroa – evento determinante para Guerra Revolucionária. Um pouco mais tarde, o Scrip foi simplesmente banido por decreto real. A proibição do Colonial Scrip e a imposição de boa velha recessão metropolitana foi um dos motivos mais relevantes na precipitação da Revolução.

Continental, reedição do Colonial Scrip durante Guerra Revolucionária.

Também é inflacionado por banqueiros Tory, mais tarde deportados para o Canadá. Durante a Guerra Revolucionária, o Colonial Scrip foi reavivado na forma do Continental. Tal como tinha acontecido antes ao Scrip, o Continental foi sabotado pelos banqueiros Tory pela injecção de massas de notas contrafeitas no mercado. Mais tarde, muitas destas pessoas, a par dos restantes Tories, foram incluídas na amnistia do pós-Revolução: deportação para o Canadá, sob condição de não-retorno.

Inflação do Continental também passa por caos de ambiente de guerra. As acções Tory foram determinantes para sabotar o Continental, que registou uma inflação na ordem dos milhares. É claro que a desorganização das forças revolucionárias também foi importante nesse desfecho. Nesta altura, os coloniais estão largamente desorganizados, perdem a generalidade das batalhas (só começam a ganhar batalhas no fim da Guerra) e vêm-se numa posição onde têm de emitir dinheiro em excesso para pagar soldos e equipamento militar. Mais tarde, o dólar viria a passar pelo mesmo género de problemas e por muitos outros, de muitas ordens diferentes; a história do dólar é não-linear e complicada.

Dinheiro constitucional – Hamilton e o First Bank – Gold standard.

<u>Constituição concebe o dólar como crédito público</u>. O acordo constitucional a que os fundadores chegaram foi o de um sistema de emissão de crédito público. O Tesouro emite crédito para uso na economia nacional por ordem do Congresso, que supervisiona o funcionamento de todo o sistema [colocando a emissão de crédito nas mãos dos representantes democráticos do povo]. A ideia é, portanto, um melhoramento do conceito do Colonial Scrip. Embora os detalhes não estejam especificados na Constituição (como normal, foram deixados aos legisladores), presume-se que uma aplicação fiel ao espírito constitucional seguiria um modelo similar ao do Scrip. Isto implicaria que as condições de colateralização seriam, consequentemente, as mesmas; só que, desta feita, à escala nacional e já sem o factor de domínio imperial estrangeiro.

<u>Hamilton subverte Constituição, com o First Bank a emitir crédito privatizado</u>. Infelizmente, quando o sistema monetário foi organizado, isso aconteceu sob a direcção de Alexander Hamilton, que via a Constituição como algo de bastante relativo; e, pretendia reproduzir nos EUA algo que fosse similar ao Banco de Inglaterra. Isto concretizou-se na forma do First Bank of the United States, um banco central opaco e largamente detido por investidores privados (emitindo crédito com base em empréstimos privados e IOUs públicos colateralizados com colecta fiscal). Sob este modelo, o Tesouro foi cooptado e colocado nas *sidelines*. O Congresso reteve supervisão que, sendo efectuada sobre uma estrutura privatizada e opaca, era portanto largamente ineficiente.

<u>First Bank, um ninho de *eurotrash* bancário</u>. Muitos dos restantes fundadores (o mais notável em tudo isto foi Jefferson) protestaram contra o Banco. Quando o Banco foi finalmente desmantelado, já tinha provocado uma recessão. E, é só nessa altura que as identidades dos investidores privados de Hamilton é revelada ao público; eram os mesmos banqueiros anglo-holandeses contra os quais a Revolução tinha sido feita. O nome mais sonante era Rothschild. Hamilton tinha, por conseguinte, montado um proverbial ninho de serpentes.

<u>Depois, é adoptado o gold standard</u>. É na sequência disto que o modelo constitucional é essencialmente esquecido, preterido em favor do *gold standard*.

<u>*Gold standard* americano funciona porque é democratizado e bem regulado</u>. A larga maioria dos fundadores (com excepções como Alexander Hamilton) eram hostis à ideia de um banco central privatizado. Alguns deles favoreciam o *gold standard*. O problema desse sistema é que é demasiado inelástico e deflacionário, tendendo a favorecer apenas as classes proprietárias. Porém, o princípio que lhe subjaz não é mau e complementa bem a emissão pública de crédito. Um sistema monetário que aposte na (livre e descentralizada) monetização de recursos materiais é a melhor das ideias, desde que as medidas de monetização sejam definidas por regulação pública exacta, transparente e estável; e, claro, que o sistema seja *democratizável*. Este último ponto implica que os recursos em causa têm de ser acessíveis ao indivíduo médio (i.e. descentralização económica e boa ponderação de quais recursos são monetizáveis, e sob que condições). O *gold standard* funcionou bem nos EUA (quando foi aplicado) porque cumpria estes

requisitos. O *gold standard* americano era baseado em boa regulação; e esse dólar era baseado em ouro e prata, cuja prospecção era facilmente acessível a qualquer indivíduo. Ao mesmo tempo, os metais não eram demasiado abundantes, o que proporcionava equilíbrio.

Modelo monetário constitucional dos EUA ainda espera aplicação. O modelo monetário constitucional dos EUA é um modelo genial, se for baseado numa combinação com os métodos de colateralização do Colonial Scrip, complementado com monetização livre e democratizada de recursos (um basket monetário) e, claro, *extremamente* bem regulado. Isto implica, claro, a existência de protecções contra banker boys, na tradição Glass-Steagall. Um modelo alicerçado nesses pressupostos seria não apenas justo e equilibrado, como seria a presumível solução para o eterno dilema da moeda. Um sistema à volta destes pressupostos foi enunciado ***n*** vezes durante as eras de Lincoln e FDR, mas nunca aplicado. Em abono da verdade, diga-se que, até às últimas décadas, a aplicação concreta e auto-sustentada de um modelo completo por estas linhas era complicada, se não impossível; o modelo implica a existência de boa tecnologia de informação, por exemplo. Hoje em dia, essa questão já não se coloca. So, why not?

2. **Constitucionalismo**.

Constitucionalismo Americano, uma expressão do Renascimento e da Reforma.

A destilação das melhores ideias do Renascimento e da Reforma. O Constitucionalismo Americano não surge como um sistema "americano", per se, ou um sistema colonial. É antes a expressão concreta das melhores ideias que tinham surgido no continente europeu desde o despertar Renascentista.

As verdades auto-evidentes que expressa. Incorpora aquele conjunto de verdades auto-evidentes: que todos os homens são criados iguais perante o Criador; que a todos Ele dá os direitos *inalienáveis* a vida, liberdade, e a procura da felicidade (significando realização pessoal); que a função legítima de um governo é a de preservar e proteger esses direitos; e que a forma mais equilibrada de governo para cumprir essas funções é uma República constitucional, liberal-democrática, do povo, pelo povo e para o povo. O *povo* é entendido como uma população diversa e soberana de *indivíduos*, e não como um qualquer monolítico e uniforme colectivo (como acontece sob sistemas de pensamento feudais e imperiais, i.e., colectivistas). Aqui, *procura de felicidade* significa oportunidade de auto-determinação e realização pessoal no exercício de liberdades

inalienáveis; ou seja, procura de felicidade não é o direito a receber doces de um governo colectivizado [e, seja como for, nenhum governo colectivizado oferece doces, a não ser que estejam envenenados, o que é habitual].

Ideias populares com classes médias europeias, porém só aplicáveis no Novo Mundo. Estas ideias eram extremamente populares junto das classes médias educadas europeias que, durante séculos, tinham sido contadas entre as principais vítimas dos abusos perpetrados pelo autoritarismo ossificado do sistema feudal/imperial. Porém, eram impossíveis de aplicar na Europa pós-Renascentista: o continente era demasiado velho, corrupto, contaminado por hábitos oligárquicos e por costumes antitéticos a toda e qualquer ideia de liberdade individual. Os programas de reforma geral (com várias tentativas, como em França ou nalgumas cidades-estado italianas) viam-se sempre forçados a encontrar compromissos fatais com os velhos costumes e com as classes oligárquicas poderosas que dependiam da continuidade desses costumes. Portanto, entre reformistas, havia a noção geral de que o Novo Mundo era a grande promessa para o futuro: era numa terra nova, sem vícios institucionalizados, e não no velho continente europeu, que uma forma diferente de governo poderia singrar. É isso que acontece na sequência da Guerra Revolucionária, com a tentativa de implementar uma concepção inteiramente nova de governo.

"A Republic, if you can keep it".

Pais Fundadores: pensadores generalistas e Renascentistas. É difícil encontrar, ao longo da história humana, pensadores e legisladores tão cultos, previdentes e competentes como aquele que organizou a independência das Colónias, os Pais Fundadores dos EUA; homens como Thomas Jefferson, James Madison, Benjamin Franklin, Alexander Hamilton ou John Adams. Estes homens não eram políticos de carreira, oligarcas, activistas precipitados. Também não eram tecnocratas ou "especialistas técnicos". Muito pelo contrário, eram homens renascentistas, e isso fez toda a diferença. Eram homens com uma vasta cultura, abrangendo toda uma multitude de domínios: lei, história, ciência, economia, literatura, arte, negócios privados, política.

Documentos fundacionais. Os documentos e debates que protagonizaram estão entre as relíquias da cultura universal: Declaração de Independência, Constituição, Federalist Papers, Anti-Federalist Papers, Carta de Direitos. As ideias que estes documentos manifestam são essenciais para qualquer educação histórica, política ou social.

"A Republic, if you can keep it" – Liberdade exige responsabilidade. Hoje, a antiga República está a tornar-se no inverso oposto daquilo que os fundadores pretenderam. Tudo isso é evocativo do dia em que uma senhora idosa encontrou Benjamin Franklin à porta do Constitution Hall e lhe perguntou, "*qual é o regime que vamos ter?*", ao que o seráfico Ben respondeu, "*A Republic – if you can keep it*". Franklin estava aqui a ser bastante directo e franco. O modelo Constitucional americano exige que os indivíduos tenham *bons valores* e assumam o ónus da *responsabilidade individual* pelo mundo

onde vivem. É um sistema para pessoas adultas e morais; não para crianças imaturas e arbitrárias. Essa é a sua grande força, mas também a sua grande fraqueza. A aplicação de um modelo só é tão boa como as pessoas que a conduzem. Se as pessoas não prestarem, o modelo não funcionará – obviamente. Se, pelo contrário, houver pelo menos uma proporção significativa da população que for composta de pessoas boas, activas e adultas, o modelo funcionará, quanto mais não seja em parte. Como John Adams disse, «*Our Constitution was made only for a moral and religious people. It is wholly inadequate to the government of any other*».

"Life, liberty and the pursuit of happiness" – Igualdade humana.

"Life, liberty and the pursuit of happiness". A Constituição declara que todos os homens são criados iguais perante o Criador, e que todos têm os direitos inalienáveis a vida, liberdade e procura da felicidade. Por outras palavras, todos *nascem iguais*, todos têm igual direito ao máximo exercício de liberdades individuais, e todos têm direito a igualdade de oportunidades na procura de realização individual (este é o significado atribuído a "procura de felicidade"). Todos são livres de levar as suas vidas do modo que entendam, sem a existência de coerção governamental indevida, enquanto não prejudiquem os direitos inalienáveis dos restantes cidadãos.

Primeira afirmação de igualdade humana em lei secular – "All men are created equal". Sob a Constituição, *todos* os homens são criados iguais, e *todos* têm as mesmas liberdades e direitos inalienáveis. Estes pontos são bastante relevantes; os documentos não fazem distinção entre seres humanos de condição "alta" ou "baixa", equalizando o estatuto de *todos* os homens perante a lei, independentemente de condição social, financeira, étnica, política.

Direitos inalienáveis.

Direitos inalienáveis são concedidos pelo Criador – imutáveis. A ideia de *direitos inalienáveis* é o conceito central dos documentos fundadores da República Americana. Estes são direitos, liberdades naturais, inatas, garantidas a cada indivíduo pelo próprio Criador, nas Escrituras. São expressos em lei constitucional, têm de ser respeitados pelos homens, preservados e protegidos pelas instâncias de governo. São direitos que *não podem* ser retirados, ou negados, *alienados*; se o forem, o governo é ilegítimo e tem de ser substituído. Isto surge em contraponto deliberado com a ideia de direitos que são concedidos por uma autoridade humana (governo, assembleia colectiva, etc). Hoje em dia, pode chamar-se-lhes *direitos humanos*. Tudo aquilo que é oferecido pelos homens, pelos homens pode ser retirado. Sem o Criador, é a arbitrariedade humana que decide o que é bem e mal, o que está certo e errado e, ultimamente, quais são os direitos de cada um.

Carta de Direitos.

“Bill of Rights” – uma lista de “não farás”, dirigida ao governo. A Carta de Direitos é uma lista de “não farás”, dirigida às estruturas governantes. O poder do estado nunca pode ser empregue em coisas como as que se seguem (existem mais).

Limitar liberdade intelectual, de expressão, religiosa. Interferir com a liberdade intelectual, de expressão ou religiosa de nenhum indivíduo. Da mesma forma, não podem negar o direito individual a protesto pacífico ou petição, dirigidos a si mesmas (entidades governantes).

Negar direito a processos judiciais justos. Negar o direito, em casos judiciais, a um processo legal justo (“due process”), organizado por linhas honestas, transparentes, racionais e coerentes.

Negar direito a privacidade. Negar o direito à privacidade, excepto sob um mandato judicial, que tem de ser público e transparente.

Prejudicar integridade física ou mental do indivíduo. Violar e prejudicar a integridade física ou mental do indivíduo, pelo uso de meios cruéis e não-usuais.

Negar direito à propriedade privada. Negar ou interferir com o direito à propriedade. Porém, *propriedade* não é considerada um *valor sacrossanto*, como o é num código monetarista. Portanto, o governo pode fazer a aquisição forçosa de propriedade privada (terrenos e infraestruturas), e isso tem *sempre* de ser feito sob regulação transparente e estritamente imparcial, a preços e condições que são justos e transparentes, ***apenas e somente*** quando isso é justificado pela necessidade de desenvolver o território e a economia (por exemplo, obras públicas). Por outras palavras, o governo é proibido de ***roubar***. Os fundadores seguiram o preceito das Escrituras de que o direito à propriedade não deve ser um obstáculo no caminho do desenvolvimento do território. Sob as Escrituras, um terreno pode ser forçosamente adquirido, embora sob condições estritas e sempre a um preço justo, apenas e somente quando isso for exigido para o bom uso do território. Numa outra instância, um terreno fica na posse de uma família durante 50 anos, mas pode ser-lhe retirado após esse período, apenas e somente se o mesmo for mantido devoluto e se for negada a partilha dos seus frutos com os mais carenciados, como exigido por Lei – i.e. a propriedade privada é um direito, mas não um direito final. Porém, interferir com esse direito é algo que só pode ser feito sob condições muito específicas, reguladas, coerentes.

Impedir auto-defesa e defesa do próximo, contra inimigos estrangeiros ou domésticos. O governo é estritamente proibido de interferir com a liberdade de cada indivíduo à auto-defesa e à defesa da sua família e da sua comunidade. Este é um princípio Judaico-Cristão essencial, reavivado pela cultura Renascentista: o indivíduo tem pleno direito a auto-defesa e à defesa dos seus; não é um escravo ou uma besta de carga, a ser mantido sob a ponta do chicote. Portanto, tem pleno direito a defender-se de agressores às suas liberdades e direitos pelo uso de força armada, como é declarado na Segunda Emenda.

A república constitucional surge para consagrar os plenos direitos do indivíduo. Esses direitos têm de ser defendidos por aqueles a quem se aplicam: isso faz parte da responsabilidade inerente a cidadania. Logo, os indivíduos soberanos que constituem o Povo têm o direito de usar força armada para defender as suas liberdades de todos os inimigos a essas liberdades e direitos: "*all enemies, foreign and domestic*". Isto inclui um governo doméstico que se torne despótico. Por outro lado, as forças armadas nacionais têm de estar estritamente no domínio público, e ser radicadas na milícia de cidadãos; nunca num exército profissional. De modo correcto, os fundadores não tiveram hesitações em considerar que, pela sua própria natureza (detachada da cidadania), tais forças derivavam sempre para a condição de forças mercenárias, para uso privado de uma oligarquia governante. Tudo isto implica que o exercício de força militar é sempre exercido *pela* cidadania e não *sobre a* cidadania [***ou seja, o ideal democrático do exército universal, agora substituído pelo conceito pós-democrático do soldado universal, o Uruk-Hai***].

"General Welfare".

"O bom estado": assegurar cumprimento de preceitos Constitucionais. As estruturas de governo são instituídas como veículos públicos de defesa e avanço dos direitos constitucionais dos soberanos, os indivíduos. À *gestalt* conceptual somatória de todos os elementos que influenciam a vitalidade constitucional (portanto, governativa) do país, chama-se o "*bom estado geral*", o "*general welfare*". Assegurar o "*general welfare*" do país não equivale, obviamente, a assegurar "*welfare*" (um conceito bancário europeu), apesar de o conceito implicar que deverá existir alguma forma de apoio governamental àqueles que são desfavorecidos – todos os indivíduos têm direito constitucional a *igualdade de oportunidades*.

Poder do estado é usado em puro serviço público, equidistante. Assegurar o "general welfare", o bom estado geral do país, é algo com toda uma série de implicações para as estruturas de governo. Antes de mais, implica que o poder do estado tem de ser impreterivelmente usado de forma constitucional, equidistante, transparente, em espírito de puro serviço público.

Governo tem de ser moral e justo (constitucional). As estruturas de governo têm de ser inteiramente imparciais, excepto no que respeita à obediência à própria Constituição; o governo é um árbitro moral e justo (constitucional), não uma entidade arbitral amoral e, portanto, nihilista (imoral). É nessa condição que funciona como regulador e árbitro das relações sociais e económicas.

Governo fiscalizado, de forma a nunca usurpar liberdades e direitos. Um bom governo não surge do nada nem se mantém por obra e graça da boa vontade humana. Como George Washington disse, governo é poder humano puro, o que implica que tem de ser estritamente controlado e policiado pelos seus soberanos. Caso contrário, o que acontece é que usurpa o título de soberania e acaba a policiar e a controlar os reais

soberanos. Ou, para colocar a questão noutros termos, é necessário assegurar a existência de transparência governamental, por oposição a transparência pessoal face a opacidade governamental.

Checks and balances, fiscalização interna. O controlo exercido sobre as estruturas de governo começa por ocorrer por intermédio dos *checks and balances* que são colocados sobre estas estruturas, pelas quais as mesmas são incentivadas a policiar-se e a fiscalizar-se mutuamente. O ramo essencial em todo este aparato é, claro, o judicial. Os tribunais (eles próprios independentes entre si) têm o dever de fiscalizar *toda* a restante estrutura de governo, a pedido (e.g. queixas, processos) e por iniciativa própria.

Uma cidadania activa e adulta, uma imprensa livre e atrevida [John Adams]. Mas é claro que o papel essencial na fiscalização das estruturas de governo é desempenhado pela própria cidadania, que tem o dever de ser activa e responsável; sob pena, claro, de perder a sua liberdade. Foi John Adams que disse que o papel do cidadão médio tem de ser complementado por uma imprensa moral e activa: «*Be not intimidated, therefore, by any terrors, from publishing with the utmost freedom whatever can be warranted by the laws of your country, nor suffer yourselves to be wheeled out of your library by any pretense of politeness, delicacy or decency. These, as they are often used, are but three different names for hypocrisy, chicanery and cowardice*».

Desenvolvimento económico, ***apenas*** em prol de igualdade de oportunidades. Assegurar o "*general welfare*" do país também implica que o governo é responsável pela execução de funções de desenvolvimento do território e da economia no seu todo. Isto nunca é feito por "iluminação governamental", por "boas intenções" ou, de forma mais concreta e pragmática, para assegurar o avanço de uns em prejuízo de todos os restantes. É feito *apenas e somente* de forma a assegurar a igualdade de oportunidades que subjaz ao exercício das restantes liberdades constitucionais. Isto significa que o governo nunca assume propriedade, ou controlo, sobre a economia. O governo é um servo daqueles que têm de ser os reais protagonistas da economia: o indivíduo médio e a família média (o pequeno e médio empreendimento). O governo *regula* a economia. A única excepção a este princípio é a execução de funções que exigem o emprego de uma grande organização: assegurar emissão de crédito, condução de obras públicas, funções discretas em planeamento e desenvolvimento do território, a condução de outros serviços públicos essenciais. O princípio imperativo é sempre o de exercer funções apenas em situações que não possam ser exercidas por privados descentralizados.

Distinção clara entre domínio público e domínio privado.

Combinações e fusões entre domínios, ilegais. Ou seja, não existem combinações ou fusões entre os dois domínios; ou algo é carne ou peixe. O público existe para trabalhar em prol de, e salvaguardar igualmente, todos os privados (i.e., todos os indivíduos) e não para se aliar ou combinar com alguns deles em prejuízo dos outros. Ao mesmo

tempo, o domínio privado não está aberto ao domínio público, i.e. existem espaços e direitos privados que são inalienáveis e que nenhuma força de governo pode usurpar.

Regulação e arbitragem vs. controlo. O governo tem de ser uma entidade estritamente equidistante e constitucional que regula (*não controla*) sectores (através do legislativo e do judiciário). Faz as mesmas regras para todos e age como árbitro.

Público lida com privados, mas não faz parcerias – Judiciário fiscaliza sistema. O domínio público executa funções de planeamento indicativo (ou seja, define linhas gerais de desenvolvimento económico) e executa obras públicas. Para a execução dessas funções, pode subcontratar privados, num concurso público aberto e transparente, mas nunca estabelecer "parcerias estratégicas" ou "parcerias público/privadas", i.e. fundir-se com esses privados. O sistema judicial tem de estar lá para fiscalizar actividades e assegurar que isso nunca acontece. Ainda noutros casos, a estrutura de governo pode optar por montar uma iniciativa económica pública; por exemplo, uma cidade pode montar uma companhia de utilidades públicas, ou o governo federal pode montar um banco nacional, ou uma companhia de desenvolvimento (e.g., energético). Aqui, os mesmos princípios aplicam-se; podem existir relações de negócios com entidades privadas, mas *nunca* parcerias (i.e. fusões).

Princípios de regulação sob Constitucionalismo Americano.

O modelo *natural* de regulação (liberal-democrático). O Constitucionalismo Americano inclui o seu próprio modelo de regulação, que inclui vários princípios essenciais e é essencialmente impecável. Este é o modelo *moral*, *natural* (sob lei bíblica e sob lei natural, convergentes entre si), honesto. É claro que é o modelo de regulação da democracia liberal *per se* (sob *verdadeira* democracia liberal, não sob *facsimiles* autoritários e pretensiosos).

Governo tem de ser árbitro equidistante, imparcial e liberal. As entidades governativas são árbitras da sociedade (não proprietárias, ou servas de grupos específicos). Têm de regular de modo transparente, por meio de lei equidistante, imparcial e específica; um governo de leis, e não uma concertação arbitrária de homens. O aparato de estado tem o dever de fazer a execução pronta do código legal. É essencial o princípio do menor grau de regulação que vai preservar liberdade e igualdade de oportunidades; ou seja, não se prejudicam 1000 pessoas honestas para impedir os actos de uma pessoa má.

Lei simples e acessível a todos. A lei tem de ter um máximo de simplicidade e elegância, de modo a ser facilmente acessível a *todos* (o que inclui que seja elaborada na mais simples linguagem possível).

Igual acesso ao sistema judicial. Como é evidente, todos têm igual acesso ao sistema de tribunais, e é-lhes garantida igual oportunidade de mover processos contra toda e qualquer entidade, pública ou privada.

Espírito de regulação sob democracia liberal é abertamente Judaico-Cristão. O espírito de regulação sob democracia liberal é abertamente Judaico-Cristão, alicerçado nos princípios gerais que são expostos nos Dez Mandamentos e no Sermão no Monte.

Entretanto abandonado em prol de *eurotrashismo*. Como a corrupção humana é algo de banal e recorrente, o sistema foi abandonado há muito em favor do formato das tradições imperiais, caracterizado por pura arbitrariedade. Como a inspiração para isso veio dos piores elementos da cultura institucional europeia ("mais sofisticada"), chamemos-lhe euro-corrupção, *eurotrashism*, ou talvez até *eurotrashismo*.

Democracia liberal [alicerçada sobre checks and balances].

Democracia constitucional, liberdade individual exigem xeques a poder institucional. A ideia foi a de criar instituições que fossem dotadas da medida limitada de poder que lhes permitisse levar a cabo as suas funções, sem colocar em risco a liberdade pública. O equilíbrio de forças que resulta na aplicação deste modelo é uma das criações mais geniais da inventividade humana e é daqui que resulta a formulação clássica da república constitucional como uma democracia liberal: uma república onde o centro da vida sócio-política é o indivíduo e *todos* os poderes (do governo às massas) que são passíveis de limitar a sua liberdade de acção são, eles próprios, colocados sob xeque institucional.

Indivíduo é o centro – depois, o Povo – por fim, o governo limitado. O centro da vida sócio-política é o indivíduo e, todos os indivíduos são primeiros entre iguais. Ou seja, o indivíduo está sempre acima do estado, do grupo de interesses, do colectivo, da comunidade. *Todos* os poderes (do governo ao Povo) que são passíveis de limitar a sua liberdade de acção são, eles próprios, colocados sob xeque institucional. Portanto, a *liberdade do indivíduo surge acima de tudo o resto*. A seguir, vem a soberania democrática, que é assegurada ao Povo, o conjunto diverso de indivíduos. Por fim, o governo.

Governo não pode negar liberdades individuais, usurpar soberania popular. O governo existe para cumprir a vontade democrática do Povo mas é, nesse exercício, limitado pela Constituição. Portanto, não pode usurpar nem a soberania de decisão popular nem a liberdade do indivíduo. Isto, claro, também implica que nenhuma maioria eleitoral pode mandatar o governo para retirar ou negar liberdades ao indivíduo.

3. Constitucionalismo: Checks and balances.

Sociedade humana tem sempre checks and balances (liberdade vs despotismo).

Despotismo coloca todos os indivíduos em xeque – ***todos*** são escravos, no sistema. Deve dizer-se que, na sociedade humana, existem sempre *checks and balances*, i.e. xeques, controlos, contrabalanços. Sob despotismo, esses elementos são colocados sobre todas as unidades que são subordinadas ao regime e, ultimamente, sobre a cidadania – sobre o indivíduo. Por outras palavras, despotismos são regimes de escravos. Esse estatuto é aplicável *até aos mais altos cargos*; o próprio déspota (ou o quadro oligárquico de déspotas) é escravo do seu poder, não podendo sair da linha que é definida pelo *template* do sistema. Sob despotismo, todos estão presos na camisa-de-forças que é imposta pelo regime.

O xadrez (prisão) social, onde todos se prendem a todos. Um sistema organizado em xadrez é um no qual todas as peças têm, por necessidade, movimentos rotineiros e predefinidos. As movimentações são definidas por cálculo de probabilidades numa organização sistémica auto-contida e fechada. Todos os movimentos são jogadas e todas as jogadas são feitas com base em jogos de expectativa social; o interlocutor é sempre um adversário. É isto que é, por definição, um sistema despótico. É um sistema impessoal e despersonalizado, pelo qual todos se prendem a todos; cada indivíduo tem *de se trair a si mesmo* (aceitar ser preso e desindividuado) e *aos restantes* indivíduos (contribuir para os prender e desindividuar), sob tal sistema.

A sociedade livre liberta indivíduo e coloca poder humano em xeque. Uma sociedade livre, justa e equitativa tem de privilegiar a liberdade e a auto-determinação do indivíduo e colocar o poder (na verdade, o potencial para crime e corrupção) sob controlo. Os regimes despóticos invertem este princípio. O que os fundadores dos EUA fazem é genial; desmanchar a inversão de proposições e consagrar a verdade auto-evidente de que a sociedade humana *tem de ser* organizada para ser um espaço de liberdade e auto-determinação.

Checks and balances: Limitar o poder do governo.

Contrabalanços, limitações e separações de poder. Os fundadores dos EUA eram estudiosos de história e sociologia humana e foi nessa qualidade que chegaram à conclusão de que a única forma de governo que pode combater e prevenir os avanços de tendências despóticas é uma república constitucional, definida por contrabalanços e separações de poderes.

Washington: República constitucional não pode existir sob governo todo-poderoso. Como George Washington disse, uma república constitucional não pode existir na presença de um governo todo-poderoso: «*The spirit of encroachment tends to consolidate the powers of all the departments in one, and thus to create, whatever the form of government, a real despotism*». Logo, existe «*The necessity of reciprocal checks*

in the exercise of political power, by dividing and distributing it into different depositories, and constituting each the Guardian of the Public Weal against invasions by the others».

Ou o governo é controlado, ou acaba a controlar os reais soberanos, os indivíduos. Um bom governo não surge do nada nem se mantém por obra e graça da boa vontade humana. George Washington também disse que governo é poder humano puro, o que implica que tem de ser estritamente controlado e policiado pelos seus soberanos. Caso contrário, o que acontece é que usurpa o título de soberania e acaba a policiar e a controlar os reais soberanos. Ou, para colocar a questão noutros termos, é necessário assegurar a existência de transparência governamental, por oposição a transparência pessoal face a opacidade governamental.

Evitar governo unificado e vigoroso [o degenerado modelo europeu]. A ideia foi a de evitar um governo unificado e potente; esse era o decadente e autoritário modelo europeu, do qual as Colónias tinham acabado de se libertar.

Evitar acumulações de poder [autocracia, oligarquia, oclocracia]. Toda a lógica de funcionamento do sistema americano foi organizada por forma a evitar a acumulação de poder em qualquer instância sócio-política. Foi correctamente entendido que são estas acumulações que dão origem a corrupção e abusos de poder. Os fundadores pretendiam que este modelo impedisse a ascensão de despotismo, fosse sob a forma de tirania (monarquia, autocracia), oligarquia (governo pelos poucos, onde uns poucos gatos são os administradores de um grande labirinto de ratos) ou oclocracia ("mob rule", o tipo de sistema onde dois lobos e uma ovelha se sentam a uma mesa redonda para decidir o que vai ser o jantar).

Checks and balances: Partição e fiscalização do poder do estado.

Partição em ramos [do federal ao local], múltiplos xeques e separações. O sistema central é contrabalançado com princípios de auto-governância. Existe separação de poderes entre os três ramos de governo, e também entre governo federal, povo e estados. A maior parte dos poderes são reservados aos estados e ao povo. O governo em si é partido em três ramos – executivo, legislativo, judicial – que se controlam uns aos outros. A legislatura é composta pelos representantes eleitos do povo, e é a única fonte de legislação e regulação. O executivo é o ramo com *menos* poder; em tudo, tem de obedecer à legislatura e aos tribunais (o "presidente dos EUA" era uma figura muito pouco relevante estatutariamente, durante as primeiras décadas). Os tribunais, por sua vez, asseguram que o executivo e o legislativo agem dentro dos trâmites da lei. Depois, há múltiplos "checks and balances" institucionais, que regulam o funcionamento das instituições que estão incluídas em cada um destes ramos.

Ramos e secções de governo fiscalizam-se mutuamente. O controlo exercido sobre as estruturas de governo começa por ocorrer por intermédio dos *checks and balances* que

são colocados sobre estas estruturas. Sob *checks and balances*, os ramos e departamentos de governo são organizados como entidades independentes entre si (como se fossem empresas aparte), e recebem funções de fiscalização mútua. Por exemplo: o Tesouro fiscaliza as actividades orçamentais de todos os restantes departamentos; o ramo legislativo fiscaliza o ramo executivo; o departamento de comércio reporta más práticas contratuais do departamento de guerra. O ramo essencial em todo este aparato é, claro, o judicial. Os tribunais (eles próprios independentes entre si) têm o dever de fiscalizar *toda* a restante estrutura de governo, a pedido (e.g. queixas, processos) e por iniciativa própria.

<u>Localidade – Condado – Estado – União / Indivíduo e sociedade civil</u>. As estruturas dos governos estaduais e locais (condado, localidade) seguiram o mesmo modelo de "checks and balances" ubíquos. Sob o modelo feudal europeu, a vontade da autoridade central (príncipe/barão/oligarquia/assembleia municipal) era suprema, o que significava que era imposta a todos os súbditos, ao longo da hierarquia feudal, independentemente da vontade dos mesmos (modelo *top-down* autoritário). O modelo americano rejeita por inteiro esse pressuposto. O poder *top-down* é contrariado por múltiplos impedimentos ao longo da escala e o indivíduo, ao nível mais local possível, é a figura mais poderosa do sistema político.

Hierarquia legislativa top-down: União-estado-condado-localidade. A hierarquia legislativa da república é top-down: União-estado-condado-localidade. Por outras palavras, o Congresso pode passar leis e regulações aplicáveis a toda a nação e, portanto, a todos os níveis abaixo; e assim sucessivamente (estado sobre condados; condado-localidades; localidade-indivíduos).

Cada nível pode anular legislações vindas dos níveis acima. Porém, os níveis abaixo não são forçados a ser abrangidos pelas leis e regulações que são aprovadas a cada nível acima. A União federal é composta de estados, e cada estado pode nulificar (i.e. negar-se a adoptar e aplicar) toda e qualquer lei ou regulação proveniente do nível federal. Cada estado se organiza em vários condados, e cada condado pode fazer nulificar os conteúdos provenientes do seu respectivo estado. Um condado abarca várias localidades, e qualquer localidade tem a liberdade de nulificar os conteúdos provenientes do condado.

Indivíduo no centro da sociedade. Depois, é claro, cada localidade é composta de múltiplos indivíduos, e são os indivíduos e a família média que estão no *centro* do modelo político (são os soberanos legais), sendo protegidos por direitos *inalienáveis*. Ou seja, sob este modelo, quem tem *mais poder* sobre o processo legislativo é o indivíduo, imediatamente seguido da localidade, do condado, do estado, e do governo federal (a entidade dotada de *menos poder*).

Cada nível pode propor leis e regulações a níveis acima (indivíduo no centro). Ao mesmo tempo que cada nível pode nulificar leis e regulações vindas dos níveis acima, pode também propor as suas leis e regulações a esses níveis. Por exemplo, o indivíduo pode peticionar o Congresso para passar uma lei específica (e apresentar uma proposta

de sua autoria), e até exigir explicações pessoais sobre qualquer matéria federal ao seu respectivo Congressista.

Interesses civis também têm poder de influência. Ao mesmo tempo, os indivíduos podem organizar-se em múltiplos tipos de interesses (entidades privadas, associações ideológicas, religiosas, laborais, etc.) e todos têm o mesmo direito a ser ouvidos pelas entidades legislativas e a peticioná-las (*lobbying*, hoje em dia uma prática pervertida e equacionada com corrupção corporativa/empresarial, sob os novos EUA progressivamente mais colectivistas do último século).

Poder central subordinado a local – todo o poder político é subordinado ao indivíduo. Portanto, o poder central é subordinado ao poder estatal, que é subordinado ao poder local, e todos são subordinados ao indivíduo. Tudo isto reflecte o conceito revolucionário de que o governo emerge do povo, e existe pelas mãos do povo, para servir o povo – e o *povo* é entendido não como um colectivo uniforme (como acontece sob sistemas de pensamento feudais e imperiais), mas como uma população diversa e soberana de *indivíduos*.

4. Constitucionalismo: Liberdade, prosperidade, criatividade.

Liberdade, prosperidade, criatividade.

Em 1900, EUA têm economia mais desenvolvida do mundo. Mesmo com muitas falhas e muito "underachievement", os EUA chegam a 1900 na condição de país com maior classe média, melhor educação (na altura, uma referência para o planeta; as pessoas competiam para ir para Yale, não para Oxford ou para a Sorbonne), os melhores índices de mobilidade social, os melhores níveis de criatividade (como medida pela taxa de inovação científica e tecnológica). Por oposição, sociedades consolidadas geram ambientes estagnados e medíocres, alicerçados na "*bellum omnium in omnia*", a guerra de todos contra todos, como Jefferson apontou. É também em 1900 que os EUA estão na condição de país mais próspero do planeta, com uma economia maior que Grã-Bretanha, França e Alemanha combinadas, o que significa que 4% da população mundial detinham metade da riqueza agregada (net wealth) do planeta.

Decaiem quando se tornam tão imperiais como as (decadentes) potências europeias. E é claro que isto foi feito numa altura em que *a economia americana era a economia americana*, e não um pólo de militarismo e saque imperial à escala global. O que estes números expressam é o facto de a economia americana ser inacreditavelmente bem

desenvolvida, por comparação directa com as restantes economias ocidentais, que eram economias imperiais, devotadas a militarismo e saque; e, obviamente deficitárias e subdesenvolvidas. Aliás, o declínio económico dos EUA acontece à medida que o país "*catches up and learns*" com as "*best managerial practices*" da Europa, com todo o "*team work*" oligárquico e colectivo, para se transformar no Império Americano.

É claro que isto não mitiga lado negro da história. Aqui, não se está a tentar fazer um exercício de advocacia da América enquanto país. Os EUA têm uma história que é, a vários níveis, tenebrosa; por ex., as políticas de saque e extermínio de índios, o historial de escravatura negra ou as políticas de globalização colectivística das últimas décadas.

Liberdade, prosperidade, criatividade, mal grado Constitucionalismo subaproveitado. Estes aspectos, entre muitos outros, exemplificam bem o modo como o uso irresponsável e corrupto de poder tem de ser ***continuamente*** travado (colocado em xeque) por uma cidadania consciente, madura e inteligente. Com efeito, se o espírito da Constituição tivesse sido seguido, esses eventos nunca teriam acontecido. É possível que o modelo fundacional dos EUA só tenha sido aplicado a 15-20%, no próprio país ao qual foi destinado. Ainda assim, e como apontado, isso foi o suficiente para gerar a nação mais livre, próspera e criativa da era moderna.

O modelo político mais sofisticado e balanceado da era moderna.

Os frutos do Constitucionalismo americano: prosperidade, liberdade, criatividade. No seu todo, estes documentos expressam a tentativa de criar o mais equilibrado modelo de organização sócio-política e económica na história humana. O modelo em si é um ideal; foi apenas parcialmente cumprido durante a história da República, mas o suficiente para gerar a nação mais livre, próspera e criativa (o que inclui os campos científico e tecnológico) da era moderna, no espaço de pouco mais de um século (1781-1900). Esta é uma constatação de factos verificáveis (regra geral arbitrariamente negados pelas *ideologias* oligárquicas europeias).

Pior lado dos EUA ditado por aproximação a colectivismo europeu. É sintomático que o pior lado dos EUA seja determinado pelo afastamento dos princípios Constitucionais e pela reaproximação a barbarismo colectivo europeu (imperialismo, mercantilismo, feudalismo).

Melhor lado dado por Constitucionalismo. Em contrapartida, o melhor lado dos EUA é dado pelo Constitucionalismo: a tradição de liberdade individual e de igualdade perante a lei; a economia descentralizada de classe média; a capacidade inventiva; os conceitos de governo limitado; a emancipação dos escravos e o movimento dos Direitos Civis; as políticas de desenvolvimento protagonizadas por pessoas como Lincoln ou JFK. Durante muito tempo, a América foi o país para o qual as pessoas fugiam, de sociedades "mais avançadas", para encontrar alguma forma de liberdade. Durante muito tempo, foi o único país onde qualquer um podia expressar a sua opinião sobre qualquer assunto

que fosse, independentemente de cor política ou ideológica. E, durante muito tempo, foi o único país onde qualquer um podia começar no emprego mais baixo e tornar-se próspero e independente com base em trabalho honesto; e não com base em pirataria financeira ou em contratos de estado. Ainda hoje, é o único país no mundo onde a imprensa normal usufrui de liberdade para publicar contra interesses poderosos; apesar de essa liberdade ser cada vez menor e estar a desaparecer rapidamente (neste caso, com a aproximação a oligarquismo europeu). É claro que tudo isto acontece num país com uma história marcada por corrupção e violência; mas um que era simplesmente menos corrupto e violento que os restantes. A diferença é feita pelo modelo Constitucional.

O mais sofisticado modelo político da era moderna, nunca superado. O modelo criado pelos Pais Fundadores é o *melhor* modelo político desenhado na era moderna e é, até aos dias de hoje, a referência nunca superada para como criar uma sociedade livre e próspera. O "mundo desenvolvido" só se tornou desenvolvido na proporção exacta em que se aproximou a este modelo. E é claro que está a deixar de ser desenvolvido à medida que se reaproxima de despotismo colectivo (o que, claro, inclui os EUA).

O ódio das classes oligárquicas europeias.

"Pedaços de papel anárquicos". Os documentos constitucionais foram vistos como pedaços de papel "anárquico" nos círculos de poder europeus, e o alvo do ódio geracional de muitas pessoas no próprio *establishment* americano, que desejavam criar a sua própria forma adaptada de feudalismo mercantil nas Colónias. James Madison mencionou frequentemente estes grupos, os «*stock-jobbers and king-jobbers*», influentes em Nova Iorque, aliados naturais de Londres. Aqui, está-se a falar dos círculos bancários e industriais de NY, os aliados essenciais da City em solo americano (a par dos mesmos tipos de grupos em Boston).

"Guerra fria" transatlântica e os esforços subversivos de *eurotrash* oligárquico. Os despotismos europeus desprezaram e odiaram os EUA da fundação em diante e a história demonstra-nos que devotaram esforços inumanos para desestabilizar, subverter e destruir o país, mas acima de tudo, o Constitucionalismo que representava. Esses esforços incluíram, claro, a promoção, ***à escala global***, de novas formas de colectivismo feudal, fosse com traje *proletarian-friendly* ou com traje *hooligan-friendly*; ou ainda versões *nerd-friendly*. É claro que o maior de todos os inimigos *directos*, *abertos*, foi a Grã-Bretanha, que passou o século 19 inteiro e, pelo menos a primeira metade do século 20, naquilo que foi uma pequena guerra fria transatlântica (que não foi, porém, irrelevante para o Continente, que passou o século 19 a ser fustigado em consequência parcial deste conflito). Desde o início do século 20 que os EUA são lentamente cooptados, através de Wall Street, pela oligarquia centrada na City de Londres, que nem sequer é britânica, mas sim uma colecção peculiar de *eurotrash* aristocrático e oligárquico.

Desde assassinato JFK não houve um único presidente *realmente* americano. O assassinato Kennedy em 1964 marca o ponto em que o país começa a ser dirigido em definitivo a partir de centros de decisão europeus (Londres, Roma, Genebra) e a ser usado financeira e militarmente para impor globalização imperial. Desde JFK, nunca mais houve um presidente *americano*. Todos foram/são subservientes ao eixo oligárquico transatlântico.

5. Capitalismo de mercado livre – "Unions" versus paraíso laboral socialista.

Capitalismo de mercado livre.

Capitalismo industrial e de classe média.

Descentralização, democratização, produção industrial e de classe média. Uma economia descentralizada, alicerçada em produção industrial e de classe média, é um ambiente concorrencial e democratizado.

Ambiente económico de alta intensidade – geração de riqueza e de prosperidade. Pela sua própria natureza, resulta na obtenção de elevados níveis de produção e consumo; num ambiente descentralizado, ninguém compete com base em subprodução e austeridade. Como tal, é um ambiente económico de alta intensidade, e também o tipo de meio que favorece a criatividade e a inovação. É também um ambiente no qual é fácil obter rendimentos a partir de trabalho honesto e montar um negócio próprio. A História demonstra que é apenas sob capitalismo de mercado livre que existe alguma medida de empoderamento (político e económico) do indivíduo médio e, também, que é apenas neste ambiente que existe um aumento contínuo de prosperidade *per capita*. Com efeito, é apenas sob capitalismo de mercado livre que as classes médias crescem para se tornar na maior parte da população. As sociedades ocidentais só desenvolveram classes médias numerosas e prósperas na medida em que se aproximaram do *typos* ideal de capitalismo de mercado livre. Antes disso, existia a estagnação do ambiente consolidado colectivista, herdado do feudalismo medieval.

Liberdade de escolha: conta própria, sociedade, co-op, etc. Sob capitalismo de mercado livre, o indivíduo pode escolher trabalhar por conta própria (negócio próprio, familiar, etc.), em sociedade, em cooperativa ou, claro, por conta de outrem.

Competitividade leva a boas condições para empregados ("rising tides lift all boats"). Neste respeito, estamos perante um mercado de empregados. Os empregos são diversos

e abundantes e torna-se bastante fácil transitar entre empregos. Isto leva a que os empregadores sejam compelidos a competir entre si por bons empregados, o que leva à oferta de boas condições de trabalho: elevados níveis salariais, planos de saúde, de reforma, etc. Oferecer essas boas condições é uma aposta no futuro do negócio e não é difícil de fazer numa economia dinâmica, concentrada na geração de riqueza, onde o lucro é facilmente acessível. Como JFK disse, "*rising tides lift all boats*" – literalmente.

Requer antitrust e protecções tarifárias. Este tipo de sistema pode ser desestabilizado por movimentos para consolidação interna (e daí a necessidade de legislação anti-trust) ou por assaltos económicos provenientes do exterior (e daí a necessidade de proteccionismo).

O caso das "unions" americanas [de Lincoln a free trade sob Wall Street].

Surgem com a industrialização dos EUA, sob Lincoln. É a partir da Guerra Civil, com o enorme influxo de imigrantes europeus e com o programa de industrialização de Lincoln que surge, nos EUA, algo como um "operariado urbano" ou "proletariado" de dimensão demograficamente significativa. Até aí, o país era essencialmente rural e a indústria urbana era escassa e pouco representativa.

Surgem sob abertura constitucional e expansão económica. É no ambiente constitucional (aberto) e económico (expansivo) americano que surgem, praticamente a partir do início, as "unions", os sindicatos. Aqui há que realçar o facto de a Constituição dos EUA ser a primeira Constituição liberal democrática de sempre (e talvez a única realmente digna desse nome); proporciona um ambiente constitucional e legal no qual qualquer conjunto de indivíduos se pode organizar para peticionar o governo. Isto é mais do que a generalidade dos países europeus tinham, à época, e é determinante para que os sindicatos pudessem obter reconhecimento legal e influência política.

"Unions" tornam-se influentes e poderosas, travam guerras com Wall Street. As "unions" tornam-se entidades influentes e poderosas na sociedade urbana americana, ao ponto de haver verdadeiras guerras de infiltração e sabotagem a serem conduzidas por mega-empregadores industriais que tinham ascendido por conta de relações privilegiadas com o governo (como é dito noutra parte, é provável que a Constituição só tenha sido aplicada a 15-20%, em toda a história dos EUA). Por exemplo, um relatório do Committee on Industrial Relations, ainda em 1915, dá-nos conta do tipo de truques e jogadas que os grandes grupos de Wall Street (Rockefeller et al, nessa fase) puxavam contra os sindicatos. Essa situação só veio a piorar com o passar do tempo, com os blitzes de Wall Street/governo no pós-II Guerra e, mais tarde, com a desindustrialização da América ["*o sundown on the union(s)*"] – como é apontado mais adiante.

Poder financeiro, capacidade para influenciar legislação, organizar greves e lockdowns. Seja como for, os sindicatos americanos chegam à segunda metade do século 19 e perduram até aos anos 80/90 como entidades influentes na sociedade americana, com

poder para passar legislação por *lobbying*, colocar indústrias inteiras sob *lockdown*, sustentar trabalhadores durante greves, obter donativos, ou ter as suas próprias casas de publicação.

O *auto-worker* médio de Detroit, anos 50/60, vivia melhor que a actual classe média. A ausência de códigos complicados e de standards oficiais mínimos (e.g. salários mínimos decididos pelo governo) não impediu que o trabalhador sindicalizado médio da América industrial fosse extremamente bem pago e usufruísse de condições laborais muito acima da média europeia. Um bom exemplo é dado pelo *auto-worker* ***médio*** de Detroit, anos 50/60, que trabalhava "*9 to 5*", e recebia um salário suficiente para uma família inteira, uma casa nos subúrbios, dois carros, electrodomésticos, férias no estrangeiro no final do ano, poupanças. As estatísticas estão disponíveis, são acessíveis a qualquer um e são bem mais informativas e relevantes que qualquer peça de propaganda deslavada sobre "paraísos comunais" na lama.

América industrial de JFK – "rising tides lift all boats". Esta é a América industrial de que JFK fala, quando diz que "*rising tides lift all boats*". Os EUA desenvolvem-se como uma economia produtiva e competitiva, protegida de assaltos externos, baseada em produção industrial *e de* classe média (i.e., democratizada e apostada em obter elevadas taxas de produção e consumo). Uma economia que siga esses standards é sempre uma economia de alta intensidade produtiva, o que se repercute em bons standards laborais – uma aplicação do princípio enunciado por JFK.

"Unions" são destruídas por free trade e neo-liberalismo – "Sundown on the union". As "*unions*" decaiem a partir dos 1970s, com o abandono de proteccionismo e a entrada de "free trade" e neo-liberalismo (impostos pela alta finança e pelas suas colecções de dependentes e sicofantes nas esferas política e social): isto significou *offshoring* e desindustrialização gradual, com a corrida para o fundo, implicando a destruição do nível médio de vida e dos *standards* laborais e salariais e, de quaisquer movimentos que pudessem oferecer resistência ao estado corporativo organizado (como as "*unions*"). É por esta altura que Bob Dylan compõe "Sundown on the Union": com a entrada de "free trade" e escravatura *offshore*, existe um pôr-do-sol que cai sob o sindicato ("union"), e esse pôr-do-sol prefigura a decadência lenta da própria União (também "union" – o termo é usado com sentido ambivalente); no futuro, "*even your home garden's gonna be against the law*" e, o homem médio, reduzido ao estatuto de servo comunal, "*is gonna do what he's asked to do, when he's got a hungry mouth to feed*".

Europa ocidental passa pelo mesmo processo. Este fenómeno é paralelo ao que acontece na Europa ocidental que, não obstante o maior grau de regulação laboral, também tem a corrida para o fundo em todo e qualquer *standard* de actividade laboral (de condições laborais à organização sindical). Com a excepção das situações onde ainda existe alguma réstia de actividade industrial, os sindicatos europeus tornaram-se inteiramente irrelevantes, meras forças de facilitação em prol das grandes confederações de cartel (e, forças de propaganda em nome dos partidos comunistas, que geralmente os infiltraram ao ponto de os dominar). Os próprios sindicatos franceses, em tempos o modelo para o

Continente, tornaram-se entidades muito mais fracas e impotentes do que o eram há apenas duas, três décadas atrás. Em última análise, um dos melhores garantes de protecção da existência de direitos e boas condições laborais é a existência de *proteccionismo económico* levado a cabo pelo estado-nação soberano. Ou seja, quem tem de voltar a contar é o indivíduo médio, não o predador de alta finança.

<u>Na guerra contra as "unions", Wall Street procura equacioná-las com comunismo</u>. A queda das "unions" teve um início relativo (expresso mais em descredibilização social que em perca real de capacidade negocial) logo após a II Guerra, com a equalização retórica entre actividade sindical e apoio a comunismo, incentivada e largamente conduzida pelos oligarcas de Wall Street. Na verdade, era difícil encontrar um comunista no seio da AFL-CIO. O movimento sindical americano foi, aliás, uma força de bloqueio activa à disseminação de comunismo na América, porque havia alguma noção de realidade. Toda a gente sabia que comunismo equivale a trabalho escravo, perseguições, redes de informantes, execuções e, claro, à destruição de todas as formas independentes de organização (incluindo sindicatos).

<u>Wall Street é a REAL força de apoio a comunismo global: exemplos de URSS, China</u>. O real apoio ao bloco comunista vinha de Wall Street, de grupos como JP Morgan, Rockefeller, Occidental e de corporações de investimento público/privado (e.g. ExIm) a avançarem créditos inacreditavelmente favoráveis a tais regimes (baixas taxas de juro, longo termo). Esses créditos eram geralmente garantidos pelo Tesouro americano (i.e. se o Vneshtorg falhasse no pagamento à ExIm, ou a Chase Manhattan, como era costume, o público americano cobria os custos). Ao mesmo tempo, as corporações ligadas a estes grupos assinam multitudes de contratos milionários para exportar tecnologia e construir infraestrutura no bloco comunista. As cidades-fábrica de Toliatti e Kama, construídas *por companhias americanas*, *durante a Guerra do Vietname*, são excelentes exemplos disto mesmo. Outro excelente exemplo é dado pelas dez mega-fábricas de "fertilizantes" (explosivos) construídas algum tempo antes pela Occidental de Armand Hammer. Pela altura em que Toliatti e Kama estão a ser construídas, estes *banker boys* estão a começar a preparar-se para o próximo grande empreendimento: a industrialização em massa da China comunista.

<u>Predadores financeiros favorecem estagnação, monopólio, criminalidade totalitária</u>. O perfil da comuna laboral, com escravatura, estado policial, criminalidade de estado, é naturalmente favorecido por predadores financeiros obcecados com a redução contínua de custos de produção física e com a obtenção de sociedades monopolistas, estagnadas, nas quais só os seus próprios interesses prosperem, com o apoio da bota totalitária. Isto é Wall Street (bem como a City, Frankfurt, Paris e restantes ninhos de serpentes).

<u>Wall Street, as NGOs, as fundações e a New Left</u>. Wall Street, e restantes centros, conduzem a destruição económica da América industrial e do resto do mundo ocidental e estão, agora, devotadas na promoção do modelo totalitário (depois da destruição, coloca-se o novo modelo por cima, para gerir a economia morta-viva). Para isso, conta com o apoio de uma nova trupe de empregados e dependentes, a *New Left*, representada

por oportunistas como Al Gore, Barack Obama, Tony Blair e, claro, as NGOs globais (equivalentes às velhas *charities* coloniais britânicas, que organizavam a escravatura nas colónias). Na verdade, uma enorme e caótica mixórdia de neo-liberais, maoístas, khmeristas, euro-comunistas, trotskystas reeinventados e outros actores e provocadores de rua, provindos do circuito das grandes fundações bancárias. São os companheiros naturais dos outros trotskyistas reinventados, os neo-conservadores. Toda esta amálgama apocalíptica de indigentes de estilo feudal é a parasítica e natural extensão de Goldman Sachs, Exxon e Barclays Bank, na realidade colunas neo-fascistas de actores a soldo, usadas enquanto a tal para pretender que ajudam os pobres e os trabalhadores enquanto os destroem, em prol do *bossman* que passa os *paychecks*.

O exemplo comparativo da URSS, o "paraíso dos trabalhadores".

Esquerda infiltra, coopta sindicatos para tomada de poder, depois destrói-os. O tipo de liberdade política que proporcionou a ascensão dos sindicatos do mundo ocidental é algo de inimaginável nos cínicos regimes de "libertação proletária", que não hesitam em infiltrar e cooptar os sindicatos como coadjuvantes para a tomada de poder, após o que os cancelam e proíbem, uma purga de cada vez, um tiro na nuca de cada vez.

"Regime dos trabalhadores já não precisa de greves, reivindicações". O pretexto dado para isto, sob "boa solidariedade proletária", é o "facto" de o "regime proletário" já ter "alcançado a vitória para os trabalhadores". Por conseguinte, todo e qualquer acto de reivindicação laboral ou de protesto (e.g. greves) é um acto de sabotagem contra o "paraíso dos trabalhadores"; a não ser que seja conduzido de modo autorizado, anémico e sanitizado pela confederação sindical estatal (o conjunto de organizações "sindicais" que restam sob tais regimes, coadjuvantes do regime, o que inclui o facto de serem encarregues da gestão de extensas redes de espionagem contra os trabalhadores).

Utopia laboral montada por provocadores brutaliza e explora trabalhadores. Aqui basta evocar o exemplo brilhante da URSS, a primeira "utopia laboral" que entra em actividades sindicais logo em 1918, quando organiza o massacre em massa (com metralhadoras pesadas) dos sindicalistas de São Petersburgo, após o que dissolve os sindicatos. Depois, executa Shliapnikov, o sindicalista idealista que tinha arriscado a vida no terreno para gerir o PCUS enquanto Lenine se pavoneava por Genebra e Trotsky andava em carros com *chauffeur* em NY, como relata na sua autobiografia. Daí em diante, é possível que nenhum estado tenha tido mais "legislação laboral" e "direitos laborais", todos eles vácuos e falsos. As perseguições a "sabotadores laborais" e os massacres de grevistas continuaram até à queda do Muro e os sindicatos que eram autorizados a existir eram meros ramos do NKVD, depois KGB, liderados por apparatchiks ao registo Politburo.

Stakhanovismo e bom mérito proletário: "faz muito mais por muito menos". O grande *benchmark* de "solidariedade laboral socialista" é-nos dado por Stakhanov, o "*herói proletário*" dos anos 30, uma invenção teatralizada do Ministério da Informação.

Stakhanov era um alegado mineiro que, num só dia, terá minado 102 toneladas de carvão em pouco menos de 6 horas (14x a sua quota). A proeza é reportada pela união fora e Stakhanov torna-se no "inspirador" para o "*stakhanovismo*", o sistema pelo qual os trabalhadores são ***compelidos*** a competir entre si para "*fazer mais com menos, por menos, em menos tempo*". A *media stunt* Stakhanov é acompanhada de uma série de outras, todas pela mesma altura (uma agricultora nos Urais, operários fabris noutros sítios e, assim sucessivamente).

Comités stakhanovistas juntam-se a restante infraestrutura de espionagem laboral. Antes de Stakhanov, as condições de vida e de trabalho do operário médio eram desumanas e desumanizantes. Após Stakhanov, conseguiram tornar-se piores. Para assegurar que todos procuram cumprir o seu trabalho de mérito comunitário, passam a existir comités stakhanovistas em cada "centro de produção socialista", grupos ligados ao NKVD, que controlavam os "esforços" e os "méritos" de cada operário. Estes comités foram adições às restantes unidades de espionagem laboral; havia duas em cada centro de produção, uma especificamente do NKVD e outra da fábrica/sindicato.

GULAG: trabalho escravo em prol de oficiais NKVD – similar a sistema SS nazi. Os operários menos proficientes eram rapidamente enviados para o sistema GULAG, onde eram colocados a fazer trabalho escravo em grandes projectos dos Planos de Cinco Anos. Esse trabalho escravo era *subcontratado* a conglomerados estatais pelos campos GULAG, a lucro. Estes lucros eram recolhidos pelos oficiais do NKVD; os campos eram detidos pela polícia política. O sistema GULAG, que nesta altura tem um mínimo de 20M de escravos, era um literal sistema de *outsourcing* de trabalho escravo, directamente comparável (possivelmente a inspiração) aos negócios montados pelas SS com os campos de concentração da Alemanha nazi.

6. Igualdade humana e universalismo populacional – "Melting pot"

Universalismo populacional.

A "nação" não é definida por raça, etnia, sangue, história, etc. O povo é entendido como a "nação", mas a "nação" não é definida por um grupo etno-linguístico específico, ou seja, não é definida por raça, língua, cultura, história comum. Ou seja, o foco de orientação não é o passado ou o presente, mas sim o futuro.

População diversa e heterogénea, unida em auto-governação constitucional. Sob o entendimento constitucional da República, a "nação" do estado-nação é a entidade

universalista que ascende do Renascimento: a população que, sendo heterogénea e diversa, partilha um espaço comum soberano, e é definida por um empreendimento livre e conjunto na sua própria auto-governação constitucional. Ou seja, qualquer um pode juntar-se à "nação", contando que seja fiel à sua Constituição. Estamos portanto num domínio adulto, o domínio das ideias e das práticas, e não de temas pueris, como raça, etnia, sangue, "destino manifesto" e outras superstições deste género.

Igualdade humana: "All men are created equal by the Creator".

"Todos são ***iguais*** aos olhos de Deus" – supremacismo, racismo são inconstitucionais. Este princípio é declarado na própria Constituição, quando é afirmado que todos os homens são criados iguais aos olhos de Deus. Esta é a *primeira* tentativa secular de estabelecer em lei imutável a proibição de uso do poder do estado na condução ou defesa de qualquer iniciativa supremacista, em qualquer campo: étnico, racial, sexual, social, económico. O mesmo critério constitucional implica que o poder do estado tem de ser usado na protecção dos direitos de indivíduos alvos de supremacismo (i.e. actividades de natureza supremacista são crimes que devem ser punidos enquanto tal).

Primeira tentativa de consagrar igualdade humana em lei secular – exportação para Europa. Hoje existe fraca memória disso, mas é nestes documentos que toda a luta por emancipação humana *real* se baseou [por oposição ao retorno à comuna colectiva sob "emancipação" fraudulenta marxiana – na verdade, a própria ***inversão*** do conceito de emancipação]. Lincoln e os abolicionistas, as *suffragettes*, os opositores a práticas eugénicas nos séculos 19/20; todos eles puderam basear-se no modelo legal da Constituição americana. O maior sucesso dos autores da Constituição foi a primeira consagração legal de sempre do princípio da igualdade universal humana. O segundo maior sucesso foi a exportação deste conceito para a Europa. Uma ideia que tinha sido até aí uma mera quimera passou ao domínio de prescrição constitucional e legal.

A seguir vem a "egalité" francesa [destruída pelos provocadores jacobinos]. A grande revolução seguinte já consagra "egalité" como um dos seus pilares basilares – e isto é a fase constitucional da Revolução Francesa, destruída pela fase jacobina, devotada a destruição, escravatura e genocídio. Sob pessoas como Robespierre, Marat ou Danton, a única "egalité" que existe é a de poder saquear em conjunto; ou a de um camponês poder ser executado nos mesmos moldes que Marie Antoinette (guilhotinado); ou a de os próprios Robespierre, Marat, ou Danton, poderem ser igualmente executados quando deixam de ser úteis. Todos estes personagens, "les jacobins", lançam a França em guerra, genocídio auto-infligido e despotismo oclocrático. Por intermédio da destruição que provocam, abrem as portas às restantes formas de despotismo: primeiro a oligarquia ("Directoire") e, depois, a tirania (imperialismo napoleónico). É útil notar que todos os líderes jacobinos tinham direito a exílios prolongados nas costas de Dover, do outro lado do Canal da Mancha. Tal como Bakunin, ou Blanc, ou Marx, nas gerações seguintes – destruição continental parece ser uma precondição histórica para aceder a

asilo político sob Sua Majestade. Esta era a *mesma* Grã-Bretanha que deportava e executava os seus próprios cartistas e sindicalistas.

Igualdade como direito ***inalienável*** é mais forte que enquanto direito ***humano***. A força da consagração americana de igualdade (na verdade, renascentista e reformista) reside na noção de ***direito inalienável***, algo que nenhuma entidade humana pode negar. Um direito inalienável não é cedido por uma autoridade humana. É ***imposto*** à autoridade humana. A linguagem legal que vem a ser adoptada nos séculos seguintes é a linguagem dos direitos humanos, já não definidos como imutáveis e inalienáveis, mas como direitos definidos por um tempo e por um lugar (i.e. situacionais), condicionalmente concessionados por uma autoridade humana em letra da lei; o que é dado na letra da lei, pela letra da lei pode ser reformulado, revisto e retirado. O que o homem dá, o homem pode tirar.

População original bastante heterogénea. Ao longo de mais de dois séculos de história, a América recebeu enormes influxos de emigração, de todas as regiões do planeta. A própria sociedade inicial das Colónias era bastante diversificada, combinando várias etnias europeias (anglos, alemães, holandeses, espanhóis, franceses, nórdicos) com a própria população nativa.

Jefferson: "Assegurar igualdade universal, um processo gradual" [Lincoln]. É claro que a tentativa de declarar igualdade universal aos olhos da lei não era uma tarefa linear no século 18. Era mais ou menos assegurada para europeus, menos para índios, ainda menos para africanos. Este é um período no qual a norma económica passa, em parte, por escravatura branca (aquilo que era conhecido como "*indentured servitude*") e por escravatura negra. Na visão longa da história, ainda se estava a viver no período de transição entre feudalismo e modernismo. Os próprios autores da Constituição não tinham demasiadas ilusões em relação à exequibilidade de obter equalização legal imediata; sabiam que isso seria impossível. Thomas Jefferson escreveu sobre esta questão, quando disse que o processo ia ser longo e gradual, mas que o primeiro passo tinha sido dado com os documentos constitucionais. Escreveu sobre a necessidade de, numa primeira fase, ameliorar a condição dos escravos e, numa segunda fase, emancipá-los por inteiro [algo que seria feito sob Lincoln]. Isso teria de passar por pleno desenvolvimento económico nacional, de forma a autonomizar a economia produtiva de escala (fábricas e grandes quintas) de qualquer pretexto para a necessidade de trabalho servil [esse efeito seria alcançado nas décadas seguintes, e já estava por demais consolidado pela altura em que chegamos ao *standoff* entre Norte e Sul, independentemente do que possa ser dito por apologistas da Confederação como Kenneth Galbraith].

"Melting pot": Um país adulto ou a "pig farm" comunitária.

"E Pluribus Unum" – diversidade por oposição a monocultura. Eventualmente, tudo isto dá origem à ideia de "melting pot". Este conceito, quando tomado no seu sentido

americano, genuíno, expressa um espaço de tolerância e respeito mútuo, onde todos são iguais entre si; uma ideia definida por "E Pluribus Unum", o mote escolhido por um comité do Congresso Continental [com Ben Franklin, Thomas Jefferson, John Adams, entre outros] para reflectir a ideia de diversidade (heterogeneidade) na unidade (estado-nação).

Pela Constituição, misturas étnicas são "*no one's business*" – cada qual opta como quer. Por outras palavras, ***aos olhos da Constituição***, um homem inglês podia casar-se com uma mulher índia, um homem negro com uma mulher branca, uma mulher alemã, holandesa ou espanhola com um homem escocês ou francês. Isto não quer obviamente dizer que as uniões mistas entre negros e outras etnias (ou nalguns outros casos sensíveis) fossem aceites à partida, tal como não o eram em qualquer outra parte do mundo; isto era o século 18.

De Jefferson até MLK, progressão para indiferenciação étnica *de facto*. É claro que o percurso de Thomas Jefferson até Abraham Lincoln, Martin Luther King e Robert Kennedy resultou na afirmação de que o "cidadão americano" não está indexado a qualquer etnia ou raça, e que todos têm os mesmos direitos a vida, liberdade e procura de realização pessoal. Hoje em dia, isso é um facto legal e socialmente garantido. Um homem negro tem tanto direito a casar com uma mulher italiana como uma mulher irlandesa ou hispânica tem o direito de se casar com um homem índio. E assim sucessivamente. Dos anos 60 em diante, a fonte essencial de complicações neste campo vem dos jogos deliberados de desestabilização e balcanização identitária levados a cabo pelas grandes fundações [ver ponto mais abaixo].

Noção salutar de "melting pot": cada qual faz como quer e bem entende. Sob a noção genuína (salutar) de "melting pot" não existe, claro, qualquer forma de coerção "negativa", tal como não existe coerção "positiva" (para usar o odioso referencial legal de Isaiah Berlin, tão comum nestes tópicos). Ou seja, é indiferente se alguém se pretende casar com alguém da mesma ou de outra etnia. Ninguém tem nada a ver com isso. É uma opção individual. Tal como a nação não é definida por questões étnicas, o poder do estado nunca pode ser usado para moldar este tipo de decisões. Ou seja, cada qual tem a liberdade de tomar as suas próprias decisões individuais; e ninguém pode negar a mesma liberdade de acção aos outros indivíduos. Esse é o único ponto onde o poder do estado pode e deve ser usado; para punir tentativas de exercer coerção sobre o exercício de liberdades individuais.

Noção doentia de "melting pot": estado usa engenharia social para criar a "*animal farm*".

O "homem novo" hegeliano-marxista, criado sob persuasão ou coerção. É claro que o conceito também pode ser cooptado para ser confundido com engenharia social hegeliana/marxista, um empreendimento inerentemente pervertido, que pretende algo como "fusão universal num homem novo". Isto é algo que ascende de brutalidade esclavagista prusso-marxiana, que encara o ser humano como um pedaço de barro a

manipular e a moldar num qualquer design utópico infantil, por persuasão ou por coerção (engenharia social).

A monocultura eugénica, prusso-germânica*.* Sob esta interpretação de asilo, "*melting pot*" representa algo como "unidade na diversidade", i.e. "unidade na unidade", a monocultura. Na verdade, a grande casa de bonecas global, organizada por doentes mentais de mentalidade prusso-germânica. É claro que, sob esta visão da questão, invertida e pervertida, o poder do estado deve ser usado para coagir opções individuais, tanto no sentido "negativo" como no sentido "positivo" (uma vez mais, Isaiah Berlin). Aqui, entramos no usual domínio da engenharia eugénica, incluindo licenças de casamento, parentalidade, esterilizações selectivas, abortos selectivos, etc. – a *praxis* de regimes comunistas e fascistas. E, claro, também entramos nos habituais domínios subsidiários, como o do sequestro de crianças por oficiais de estado (para "assegurar boa educação", em instituições dominadas por pedófilos).

"Miss Piggy loves ya" – Ignorância, degradação humana, escravatura, sujidade. Enquanto recorre sempre a promessas de utopia, harmonia, amor universal, o grande propósito (frequentemente confessado) da mentalidade prusso-germânica é a igual degradação de toda a humanidade a um mesmo nível denominador comum de sujidade, ignorância, escravatura e maus instintos. Todos são igualmente escravos degenerados, sob tais utopias. George Orwell capturou bastante bem o espírito da questão, tanto em "1984" como em "Animal Farm". Neste último, a imagem da comuna dos animais que, podia ser tão fascista como comunista, fala mais do que 1000 palavras alguma vez o poderiam fazer. É um espaço de degradação, humilhação, escravatura, onde todas as ovelhas degradadas cantam "*bah bah, four legs good, two legs better!*" e o esgoto social é governado por (literais) porcos pretensiosos.

BM

Samuel Adams – "May posterity forget that ye were our countrymen".

Quem amar riqueza mais que liberdade, servidão que liberdade, pode sair em paz.

Não queremos os vossos conselhos ou armas.

Agachem-se e lambam as mãos que vos alimentam.

Possa a posteridade esquecer para sempre que foram nossos compatriotas.

«*If ye love wealth better than liberty, the tranquillity of servitude, than the animating contest of freedom—go from us in peace. We ask not your counsels or arms. Crouch down and lick the hands which feed you. May your chains set lightly upon you, and may posterity forget that ye were our countrymen*»

Samuel Adams, "American Independence", Speech delivered at the State House in Philadelphia, August 1, 1776.

Sindicatos, condições laborais: liberalismo vs colectivismo

Sindicatos só crescem sob liberalismo político.

Sindicatos surgem em oposição a guildas medievais [corporações]. É claro que os sindicatos surgem durante a Idade Média, como organizações (ilegalizadas) de oposição ao sistema colectivista das guildas profissionais (conceito equivalente a ordens profissionais) e mercantis (companhias multinacionais), que explorava e brutalizava ao extremo o proletariado urbano da época. Na altura, os sindicatos serviam como forma vestigial de rede de apoio social e, na prática, de oposição conspiratorial ao sistema de guilda.

Só crescem na presença de liberalismo – sob colectivismo, são destruídos. Os sindicatos só puderam ser legalizados com a ascensão de liberalismo político e, com efeito, só se mantêm na presença de liberalismo político. Sempre que o paradigma colectivista extremo volta ao poder, sob comunismo ou fascismo, os sindicatos são submetidos ao mesmo tratamento que durante a era medieval: anulação, proibição, perseguições, prisões, tortura, execuções.

Sindicatos crescem com liberalismo constitucional. É apenas sob um ambiente politicamente liberal e descentralizado que os sindicatos conseguem ter poder, representatividade e influência social e, tecnicamente, isso só aconteceu a par e passo com a ascensão de alguma forma (mesmo que vestigial) de liberdade económica de classe média – na prática, nos últimos 150/200 anos, em países liberais. Foi apenas sob liberalismo constitucional que os sindicatos ascenderam para se tornarem em forças politicamente relevantes. Antes disso, os sindicatos eram simplesmente mantidos pequenos e fracos, quando não mesmo proibidos.

Tornam-se forças poderosas, como em França ou nos EUA industrializados ("unions"). Sob liberalismo constitucional, vieram a tornar-se forças que, nalguns países e épocas, assumiram capacidades para parar indústrias inteiras, ter as suas próprias casas de publicação e, também, manter as suas próprias redes de apoio social para trabalhadores em greve, ou temporariamente desempregados. Em certa medida, essa capacidade ainda existe, mais notavelmente, em França; embora, hoje, seja muito menor do que há décadas atrás. Até os EUA tiveram, em tempos (e contra os mitos de senso comum), um movimento sindical extremamente poderoso e influente na sociedade urbana americana. As "unions" tinham poder para passar legislação por lobbying, organizar greves gerais sobre indústrias inteiras, sustentar trabalhadores durante greves, obter donativos, ou ter as suas próprias casas de publicação. E, durante muito tempo, foram uma das principais forças de oposição, uma das principais dores de cabeça, dos patronos da actual *New Left* (representada por oportunistas como Al Gore, Barack Obama e as NGOs) – Wall Street.

A vida curta dos sindicatos sob colectivismo.

Sindicatos surgem por oposição a colectivismo medieval. Os sindicatos surgem durante a Idade Média, como organizações (ilegalizadas) de oposição ao sistema colectivista das guildas profissionais e mercantis, que explorava e brutalizava ao extremo o proletariado urbano da época. Na altura, os sindicatos serviam como forma vestigial de rede de apoio social e, na prática, de oposição conspiratorial ao sistema de guilda. Os sindicatos só puderam ser legalizados com a ascensão de liberalismo político e, com efeito, só se mantêm na presença de liberalismo político.

São anulados, com efeito esmagados, com o retorno de colectivismo ao poder. Sempre que o paradigma colectivista extremo volta ao poder, sob comunismo ou fascismo, os sindicatos são submetidos ao mesmo tratamento que durante a era medieval: anulação, proibição, perseguições, prisões, tortura, execuções.

Esquerda totalitária infiltra e usa sindicatos para a tomada de poder, depois destrói-os. É de notar que a esquerda totalitária ganhou o hábito de infiltrar e cooptar os sindicatos como coadjuvantes para a ascensão ao poder, após o que os descarta, destrói, extermina; para recorrer ao tipo de terminologia que é rotineiramente utilizada nesses circuitos muito pouco salutares. A *praxis* efectiva do "paraíso dos trabalhadores" é o turno de 14 horas, salários mínimos universalizados, negação de todo e qualquer direito laboral ou reivindicativo e, para ser prático, uma bala na nuca em resposta a "tentativas de sabotagem do estado proletário", como sejam greves e manifestações – como exemplificado nas mais variadas ocasiões por URSS e China, apenas para citar os grandes pioneiros de "progresso socialista".

"Protestos contra 'boa liberdade proletária' são traição a socialismo". O pretexto dado para isto, sob "boa solidariedade proletária", é o "facto" de o "regime proletário" já ter "alcançado a vitória para os trabalhadores". Por conseguinte, todo e qualquer acto de reivindicação laboral ou de protesto (e.g. greves) é um acto de sabotagem contra o "paraíso dos trabalhadores"; a não ser que seja conduzido de modo autorizado, anémico e sanitizado pela confederação sindical estatal (o conjunto de organizações "sindicais" que restam sob tais regimes, coadjuvantes do regime, o que inclui o facto de serem encarregues da gestão de extensas redes de espionagem contra os trabalhadores).

Sob totalitarismo (de esquerda ou direita) só existem sindicatos "autorizados". Sob o "paraíso dos trabalhadores", à semelhança do que acontece sob fascismo, tudo o que resta são corporações sindicais autorizadas, fundidas no aparato do estado totalitário, que operam como facilitadoras do mesmo: e.g., gerem redes de espionagem para manter os trabalhadores na linha, participam em celebrações colectivas, fazem trabalho comunitário em prol do Partido.

Totalitarismo existe para ***escravizar*** – anula todas as forças que possam resistir a isso. Com efeito, o sistema concentrado, seja ele de esquerda ou de direita, não tolera a

existência de qualquer organização de massa capaz de lhe oferecer resistência. Muito menos quando se trata de uma organização de defesa de direitos laborais; o sistema totalitário é montado *precisamente* para explorar e escravizar livremente toda a população, não para lhe garantir qualquer forma de vantagem ou direito laboral.

Sob tecnocracia, socialismo fabiano, sindicatos são pacificados, tornados irrelevantes. Sob totalitarismo “soft” (e.g. tecnocracia, socialismo fabiano, capitalismo de monopólio), existe a mesma aversão exacta por fontes de poder alternativas ao estado corporativo, mas os métodos são diferentes. Os sindicatos são infiltrados, comprados, erodidos, tornados irrelevantes. A forma mais habitual de o fazer é pela centralização numa ou duas grandes corporações sindicais, que são depois sentadas a uma mesma mesa redonda com a classe governante e colocadas a jogar o jogo do consenso, do meio-termo e da harmonização, i.e. concertação social (algo que *nenhum* sindicato deveria fazer). É claro que, pelo meio, as lideranças são genericamente compradas e habituadas à *high life* dos painéis de concertação integrativa (férias em bons hotéis, negócios vantajosos, prostitutas, champanhe – tudo sob facilitação e concertação, claro). Pelo caminho, os direitos laborais são tornados irrelevantes, o sistema corporativo garante que cada que vez menos trabalhadores são representados pelos sindicatos, e os sindicatos em si tornam-se agentes laterais e *user-friendly* em qualquer processo de debate laboral e político.

O espírito totalitário é tipificado pela pig fairy pedofilíaca.

O typos do líder corporativo: *pig fairy* macilenta, quadrada, pedófila (♂ ou ♀). Até existe um *typos* para o “líder sindical” corporativo que é, de resto, o mesmo que para o típico oficial de estado corporativo (seja esse estado de esquerda ou de direita): os homens são *apparatchiks* gordos que nunca viram um dia de trabalho na vida e as mulheres são matronas igualmente gordas e preguiçosas, geralmente de face quadrada. Uns e outros usam óculos de massa, andam sempre em bons carros, conduzidos por *chauffeurs*, e frequentam bordéis de menores. Pode-se imaginar, ou supor, que é a tendência de todos os sistemas totalitários, o espírito do sistema ser expresso pelo carácter psicossomático literal dos seus líderes: *pig fairies* preguiçosas, oportunistas e pedófilas, de ambos os sexos (Orwell foi um génio quando escreveu “Animal Farm”).

Actuais líderes “democráticos” e ONGistas são pig fairies idênticas. Watch out quando os líderes políticos, burocráticos e ONGistas das “democracias” pós-modernas se começam a assemelhar ao típico *apparatchik* soviético ou fascista.

Brutalização laboral sob a URSS, o “paraíso dos trabalhadores”.

Esquerda infiltra, coopta sindicatos para tomada de poder, depois destrói-os. O tipo de liberdade política que proporcionou a ascensão dos sindicatos do mundo ocidental é algo de inimaginável nos cínicos regimes de “libertação proletária”, que não hesitam em

infiltrar e cooptar os sindicatos como coadjuvantes para a tomada de poder, após o que os cancelam e proíbem, uma purga de cada vez, um tiro na nuca de cada vez.

"Regime dos trabalhadores já não precisa de greves, reivindicações". O pretexto dado para isto, sob "boa solidariedade proletária", é o "facto" de o "regime proletário" já ter "alcançado a vitória para os trabalhadores". Por conseguinte, todo e qualquer acto de reivindicação laboral ou de protesto (e.g. greves) é um acto de sabotagem contra o "paraíso dos trabalhadores"; a não ser que seja conduzido de modo autorizado, anémico e sanitizado pela confederação sindical estatal (o conjunto de organizações "sindicais" que restam sob tais regimes, coadjuvantes do regime, o que inclui o facto de serem encarregues da gestão de extensas redes de espionagem contra os trabalhadores).

Utopia laboral montada por provocadores brutaliza e explora trabalhadores. Aqui basta evocar o exemplo brilhante da URSS, a primeira "utopia laboral" que entra em actividades sindicais logo em 1918, quando organiza o massacre em massa (com metralhadoras pesadas) dos sindicalistas de São Petersburgo, após o que dissolve os sindicatos. Depois, executa Shliapnikov, o sindicalista idealista que tinha arriscado a vida no terreno para gerir o PCUS enquanto Lenine se pavoneava por Genebra e Trotsky andava em carros com *chauffeur* em NY, como relata na sua autobiografia. Daí em diante, é possível que nenhum estado tenha tido mais "legislação laboral" e "direitos laborais", todos eles vácuos e falsos. As perseguições a "sabotadores laborais" e os massacres de grevistas continuaram até à queda do Muro e os sindicatos que eram autorizados a existir eram meros ramos do NKVD, depois KGB, liderados por apparatchiks ao registo Politburo.

Stakhanovismo e bom mérito proletário: "faz muito mais por muito menos". O grande *benchmark* de "solidariedade laboral socialista" é-nos dado por Stakhanov, o "*herói proletário*" dos anos 30, uma invenção teatralizada do Ministério da Informação. Stakhanov era um alegado mineiro que, num só dia, terá minado 102 toneladas de carvão em pouco menos de 6 horas (14x a sua quota). A proeza é reportada pela união fora e Stakhanov torna-se no "inspirador" para o "*stakhanovismo*", o sistema pelo qual os trabalhadores são ***compelidos*** a competir entre si para "*fazer mais com menos, por menos, em menos tempo*". A *media stunt* Stakhanov é acompanhada de uma série de outras, todas pela mesma altura (uma agricultora nos Urais, operários fabris noutros sítios e, assim sucessivamente).

Comités stakhanovistas juntam-se a restante infraestrutura de espionagem laboral. Antes de Stakhanov, as condições de vida e de trabalho do operário médio eram desumanas e desumanizantes. Após Stakhanov, conseguiram tornar-se piores. Para assegurar que todos procuram cumprir o seu trabalho de mérito comunitário, passam a existir comités stakhanovistas em cada "centro de produção socialista", grupos ligados ao NKVD, que controlavam os "esforços" e os "méritos" de cada operário. Estes comités foram adições às restantes unidades de espionagem laboral; havia duas em cada centro de produção, uma especificamente do NKVD e outra da fábrica/sindicato.

GULAG: trabalho escravo em prol de oficiais NKVD – similar a sistema SS nazi. Os operários menos proficientes eram rapidamente enviados para o sistema GULAG, onde eram colocados a fazer trabalho escravo em grandes projectos dos Planos de Cinco Anos. Esse trabalho escravo era *subcontratado* a conglomerados estatais pelos campos GULAG, a lucro. Estes lucros eram recolhidos pelos oficiais do NKVD; os campos eram detidos pela polícia política. O sistema GULAG, que nesta altura tem um mínimo de 20M de escravos, era um literal sistema de *outsourcing* de trabalho escravo, directamente comparável (possivelmente a inspiração) aos negócios montados pelas SS com os campos de concentração da Alemanha nazi.

O caso das "unions" americanas [de Lincoln a free trade sob Wall Street].

Surgem com a industrialização dos EUA, sob Lincoln. É a partir da Guerra Civil, com o enorme influxo de imigrantes europeus e com o programa de industrialização de Lincoln que surge, nos EUA, algo como um "operariado urbano" ou "proletariado" de dimensão demograficamente significativa. Até aí, o país era essencialmente rural e a indústria urbana era escassa e pouco representativa.

Surgem sob abertura constitucional e expansão económica. É no ambiente constitucional (aberto) e económico (expansivo) americano que surgem, praticamente a partir do início, as "unions", os sindicatos. Aqui há que realçar o facto de a Constituição dos EUA ser a primeira Constituição liberal democrática de sempre (e talvez a única realmente digna desse nome); proporciona um ambiente constitucional e legal no qual qualquer conjunto de indivíduos se pode organizar para peticionar o governo. Isto é mais do que a generalidade dos países europeus tinham, à época, e é determinante para que os sindicatos pudessem obter reconhecimento legal e influência política.

"Unions" tornam-se influentes e poderosas, travam guerras com Wall Street. As "unions" tornam-se entidades influentes e poderosas na sociedade urbana americana, ao ponto de haver verdadeiras guerras de infiltração e sabotagem a serem conduzidas por mega-empregadores industriais que tinham ascendido por conta de relações privilegiadas com o governo (como é dito noutra parte, é provável que a Constituição só tenha sido aplicada a 15-20%, em toda a história dos EUA). Por exemplo, um relatório do Committee on Industrial Relations, ainda em 1915, dá-nos conta do tipo de truques e jogadas que os grandes grupos de Wall Street (Rockefeller et al, nessa fase) puxavam contra os sindicatos. Essa situação só veio a piorar com o passar do tempo, com os blitzes de Wall Street/governo no pós-II Guerra e, mais tarde, com a desindustrialização da América ["*o sundown on the union(s)*"] – como é apontado mais adiante.

Poder financeiro, capacidade para influenciar legislação, organizar greves e lockdowns. Seja como for, os sindicatos americanos chegam à segunda metade do século 19 e perduram até aos anos 80/90 como entidades influentes na sociedade americana, com poder para passar legislação por *lobbying*, colocar indústrias inteiras sob *lockdown*,

sustentar trabalhadores durante greves, obter donativos, ou ter as suas próprias casas de publicação.

O *auto-worker* médio de Detroit, anos 50/60, vivia melhor que a actual classe média. A ausência de códigos complicados e de standards oficiais mínimos (e.g. salários mínimos decididos pelo governo) não impediu que o trabalhador sindicalizado médio da América industrial fosse extremamente bem pago e usufruísse de condições laborais muito acima da média europeia. Um bom exemplo é dado pelo *auto-worker* ***médio*** de Detroit, anos 50/60, que trabalhava "*9 to 5*", e recebia um salário suficiente para uma família inteira, uma casa nos subúrbios, dois carros, electrodomésticos, férias no estrangeiro no final do ano, poupanças. As estatísticas estão disponíveis, são acessíveis a qualquer um e são bem mais informativas e relevantes que qualquer peça de propaganda deslavada sobre "paraísos comunais" na lama.

América industrial de JFK – "rising tides lift all boats". Esta é a América industrial de que JFK fala, quando diz que "*rising tides lift all boats*". Os EUA desenvolvem-se como uma economia produtiva e competitiva, protegida de assaltos externos, baseada em produção industrial *e de* classe média (i.e., democratizada e apostada em obter elevadas taxas de produção e consumo). Uma economia que siga esses standards é sempre uma economia de alta intensidade produtiva, o que se repercute em bons standards laborais – uma aplicação do princípio enunciado por JFK.

"Unions" são destruídas por free trade e neo-liberalismo – "Sundown on the union". As "*unions*" decaiem a partir dos 1970s, com o abandono de proteccionismo e a entrada de "free trade" e neo-liberalismo (impostos pela alta finança e pelas suas colecções de dependentes e sicofantes nas esferas política e social): isto significou *offshoring* e desindustrialização gradual, com a corrida para o fundo, implicando a destruição do nível médio de vida e dos *standards* laborais e salariais e, de quaisquer movimentos que pudessem oferecer resistência ao estado corporativo organizado (como as "*unions*"). É por esta altura que Bob Dylan compõe "Sundown on the Union": com a entrada de "free trade" e escravatura *offshore*, existe um pôr-do-sol que cai sob o sindicato ("union"), e esse pôr-do-sol prefigura a decadência lenta da própria União (também "union" – o termo é usado com sentido ambivalente); no futuro, "*even your home garden's gonna be against the law*" e, o homem médio, reduzido ao estatuto de servo comunal, "*is gonna do what he's asked to do, when he's got a hungry mouth to feed*".

Europa ocidental passa pelo mesmo processo. Este fenómeno é paralelo ao que acontece na Europa ocidental que, não obstante o maior grau de regulação laboral, também tem a corrida para o fundo em todo e qualquer *standard* de actividade laboral (de condições laborais à organização sindical). Com a excepção das situações onde ainda existe alguma réstia de actividade industrial, os sindicatos europeus tornaram-se inteiramente irrelevantes, meras forças de facilitação em prol das grandes confederações de cartel (e, forças de propaganda em nome dos partidos comunistas, que geralmente os infiltraram ao ponto de os dominar). Os próprios sindicatos franceses, em tempos o modelo para o Continente, tornaram-se entidades muito mais fracas e impotentes do que o eram há

apenas duas, três décadas atrás. Em última análise, um dos melhores garantes de protecção da existência de direitos e boas condições laborais é a existência de *proteccionismo económico* levado a cabo pelo estado-nação soberano. Ou seja, quem tem de voltar a contar é o indivíduo médio, não o predador de alta finança.

Na guerra contra as "unions", Wall Street procura equacioná-las com comunismo. A queda das "unions" teve um início relativo (expresso mais em descredibilização social que em perca real de capacidade negocial) logo após a II Guerra, com a equalização retórica entre actividade sindical e apoio a comunismo, incentivada e largamente conduzida pelos oligarcas de Wall Street. Na verdade, era difícil encontrar um comunista no seio da AFL-CIO. O movimento sindical americano foi, aliás, uma força de bloqueio activa à disseminação de comunismo na América, porque havia alguma noção de realidade. Toda a gente sabia que comunismo equivale a trabalho escravo, perseguições, redes de informantes, execuções e, claro, à destruição de todas as formas independentes de organização (incluindo sindicatos).

Wall Street é a REAL força de apoio a comunismo global: exemplos de URSS, China. O real apoio ao bloco comunista vinha de Wall Street, de grupos como JP Morgan, Rockefeller, Occidental e de corporações de investimento público/privado (e.g. ExIm) a avançarem créditos inacreditavelmente favoráveis a tais regimes (baixas taxas de juro, longo termo). Esses créditos eram geralmente garantidos pelo Tesouro americano (i.e. se o Vneshtorg falhasse no pagamento à ExIm, ou a Chase Manhattan, como era costume, o público americano cobria os custos). Ao mesmo tempo, as corporações ligadas a estes grupos assinam multitudes de contratos milionários para exportar tecnologia e construir infraestrutura no bloco comunista. As cidades-fábrica de Toliatti e Kama, construídas *por companhias americanas*, *durante a Guerra do Vietname*, são excelentes exemplos disto mesmo. Outro excelente exemplo é dado pelas dez mega-fábricas de "fertilizantes" (explosivos) construídas algum tempo antes pela Occidental de Armand Hammer. Pela altura em que Toliatti e Kama estão a ser construídas, estes *banker boys* estão a começar a preparar-se para o próximo grande empreendimento: a industrialização em massa da China comunista.

Predadores financeiros favorecem estagnação, monopólio, criminalidade totalitária. O perfil da comuna laboral, com escravatura, estado policial, criminalidade de estado, é naturalmente favorecido por predadores financeiros obcecados com a redução contínua de custos de produção física e com a obtenção de sociedades monopolistas, estagnadas, nas quais só os seus próprios interesses prosperem, com o apoio da bota totalitária. Isto é Wall Street (bem como a City, Frankfurt, Paris e restantes ninhos de serpentes).

Wall Street, as NGOs, as fundações e a New Left. Wall Street, e restantes centros, conduzem a destruição económica da América industrial e do resto do mundo ocidental e estão, agora, devotadas na promoção do modelo totalitário (depois da destruição, coloca-se o novo modelo por cima, para gerir a economia morta-viva). Para isso, conta com o apoio de uma nova trupe de empregados e dependentes, a *New Left*, representada por oportunistas como Al Gore, Barack Obama, Tony Blair e, claro, as NGOs globais

(equivalentes às velhas *charities* coloniais britânicas, que organizavam a escravatura nas colónias). Na verdade, uma enorme e caótica mixórdia de neo-liberais, maoístas, khmeristas, euro-comunistas, trotskystas reeinventados e outros actores e provocadores de rua, provindos do circuito das grandes fundações bancárias. São os companheiros naturais dos outros trotskyistas reinventados, os neo-conservadores. Toda esta amálgama apocalíptica de indigentes de estilo feudal é a parasítica e natural extensão de Goldman Sachs, Exxon e Barclays Bank, na realidade colunas neo-fascistas de actores a soldo, usadas enquanto a tal para pretender que ajudam os pobres e os trabalhadores enquanto os destroem, em prol do *bossman* que passa os *paychecks*.

Sistemas que tentam forçar pessoas a ser *morais* são imorais.

Acção moral só é possível com liberdade de acção e opção de escolha. A verdade é que nenhum sistema político autoritário (nem nenhuma forma de legalismo religioso) são compatíveis com moralidade. Quando as acções humanas são sujeitas a coerção por estado, religião, ou ambos; e quando a actividade humana é doutrinada, legislada, regulada e ordenada até ao mais pequeno detalhe, então torna-se impossível argumentar que as acções do indivíduo são morais; o comportamento humano nesses sistemas não é voluntariamente escolhido, mas activamente coagido.

Carcereiros estão lá para **encarcerar**, não para libertar. Esses sistemas são *de facto* imorais. Baseiam-se na aplicação de violência (e geralmente traição e fraude) para impor ditames arbitrários, definidos pelos caprichos das classes governantes. Actores imorais não são actores morais. Bem é bem, mal é mal. Carcereiros e torturadores sociais não pretendem fazer bem à sociedade. Pretendem encarcerá-la e torturá-la, tão simples quanto isso. Inimigos não são amigos.

Acção tem de ser livre para ser moral. A moralidade tem sempre de ser uma questão de escolha, não um mandato legal. Uma pessoa não pode ser responsabilizada por acções às quais foi coagida ou forçada. A moralidade só pode existir quando existe liberdade de acção. Portanto, acções morais em qualquer campo da liberdade humana exigem liberdade. A conduta só pode ser considerada moral ou imoral quando é livremente escolhida pelo indivíduo. É apenas aí que o significado moral da acção pode ser avaliado. É apenas aí, quando somos livres para agir, que podemos exercitar julgamento moral.